



UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS (CCSA)
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO
CURSO: DOUTORADO

ELIAS RICARDO DE OLIVEIRA

NOVAS TECNOLOGIAS DE GESTÃO NO CONTEXTO DA GOVERNANÇA DA
SEGURANÇA PÚBLICA: UMA ANÁLISE A PARTIR DOS ESTUDOS CULTURAIS

Recife
2025

ELIAS RICARDO DE OLIVEIRA

NOVAS TECNOLOGIAS DE GESTÃO NO CONTEXTO DA GOVERNANÇA DA
SEGURANÇA PÚBLICA: UMA ANÁLISE A PARTIR DOS ESTUDOS CULTURAIS

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade Federal de Pernambuco – PROPAD/UFPE, como requisito parcial para obtenção do título de doutor em administração. Área de concentração: administração.

Orientador (a): Prof. Dr. Fernando Gomes de Paiva Júnior (UFPE, Brasil)

Coorientador (a): Prof^a. Dr^a Bettina Hilgers (Concordia University, Montreal, Canadá)

Recife
2025

.Catalogação de Publicação na Fonte. UFPE - Biblioteca Central

Oliveira, Elias Ricardo de.

Novas tecnologias de gestão no contexto da governança da segurança pública: uma análise a partir dos estudos culturais / Elias Ricardo de Oliveira. - Recife, 2025.
275f.: il.

Tese (Doutorado) - Universidade Federal de Pernambuco, Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Programa de Pós-Graduação em Administração, 2025.

Orientação: Fernando Gomes de Paiva Júnior.

Coorientação: Bettina Hilgers.

Inclui referências e anexos.

1. Governança Pública; 2. Estudos Culturais; 3. Tecnologias de Gestão. I. Paiva Júnior, Fernando Gomes de. II. Hilgers, Bettina. III. Título.

UFPE-Biblioteca Central

SUBSTITUA ESSA PÁGINA PELA FOLHA DE APROVAÇÃO EMITIDA PELA SECRETARIA DO PROGRAMA APÓS A DEFESA.

A FOLHA DE APROVAÇÃO DEVE ESTAR SEM ASSINATURAS E EM FORMATO PDF. ELA DEVE CONTER OBRIGATORIAMENTE:

- NOME COMPLETO DO(A) AUTOR(A) DO TRABALHO
- TÍTULO DO TRABALHO
- NATUREZA (INCLUSIVE ÁREA DE CONCENTRAÇÃO)
- DATA DE APROVAÇÃO
- NOME E TITULAÇÃO DA BANCA EXAMINADORA E INSTITUIÇÕES A QUE PERTENCEM

Modelo de folha de aprovação disponível em:

<https://www.ufpe.br/documents/39058/594591/Folha+de+aprova%C3%A7%C3%A3o+edit%C3%A1vel/b72ea9cf-f1e6-4877-afd8-a796dea86026>

Dedico este estudo a todos aqueles que contribuíram direta e indiretamente, especialmente aos que não se fazem mais presente entre nós.

AGRADECIMENTOS

A conclusão desta tese de doutorado não teria sido possível sem o apoio incondicional e a dedicação de pessoas muito especiais.

Agradeço ao meu orientador, Fernando Gomes de Paiva Júnior, pela orientação valiosa, pelas críticas construtivas e pela confiança depositada em meu trabalho. Sua sabedoria e comprometimento foram essenciais para meu desenvolvimento acadêmico e pessoal.

Expresso minha profunda gratidão à minha esposa, Vanessa Roosevelt Marinho da Silva. Seu amor, paciência e compreensão foram fundamentais em cada etapa deste caminho. Você sempre acreditou em mim e me incentivou a seguir em frente, mesmo nos momentos mais desafiadores.

Minha sincera gratidão também à minha *advisor* em Montreal, Tina Hilgers. Seu suporte e insights foram cruciais para ampliar meus horizontes e enriquecer minha pesquisa.

Ao meu irmão Renato Pereira de Oliveira, agradeço pelo apoio e pela força que sempre encontrei em você. Sua presença foi um pilar importante em minha jornada.

Agradeço aos meus colegas de trabalho e à turma do doutorado. A convivência e as trocas de ideias com vocês tornaram essa experiência muito mais rica e memorável.

Por fim, não posso deixar de reconhecer a contribuição de todos os professores das disciplinas do PROPAD. Seu conhecimento e ensinamentos foram fundamentais para a formação que me trouxe até aqui.

A todos, meu muito obrigado.

“O sujeito da comunicação não é o meio, mas a relação. Importante não é o que diz o meio, mas o que fazem as pessoas com o que diz o meio, com o que elas veem, ouvem, leem. Esta é a mudança.”(MARTÍN-BARBERO, 2009, p. 5).

RESUMO

O contexto da pesquisa destaca a transformação da administração pública, incluindo governos e instituições públicas, por meio de novas tecnologias de gestão, como a aplicação de programas para diminuir as diversas formas de violência. Essas inovações visam otimizar processos, melhorar a tomada de decisão e envolver os diversos atores de forma efetiva. No contexto da era digital, os estudos culturais destacam a importância da implementação de políticas públicas, evidenciando como a governança pública, aliada a uma abordagem interdisciplinar, tornando-se essencial no enfrentamento de desafios complexos, como a violência no Brasil. Esta tese busca compreender de que maneira as novas tecnologias de gestão, presentes no âmbito da segurança pública, são representadas na sociedade, com um foco específico na governança pública e na influência das mídias sociais. O estudo segue uma abordagem qualitativa e inclui análise de discurso enquanto ferramenta de análise das informações por meio do estudo de caso dos programas de segurança pública Pacto Pela Vida e Juntos pela Segurança. A pergunta central é: como as novas tecnologias de gestão na segurança pública e defesa social são representadas, debatidas e resistidas na sociedade contemporânea, em um contexto de governança em segurança pública e influenciadas por mídias sociais digitais? A análise das informações demonstra que a ausência de mecanismos formais de participação da sociedade nas questões que envolvem as novas tecnologias de gestão, como o Programa Alerta Celular, na governança da segurança pública, leva a sociedade a buscar alternativas digitais para se manifestar sobre essas políticas públicas. As mídias sociais emergem como espaço de contrapoder, permitindo que a sociedade civil exerça um papel ativo na discussão a respeito dessas políticas públicas, ainda que de forma não oficial. Essa participação cidadã, embora não institucionalizada, demonstra a capacidade das mídias sociais, na condição de dispositivos que envolvem tecnologias da informação e comunicação no novo espaço da governança digital.

Palavras-chave: novas tecnologias de gestão; governança da segurança pública; estudos culturais.

ABSTRACT

The research context highlights the transformation of public administration, including governments and public institutions, through new management technologies, such as the implementation of programs aimed at reducing various forms of violence. These innovations seek to optimize processes, improve decision-making, and effectively engage different actors. In the context of the digital age, cultural studies emphasize the importance of implementing public policies, showing how public governance, combined with an interdisciplinary approach, becomes essential in addressing complex challenges such as violence in Brazil. This thesis aims to understand how new management technologies, present within the scope of public security, are represented in society, with a specific focus on public governance and the influence of social media. The study follows a qualitative approach and includes discourse analysis as a tool for analyzing information through the case study of the public security programs *Pacto Pela Vida* and *Juntos pela Segurança*. The central question is: how are new management technologies in public security and social defense represented, debated, and resisted in contemporary society, within a context of public security governance and influenced by digital social media? The analysis of the data demonstrates that the lack of formal mechanisms for public participation in matters involving new management technologies, such as the *Alerta Celular* Program, in public security governance, leads society to seek digital alternatives to express opinions about these public policies. Social media emerges as a space of counter-power, allowing civil society to play an active role in discussing these public policies, even if unofficially. This citizen participation, although not institutionalized, demonstrates the capacity of social media, as devices involving information and communication technologies, to act within the new space of digital governance.

Keywords: new management technologies; public security governance; cultural studies.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Abordagens Contemporâneas de Policiamento	24
Quadro 2 - Uso de tecnologias na segurança pública agrupados por área temática.....	50
Quadro 3 - Análise Comparativa de Tecnologias Estaduais para Combate ao Roubo e Furto de Celulares no Brasil.....	57
Quadro 4 - Características dos quatro mapas metodológicos de Jesús Martín-Barbero	84
Quadro 5 - Detalhamento Metodológico da Análise do Discurso	98
Quadro 6 - Fases da Pesquisa Documental	107
Quadro 7 - Relação das Palavras-chave utilizadas por categoria analítica da Governança da Segurança Pública.....	109
Quadro 8 - Artigos revisados por pares sobre o Pacto Pela Vida (2007-2022)	109
Quadro 9 - Procedimentos Metodológicos da Entrevista em Grupo com a ASCOM da PCPE: Estruturas e Referências	111
Quadro 10 - Participação de usuários em publicações sobre o Programa Alerta Celular e as Câmeras Corporais (julho/2024)	114
Quadro 11 - Categorias Analíticas da Teoria das Mediações	119
Quadro 12 - Quadro Conceitual das Categorias Analíticas da Teoria das Mediações.....	121
Quadro 13 - Instrumentos para elaboração do "Juntos Pela Segurança"	145
Quadro 14 - Características da Governança da Segurança Pública e sua Relação com os Planos de Segurança Pública de Pernambuco	164
Quadro 15 - Articulação entre as Características da Governança da Segurança Pública e o Mapa das Mediações	176
Quadro 16 - Análise discursiva dos comentários e emojis nas redes sociais: resistências e percepções sobre a segurança pública e o governo	184
Quadro 17 - Análise das postagens sobre o Programa Alerta Celular e a luz do Mapa das Mediações.....	186
Quadro 18 - Percepções do Programa Alerta Celular nas Redes Sociais Digitais: Mediações e Espaço de Resistência.....	189
Quadro 19 - Análise das Interações no TikTok sobre o Programa Alerta Celular à Luz do Mapa das Mediações de Jesús Martín-Barbero	200
Quadro 20 - Extrato da entrevista semiestruturada com grupo focal - comunicação da mídia digital da PCPE.....	207
Quadro 21 - Análise das Percepções dos Entrevistados Sobre Tecnologias e Governança da Segurança Pública.....	211
Quadro 22 - Quadro de Categorias Emergentes.....	215
Quadro 23 - Contribuições do Estudo	237
Quadro 24 - Protocolo de entrevista semiestruturada para grupo focal	274
Quadro 25 - Protocolo de entrevista semiestruturada para grupo focal direcionado ao Programa Alerta Celular.....	275

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Resumo Procedimentos Metodológicos	100
Tabela 2 - <i>Corpus</i> para análise do discurso	104
Tabela 3 - Linhas de Atuação e Pilares Estratégicos dos Planos de Segurança Pública de Pernambuco	156
Tabela 4 - Conexões entre Polos e Mediações no Contexto das Políticas de Segurança Pública.....	178
Tabela 5 - Distribuição das interseções Categorias Emergentes entre Polos e Mediações	214

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Primeiro mapa metodológico das mediações, de 1987	77
Figura 2 - Segundo mapa metodológico das mediações, de 1998	79
Figura 3 - Terceiro mapa metodológico das mediações, de 2010	81
Figura 4 - Quarto mapa metodológico das mediações, de 2017	83
Figura 5 - Esquema metodológico das etapas do estudo	97
Figura 6 - Fontes dos artigos científicos, documentos oficiais e matérias jornalísticas analisados....	106
Figura 7 - Esquema dos fluxos metodológicos alinhados à lente teórica	117
Figura 8 - Reunião da Câmara Técnica do Pacto Pela Vida na SEPLAG-PE.....	137
Figura 9 - Reunião da Câmara Técnica do Pacto Pela Vida na SEPLAG – visão dos participantes da projeção das demandas acompanhadas	138
Figura 10 - Slide com informações das estatísticas e fotográficas dos gestores responsáveis pela região de atuação do Pacto Pela Vida	139
Figura 11 - Esquema para tomada de decisão do modelo de Gestão do Pacto Pela Vida	140
Figura 12 - Registro e Acompanhamento das Demandas do Pacto Pela Vida.....	141
Figura 13 - Modelo de Coocorrência de Códigos por Proximidade	179
Figura 14 - Postagem da SDS no Facebook para incentivar a participação da sociedade no Programa Alerta Celular	194
Figura 15 - Entrega de um Aparelho Telefônico do Programa Alerta Celular de Pernambuco	195
Figura 16 - Evento de entrega de aparelhos telefônicos do Programa Alerta Celular em Pernambuco	198
Figura 17 - Rede das Categorias Analíticas e Emergentes do Grupo Focal.....	204

SUMÁRIO

1. CAPÍTULO I – INTRODUÇÃO	14
1.1. PROBLEMÁTICA.....	23
1.1. RELEVÂNCIA E CONTRIBUIÇÕES	28
2. CAPÍTULO II – REFERENCIAL TEÓRICO	35
2.1. NOVAS TECNOLOGIAS DE GESTÃO NA GOVERNANÇA DA SEGURANÇA PÚBLICA: UM PANORAMA GLOBAL E NACIONAL.....	35
2.1.1. GOVERNANÇA PÚBLICA	36
2.1.2. GOVERNANÇA NO CONTEXTO DA SEGURANÇA PÚBLICA.....	39
2.1.3. NOVAS TECNOLOGIAS DE GESTÃO APLICADAS NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	46
2.1.4. USO DE NOVAS TECNOLOGIAS DE GESTÃO POR FORÇAS POLICIAIS.....	47
2.1.5. NOVAS TECNOLOGIAS DE GESTÃO NO BRASIL	52
2.1.5.1. USO TECNOLÓGICO PARA DIMINUIR ROUBOS DE CELULARES NO BRASIL.....	56
2.1.6. NOVAS TECNOLOGIAS DE GESTÃO NO ESTADO DE PERNAMBUCO	61
2.2. ESTUDOS CULTURAIS.....	64
2.3.1. UM PANORAMA DA CULTURA.....	66
2.2.1. CONTEXTO HISTÓRICO	67
2.2.2. ESTUDOS CULTURAIS E COMUNICAÇÃO.....	69
2.2.3. ESTUDOS CULTURAIS NA AMÉRICA-LATINA	73
2.3.4. A TEORIA DAS MEDIAÇÕES DE JESÚS MARTÍN-BARBERO	75
2.3.5. MODELO DAS MEDIAÇÕES.....	76
2.3.6. A TECNICIDADE NA TEORIA DAS MEDIAÇÕES E AS NOVAS TECNOLOGIAS DE GESTÃO.....	85
2.3.7. ESTRUTURAÇÃO DAS CATEGORIAS ANALÍTICAS	88
3. CAPÍTULO III – PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	95
3.1. TIPO E ABORDAGEM DE PESQUISA	96
3.2. COLETA DE INFORMAÇÕES.....	96
3.3. ANÁLISE DO DISCURSO	100
3.4. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS DA PESQUISA DOCUMENTAL – NARRATIVA DO ESTADO, IMPRENSA E ACADEMIA	105
3.4.1. ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA	110
3.5. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS PARA ANÁLISE DAS INFORMAÇÕES NAS MÍDIAS SOCIAIS	113
3.6. FONTES DE INFORMAÇÕES.....	114
3.7. FLUXO METODOLÓGICO E LENTE TEÓRICA	116
3.7.1. CATEGORIAS ANALÍTICAS	119
4. CAPÍTULO IV – LÓCUS DE INVESTIGAÇÃO E SUJEITO DO ESTUDO	125
4.1. CONTEXTO SÓCIO-HISTÓRICO DOS PLANOS DE SEGURANÇA PÚBLICA IMPLEMENTADOS EM PERNAMBUCO	125
4.2. REDES E NARRATIVAS DA GOVERNANÇA DA SEGURANÇA PÚBLICA EM PERNAMBUCO	126
4.2.1. CONTEXTO HISTÓRICO DA GOVERNANÇA DA SEGURANÇA PÚBLICA E SUA INFLUÊNCIA PARA A SEGURANÇA PÚBLICA EM PERNAMBUCO.....	127
4.3. A INVESTIGAÇÃO A PARTIR DO PROGRAMA ALERTA CELULAR DE PERNAMBUCO	146
5. CAPÍTULO V – RESULTADOS DA ANÁLISE DOS DISCURSOS.....	150
5.1. OS PLANOS DE SEGURANÇA PÚBLICA DE PERNAMBUCO.....	151
5.1.1. A NARRATIVA DO PROGRAMA JUNTOS PELA SEGURANÇA	154
5.2. A GOVERNANÇA DA SEGURANÇA PÚBLICA EM PERNAMBUCO	156

5.4. NARRATIVAS ACERCA DA GOVERNANÇA DA SEGURANÇA PÚBLICA PROFERIDOS PELO ESTADO, IMPRENSA E ACADEMIA	164
5.4.1. ESTATÍSTICAS E VOZES DISSONANTES DA POLÍTICA DE SEGURANÇA PÚBLICA EM PERNAMBUCO ...	171
5.5. AS MEDIAÇÕES DAS NOVAS TECNOLOGIAS DE GESTÃO NO CONTEXTO DA GOVERNANÇA DA SEGURANÇA PÚBLICA	176
5.6. ANÁLISE A PARTIR DAS CATEGORIAS ANALÍTICAS	177
5.6.1. AS NARRATIVAS NAS MÍDIAS SOCIAIS DIGITAIS DO PROGRAMA ALERTA CELULAR.....	181
5.6.2. PARTICIPAÇÃO SOCIAL	202
5.6.3. MEDIAÇÕES TECNOLÓGICAS E ESTRATÉGIAS DE COMUNICAÇÃO: A RELAÇÃO ENTRE O DISCURSO DA POLÍCIA CIVIL DE PERNAMBUCO E O PROGRAMA ALERTA CELULAR NO INSTAGRAM.....	204
5.7. CATEGORIAS EMERGENTES.....	213
5.8. LIMITAÇÕES DO ESTUDO	224
CONCLUSÕES	226
6. REFERÊNCIAS	242
7. ANEXO	274
7.1. ANEXO A – PROTOCOLO DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA PARA GRUPO FOCAL.....	274
7.2. ANEXO B – ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA PARA GRUPO FOCAL COM TEMA DO PROGRAMA ALERTA CELULAR	275

NOVAS TECNOLOGIAS DE GESTÃO NO CONTEXTO DA GOVERNANÇA DA SEGURANÇA PÚBLICA: UMA ANÁLISE A PARTIR DOS ESTUDOS CULTURAIS

1. CAPÍTULO I – INTRODUÇÃO

A sociedade contemporânea caracteriza-se por ser fluida e cognitiva, marcada por mudanças constantes nas dinâmicas sociais, culturais e tecnológicas. Essa fluidez implica que as relações sociais, antes centradas em estruturas rígidas, agora se constroem em redes, movendo-se entre a materialidade e a virtualidade (Bauman, 2007; Castells, 1999). Paralelamente, a sociedade cognitiva reflete a centralidade do conhecimento e da informação como pilares das relações de poder e da produção de sentido, o que transforma a forma como indivíduos, grupos e instituições interagem e se posicionam no espaço público (Barreto, 2005; Gibbs Jr, 2003; Giddens, 2021). No contexto do capitalismo digital, as tecnologias, inicialmente vistas como ferramentas de democratização e participação, transformam-se em mecanismos de controle. Nesse cenário, os cidadãos perdem parte de seus direitos e são reduzidos a consumidores passivos. A internet e a televisão, que antes permitiam formas de engajamento, são agora utilizadas por grandes corporações e algoritmos para moldar opiniões e comportamentos. Esse controle sobre a comunicação limita a autonomia do indivíduo, já que as possibilidades de interação e crítica política são restritas (Canclini, 2021).

É imperativo adotar um olhar científico que compreenda como essas transformações impactam políticas públicas, especialmente no campo da governança da segurança pública. A adoção de novas tecnologias de gestão reflete essa realidade, em que o uso de dados e sistemas digitais não apenas operacionaliza ações estatais, mas também transforma a maneira como os cidadãos percebem, interagem e resistem a essas iniciativas (Zuboff, 2019, 2023). Essa transição marca uma mudança paradigmática nas políticas públicas, ao integrar ferramentas tecnológicas que buscam ampliar a eficácia, a transparência e o controle social, mas que, simultaneamente, suscitam debates sobre privacidade, desigualdade no acesso à informação e centralização do poder (Ressetti et al., 2022). No campo da segurança pública, essas mudanças assumem relevância, uma vez que as tecnologias, como sistemas de monitoramento, programas de identificação digital e plataformas de interação virtual, moldam as práticas de policiamento e afetam diretamente a relação entre o Estado e os cidadãos (Pedrozo, 2023). Assim, torna-se crucial investigar como essas ferramentas se relacionam com a confiança pública, promovem ou limitam a participação social e são utilizadas para justificar políticas que, muitas vezes,

enfrentam resistência e contestação nas redes sociais e em outros espaços de debate público, como a imprensa.

A execução de políticas públicas voltadas para o desenvolvimento sustentável e a construção de sociedades inclusivas e resilientes é favorecida pelo uso estratégico de novas tecnologias (Christensen, 2013). Soluções digitais, como sistemas de informação interconectados e plataformas de colaboração online, não apenas otimizam processos e promovem maior transparência, mas também envolvem os cidadãos de maneira efetiva, substituindo métodos tradicionais por abordagens mais dinâmicas e participativas (Noveck, 2021). Esses processos inovadores aprimoram a eficiência dos fluxos de trabalho, favorecem a adaptabilidade das organizações e impulsionam uma transformação nas práticas de gestão e governança (Fernandes et al., 2022; Ressetti et al., 2022). O uso dessas novas tecnologias de gestão no campo da governança pública representa um empreendimento interdisciplinar com raízes em Ciência Política, Administração Pública, Sociologia, Economia e Direito, com ramificações que se estendem a outros campos aplicados, como Turismo e Design (Ansell; Torfing, 2022).

A administração pública potencializa a formulação de políticas públicas com uso de tecnologias implementadas para promoção do desenvolvimento sustentável e construção de sociedades inclusivas e resilientes (Christensen, 2013). Essas tecnologias contemplam a utilização estratégica de soluções digitais, como os sistemas de informação interconectados e plataformas de colaboração online voltadas para otimizar processos, melhorar a tomada de decisão, aumentar a transparência nos trâmites burocráticos e envolver os atores relevantes para governança pública, incluindo cidadãos, de maneira mais efetiva do que métodos tradicionais na criação e execução dessas políticas públicas (Noveck, 2015). Esses processos inovadores visam aprimorar a eficiência dos fluxos de trabalho, incrementar a responsabilidade e favorecer a adaptabilidade das organizações na era digital, impulsionando a transformação das práticas de gestão e governança (Fernandes et al., 2022).

O papel assumido pela administração pública é essencial na transformação das práticas organizacionais e influencia como as organizações planejam, operam e interagem com seus *stakeholders*. Essa mudança é promovida pela incorporação de ferramentas tecnológicas que aumentam a eficiência, fomentam a transparência e aprimoram a comunicação entre os diferentes atores envolvidos na segurança pública. Tais ferramentas permitem decisões mais assertivas, maior engajamento comunitário e uma coordenação mais eficiente entre diferentes níveis e setores governamentais (Androniceanu, 2021; Pozen, 2020). Ao incorporar tecnologias

emergentes, como inteligência artificial, big data e *blockchain*, as organizações públicas aprimoram seus processos decisórios e ampliam a capacidade de atender às demandas de uma sociedade em transformação de maneira ágil e eficaz (Bingham, 2011; Kolbjørnsrud; Amico; Thomas, 2016; Oliveira; Paiva Júnior, 2022).

No âmbito da administração pública, a segurança pública assume papel de destaque devido à necessidade de combate ostensivo à violência no Brasil. Em 2022, por exemplo, 47.508 pessoas foram vítimas de homicídio (FBSP, 2023). Não obstante a redução de 2,4% desse índice de mortes em relação a 2021, a taxa de homicídios permanece elevada, uma vez que chega a atingir 23,4 por cem mil habitantes. Esse cenário insere o Brasil como o segundo país com a maior taxa de homicídios registrada na América do Sul, o que representa uma preocupação no sentido de instigar a movimentação por parte das autoridades e formuladores de políticas públicas (ONUDD, 2019).

O tema da segurança pública e da defesa social apresenta-se como um desafio de relevância e complexidade para a sociedade contemporânea. Em um cenário marcado pela constante transformação digital e pela fluidez da informação, as novas tecnologias de gestão emergem como mecanismos capazes de proporcionar ferramentas inovadoras com potencial para enfrentar esses desafios de forma assertiva e efetiva (Sherman, 2013). Essas tecnologias se referem ao uso de ferramentas, métodos e sistemas inovadores que visam melhorar a eficiência, a transparência e a tomada de decisões em organizações, tanto no setor público quanto no privado e incluem soluções digitais, como sistemas de informação interconectados, plataformas de colaboração online, inteligência artificial, *big data*, *blockchain*, Internet das Coisas (IoT) e inovações que transformam práticas tradicionais de gestão (Christensen, 2015; Davenport; Ronanki, 2018). Nesse contexto, as TIC se destacam por sua capacidade de transformar não apenas a administração pública, mas a interação entre Estado e sociedade. Elas podem reduzir custos, melhorar o acesso e a qualidade dos serviços públicos, minimizar o peso da conformidade regulatória e tornar as agências públicas transparentes e responsáveis (Hanna, 2010).

No Brasil, a segurança pública ocupa um lugar de destaque na agenda nacional, devido à sua complexidade e à centralidade dos problemas de violência e desigualdade social no cotidiano da população. Esse campo reflete a interseção de demandas por maior proteção, justiça social e direitos humanos, aspectos que desafiam constantemente as capacidades do Estado (Matarazzo; Fernandes; Alcadipani, 2020). Nesse contexto, as novas tecnologias de gestão surgem como

ferramentas estratégicas, que prometem maior eficiência e agilidade na formulação e implementação de políticas públicas (Peng; Tao, 2022). No entanto, a adoção dessas inovações não ocorre sem desafios, pois levanta debates éticos, sociais e culturais que são particularmente intensos em um país marcado por desigualdades históricas e desconfiança nas instituições públicas. A forma como essas tecnologias são apropriadas, resistidas e debatidas pela sociedade revela não apenas as limitações do seu uso, mas também as tensões subjacentes entre governança, controle social e cidadania (Sherman, 2013). Nesse contexto, a despolitização e a crise da democracia em muitos países latino-americanos refletem uma crescente desconfiança nas instituições políticas, especialmente, nos partidos, o que constitui uma rejeição da democracia representativa. Observa-se uma diminuição no apoio à democracia, com uma parte da população adotando posturas autoritárias. Apesar disso, o afastamento das instituições partidárias não significa a ausência total de participação cívica. Muitos cidadãos continuam a se engajar em movimentos sociais alternativos, como os movimentos feministas e comunitários, demonstrando novas formas de envolvimento político (Canclini, 2021).

Com a crescente preocupação da sociedade em relação à violência no Brasil, evidenciada por altas taxas de homicídios e crimes tecnológicos (Engel, 2015; FBSP, 2023; França Paz; França Paz, 2022), a governança em segurança pública é essencial para implementar políticas efetivas. Ela exerce papel crucial na criação de estratégias coordenadas entre entidades, como autoridades governamentais, forças policiais e sociedade civil, com vistas à redução dos índices de criminalidade (Costa, 2023; TCU, 2017; Teixeira; Gomes, 2019). Nesse contexto, a governança pública pode facilitar a integração de tecnologias inovadoras na segurança pública como forma de promover a eficiência operacional e resposta célere diante de desafios emergentes (Leitner; Stiefmueller, 2019).

Na sociedade em rede, o poder é descentralizado, articulando-se por meio de redes dinâmicas que conectam múltiplos atores, promovendo novos modelos de governança e interação social (Castells, 1999). Essa perspectiva dialoga com o uso estratégico das tecnologias digitais na formulação de políticas públicas e que substituem métodos tradicionais por abordagens mais participativas e colaborativas (Christensen, 2013; Noveck, 2015). No campo da segurança pública, a transição da nova gestão pública para a governança digital se reflete em programas como o Alerta Celular, que utilizam tecnologias de monitoramento e comunicação para ampliar a eficácia das ações estatais em crimes que envolvem o roubo e furto desses aparelhos, além de fomentar maior proximidade com a população (Oliveira; Paiva Júnior, 2022).

O Programa Alerta Celular constitui uma iniciativa de segurança pública implementada em alguns estados brasileiros, como Pernambuco, Paraíba e Piauí, para combater o roubo e o furto de celulares. O programa permite que os cidadãos cadastrem o IMEI (Identificador Internacional de Equipamento Móvel) de seus aparelhos em uma base de dados administrada pelas forças de segurança. Dessa forma, quando a polícia recupera celulares roubados ou furtados, pode verificar no sistema se o aparelho foi registrado como extraviado e devolvê-lo ao proprietário.

No Brasil, em 2023, foram registradas 937.294 ocorrências desse tipo, o que equivale a quase dois celulares subtraídos por minuto. Esses números refletem não só a vulnerabilidade da população, mas também a expansão de redes criminosas que utilizam os dispositivos roubados para acessar dados pessoais, praticar fraudes e financiar outras atividades ilegais (FBSP, 2024). Em Pernambuco, o Programa Alerta Celular já registrou mais de 719.698 cadastros até 2024 e contribuiu para a redução de roubos e furtos de celulares no estado (SDS, 2024). Mais do que quantificar os casos, é fundamental entender como esses crimes acontecem e quais estratégias podem ser adotadas para combatê-los. O conhecimento sobre as dinâmicas dessas práticas criminosas permite o desenvolvimento de políticas públicas eficazes, além de orientar ações preventivas e educativas para a população. Nesse ambiente, existem questões éticas e sociais dessas transformações que apontam para o uso intensivo de dados e tecnologias e sua relação em reforçar práticas de vigilância e controle, além de gerar resistências (Zuboff *et al.*, 2019). Ainda assim, soluções digitais bem implementadas podem fortalecer as conexões entre Estado e sociedade, ao integrar ferramentas que respondem às demandas de maneira mais transparente e inclusiva (Goldsmith; Yang, 2024).

A tecnologia de comunicação não funciona apenas como meio de transmissão de informações, mas também molda a forma como as sociedades interagem e se organizam. Ao integrar as tecnologias à vida cotidiana, as relações sociais e políticas se tornam mediadas, e isso altera os processos de construção de identidade e participação do indivíduo na sociedade (Martín-Barbero, 2009; Moragas; Terrón; Rincón, 2017). A mídia, em sua capacidade de formar e transformar os significados sociais, influencia tanto as práticas culturais, quanto a percepção pública (Canclini, 2021). Isso implica que as tecnologias não apenas impõem conteúdos, mas também interferem na forma como esses conteúdos são interpretados e absorvidos pelos indivíduos, de acordo com o contexto sociocultural em que estão inseridos (Bonin, 2019).

A influência da midiaticização e da convergência tecnológica presente nas mutações culturais constitui um exemplo do modo como pode ser observado o uso de estratégias de engajamento nas redes sociais, a exemplo de campanhas institucionais como o programa Alerta Celular, que buscam não apenas informar, mas também mobilizar a participação social e legitimar ações de segurança pública por meio de interações mediadas por plataformas digitais (Oliveira; Paiva Júnior, 2022). Atualmente, plataformas como Facebook, Instagram, X (Twitter) e TikTok permitem não apenas a comunicação instantânea entre indivíduos, mas também a disseminação de ideias, valores e tendências culturais pautados em uma escala global.

As redes sociais se transformam em espaços complexos de interação, em que a expressão de opiniões, a construção de identidades e a mediação tecnológica convergem para influenciar as dinâmicas sociais contemporâneas. Essas plataformas não só facilitam novas formas de sociabilidade, mas também moldam comportamentos, percepções e práticas de consumo de informações. Nesse cenário, o emprego de novas tecnologias de gestão ocorre para enfrentar o desafio da violência, visto que as inovações tecnológicas estão transformando as dinâmicas de interação entre os governos e os cidadãos. A administração pública atual, seja por iniciativa própria ou em resposta a estímulos externos, está atenta a essas transformações (Balbe, 2010). Assim, essas inovações visam aprimorar a eficiência, a responsabilidade e a adaptabilidade das organizações na era digital, impulsionando a transformação das práticas de gestão e governança (Fernandes et al., 2022).

A transformação das interações sociais em um contexto de cultura política impactada pela midiaticização e pelas tecnologias digitais reflete mudanças nas formas de engajamento cívico e político. As plataformas digitais contemporâneas, como Facebook, Instagram e TikTok, transcendem a mera comunicação entre indivíduos, configurando-se como arenas globais em que ideias, valores e tendências culturais são disseminados e compartilhados. Essas plataformas reconfiguram as relações sociais, promovendo novas formas de sociabilidade e influenciando comportamentos, percepções e práticas de consumo de informação. Nesse ambiente, as tecnologias de gestão emergem como ferramentas cruciais para enfrentar desafios complexos, como a violência, e para promover uma interação mais eficaz entre governos e cidadãos, busca aumentar a eficiência e a adaptabilidade das instituições públicas em uma era digital (Canclini, 2021).

A compreensão das resistências da sociedade às novas tecnologias de gestão, sob a perspectiva dos Estudos Culturais (EC), no contexto da governança em segurança pública e defesa social,

constitui o ponto de partida deste estudo. Por meio do olhar pautado nos Estudos Culturais, é possível analisar os contextos nos quais políticas públicas são implementadas, situação que evidencia limitações e propõe caminhos para superar práticas pouco efetivas, fomentando culturas alinhadas aos direitos humanos (Haynes, 2021).

As redes sociais digitais emergem como espaços para o debate público, especialmente em um cenário em que as tecnologias de gestão passam a ocupar papel central nas políticas públicas. Esses ambientes virtuais têm possibilitado que os cidadãos expressem questionamentos e insatisfações frente às iniciativas governamentais, desafiando as narrativas oficiais e criando novos espaços de contestação (Cunha, 2022). No campo da segurança pública, essas plataformas são utilizadas tanto para discutir a eficácia das políticas quanto para evidenciar preocupações éticas, como a privacidade e a vigilância (Júnior; Santos, 2022). A resistência, muitas vezes manifestada em postagens, comentários e debates, revela um tensionamento entre a promessa de maior eficiência estatal e as percepções de controle e exclusão social.

Os estudos culturais se concentram em analisar a maneira como as representações culturais são construídas e disseminadas em torno de determinados fenômenos (Barker, 2004) e podem contribuir para a compreensão da maneira como as novas tecnologias de gestão são retratadas no âmbito da cultura, na mídia e nas narrativas públicas. Além disso, os EC auxiliam a examinar as percepções e atitudes das partes interessadas em relação à implementação dessas tecnologias, incluindo cidadãos, funcionários públicos e gestores, a respeito das mudanças tecnológicas na administração pública. Logo, tal abordagem teórico-conceitual destaca-se como relevante na área dos estudos organizacionais devido a sua capacidade de proporcionar uma compreensão aprofundada a respeito do modo como as mudanças tecnológicas impactam nas dinâmicas e práticas nas organizações (Geertz, 1973, 2008). Além disso, elas permitem uma análise de práticas sociais, valores e crenças, que estão presentes tanto nos processos internos, quanto nas relações externas das organizações, de modo a contribuir para a compreensão da forma como os comportamentos e as dinâmicas organizacionais são influenciados e moldados por esses fatores (Harrison; Carroll, 2021).

Na vertente latino-americana, os estudos culturais desempenham um papel relevante ao oferecer perspectiva para compreender as dinâmicas culturais e organizacionais da região. Ao focar nas particularidades das culturas latino-americanas, estudiosos como Jesús Martín-Barbero e Néstor García Canclini contribuem com insights que enriquecem o campo dos Estudos Culturais. Logo, a diversidade cultural, os legados históricos e os conflitos sociais presentes na

América Latina contribuem para o debate acadêmico e a análise crítica das relações entre cultura, poder e política nas organizações e na sociedade (Lopes, 2014; Escosteguy, 2013).

A teoria Barberiana (Barbero, 2021; Jacks, 2020; Lopes, 2018), vista por meio do mapa metodológico das mediações, oferece caminhos que podem clarificar a questão de pesquisa deste estudo, especialmente no que tange às nuances e complexidades do tema. Nas obras de Jesús Martín-Barbero, as relações entre mídia e culturas na América Latina são abordadas de forma central, evoluindo ao longo de sua trajetória. Essas transformações estão intrinsecamente vinculadas à abordagem epistêmica e cartográfica de Martín-Barbero, que orienta suas reflexões em sintonia com as mudanças nas sociedades especialmente no campo da Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) (Bonin, 2019).

Ao assumir que a sociedade contemporânea requer um olhar que vai além de análises técnicas e normativas, este estudo se insere na perspectiva de compreender as práticas discursivas e os processos de mediação, sendo essencial para lidar com a complexidade da governança contemporânea. Assim, torna-se possível interpretar a maneira como a fluidez social e a centralidade do conhecimento modelam não apenas as políticas públicas, mas também as formas de contestação e participação social em torno dessas políticas públicas (Bevir, 2016).

O aspecto ontológico deste estudo fundamenta-se na compreensão de que vivemos em uma sociedade caracterizada por um fluxo contínuo de informações e transformações cognitivas, em que o digital reconfigura a natureza das relações humanas, sociais e políticas (Alves, 2021; Cunha, 2022). Nesse cenário, a era da informação não apenas potencializa a disseminação do conhecimento, mas também redefine as formas como o mesmo é produzido, compartilhado e aplicado. A sociedade contemporânea, marcada por sua fluidez e interconectividade, exige um olhar atento às dinâmicas do conhecimento como motor de adaptação e inovação em um mundo em constante mudança. Nesse contexto, este estudo defende a tese de que as novas tecnologias de gestão funcionam como mediadoras na articulação entre a sociedade contemporânea e o poder público, em um contexto de redes sociais digitais que, como destaca Castells (1999), organiza as interações sociais de forma descentralizada e fluida. A sociedade da informação, estruturada em redes sociais, transforma a forma como o poder é exercido e contestado, proporcionando novos meios para que as instituições públicas se conectem com os cidadãos e implementem políticas públicas. Nesse sentido, as tecnologias de gestão na segurança pública, ao mesmo tempo que buscam promover eficiência, enfrentam resistência social significativa, revelando tensões entre governança da segurança pública e participação democrática.

Em uma sociedade que articula suas interações principalmente por meio das redes sociais digitais, os cidadãos, ao se depararem com lacunas ou barreiras nos canais oficiais de participação, recorrem a essas plataformas para expressar resistência, questionamentos ou críticas. As redes sociais, assim, tornam-se espaços de contestação, onde o público pode debater, resistir e até reformular as narrativas e políticas impostas pelas instituições, evidenciando uma dinâmica de poder complexa e muitas vezes desafiadora para a governança da segurança pública.

Neste estudo, então, adotamos a teoria das mediações de Jesús Martín-Barbero a fim de auxiliar a se entender o modo como as novas tecnologias de gestão funcionam como dispositivos técnicos que não apenas articulam e fazem circular as políticas públicas, mas também criam, ao mesmo tempo, um campo de disputas discursivas e resistências sociais. Assim, a análise se concentra nas dimensões de temporalidades, espacialidades, sensorialidades e tecnicidades que atravessam essas mediações (Martín-Barbero, 2008), destacando o papel da comunicação na governança pública e os processos de negociação de poder que emergem nas interações digitais. A partir desse contexto, buscamos compreender a forma como as novas tecnologias de gestão na segurança pública e defesa social são representadas, debatidas e resistidas na sociedade contemporânea, com foco especial em um contexto de governança da segurança pública influenciada por mídias sociais digitais sob a perspectiva dos estudos culturais latino-americanos. Assim, a pergunta de pesquisa que norteia o estudo se pauta por investigar: como as novas tecnologias de gestão na segurança pública e defesa social são representadas, debatidas e resistidas na sociedade contemporânea, em um contexto de governança em segurança pública e influenciadas por mídias sociais digitais? Nesse contexto, defendemos a tese de que as novas tecnologias de gestão, como o Programa Alerta Celular, são mediadoras na relação entre integrantes da sociedade civil e agentes do poder público, especialmente no contexto da governança da segurança pública, influenciada pelas mídias sociais digitais.

Para alcançar o objetivo deste estudo, os procedimentos metodológicos se alicerçam numa pesquisa aplicada de natureza descritiva com foco na análise do fenômeno investigado por meio de uma abordagem qualitativa (Flick, 2022). A coleta de informações ocorre de forma primária e secundária. Como método analítico, utiliza-se a técnica de análise de discurso de corrente francesa na investigação de documentos e informações que fornecem elementos dirigidos para subsidiar a teorização da questão de pesquisa. Nesse contexto, o lócus de investigação se debruça sobre a política de segurança pública de Pernambuco (Pacto Pela Vida - 2007/2022 e

Juntos pela Segurança - 2023), com análise do estudo de caso do Programa Alerta Celular em Recife, Pernambuco, Brasil.

1.1. Problemática

A violência constitui um desafio persistente enfrentado por territórios, estados e países. Na busca por soluções eficazes voltadas para enfrentar esse cenário na resolução de conflitos sociais, a utilização de novas tecnologias de gestão tem se destacado como estratégia de modernização e inovação presente na área da segurança pública e defesa social. Por meio do uso dessas tecnologias, os estados visam proporcionar efetividade nas ações de prevenção e repressão à violência (Ressetti et al., 2022).

As novas tecnologias de gestão no âmbito da administração têm transformado as práticas policiais ao serem adotadas por agentes de segurança pública e defesa social, visando otimizar a eficiência operacional e reconfigurar as estratégias de atendimento à população. Ao longo da história, exemplos como a introdução de carros de patrulha aprimoraram a mobilidade policial, permitindo respostas rápidas em situações de emergência e controle de crimes (Manning, 1992). Da mesma forma, a implementação do sistema telefônico 911 exigiu que a polícia priorizasse chamadas com base na necessidade e gravidade de cada caso, o que tende a modificar a abordagem policial em relação aos crimes (Kennedy; Van Brunschot, 2009). Além disso, tecnologias de informação recentes concedem à polícia acesso a grandes volumes de dados e a capacidade de gerar informações a partir de qualquer localização (Sanders; Henderson, 2013).

Na adoção de qualquer nova tecnologia de gestão por parte da polícia, espera-se um período de adaptação, pois os agentes consideram a "facilidade de utilização", qualidade, oportunidade e qualidade da informação (Colvin; Goh, 2005). O policiamento contemporâneo tem sido caracterizado por abordagens e táticas, como policiamento comunitário (Schneider, 2016), policiamento baseado em inteligência (Schaible; Sheffield, 2012), policiamento orientado para os problemas (Eric Ikerd, 2010), policiamento baseado em governança (A. Ferrandino, 2014), policiamento baseado em evidências (Sherman, 2013) e policiamento inteligente (Joyce; Ramsey; Stewart, 2013). Cada uma dessas abordagens dispõe de suas próprias filosofias e práticas, em que se busca lidar com uma sociedade em constante transformação e, consequentemente, com um contexto criminal em evolução. Nesse contexto, apresentamos essas abordagens no Quadro 1.

Quadro 1 - Abordagens Contemporâneas de Policiamento

Tipo de Policiamento	Descrição	Referência
Policiamento Comunitário	Foca na proximidade entre polícia e comunidade, promovendo a participação social para identificar problemas locais e soluções conjuntas.	(Schneider, 2016)
Policiamento Baseado em Inteligência	Utiliza dados e informações para direcionar ações policiais, visando a prevenção e solução de crimes por meio da análise de padrões.	(Schaible; Sheffield, 2012)
Policiamento Orientado para os Problemas	Abordagem que busca resolver problemas específicos na comunidade, focando na identificação e intervenção em questões que geram criminalidade.	(Eric Ikerd, 2010)
Policiamento Baseado em Governança	Envolve a colaboração entre diferentes instituições e a comunidade, visando uma gestão mais eficaz da segurança pública.	(A. Ferrandino, 2014)
Policiamento Inteligente	Integra tecnologias avançadas, como vigilância por câmeras e análise de dados em tempo real, para otimizar as operações policiais.	(Joyce; Ramsey; Stewart, 2013)
Policiamento Baseado em Evidências	Fundamenta suas ações em dados e pesquisas científicas, buscando eficácia nas intervenções e decisões policiais.	(Sherman, 2013)

Fonte: elaboração própria.

A problemática da segurança pública se mostra complexa e multifacetada, exigindo uma abordagem que contemple tanto as dinâmicas sociais, quanto as inovações tecnológicas. O Quadro 1 destaca formas de policiamento contemporâneo que utilizam novas tecnologias para enfrentar os desafios da criminalidade. O policiamento fundamentado em evidências e o policiamento inteligente, por exemplo, refletem a crescente dependência de dados e análises para orientar as ações policiais (Sherman, 2013). Essa mudança não só aprimora a eficiência operacional, mas também transforma a relação da polícia com a comunidade, promovendo uma atuação proativa, estratégica e baseada em informações detalhadas sobre as realidades locais.

A transformação do modelo de atuação de políticas de segurança pública traz à tona questões éticas e sociais que precisam ser consideradas. A adoção de tecnologias de gestão na segurança pública pode resultar em uma vigilância excessiva e na potencial violação de direitos civis, especialmente se não houver um equilíbrio adequado entre segurança e privacidade. Além disso, a dependência excessiva de dados pode levar a preconceitos inconscientes na tomada de decisões policiais, afetando desproporcionalmente certas comunidades. Nesse sentido, enquanto as novas tecnologias oferecem oportunidades significativas para melhorar a segurança pública, é fundamental que sua implementação seja acompanhada de um diálogo aberto com integrantes da sociedade em meio à assunção do compromisso com a transparência e a responsabilidade (Oliveira; Paiva Júnior; Soares, 2024).

No mundo, os pesquisadores como Lum et al. (2019), Nix; Todak; Tregle (2020) e Lara; Júnior; Matos Pereira (2023), buscam entender como as agências policiais se organizam para combater o crime, enfatizando o uso de tecnologias de vigilância e ferramentas inovadoras para aprimorar a eficácia do trabalho policial (Oliveira; Paiva Júnior, 2024). Assim, esses autores destacam que os resultados indicam para a necessidade de implementação de políticas públicas que incentivem a variedade de tecnologias adotadas pelas instituições policiais, com o objetivo de aprimorar tanto a efetividade quanto a transparência das políticas em segurança pública. Como exemplo, os autores citam os investimentos em avanços com câmeras corporais e sistemas de gerenciamento de dados que podem ser vantajosos, desde que sejam complementados por medidas rigorosas para salvaguardar a privacidade e proteger os dados dos cidadãos.

No Estado brasileiro de Pernambuco, o Plano Estadual de Segurança Pública "Juntos pela Segurança" (2023) visa aprimorar a eficácia das políticas de segurança pública para combater a violência e a criminalidade. Esse plano integra a adoção de novas tecnologias de gestão, como câmeras, que são incorporadas ao uniforme dos agentes públicos (SDSPE, 2024a). Paralelamente à implementação dessa ferramenta, a Secretaria de Defesa Social de Pernambuco anunciou a adoção da tecnologia de reconhecimento facial conduzida para identificar indivíduos com mandados de prisão emitidos pelo judiciário (SDSPE, 2024b).

No contexto da evolução das tecnologias no âmbito policial, programas como o “Alerta Celular” (Governo de Pernambuco) e “Celular Seguro” (Governo Federal, Brasil), destacam-se como ferramentas essenciais para coibir roubos e furtos de dispositivos móveis. Ao adotar estratégias inovadoras, esses Programas buscam transformar a dinâmica do policiamento na sociedade, alinhando-se a abordagens contemporâneas, como o policiamento inteligente (Joyce; Ramsey; Stewart, 2013). Essa integração com o mundo cibernético representa um exemplo da forma como as novas tecnologias de gestão não apenas transformam a prática policial, mas também se tornam ferramentas aliadas na prevenção e combate a crimes, de maneira a promover a adaptação necessária a um cenário de rápida mutação (Oliveira; Paiva Júnior, 2022).

A introdução da tecnologia de reconhecimento facial, por outro lado, tem gerado controvérsia e enfrentado resistência de setores envolvidos na segurança pública. O Ministério Público de Pernambuco manifestou sua oposição à utilização dessa tecnologia, levantando preocupações sobre o potencial para discriminação contra grupos vulneráveis, como negros e pessoas de baixa renda (DPPE, 2023; MPPE, 2023). Além disso, o anúncio dessa medida, efetuado apenas duas semanas antes do Carnaval de 2024, suscitou críticas da imprensa, conforme reportagens

publicadas no portal do Jornal do Commercio de Pernambuco em que também faz indagações sobre o potencial discriminatório dessa tecnologia de reconhecimento facial utilizada pela polícia (JCPE, 2024).

O portal de notícias jornalísticas ‘G1’ da Rede Globo Pernambuco e o Diário de Pernambuco têm reproduzido o posicionamento oficial do governo sem questionamentos relacionados à adoção de câmeras com reconhecimento facial. Isso foi evidenciado pela transmissão do discurso oficial em uma entrevista coletiva no portal da Globo Pernambuco (G1PE, 2024), sem aprofundamento ou questionamentos adicionais. Logo, a divergência de opiniões e as discussões em torno da implementação dessas tecnologias destacam a complexidade e os desafios envolvidos na adoção de medidas inovadoras no campo da segurança pública em Pernambuco.

O debate sobre a implementação da tecnologia de reconhecimento facial em Pernambuco revela uma disputa narrativa que vai além das questões técnicas e de segurança, envolvendo múltiplos atores e suas respectivas espacialidades e tecnicidades. Enquanto alguns setores da mídia, como o portal G1 da Globo Pernambuco e o Diário de Pernambuco, parecem reproduzir o discurso hegemônico do governo estadual sem problematizações, outros veículos, como o Jornal do Commercio de Pernambuco, adotam uma postura crítica, trazendo à tona preocupações com respeito à discriminação e o impacto dessa tecnologia sobre grupos marginalizados. Conforme a análise do discurso de linha francesa, esse cenário evidencia que há uma disputa pela definição do sentido da tecnologia de reconhecimento facial: ora apresentada como um avanço na segurança pública, ora como um risco de vigilância excessiva e discriminação. Ademais, a partir da perspectiva de Martín-Barbero sobre mediações, é possível perceber como as redes e narrativas construídas pelos diferentes veículos jornalísticos criam mapas de sentido que influenciam a percepção pública sobre o tema, o que tende a refletir as complexas interações entre espacialidades, tecnicidades e os interesses políticos subjacentes.

Os espaços de debate e resistência, especialmente em relação às novas tecnologias de gestão, encontram nas mídias sociais digitais um terreno fértil para a participação social ativa e diversificada. Pierre Lévy, em suas discussões sobre cibercultura, define esse conceito como um conjunto de práticas, atitudes, modos de pensamento e valores que emergem com a expansão do ciberespaço — o ambiente de informação e comunicação criado pela interconexão global de computadores (Lévy, 2010). Nesse contexto, as mídias sociais digitais não apenas facilitam o fluxo de informações, mas também configuram arenas de disputa simbólica, em que

diferentes vozes e perspectivas podem se manifestar, influenciando a percepção e a prática social frente às inovações tecnológicas.

Um exemplo significativo do conflito entre aceitação e resistência a novas medidas de segurança ocorreu em Pernambuco em 2022, quando a Polícia Militar de Pernambuco (PMPE) decretou a proibição de rádios de pilha e outros objetos considerados potencialmente perigosos nos estádios de futebol. Essa decisão foi justificada com base nos protocolos de segurança estabelecidos durante as Copas das Confederações e do Mundo no Brasil, em 2013 e 2014. A PMPE, em sua nota oficial, enfatizou que qualquer item que pudesse comprometer a segurança dos torcedores seria confiscado, devido ao seu potencial de uso em confrontos ou de ser arremessado contra terceiros (Globo, 2022; JCNE10, 2022). Esse episódio evidencia a tensão entre a necessidade de segurança pública e os direitos individuais dos cidadãos, refletindo as complexidades das políticas de gestão de segurança em ambientes de grande aglomeração.

A proibição dos rádios de pilha e outros dispositivos pela Polícia Militar de Pernambuco (PMPE) provocou uma reação imediata dos torcedores, que expressaram sua indignação nas redes sociais, resultando em ampla repercussão em plataformas como Twitter, Instagram, YouTube e Facebook. O evento gerou um debate público, com internautas se posicionando tanto a favor quanto contra a medida adotada pela PMPE. Paralelamente, a mídia tradicional — incluindo televisão, rádio e portais online — noticiou o tema, acompanhado de análises de comentaristas esportivos. Sob crescente pressão popular e midiática, a PMPE revogou a decisão em menos de 24 horas após a emissão da primeira nota, permitindo novamente a entrada de rádios de pilha nos estádios. Conforme declarou um representante da PMPE: "Estamos suspendendo essa determinação para reavaliação e não haverá restrição quanto aos rádios." Esse episódio destaca o impacto das mídias sociais e tradicionais na modelagem das políticas públicas de segurança, evidenciando como o engajamento cívico digital pode influenciar decisões institucionais (RÁDIO JORNAL PERNAMBUCO, 2022). Esse fato evidencia a forma como as novas tecnologias de gestão aplicadas à segurança pública podem suscitar resistência e debates na cibercultura, um espaço de participação e contestação dos cidadãos.

Movimentos sociais digitais emergem como respostas à crise da sociedade civil, especialmente em um contexto em que as redes sociais digitais servem como espaços de contestação e engajamento cívico. Esses movimentos utilizam plataformas digitais para desafiar práticas institucionais, promover debates públicos e reivindicar direitos, evidenciando uma dinâmica de participação que ultrapassa os canais tradicionais de interação política (Canclini, 2021). A

resistência às políticas de segurança pública, por exemplo, frequentemente se manifesta através dessas redes, em que cidadãos podem questionar, criticar e influenciar a formulação e implementação dessas políticas. Esse ambiente de contestação digital não apenas amplia as possibilidades de participação, mas também expõe as tensões entre as demandas sociais e as respostas institucionais, contribuindo para uma compreensão das necessidades de adaptação das práticas de governança para atender às expectativas de uma sociedade em constante transformação.

A perspectiva teórica dos estudos culturais, especialmente aqueles que contemplam reflexões teóricas na América Latina, como nos estudos de Lopes (2018b), Martín-Barbero (1998) Martín-Barbero; Rincon (2019), pode contribuir para o avanço da ciência no contexto da governança da segurança pública, na medida em que oferece compreensão das dinâmicas culturais e sociais que moldam a aceitação e a resistência às inovações tecnológicas. Esses estudos proporcionam um quadro teórico para analisar como as tecnologias de gestão são recebidas e contestadas dentro de contextos específicos, iluminando as complexidades das interações entre cidadãos, políticas públicas e novas tecnologias.

As disputas sobre segurança pública ocorrem nas redes sociais digitais, que se configuram como espaços de participação e contestação social. Plataformas como X (Twitter), Instagram, Facebook e TikTok permitem que os cidadãos expressem suas opiniões, informações, críticas e demandas, frequentemente ignoradas ou silenciadas pelos meios tradicionais de comunicação e por órgãos públicos (Medeiros; Mainieri, 2022).

1.1. Relevância e Contribuições

A segurança pública e a defesa social, tradicionalmente associadas a estruturas hierárquicas rígidas e métodos operacionais conservadores, têm vivenciado uma transformação impulsionada pela inovação tecnológica (Ressetti et al., 2022). Essas mudanças se dão em resposta a desafios contemporâneos como o aumento da complexidade social, as demandas por maior eficiência, a pressão por transparência e o avanço das tecnologias emergentes (Alcadipani *et al.*, 2024).

O conceito de inovação na segurança pública tem sido debatido no contexto global, especialmente a partir da crescente digitalização dos serviços públicos e da adoção de tecnologias disruptivas. A literatura internacional destaca que a inovação pode ocorrer em três principais dimensões: tecnológica, organizacional e social (Leitner; Stiefmueller, 2019).

No contexto da governança, a inovação apresenta características distintas em relação ao setor privado. Diferentemente das inovações focadas em produtos ou processos empresariais que visam ganhos organizacionais, as inovações na governança pública buscam melhorar o desempenho social por meio de transformações nos sistemas de financiamento, tomada de decisão e produção, envolvendo múltiplos setores. Essas inovações desafiam as fronteiras organizacionais, criando redes colaborativas que integram recursos públicos e privados, além de explorar a capacidade do governo de moldar direitos e responsabilidades privadas (Osborne, 2010). Nesse sentido, a literatura acadêmica sobre inovação no setor público tem reconhecido a relevância dessas inovações para fortalecer a legitimidade do governo e atender às demandas de uma sociedade em constante mudança. Inovações em governança se destacam por transcender mudanças internas em organizações individuais, focando em redes e sistemas complexos de produção social. Elas introduzem novas formas de alocação de recursos, decisões coletivas e avaliação de resultados. Exemplos incluem a descentralização de poderes, privatizações e parcerias público-privadas, bem como o aumento da participação pública no planejamento e entrega de serviços (Andrikopoulos; Ifanti, 2020).

A segurança pública e a defesa social são orientadas por pesquisas interdisciplinares que visam compreender os desafios contemporâneos da criminalidade e desenvolver estratégias inovadoras voltadas para estimular o aprimoramento de políticas de segurança pública. Nesse contexto, foram conduzidas buscas nas bases de dados Scopus, WOS (*Web of Science*), Capes Periódicos e na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD) com o intuito de identificar pesquisas relevantes no campo. Nessa busca, não foram encontrados estudos relacionados à proposta deste tema. Adicionalmente, a busca realizada no banco de teses da Plataforma Sucupira também não resultou na identificação de teses referentes a essa temática. As palavras-chave "artefatos tecnológicos", "estudos culturais", "segurança pública" e/ou "defesa social" foram empregadas usando operadores booleanos na busca da pesquisa em português, inglês, francês e espanhol. Dessa forma, os resultados da pesquisa revelam a escassez de estudos que abordem essa temática específica na literatura acadêmica atual (Amaral; Vargas; Prates, 2023).

A importância da pesquisa na área da segurança pública e defesa social se revela não apenas como contribuição para o avanço científico, como também constitui um meio essencial à formulação e avaliação de políticas públicas voltadas para promover transformações significativas na sociedade no que tange à redução da violência e à melhoria da qualidade de vida. Logo, o estudo de novas tecnologias de gestão na segurança pública revela a relevância

de uma modalidade de pesquisa que venha a integrar teoria e prática social, uma vez que possibilita o entendimento das dinâmicas sociais e institucionais envolvidas, bem como a identificação de fatores que promovem ou dificultam sua implementação e eficácia (Huff; Katz; Webb, 2018; Pickering, 2020). Ao ser examinado o impacto dessas tecnologias na aceitação e adoção por parte da sociedade, a pesquisa oferece uma compreensão profícua com respeito às implicações práticas de programas como o Alerta Celular.

A escolha do Programa Alerta Celular de Pernambuco para análise no âmbito dos planos de segurança pública de Pernambuco se alinha à abordagem teórica adotada nesta pesquisa, que se fundamenta na Análise do Discurso (AD) e nos Estudos Culturais Latino-Americanos, especialmente por meio do mapa das mediações de Jesús Martín-Barbero (JMB). Os estudiosos da AD, ao considerar a relação entre linguagem, poder e sociedade, oferecem uma lente crítica para explorar como os discursos sobre segurança pública e tecnologias de gestão são construídos, legitimados e, em alguns casos, contestados. A teoria de JMB, com seu foco nas mediações culturais, permite analisar o modo como as práticas discursivas interagem com os meios de comunicação e as tecnologias digitais, o que configura a existência de novas formas de participação e resistência da sociedade civil.

A participação ativa da sociedade em iniciativas de segurança, como o programa Alerta Celular da Secretaria de Defesa Social de Pernambuco (SDSPE), exemplifica a forma como a colaboração entre o Estado e os cidadãos pode resultar na mitigação de problemas sociais complexos, como o roubo e furto de aparelhos celulares. Nesse cenário, pesquisas que examinam a adesão pública e o impacto dessas políticas são essenciais para compreender as dinâmicas de interação entre governança da segurança pública e participação social (Oliveira; Paiva Júnior, 2022; Oliveira; Paiva Júnior; Soares, 2024).

A incorporação de abordagens teóricas oriundas dos estudos culturais ultrapassa os limites da área de segurança pública e defesa social, uma vez que permite uma análise crítica das relações de poder e dos processos de mediação que configuram as práticas e os discursos institucionais. A contribuição deste estudo se insere em um contexto multidisciplinar, na medida em que visamos esclarecer a noção conceitual das complexas interações entre tecnologia, política, cultura e sociedade, destacando como essas dimensões se entrelaçam para moldar percepções, resistências e a governança pública contemporânea. (Martín-Barbero, 2009, 2018). No contexto interdisciplinar, a partir das abordagens que envolvem os estudos culturais no campo da governança em segurança pública, novas perspectivas epistemológicas podem ser apresentadas

nesses campos temáticos. Logo, acessar uma leitura efetiva com relação ao fenômeno organizacional de gestão em meio a conflitos requer a superação dos modelos tradicionais de orientação funcionalista (Serva; Dias; Alperstedt, 2010).

Este estudo alcança contribuições nas esferas científica, gerencial e social, pois preenche uma lacuna científica existente com respeito ao olhar com base na abordagem dos estudos culturais no que concerne à política de segurança pública e defesa social em um contexto de governança em segurança pública. Assim, é possível identificar conexões que impulsionam a execução de novas pesquisas na área da administração pública ao serem utilizadas em estudos culturais para auxiliar na compreensão com respeito às políticas públicas efetivadas com o suporte de novas tecnologias de gestão. Nesse sentido, os atuais enfoques de estudos científicos se direcionam para as facetas econômicas, sociais e tecnológicas, em que há carência de uma compreensão aprofundada quanto ao impacto na dimensão cultural (Oliveira; Davel, 2021). Nesse contexto, as novas tecnologias de gestão têm influenciado a forma como as políticas públicas são formuladas, implementadas e avaliadas. A digitalização e a utilização de ferramentas tecnológicas emergentes têm permitido maior eficiência, transparência e participação social nas decisões governamentais.

A introdução de novas tecnologias tem transformado a gestão pública, tais como *big data*, inteligência artificial (IA) e plataformas digitais. Essas ferramentas possibilitam a coleta e análise de grandes volumes de dados, ao permitir que os gestores identifiquem padrões e tendências que podem informar a formulação de políticas mais eficazes. Por exemplo, sistemas de análise preditiva têm sido utilizados para prever demandas em serviços públicos, como saúde e segurança, ao otimizar recursos e melhorar a prestação de serviços (Kitchin, 2014). Além disso, a implementação de plataformas digitais tem facilitado a participação cidadã. Ferramentas como aplicativos móveis e portais online permitem que os cidadãos relatem problemas, façam sugestões e acompanhem o andamento das demandas de instituições públicas. Isso não apenas aumenta a transparência, mas também fortalece a *accountability* dos gestores públicos (Al Sulaimani; Ozuem, 2022).

Não obstante os benefícios das novas tecnologias de gestão em políticas públicas, desafios como a privacidade dos dados são uma preocupação crescente, especialmente com o uso de *big data* e IA. É fundamental que os governos estabeleçam diretrizes sobre o uso ético dessas tecnologias para proteger os direitos dos cidadãos (Zuboff, 2019). Além disso, a desigualdade no acesso à tecnologia pode exacerbar disparidades sociais, como a exclusão de grupos

marginalizados da participação nas decisões políticas e na formulação de políticas públicas, resultando em uma representação inadequada de suas necessidades e interesses. É crucial garantir que todas as camadas da população tenham acesso às ferramentas digitais para que possam participar efetivamente do processo democrático (Graham; Plumptre; Amos, 2003).

A incorporação do debate oriundo dos estudos culturais no campo das políticas de segurança pública e defesa social proporciona a compreensão das percepções e representações dos diversos atores envolvidos, permitindo uma análise crítica das dinâmicas sociais e culturais que influenciam a formulação e a implementação dessas políticas. As visões e valores das partes interessadas em questões de segurança pública, incluindo a população afetada pelos conflitos sociais, podem influenciar significativamente a efetividade e aceitação dessas políticas. Compreender as relações entre instituições públicas, agentes políticos e sociedade civil é essencial para uma formulação eficaz dessas políticas. Nesse sentido, a análise de questões culturais e sociais é realizada por meio do entendimento das interações e resistências observadas nas redes sociais digitais (Castells, 2015, 2017), acrescentando uma dimensão contemporânea à compreensão das dinâmicas culturais que permeiam o contexto das políticas de segurança (Guimarães *et al.*, 2019). Além disso, o campo da cultura se destaca como um espaço para compreender a formação de conflitos sociais e novas expressões de cidadania na contemporaneidade, uma vez que são influenciados pelos processos globalizados e estruturados pela tecnicidade (Bonin, 2019).

Os profissionais de segurança pública operam na implementação das novas tecnologias de gestão que visam monitorar e reestruturar práticas operacionais. Simultaneamente, as redes sociais digitais surgem como espaços críticos de mediação, em que os usuários expressam percepções que desafiam a eficácia, a transparência e a legitimidade dessas iniciativas. Nessas plataformas, discursos de contestação e resistência destacam as tensões entre a gestão estatal e as expectativas sociais, evidenciando fraturas nas narrativas oficiais. Assim, a análise dessas interações digitais permite compreender as relações complexas entre instituições, tecnologias e demandas sociais. Os valores e discursos compartilhados nas redes refletem não apenas percepções divergentes, mas também disputas sobre o papel do Estado na resolução de conflitos e no controle da violência. Essa perspectiva crítica oferece subsídios para investigar como os limites e potenciais das tecnologias de gestão impactam a governança da segurança pública, sem pressupor alinhamento entre os atores envolvidos.

No cenário latino-americano, marcado por desigualdades estruturais e experiências históricas de violência estatal, essas abordagens permitem problematizar a aplicação de tecnologias de gestão na segurança pública, explorando como essas ferramentas refletem, reproduzem ou desafiam narrativas de controle e exclusão. A governança da segurança pública, sob essa ótica, não pode ser reduzida a uma lógica exclusivamente tecnocrática, mas deve ser analisada como um campo de disputas simbólicas e práticas, em que os sujeitos negociam significados e estratégias em resposta às demandas por proteção e justiça social.

A compreensão do processo de comunicação subjacente à transmissão das mensagens estatais destinadas ao público por meio de plataformas midiáticas contemporâneas, como televisão, rádio e plataformas de redes sociais como Instagram, Youtube, 'X' (Twitter) e TikTok, assume papel relevante no âmbito da elaboração e do desenvolvimento da teoria inerente aos estudos culturais, demarcada sob a lente teórica do Mapa das Mediações Culturais de Jesús Martín-Barbero. Particularmente, a matriz conceitual da mediação proposta por Martín-Barbero (2017) emerge como eixo central nesse contexto, uma vez que ela oferece um *framework* dirigido para se conseguir entender o modo como as mensagens são interpretadas e adaptadas pelos diferentes públicos e como essas interpretações influenciam a recepção e o impacto das políticas de comunicação.

O exame da dinâmica de intercâmbio comunicativo entre o aparato estatal comunicacional e o público receptor ostenta o potencial de conferir impulso à propagação e solidificação dessa teoria, mediante a sua capacidade intrínseca de aprimorar a apreensão dos fenômenos culturais na contemporaneidade (Lopes, 2018).

A escolha da Análise do Discurso (AD) como técnica de análise é justificada por sua capacidade de desvelar as estruturas linguísticas que sustentam os discursos relacionados a questões de segurança pública, ao revelar as relações de poder, os modos de significação e as estratégias discursivas adotadas pelos atores sociais (Dominique, 2015; Orlandi, 2012). Nesse contexto, a AD constitui uma ferramenta profícua para auxiliar a identificar e compreender a maneira como as narrativas que circulam em torno das novas tecnologias de gestão na segurança pública são construídas, contestadas e reinterpretadas.

Ao adotar essa abordagem de análise cultural e discursiva, esse estudo contribui para o entendimento crítico acerca das dinâmicas sociais e culturais que permeiam a introdução de novas tecnologias de gestão na esfera da segurança pública. A partir da compreensão de

políticas públicas de segurança, almeja-se não apenas a percepção dos aspectos técnicos, mas também a análise dos discursos e resistências presentes na sociedade. Os analistas do discurso desbravam ideias e objetos oficialmente produzidos, que formam a base das organizações, instituições e do mundo social em geral. Esses componentes são concebidos e sustentados por intermédio das interações complexas entre discurso, texto e ação (Arnoux, 2006; Pêcheux, 2008). Nessa perspectiva, a percepção das dinâmicas discursivas e a compreensão das relações entre discurso, texto e ação convergem para um amplo entendimento do problema, essencial para informar a elaboração de políticas públicas robustas e contextualmente sensíveis (Phillips; Lawrence; Hardy, 2004).

2. CAPÍTULO II – REFERENCIAL TEÓRICO

Este capítulo está organizado em duas partes principais. A primeira parte examina as novas tecnologias de gestão aplicadas à governança da segurança pública. A segunda parte aborda os fundamentos dos estudos culturais, com especial atenção à teoria das mediações.

A primeira seção analisa as novas tecnologias de gestão no âmbito da governança da segurança pública, apresentando uma perspectiva global e nacional. Começa com uma discussão sobre governança pública, explorando seu desenvolvimento histórico e modelos conceituais. Em seguida, trata da governança específica da segurança pública, destacando suas particularidades e desafios. A análise prossegue com o exame das novas tecnologias de gestão na administração pública e seu emprego por forças policiais. O enfoque nacional é detalhado através de estudos sobre o Brasil e Pernambuco, incluindo um caso específico sobre tecnologias para redução de roubos de celulares.

A segunda seção dedica-se aos estudos culturais, iniciando por uma visão geral do conceito de cultura e seu desenvolvimento histórico. Explora as conexões entre estudos culturais e comunicação, com ênfase na produção acadêmica latino-americana. Apresenta a teoria das mediações desenvolvida por Jesús Martín-Barbero, detalhando seu modelo analítico e o conceito de tecnicidade como ferramenta para compreender as tecnologias de gestão. Conclui com a definição das categorias analíticas utilizadas na pesquisa. Assim, essa estrutura articula as dimensões técnicas das tecnologias de gestão e segurança pública com as perspectivas culturais sobre mediações e transformações sociais.

2.1. NOVAS TECNOLOGIAS DE GESTÃO NA GOVERNANÇA DA SEGURANÇA PÚBLICA: UM PANORAMA GLOBAL E NACIONAL

Esta seção apresenta um panorama conceitual a respeito da implementação de novas tecnologias de gestão por forças policiais no contexto da governança da segurança pública, uma vez que se busca identificar as principais tendências, lacunas e oportunidades de pesquisa no mundo e no Brasil. Para uma análise dos estudos existentes na esfera mundial, foram consultadas as bases de dados SCOPUS e WEB OF SCIENCE, utilizando as palavras-chave “*Police*” e “*Management Technologies*”. A partir de critérios de seleção e filtragem (artigos entre 2018 e 2023; periódicos aderentes com a temática das tecnologias transversais à segurança pública), foram obtidos 148 artigos, dos quais, 30 foram lidos na íntegra. Os resultados desta revisão de literatura apontam para as principais tecnologias utilizadas, os benefícios e desafios da sua

implementação, as áreas de aplicação e os países que se destacam na produção científica sobre o tema.

Para o estado da arte do uso de tecnologias por forças policiais no Brasil, utilizamos duas bases de consulta: a Capes Periódicos e o Google Acadêmico. A Capes Periódicos inclui uma combinação de artigos abertos e restritos e o Google Acadêmico disponibiliza artigos de acesso aberto. A primeira base de informações permite o acesso completo aos textos de artigos que são de livre disponibilidade e aqueles que se encontram sob acesso restrito por meio de convênio com as universidades públicas federais.

O uso combinado dessas bases nos possibilita uma visão detalhada das pesquisas e publicações na área de estudo. Nesse sentido, utilizamos os mesmos termos para a pesquisa em inglês e na língua portuguesa: "tecnologia(s) de gestão" e "polícia(s)". Na Capes Periódicos, com os filtros de temporalidade (2019 e 2024) e revisados por pares, foram reportados 24 artigos, dos quais 4 foram efetivamente lidos e analisados por possuírem aderência à temática deste estudo.

O Google Acadêmico utiliza algoritmos para indexar e reportar artigos científicos, resultando em um volume de estudos, que ultrapassa quinze mil artigos sobre temas específicos. Para garantir uma análise focada e relevante, selecionamos e analisamos os 15 primeiros artigos reportados entre os anos de 2019 e 2024. Esses artigos foram revisados por pares e demonstram aderência temática ao estudo.

Com base nos dados obtidos e na revisão de literatura conduzida, esta seção consolida o estado da arte referente ao uso de tecnologias de segurança por forças policiais no mundo, no Brasil e no estado de Pernambuco. A primeira subseção aborda a governança da segurança pública, essencial para auxiliar a se entender o contexto no qual essas novas tecnologias são concebidas e implementadas. As subseções seguintes detalham especificamente as novas tecnologias de gestão utilizadas por forças policiais, explorando suas implicações e desafios em tal contexto. Proporcionamos, assim, uma visão abrangente e atualizada, destacando as discussões e as pesquisas que moldam o atual entendimento acadêmico sobre o tema.

2.1.1. Governança Pública

O marco temporal para o conceito de governança remonta à década de 1930, quando ocorre o distanciamento entre propriedade e controle. Nesse período, os proprietários começam a gerir

seus patrimônios à distância, delegando a terceiros autoridade e poder para administrar seus capitais (Álvares; Gusso, 2008).

Desde a década de 1980, a palavra "governança" vem se tornando difundida em discursos acadêmicos e políticos, à medida que novas teorias e práticas vêm desviando a atenção de lideranças das instituições centrais do Estado (Osborne, 2006). O foco de governar mudou para a atividade de governança e parte dessa atividade de governança agora envolve organizações privadas, voluntárias e públicas (Bevir, 2010, 2016; Bovaird; Löffler, 2015). A partir dos anos de 1990, o interesse pela governança vem crescendo, e atualmente o conceito de governança é aplicado pelos setores público e privado, além de ser objeto de estudo nas áreas científicas, especialmente nas ciências sociais (Ansell; Torfing, 2022). Nesse contexto, o tema da governança pública se encontra no centro da discussão em centros de pesquisa, revistas científicas e conferências ao redor do mundo. Com o avanço do campo, novas teorias de governança vêm sendo apresentadas à comunidade acadêmica, com destaque para a produção acadêmica a respeito dessa temática ao longo das últimas duas décadas (Rosenbloom; Kravchuk; Clerkin, 2022).

Os estudiosos das definições de governança ao longo do tempo assumiram posicionamentos com respeito à abrangência e natureza, como exemplo, na década de 1980 e 1990, com o aumento da globalização e da interconexão entre nações e organizações, o conceito de governança começou a abranger também entidades não estatais, como organizações internacionais, empresas multinacionais e sociedade civil (Fontes Filho; Picolin, 2008; Kuhlmann; Wollmann, 2019). Nesse sentido, a governança integra o processo de seleção daqueles agentes capazes de tomar decisões políticas com autoridade; a capacidade do governo no sentido de gerir eficazmente os seus recursos e implementar políticas sólidas e o respeito que cidadãos e governos têm pelas instituições que regem suas interações (Hout, 2007; Rosenbloom; Kravchuk; Clerkin, 2022).

O conceito de governança converge para a dinâmica do projeto pretendido, uma vez que consideramos ser a governança compreendida como parte dos processos interativos por meio dos quais a sociedade e sua economia são direcionadas para objetivos negociados coletivamente (Ansell; Torfing, 2022). Assim, a maneira de gerenciar a sociedade é complexa devido à diversidade de relações sociais e atores envolvidos na formulação e implementação de políticas que não se adequam às estruturas tradicionais de governo. Isso significa que as relações

convencionais entre governos e sociedade não são suficientes para abranger a variedade de situações presentes na sociedade contemporânea (Marques; Moreira; Silva, 2012).

A governança abrange não apenas as várias modalidades de organizações governamentais que trabalham em conjunto, mas também a colaboração de organizações sem fins lucrativos e empresas privadas na solução de problemas e na prestação de serviços públicos (Bingham, 2011; Elliott, 2002). Dessa forma, o paradigma da administração pública tradicional, cuja preocupação principal consiste no funcionamento interno dos órgãos públicos, como recursos humanos, orçamento e cumprimento de tarefas, não nos ajuda a entender esse novo mundo das ações públicas. Adicionalmente, a fim de adquirir uma compreensão do desenvolvimento territorial, é essencial ter um discernimento com relação às dinâmicas e interações que ocorrem entre os agentes locais (Morais et al., 2022).

Os estudiosos de governança propõem uma nova perspectiva com o fim de captar as novas realidades: o novo paradigma de governança pública. Nesse paradigma, a unidade de estudo presente na análise de políticas e na administração pública é deslocada da agência pública ou do programa público individual para as ferramentas ou instrumentos distintos por meio dos quais os propósitos públicos são perseguidos (Elliott, 2002; Önder; Zengin, 2022).

Dinâmicas de governança abrangem atividades categorizadas nos estilos hierárquico, de mercado e de rede social no âmbito da organização, evoluindo por meio de transformações experimentadas no âmbito da administração pública. Assim, esses estilos de governança são adotados pelas instituições com uma abordagem celetista, uma vez que são apresentadas características discerníveis entre si, ressaltando um ou outro modo de atuação por parte dos atores envolvidos (Meuleman, 2010).

Os atuais modelos de administração pública são adotados em algumas nações a partir da década de 1980 e contribuem para a implantação dos princípios da governança na administração pública. Assim, líderes de países como Alemanha, Austrália, Canadá, Estados Unidos, Japão, Nova Zelândia e Reino Unido têm debatido sobre a importância da implementação dos princípios da governança corporativa no setor público (Benedicto et al., 2013). Conforme tal contexto, a governança pública busca revisar a capacidade do Estado, ao se constatar que os atores estatais possuem legitimidade e capacidade para influenciar questões coletivas. Nesse sentido, é exigido que na área do uso de novas tecnologias de gestão os sujeitos tenham

expertises, administrativas, relacionais e tecnológicas (Danyalgil Júnior; Berenguer Pereira; De Paiva Júnior, 2020).

Devido à estrutura burocrática do Estado ou governo local, é difícil tratar as necessidades sociais de forma isolada, uma vez que as questões que envolvem os conflitos sociais são complexas. Os protagonistas da governança pública buscam solucionar esses problemas por intermédio do compartilhamento de poder, aumento da responsabilidade coletiva e melhoria da qualidade das ações governamentais (Kissler; Heidemann, 2006). Assim, os sujeitos que atuam por meio da governança devem levar em conta a diversidade de atores envolvidos na construção de políticas públicas, ao incluir não apenas o Estado ou organizações governamentais, mas também atores privados que participam da elaboração e administração de políticas públicas (Morçöl, 2023). Nesse sentido, os grupos integrantes da governança pública devem se preocupar com a capacidade dos sistemas políticos e administrativos de agir de forma efetiva para resolver os problemas públicos, inclusive pela mensuração do desempenho das esferas governamentais (Guy Peters, 2010; Peters; Pierre, 1998).

A atuação do estado por meio da governança pressupõe a participação de sujeitos alocados em níveis de atuação, municipal, estadual, federal, iniciativa privada, sociedade civil organizada e organizações do terceiro setor. Nesse contexto, uma pluralidade de nós contém fontes de conhecimento, capacidades e recursos que são implantados em prol de objetivos de governo que podem mudar com o tempo. Assim, os nós formam redes sociais que operam em meio a determinados graus de permanência ou fluxo (Wood; Dupont, 2006).

A capacidade de governança tende a se centralizar por algum executivo forte que domine os processos legislativos e de formulação de políticas, além de exercer o controle por meio de um estado unitário (Flinders; Huggins, 2021). Assim, a governança pode ser adotada pelo estado na tomada de decisão coletiva em redes de múltiplos atores na tentativa de compensar as falhas das formas tradicionais de hierarquia e mercados para lidar com questões políticas complexas e perversas (Griggs; Howarth, 2022).

2.1.2. Governança no contexto da segurança pública

A governança da segurança pública se insere no ramo da governança segundo o qual são procuradas tentativas conscientes de moldar e influenciar a conduta de indivíduos, grupos e representantes da população atuando em prol da preservação da paz social (Wood; Dupont, 2006). Assim, essa modalidade de governança envolve práticas e estratégias integradas, além

do ato de governar por meio de políticas públicas de combate à violência e à criminalidade, uma vez que ela compreende a ideia de que o crime e a punição se tornam as ocasiões e os contextos institucionais nos quais nos comprometemos a orientar nossa conduta e a atuação dos outros (Simon, 2020).

Os protagonistas do estilo de governança pública consideram os estudos teórico-empíricos existentes nas áreas da segurança pública e defesa social como algo em que a compreensão do termo segurança deve ser considerada como o olhar a respeito de um vocábulo guarda-chuva que permite abranger uma gama diversificada de práticas de governo, movimentações orçamentárias, ações políticas legais e valores, além de hábitos sociais e culturais (Macklem; Roach; Daniels, 2001). Assim, a governança da segurança pública vai além da governança do crime e das mentalidades, instituições e práticas de governo no combate ao crime (Dupont; Wood, 2007).

A governança da segurança pública revela características fundamentais que desempenham papel crucial na eficácia e na eficiência dos sistemas de segurança no sentido de articular recursos, atores e estratégias de maneira integrada e adaptável às demandas sociais. Ao elencarmos tais características, destacamos elementos que promovem uma governança sólida nesse campo tão complexo e essencial para o funcionamento da sociedade (Teixeira; Gomes, 2019). Aspectos como transparência, participação cidadã, integração entre instituições, definição clara de responsabilidades e ações fundamentadas em evidências emergem como pilares fundamentais para garantir uma gestão eficaz e orientada para resultados na segurança pública (Costa, 2023). Assim, quando integrados de maneira coerente e sustentada, esses elementos fornecem um arcabouço que não apenas acessa a confiança da população nas instituições encarregadas da segurança, como também contribui para a redução da criminalidade e a promoção de uma sociedade segura e justa (Graham; Plumptre; Amos, 2003).

A articulação intersetorial, por sua vez, constitui um aspecto da governança que ocorre no âmbito da segurança pública, abarcando o envolvimento e a coordenação de diferentes atores governamentais e não governamentais (Graham; Plumptre; Amos, 2003; Kooiman, 2002). Essa abordagem contempla os desafios complexos da segurança pública que não podem ser enfrentados de forma isolada por um único setor ou instituição, uma vez que exige a colaboração e a integração de agentes oriundos de múltiplos atores, recursos e competências.

A articulação intersetorial entre segurança pública e desenvolvimento comunitário busca promover a cooperação entre diferentes órgãos governamentais, organizações da sociedade civil, setor privado e comunidades locais, visando a construção de respostas coordenadas e abrangentes para a resolução de problemas cruciais de segurança pública. Essa articulação pode ocorrer por meio de mecanismos formais, como conselhos, comitês ou grupos de trabalho intersetoriais, ou por meio de arranjos informais, como redes de colaboração e parcerias sem contratação (Kooiman, 2002).

A participação da sociedade civil consiste num pilar fundamental da governança na segurança pública, uma vez que promove o engajamento e a participação ativa da população no processo de formulação, implementação e monitoramento das políticas públicas nessa área (Rhodes, 1996). Essa participação é essencial para garantir a legitimidade, a aceitação e a sustentabilidade das ações de segurança pública, além de contribuir para a construção de respostas alinhadas com as necessidades e demandas das comunidades.

A sociedade civil participa desses arranjos institucionais por intermédio de diferentes mecanismos, como conselhos comunitários, audiências públicas, consultas públicas, fóruns de discussão e canais de comunicação direta com a população. Esses mecanismos permitem que representantes da sociedade civil expressem suas preocupações, contribuam com sugestões e propostas, e acompanhem a implementação das políticas de segurança pública (UNITED NATIONS, 2007).

A transparência e a prestação de contas são princípios fundamentais da boa governança na segurança pública, de modo a promover o acesso à informação e a responsabilização dos atores envolvidos em agrupamentos sociais que atuam perante a sociedade. Portanto, essas práticas são essenciais para fortalecer a confiança da população nas instituições de segurança pública e garantir a eficácia e a legitimidade das ações implementadas (Androniceanu, 2021; Ceneviva, 2006).

A transparência envolve a disponibilização de informações claras e acessíveis com respeito a políticas, programas, ações e resultados alcançados na área de segurança pública. Já a prestação de contas implica na existência de mecanismos que permitam à sociedade acompanhar e avaliar o desempenho das instituições responsáveis e exigir a responsabilização pelos resultados obtidos (UNITED NATIONS, 2007).

A adoção de abordagens integradas e fundamentadas em evidências científicas é fundamental para o sucesso das políticas de segurança pública, uma vez que elas proporcionam uma base sólida para a formulação de estratégias eficazes. Essas abordagens reconhecem a natureza multidimensional dos problemas de segurança pública e a necessidade de respostas multidisciplinares e fundamentadas em conhecimentos científicos sólidos. Esses modelos de absorção do conhecimento adquirido nessa esfera social envolvem a articulação de diferentes áreas de conhecimento, como Criminologia, Sociologia, Psicologia e Urbanismo, conduzidas para auxiliar na compreensão a respeito de fatores-chave que influenciam no aumento da violência e da criminalidade. Além disso, essas abordagens promovem a integração de diferentes estratégias e intervenções, como prevenção, repressão, reabilitação e reinserção social (Sherman, 2013; Welsh; Farrington, 2011).

As abordagens pautadas por evidências científicas são demarcadas para buscar fundamentos das políticas e ações de segurança pública em conhecimentos validados por meio de pesquisas empíricas e avaliações rigorosas. Elas visam garantir a eficácia e a eficiência das intervenções, além de promover a constante atualização e aprimoramento das práticas de segurança e proteção da população com base em novos conhecimentos gerados (Sherman, 2013).

A comunicação efetiva com a sociedade consiste num aspecto da governança na segurança pública e envolve estratégias de disseminação de informações e engajamento da população. Essa comunicação bidirecional se revela elemento essencial para promover a transparência, fortalecer a confiança nas instituições de segurança pública e fomentar a participação ativa da sociedade nos processos de formulação e implementação desse tipo de política pública (Ferreira; Damázio; Aguiar, 2011).

As estratégias de comunicação incluem a utilização de diferentes canais e plataformas, como mídias tradicionais, redes sociais, campanhas de conscientização e eventos comunitários. Portanto, tais estratégias devem ser adaptadas às características e necessidades das diferentes comunidades como formas de garantir a acessibilidade e a compreensão das informações compartilhadas (Cruz, 2008). Acrescenta o autor que a comunicação com a sociedade deve ser bidirecional, permitindo não apenas a disseminação de informações, mas também a escuta ativa das demandas, preocupações e sugestões dessa população. Assim, tal interação contínua viabiliza a construção de políticas de segurança pública efetivas e alinhadas com as necessidades locais.

A governança na segurança pública exige a exploração e a integração de mentalidades, discursos e práticas socioculturais relacionados a essa temática. Essa abordagem multidimensional reconhece que a segurança pública não é apenas uma questão de políticas e ações governamentais, mas também envolve aspectos culturais, sociais e simbólicos que influenciam as percepções e comportamentos da população (Bevir, 2016a; Zhang; Zhang, 2021).

A compreensão das diferentes perspectivas, crenças e valores que permeiam a segurança pública em diferentes contextos e comunidades permite o desenvolvimento de políticas e ações sensíveis às realidades locais e alinhadas com as necessidades e expectativas da população (Simon, 2020).

O desenvolvimento da capacidade de governança garante a efetivação das políticas de segurança pública, pois tal capacidade envolve a habilidade de coordenar, articular e gerenciar as redes sociais de atores envolvidos nas ações institucionais conjuntas que potencializam a efetividade da segurança pública, incluindo órgãos governamentais, organizações da sociedade civil, setor privado e comunidades locais (Triantafyllou, 2024). Assim, essa capacidade de gestão implica na existência de estruturas, processos e competências adequadas para promover a cooperação, a integração e a sinergia entre os diferentes atores envolvidos. Isso inclui a criação de mecanismos de coordenação, a definição clara de papéis e responsabilidades, o estabelecimento de canais de comunicação eficientes e a promoção de uma cultura de colaboração e confiança mútua (Costa, 2023).

O fortalecimento da capacidade de governança envolve o desenvolvimento de habilidades de liderança, negociação, resolução de conflitos e gestão de redes complexas. Essas habilidades são essenciais para garantir a efetividade das ações de segurança pública e promover a sustentabilidade e a continuidade das políticas implementadas (Kooiman, 2002). Nesse aspecto, a ênfase na prevenção do crime, desordem e promoção da segurança da comunidade representa um aspecto fundamental da governança na segurança pública, pois contribui para a redução da incidência criminal (Rogers & Frevel, 2018; Sanders & Langan, 2019). Por intermédio dessa abordagem, é possível reconhecer que a repressão isolada ao crime não aborda as causas e não é suficiente para enfrentar os desafios da violência e da criminalidade, sendo necessário investir em ações preventivas e na construção de comunidades seguras e resilientes (Rogers, 2018).

A prevenção do crime envolve a identificação e o enfrentamento dos fatores de risco associados à violência e à criminalidade, como pobreza, desigualdade social, falta de oportunidades educacionais e profissionais. Essas ações preventivas incluem programas de desenvolvimento comunitário, educação, capacitação profissional, além de atividades culturais e esportivas (Sanders; Langan, 2019).

A adoção de novas tecnologias de informação e comunicação constitui um aspecto da governança na segurança pública que visa aprimorar o desempenho das ações de segurança e promover a efetividade das políticas de segurança pública. Nesse sentido, a modernização tecnológica pode envolver a implementação de sistemas de monitoramento e vigilância, bancos de dados integrados, ferramentas de análise de dados e inteligência artificial (Al Dhanhani; Al Naqbi, 2022). Alegam esses autores que a utilização de tais tecnologias contribui para fortalecer a prevenção e o combate ao crime por meio do monitoramento de áreas críticas, da identificação de padrões e tendências criminais, e da otimização dos recursos e operações de segurança pública. Além disso, a modernização tecnológica facilita a integração e o compartilhamento de informações entre diferentes órgãos e instituições envolvidas na segurança pública, promovendo uma atuação coordenada e eficiente.

A governança da segurança consiste num conceito que abarca práticas governamentais, orçamentárias, políticas, legais e valores e hábitos sociais e culturais (Henman, 2020). Nesse sentido, ao serem contempladas também mentalidades, instituições e práticas governamentais que permeiam os âmbitos da violência e da criminalidade (Hathazy, 2018; Macklem; Roach; Daniels, 2001). Portanto, a governança de segurança compreende a incorporação da abordagem de governança à política de segurança, por meio da execução de uma agenda, implementação de reformas e adoção de práticas direcionadas (Bevir, 2016; Dupont; Grabosky; Shearing, 2003; Henman, 2020).

Este tipo de governança requer uma exploração das suas práticas e mentalidades, pois desempenha papel significativo na efetividade das respostas às complexas demandas contemporâneas de proteção e garantia da ordem social. O debate em torno da temática da governança inclui uma abordagem que considere tanto as perspectivas "de cima para baixo" (*top-down*), quanto "de baixo para cima" (*bottom-up*), a fim de que seja compreendida de maneira abrangente a interação dinâmica entre as estruturas institucionais e as necessidades da comunidade (Dupont; Grabosky; Shearing, 2003; Dupont; Wood, 2007).

Os desafios relativos ao tema da governança não se limitam apenas à segurança pública, mas são particularmente relevantes nesse campo devido à necessidade de criar redes de políticas públicas que envolvam atores como instituições governamentais, organizações da sociedade civil e empresas privadas, tanto governamentais quanto não governamentais. Essas redes são marcadas pela interdependência e autonomia, mas não surgem de forma espontânea e, não têm uma capacidade significativa de governança (Costa, 2023).

No contexto contemporâneo, existe uma crescente tendência em direção à prevenção do crime, da desordem e da promoção da segurança em determinada comunidade (Rogers; Frevel, 2018; Sanders; Langan, 2019). Esse direcionamento implica em uma ampliação da responsabilidade na construção de políticas públicas de segurança e defesa social, ao incluir não apenas os atores tradicionais, como as forças policiais e outros agentes e atores não policiais (SHORE, 2020). Dessa forma, a contribuição de diferentes autores e estudiosos que abordam a questão da governança da segurança se projeta na busca por uma perspectiva abrangente e colaborativa voltada para prover a formulação e implementação de ações que efetivamente promovam o bem-estar e a segurança da sociedade (Tilley; Sidebottom, 2017).

A efetividade da governança em segurança pública pressupõe a gestão democrática de transparência, responsabilidade, participação cidadã, integração de esforços, responsividade social e efetividade (Wood; Shearing, 2013). Dessa forma, a adoção de práticas de governança na segurança pública ocorre a fim de ser proporcionada segurança aos cidadãos. Nesse contexto, destacam-se medidas como a modernização da infraestrutura de tecnologia da informação e comunicação (TIC), que visa aprimorar o tratamento tecnológico dos dados para potencializar o desempenho das ações de segurança (Al Dhanhany; Al Naqbi, 2022). Além disso, busca-se o aprimoramento da relação entre as agências governamentais, por meio do estabelecimento de padrões de comunicação e gestão transparentes, a promoção da capacitação para a criação de lideranças efetivas e o investimento em serviços de apoio à comunidade num esforço por buscar garantir o envolvimento público na busca de soluções para a melhoria da segurança pública (Demaillard, 2020; Fitzduff, 2019; Sanders; Langan, 2019). Por outro lado, as Secretarias de Segurança Pública no Brasil enfrentam desafios significativos em termos de governança, conforme evidenciado por um levantamento realizado pelo Tribunal de Contas da União (TCU) em 2017 (TCU, 2017). Assim, esses desafios incluem responsabilidades executivas, a baixa capacitação dos quadros e a limitada capacidade de articulação com órgãos externos ao sistema policial (Costa, 2023).

As Secretarias Estaduais de Segurança Pública apresentam uma estrutura frágil e com baixa capacidade de governança. Os profissionais envolvidos nessas atividades geralmente carecem de formação em planejamento, gestão e avaliação de políticas públicas, e a contratação de mão de obra qualificada por meio de concursos públicos ou seleção de consultores por projeto é pouco comum (Costa, 2023). Nesse ambiente, a governança em segurança pública deve ser compreendida como um processo interativo e colaborativo que envolve a participação de múltiplos atores, tanto governamentais, quanto não governamentais (Kooiman, 2002). Assim, a articulação intersetorial e a participação da sociedade civil são elementos fundamentais para o desenvolvimento de políticas públicas efetivas e alinhadas às necessidades e demandas da população, uma vez que essas práticas garantem uma abordagem inclusiva e adaptativa, permitindo que as políticas sejam responsivas e eficazes na solução dos problemas enfrentados pela comunidade (Graham; Plumptre; Amos, 2003; Rhodes, 1996).

2.1.3. Novas tecnologias de gestão aplicadas na administração pública

A tecnologia abrange um conjunto de técnicas disponíveis em uma sociedade em qualquer estágio de seu desenvolvimento, servindo como os meios pelos quais resultados são alcançados (Pinto, 2005). Nesse contexto, a gestão é compreendida como um conjunto de conceitos e ferramentas que incorporam as "tecnologias de gestão" e têm como objetivo alcançar resultados no interior de ambientes organizacionais, promovendo a transformação do trabalho humano (Feenberg, 2002). Assim, a tecnologia permeia a vida diária nas sociedades modernas, onde cada mudança técnica repercute em múltiplos níveis: econômico, político, religioso e cultural (Feenberg, 2012).

A tecnologia de gestão, por seu turno, se refere ao conhecimento técnico que guia a ação em relação à realidade organizacional, visando a modificá-la. Para alcançar esse objetivo, a realidade é tratada como algo objetivo, permitindo que o indivíduo a explore em busca de compreensão. Assim, é possível organizar o caos do dia a dia das organizações e identificar padrões ou tarefas que se pode observar e aprender (Souza; Paula, 2022).

Os governos vêm explorando novas abordagens na tentativa de abordar desafios sociais, políticos e econômicos, que estão em constante evolução. Paralelamente, os métodos tradicionais de administração pública estão sendo reavaliados e revigorados para se alinhar com as ideias das novas tecnologias de gestão (Demir, 2022).

Na administração pública, as novas tecnologias de gestão concentram-se na aplicação de avanços tecnológicos e ferramentas digitais para melhorar a eficiência, a eficácia e a transparência nas operações governamentais (Araújo et al., 2023). Esse conceito engloba uma série de tecnologias e abordagens que visam transformar a forma como os governos planejam, operam e se relacionam com seus stakeholders. Assim, os estudiosos da governança digital objetivam ter uma compreensão geral de como o governo pode aproveitar as novas tecnologias e abordagens baseadas em dados para melhorar sua capacidade de solucionar problemas e envolver os cidadãos de maneira eficaz (Noveck, 2021). Essas novas tecnologias de gestão são empregadas na administração de organizações, sejam elas do setor público ou privado, com o propósito de aprimorar a eficiência, a eficácia e a qualidade das operações, bem como facilitar a tomada de decisões (Pascarelli Filho, 2013). Elas desempenham papel fundamental na otimização da gestão de recursos, processos e informações nas organizações que optam por sua adoção (Schwab, 2019).

As expectativas dos cidadãos em relação à capacidade dos organismos da administração pública para fornecer serviços digitais de alta qualidade estão passando por mudanças significativas. Isso se deve às estratégias de transformação digital que estão sendo implementadas em indústrias com foco na melhoria de processos e alcance de resultados com aporte em tecnologias de gestão (Kitsios; Kamariotou; Mavromatis, 2023).

Os governos estão passando por transformações igualmente substanciais em seus modos de operação. Essas mudanças têm como objetivo aprimorar a prestação de serviços, tornar o setor público eficiente e produtivo em seus projetos e alcançar metas como maior interoperabilidade, transparência e satisfação dos cidadãos (Mergel; Edelman; Haug, 2019). Assim, os líderes dos governos tentam ajustar o modo de operação para melhorar a prestação de serviços públicos, serem eficientes e eficazes nas suas concepções e alcançarem objetivos como maior transparência.

2.1.4. Uso de Novas Tecnologias de Gestão por Forças Policiais

As novas tecnologias de gestão são ferramentas que podem auxiliar as instituições que operam na esfera da segurança pública e defesa social a enfrentar os desafios e demandas da sociedade contemporânea. No entanto, o uso dessas tecnologias envolve aspectos técnicos, organizacionais, políticos e sociais que precisam ser compreendidos e analisados (Nunes *et al.*, 2023).

As câmeras corporais, ou o termo em inglês *body-worn cameras* (BWC), têm sido utilizadas por forças policiais ao redor do mundo. O surgimento dessas câmeras foi motivado pela necessidade de abordar questões de racismo sistêmico nos Estados Unidos, onde incidentes de violência policial contra homens negros resultaram em demandas por maior transparência e responsabilidade (Young; Ready, 2018). As BWC visam documentar as interações policiais e buscam aumentar a responsabilidade e resolver desafios de legitimidade enfrentados pela polícia. Contudo, é importante considerar a aceitação e compreensão por parte dos policiais e cidadãos antes da implementação dessas tecnologias em contextos adversos, uma vez que a eficácia e a receptividade das BWC podem variar amplamente de acordo com as características culturais e sociais de cada comunidade (Lum et al., 2019a).

Para mitigar problemas de implementação das BWC, devem ser desenvolvidos programas e políticas públicas destinados à aplicação nas ruas, planejados com antecedência e considerando as opiniões dos policiais antes da implementação (Gramaglia; Phillips, 2018). A exemplo, a compreensão e aceitação por parte dos policiais, cidadãos e órgãos de fiscalização e controle no estado do Arizona, nos EUA, evidencia que oficiais participantes demonstram aceitação dessas BWC (White, M D; Todak; Gaub, 2018) e que essa aprovação está relacionada à inibição de reclamações de cidadãos sem fundamentos, ou seja, inverídicas, além de permitir que as gravações forneçam provas robustas contra criminosos presos pelos agentes (Lum et al., 2019).

A adesão das BWC pelos agentes de segurança pública se relaciona a não obrigatoriedade de seu uso, uma vez que policiais voluntários são favoráveis ao seu uso e isso se relaciona com níveis elevados de escolaridade, em detrimento a agentes resistentes a esse tipo de tecnologia (Huff; Katz; Webb, 2018). Assim, o ato de buscar equipar a polícia com câmeras não resolve muitas das questões sociais complexas que levam a confrontos mortais entre policiais e cidadãos; por outro lado, o conjunto de políticas sólidas e oficiais de apoio com preferências por inovações tecnológicas no nível de linha maximiza a probabilidade de que sejam registrados contatos voláteis entre policiais e cidadãos (Young; Ready, 2018).

No contexto da implantação das BWC, um problema identificado se concentra na disponibilidade orçamentária das agências policiais. As agências com orçamentos operacionais maiores são menos propensas a utilizar BWC. Esse resultado contraria a hipótese inicial de que departamentos com grandes orçamentos seriam propensos à adoção das câmeras. A justificativa do resultado sugere que os departamentos com recursos estão isolados das pressões ambientais

para atender às demandas, como o uso de BWC (Nix; Todak; Tregle, 2020; Nowackia; Willits, 2018).

O uso dessas tecnologias nas empresas privadas influenciou as políticas públicas, levando à adoção de artefatos tecnológicos de vigilância. Porém, é comum encontrar um cenário de escassez de informações quando se trata da implementação de tecnologia na área policial. A adoção dessas tecnologias não só ocorre sem a devida base de pesquisa, mas também persiste com um desenvolvimento limitado na avaliação de seus efeitos (Hansen Löfstrand; Backman, 2022; Lum et al., 2019). Esses autores acrescentam que os resultados são significativos na adoção de BWC em instituições policiais dos Estados Unidos da América (EUA), incluindo a redução no uso da força policial, diminuição das queixas de cidadãos contra os agentes e influência nas atitudes dos policiais durante abordagens, prisões e abordagens proativas.

Outro tema relevante com respeito a aplicação de tecnologias na segurança pública tem a ver com as câmeras de vigilância com visão computacional, que podem melhorar a capacidade de monitoramento e detecção de eventos e situações de risco. Algumas pesquisas destacam o uso de algoritmos de predição pela polícia, que visam otimizar a alocação de recursos e a prevenção de crimes, mas que também levantam questões sobre as premissas, a avaliação e a responsabilização dessas tecnologias (Bennett Moses; Chan, 2018; Ratcliffe et al., 2021).

O tópico de Veículos Aéreos Não Tripulados (UAV) constitui um tema de destaque na segurança pública, os quais podem oferecer vantagens operacionais e estratégicas para forças de segurança, mas que também requerem regulamentação e controle adequados (Ghezavi; Tabataba, 2020). Há ainda estudos que propõem o design de tecnologias de inteligência artificial dirigidas para os direitos humanos, que buscam garantir que essas tecnologias sejam compatíveis com os princípios e as normas que regem a segurança pública e a defesa social. Esses estudos demonstram a relevância e a complexidade do tema proposto, bem como as lacunas e as oportunidades para futuras pesquisas (Hayward; Maas, 2021; Henman, 2020a).

Com o avanço da tecnologia e dos algoritmos, as instituições policiais empregam essas ferramentas para desenvolver métodos dirigidos para buscar antecipar a probabilidade de crimes ocorrerem (Aiello, 2018; Catlett et al., 2019). Essa abordagem, conhecida como policiamento preditivo, envolve o uso de softwares para identificar possíveis áreas de ocorrência de delitos. O policiamento preditivo, embora relacionado com a análise de padrões e tendências criminais, é distinto de outras estratégias de aplicação da lei, como policiamento

conduzido por inteligência (ILP), policiamento ancorado em dados, policiamento baseado em risco, policiamento de pontos quentes, policiamento alinhado em evidências e ações preventivas (Bennett Moses; Chan, 2018). Nesse sentido, os sistemas algorítmicos constituem uma área sensível da justiça criminal, pois sistemas de policiamento preditivo e risco de reincidência criminal apontam para previsões e julgamentos efetuados por esses algoritmos que são normalmente baseados em correlações estatísticas, em vez de fundamentação em evidência causal (Aizenberg; Van Den Hoven, 2020).

Os algoritmos também englobam o reconhecimento facial automatizado (*Automated Facial Recognition - AFR*), outra tecnologia empregada por agências de vigilância estatais com o objetivo de exercer controle sobre a sociedade. A aplicação dessa ferramenta tecnológica gera controvérsias entre estudiosos, pois incide diretamente na execução do controle social na identificação, suspeita e descrição. A iniciativa de uso da AFR foi utilizada por duas forças policiais do Reino Unido – a *South Wales Police* (SWP) e a *London Metropolitan Police Service* (MPS) – que realizaram os primeiros testes públicos de longo prazo com essa tecnologia (Fussey; Davies; Innes, 2021). Contudo, essa tecnologia enfrenta processos judiciais que questionam a falta de regulamentação específica e, desde 2019, o uso da AFR está suspenso. Da mesma forma, a inteligência artificial (IA) tem sido utilizada na formulação e implementação de políticas de segurança pública para tomadas de decisão efetivas com base em evidências. No entanto, apresentam o desafio de resultar em decisões discriminatórias e injustificadas que podem erroneamente ser consideradas precisas devido à sua natureza automática e quantitativa (Aizenberg; Van Den Hoven, 2020). Nesse campo temático, apresentamos no Quadro 2 uma revisão bibliográfica de estudos sobre tecnologias de gestão no âmbito policial, agrupados por área temática. Esses estudos foram selecionados a partir das bases de dados *Scopus* e *Web of Science*, considerando o estado da arte no assunto estudo.

Quadro 2 - Uso de tecnologias na segurança pública agrupados por área temática

Artigo	Tema	Autor
<i>Research on body-worn cameras - What we know, what we need to know</i>	<i>Body-worn cameras</i>	(Lum, C. <i>et al.</i> , 2019b)
<i>Examining Body-Worn Camera Integration and Acceptance Among Police Officers, Citizens, and External Stakeholders</i>		(White, Michael D; Todak; Gaub, 2018a)
<i>The importance of external stakeholders for police body-worn camera diffusion</i>		(Todak; Gaub; White, 2018a)
<i>A Longitudinal Analysis of the Relationship between Administrative Policy, Technological Preferences, and Body-Worn Camera Activation among Police Officers</i>		(Young; Ready, 2018)

<i>Adoption of body cameras by United States police agencies: an organizational analysis</i>		(Nowackia; Willits, 2018)
<i>Police Officers' Perceptions of Body-Worn Cameras in Buffalo and Rochester</i>		(Gramagila; Phillips, 2018a)
<i>Understanding police officer resistance to body-worn cameras</i>		(Huff; Katz; Webb, 2018b)
<i>Understanding Body-Worn Camera Diffusion in U.S. Policing</i>		(Nix; Todak; Tregle, 2020b)
<i>Enhancing camera surveillance using computer vision: a research note</i>	<i>Camera surveillance</i>	(Idrees; Shah; Surette, 2018)
<i>Algorithmic prediction in policing: assumptions, evaluation, and accountability</i>	<i>Prediction in policing</i>	(Bennett Moses; Chan, 2018b)
<i>Designing for human rights in AI</i>		(Aizenberg; van den Hoven, 2020)
<i>Recent Research Progress of Unmanned Aerial Vehicle Regulation Policies and Technologies in Urban Low Altitude</i>	<i>Unmanned Aircraft Vehicles (UAVs)</i>	(Xu <i>et al.</i> , 2020)
<i>The police on Twitter: image management, community building, and implications for policing in Canada</i>	<i>Social media and border security: Twitter use by migration</i>	(O'Connor, 2017)
<i>Social media and border security: Twitter use by migration policing agencies</i>	<i>Policing agencies</i>	(Walsh, 2020)
<i>The Rising Role of Big Data Analytics and IoT in Disaster Management: Recent Advances, Taxonomy and Prospects</i>	<i>Disaster Management</i>	(Shah <i>et al.</i> , 2019)
<i>Online service quality and perceived value in mobile government success: An empirical study of mobile police in China</i>	<i>Mobile technology</i>	(Wang; Teo, 2020)
<i>Saving Governance-By-Design</i>	<i>Governance public</i>	(Mulligan; Bamberger, 2018a)
<i>Risking safety and rights: online sex work, crimes and 'blended safety repertoires</i>	<i>Digital Crimes</i>	(Campbell <i>et al.</i> , 2019)
<i>'Assisted' Facial Recognition and The Reinvention Of Suspicion and Discretion In Digital Policing</i>	<i>Automated facial recognition (AFR)</i>	(Fussey; Davies; Innes, 2021)
<i>The rapid diffusion of license plate readers in US law enforcement agencies</i>	<i>License plate readers (cars)</i>	(Lum, Cynthia <i>et al.</i> , 2019)
<i>The Adaptation of License-plate Readers for Investigative Purposes: Police Technology and Innovation Re-invention</i>		(Willis; Koper; Lum, 2018)

Fonte: elaboração própria.

Há estudos que propõem o design de tecnologias de inteligência artificial dirigidas para os direitos humanos, que buscam garantir que essas tecnologias sejam compatíveis com os princípios e as normas que regem a segurança pública e a defesa social (Hermes; Gesta Leal, 2025; Lima *et al.*, 2025).

As características do ambiente externo, como a geografia, o clima político, a cultura social e os níveis de uniformidade global, desempenham papel crucial com relação à difusão da inovação nas agências policiais (Todak; Gaub; White, 2018). Nesse sentido, os departamentos de polícia efetuam mudanças no nível organizacional para facilitar que suas lideranças e equipes se adaptem às necessidades dos ambientes locais, ao considerar as preocupações internas de seus

agentes. Assim, a estrutura de contingência pode ajudar a explicar a inovação organizacional e a adoção de políticas públicas de vigilância (Nowackia; Willits, 2018).

2.1.5. Novas tecnologias de gestão no Brasil

O desenvolvimento e a implementação de novas tecnologias têm desempenhado um papel crucial na modernização das forças policiais brasileiras. Esta subseção explora inovações tecnológicas no contexto da governança da segurança pública, abrangendo desde o uso de técnicas forenses até a integração de sistemas de rastreamento e gestão.

O campo organizacional da segurança pública no Brasil, que começou a ser explorado nas ciências sociais na década de 1980, tem se beneficiado de abordagens inovadoras e reflexivas. A integração dos estudos organizacionais portadores dos debates sobre reformas policiais tem possibilitado um entendimento de categorias como tecnologia, uso da força e comportamento policial. Esse alinhamento não apenas enriquece o conhecimento interno das corporações policiais, mas também contribui para o aprimoramento das práticas policiais em todo o Brasil (Alcadipani *et al.*, 2024).

As novas tecnologias têm o potencial de revolucionar a segurança pública, oferecendo ferramentas efetivas para as forças policiais no combate à criminalidade. Contudo, a implementação dessas tecnologias deve ser pautada por responsabilidade, ética e transparência, de modo a garantir que os benefícios superem os desafios (Lima Silva; da Costa Limeira, 2023). A era digital traz consigo implicações relacionadas à proteção de dados, especialmente em relação ao uso inadequado de informações pessoais. Tecnologias como a inteligência artificial (IA), Big Data e videomonitoramento oferecem vantagens significativas, mas ainda faltam investimentos para que o Brasil atinja seu pleno potencial nessa área (Ressetti *et al.*, 2022a). A integração entre União e Estados para a construção de bancos de dados nacionais é outro desafio a ser superado. Apesar disso, o uso dessas tecnologias na segurança pública deve continuar a crescer, dado o caráter global da demanda por segurança. A longo prazo, o sucesso dessas iniciativas dependerá de investimentos humanos, materiais e tecnológicos (Lima Silva; da Costa Limeira, 2023).

Na esfera forense, avanços por meio da utilização da Microscopia Eletrônica de Varredura acoplada à espectroscopia de Energia em Dispersão de Raios-X (MEV/EDS) para a análise de resíduos de tiros têm apresentado efetividade na confirmação da persistência dos resíduos até oito horas após o disparo, superando as limitações do método tradicional utilizado pela Polícia

Científica do Estado do Pará. A capacidade do MEV-EDS em detectar partículas características dos resíduos de tiros representa um avanço importante, oferecendo uma ferramenta robusta para os protocolos forenses naquela região (Andrade *et al.*, 2024).

Outro aspecto relevante diz respeito à proposta de um sistema de rastreamento de armamentos baseado nas tecnologias de Internet das Coisas (IoT) e Sistema de Identificação por Radiofrequência (RFID). Esse sistema visa monitorar armamentos desde a fabricação até sua utilização, integrando-se com sistemas existentes no Brasil, como Sistema de Gerenciamento Militar de Armas (SIGMA) e Sistema Nacional de Armas (SINARM). A implementação desse sistema promete não apenas melhorar o controle sobre o armamento, mas também contribuir para a redução da violência por meio de uma gestão eficiente (Souza Ramanho *et al.*, 2020).

A aplicação de tecnologias de gestão, como o Sistema de Gerenciamento dos Indicadores do Avante (SIGA), tem demonstrado resultados promissores na redução da criminalidade. Estudos de caso no 20º Batalhão de Polícia Militar do Rio Grande do Sul revelaram uma redução de 12,4% nos indicadores de criminalidade nas áreas onde o método foi aplicado, em contraste com um aumento de 4,4% fora dessas áreas. O Método SIGA, ao orientar a alocação de recursos policiais com base em indicadores de criminalidade, oferece uma solução eficaz para otimizar a gestão operacional das corporações de polícia (Kvietinski; Mastella, 2021). Nesse contexto, a gestão do conhecimento em organizações públicas é fundamental para a inovação no serviço público, como demonstrado pela Comunidade Virtual de Prática (*Virtual Community of Practice* – VCoP) “Equipe SELOGS” da Polícia Federal. A pesquisa indicou que a VCoP possui características que facilitam a inovação gerencial, contribuindo para a eficácia e a relevância das ações da organização (Morales *et al.*, 2021).

Aliado a limitações orçamentárias e de pessoal, o avanço da criminalidade tem levado as instituições de segurança pública a buscar formas mais eficazes de otimizar recursos, tecnologias e informações. O policiamento orientado pela inteligência tem se mostrado eficaz nesse contexto, com a gestão do conhecimento emergindo como uma ferramenta para melhorar o ciclo de produção desse modelo (Cunha Rodrigues; Silveira; Macedo, 2021). Essa abordagem visa transformar o conhecimento tácito, frequentemente perdido no setor público devido às constantes mudanças de pessoal, em conhecimento explícito que pode ser acessado e utilizado para aprimorar as operações policiais (Câmara; Nunes, 2021). Nesse sentido, o exemplo do inquérito policial eletrônico pode atenuar os custos associados à implementação de reformas judiciais, como a criação do "juiz das garantias" no Brasil. Por sua vez, esse sistema tem o

potencial de reduzir a carga financeira e logística envolvida na contratação de novos magistrados e na administração das comarcas (Guimarães; Ribeiro, 2020).

A utilização de drones pela Polícia Militar do Paraná exemplifica como a inovação tecnológica pode aumentar a eficiência dos serviços de segurança, reduzir custos operacionais e minimizar a exposição do efetivo a riscos (Oliveira; Fávero, 2022). Esses avanços tecnológicos não apenas proporcionam versatilidade nas atividades policiais, mas também indicam uma tendência crescente de adoção de tecnologias emergentes para a otimização dos serviços. Nesse contexto, outra ferramenta tecnológica, a PMSC Mobile, implementada pela Polícia Militar de Santa Catarina (PMSC), revela o modo como as inovações tecnológicas podem melhorar a gestão de ocorrências policiais, a alocação de recursos e a precisão das informações criminais. No entanto, a falta de regulamentação e a ausência de articulação entre diferentes órgãos de segurança ainda limitam o potencial para uma integração mais eficaz (Ferreira *et al.*, 2020).

A crescente criminalidade e as restrições orçamentárias têm levado as instituições de segurança pública a buscar maneiras mais eficazes de otimizar recursos e melhorar o desempenho. A análise do impacto do apoio governamental na implementação de sistemas de videovigilância em Recife revela que, embora esse suporte seja essencial, ele é considerado insuficiente para potencializar a inovação tecnológica na área de segurança pública local. No entanto, a integração entre órgãos no sistema de videovigilância tem facilitado a aplicação do conceito de cidades inteligentes na cidade (Ferreira; Novaes; Macedo, 2023). Nesse contexto, o projeto da PMESP para o uso de câmeras corporais é uma das maiores iniciativas do tipo no mundo, cobrindo todo o turno de trabalho dos policiais. O uso da tecnologia resultou em uma redução significativa de 57% nas mortes decorrentes de intervenção policial, embora não tenha levado a mudanças notáveis em outros indicadores criminais, como homicídios e roubos. No entanto, houve um aumento nas ocorrências de violência doméstica e registros relacionados a porte de drogas e armas (Lima *et al.*, 2022).

No contexto da Polícia Militar do Estado do Paraná (PMPR), a implementação de um programa de *compliance* é vista como essencial para organizar mecanismos de controle e avaliação existentes, promovendo transparência e responsabilidade. A proposta de um modelo estruturado de compliance é apresentar os conceitos e pilares de um programa de *compliance* e sugerir sua implantação na PMPR, considerando a complexidade da cultura organizacional da instituição (Júnior; dos Santos, 2022).

A colaboração entre esferas governamentais pode moldar o desempenho organizacional das inovações tecnológicas no setor público. A pesquisa sobre a implementação de um sistema de recuperação de veículos roubados em São Paulo revela que esforços colaborativos aumentaram a probabilidade de recuperação de veículos, embora os resultados variem entre os diferentes distritos. Este estudo destaca a importância da colaboração para maximizar os benefícios das inovações tecnológicas na gestão pública (Guimarães *et al.*, 2021). Nesse sentido, a integração de tecnologias promissoras, junto com uma gestão eficiente e políticas públicas focadas na eliminação das causas da criminalidade, é crucial para uma segurança pública eficaz (Lima; Oliveira; Silva Costa, 2021).

As forças policiais enfrentam desafios significativos com crimes violentos que envolvem explosivos. A Inteligência Artificial (IA) e suas variáveis, como *Big Data* e *Machine Learning*, são ferramentas promissoras para aprimorar a gestão e a tomada de decisão na segurança pública. Assim, a IA pode inovar na produção de conhecimento e otimizar o policiamento preditivo na Polícia Militar do Paraná (Júnior; dos Santos, 2022). Nesse contexto, a modernização das forças policiais no Brasil tem sido profundamente influenciada pelo avanço tecnológico, especialmente com a adoção de IA e Internet das Coisas (IoT). A prospecção tecnológica revela tendências que prometem aprimorar os serviços prestados pelos agentes de segurança pública no país. A análise das patentes e pesquisas bibliográficas indica um panorama crescente de inovações, como dispositivos de reconhecimento facial, sensores de disparo e sistemas de identificação por rádio frequência, todos voltados para a segurança pública (Lima *et al.*, 2020).

Historicamente, a polícia tem se adaptado às necessidades da comunidade, passando de uma função voltada para a manutenção da ordem política para a busca pela paz social e prevenção de delitos. No contexto atual, a integração de tecnologias tem sido crucial para a otimização dos serviços policiais. As câmeras de monitoramento, por exemplo, têm se expandido em uso e capacidade, potencializando as ações de prevenção e segurança pública (Blum; Xavier, 2023).

O estudo das organizações policiais revela que a adoção de novas tecnologias, como câmeras, reconhecimento facial, *Big Data* e mapeamento genético, traz à tona tensões entre a inovação e a legitimidade das práticas policiais. A análise dessas tecnologias sugere a necessidade de uma agenda de pesquisa no âmbito dos Estudos Organizacionais, abordando temas como racionalização tecnológica, vigilância e as implicações do capitalismo de vigilância (Ressetti *et al.*, 2022).

A implementação de novas tecnologias em instituições públicas, como as forças policiais e as ciências forenses, enfrenta desafios únicos em comparação com o setor privado. Um estudo focado na Polícia Técnico-Científica de Goiás identificou as principais dificuldades e propôs planos de ação utilizando a ferramenta 5W1H (*What, Why, Where, When, Who, How*). Os resultados oferecem insights voltados para auxiliar a melhorar a integração de tecnologias, tanto em instituições forenses quanto em outras organizações públicas (Macedo Bousquet *et al.*, 2023).

2.1.5.1. Uso Tecnológico para Diminuir Roubos de Celulares no Brasil

Iniciativas de pesquisas focadas no uso de tecnologias para a redução de furtos e roubos de aparelhos celulares são limitadas. Nesta subseção, buscamos apresentar o estado da arte desse tema, por meio do levantamento de pesquisas acadêmicas e de iniciativas oriundas das Secretarias de Segurança Pública e Defesa Social no Brasil.

O uso de tecnologias tem se mostrado uma estratégia para coibir o furto e roubo de aparelhos celulares, permitindo uma ação policial mais ágil e precisa (Oliveira; Paiva Júnior, 2022). Nesse contexto, pesquisadores têm procurado compreender de que forma as agências policiais se estruturam para enfrentar o crime, dando ênfase ao emprego de tecnologias de vigilância e de ferramentas inovadoras que visam aumentar a eficiência nas operações policiais (Lak; Rezaeenour, 2018; Todak; Gaub, 2020; Todak; Gaub; White, 2018b; White, Michael D; Todak; Gaub, 2018b). A investigação na área de justiça criminal se concentra especialmente no potencial dessas tecnologias para promover maior transparência e responsabilidade nas ações policiais, além de otimizar a coleta, análise e utilização de dados, aprimorando, assim, o funcionamento do sistema de justiça como um todo (Oliveira; Paiva Júnior; Soares, 2024).

Na Bahia, por exemplo, o celular, classificado como um "*hot product*", mostra ser objeto visado pelos assaltantes em roubos nas vias públicas. Esses dispositivos, considerados essenciais pelos usuários, são facilmente transformados em dinheiro no mercado ilegal ou, mais recentemente, usados em crimes de roubo seguidos de extorsão por meio de aplicativos bancários (Maltez, 2023). Nesse cenário, a Secretaria de Segurança Pública da Bahia (SSPBA) implementou, em maio de 2021, o sistema Alerta Celular, que consiste num banco de dados para facilitar a identificação de celulares recuperados durante operações policiais. Em pouco mais de um ano, 32 mil cidadãos registraram seus dispositivos na plataforma, aumentando as chances de recuperá-los caso sejam vítimas de crimes (GOV. BAHIA, 2022).

As iniciativas tecnológicas voltadas ao combate de furtos e roubos de celulares têm se consolidado em alguns estados brasileiros, como Bahia e Maranhão, com destaque para a experiência de Pernambuco. O Programa Alerta Celular de Pernambuco, implementado pela Secretaria de Defesa Social (SDS) em 2017, serviu de inspiração para outras unidades da federação, consolidando-se como um modelo de sucesso na recuperação de dispositivos roubados. Esse sistema permite que os cidadãos cadastrem seus celulares, facilitando a identificação e devolução dos aparelhos recuperados em operações policiais (Oliveira; Paiva Júnior, 2022). No Quadro 3, apresentamos um panorama das iniciativas e os resultados alcançados em alguns estados brasileiros.

Quadro 3 - Tecnologias Estaduais para Combate a Roubo e Furto de Celulares no Brasil

Nome da tecnologia	Resultados	Ano de implementação	Estado
Alerta Celular	Redução de 31,29% de roubos e furtos em setembro de 2023, comparado ao mesmo período do ano anterior	2022	Alagoas
	719.698 aparelhos cadastrados (até 2024)	2017	Pernambuco
	9 mil celulares cadastrados (até 2019)	2018	Sergipe
	Sem informações em artigos jornalísticos e sites oficiais do Governo	2020	Acre
	3 mil aparelhos registrados	2019	Amapá
	Sem informações em artigos jornalísticos e sites oficiais do Governo	2022	Pará
Cadastro Inteligente	Celulares apreendidos: 9.644 em 2020, 9.651 em 2021 e 9.974 em 2022.	2020	Espírito Santo
Celular Seguro	2 milhões de cadastros realizados e 57.790 alertas de roubo/furto no sistema	2023	Governo Federal
	1,3 mil aparelhos cadastrados (até 2015)	2015	Paraíba
	Sem informações em artigos jornalísticos e sites oficiais do Governo	2022	Amazonas
Meu Celular	12.317 usuários cadastrados (até 2024)	2024	Ceará
Protege Celular	2 mil cadastro em 2020	2020	Piauí
	- 42% no número de roubos em 2024 comparado a 2023 (I semestre)		

Recupera	Projeto lançado em julho de 2024 (sem informações de resultados)	2024	Espírito Santo
Sistema Alerta Celular	32 mil cadastros em 2021	2021	Bahia

Fonte: elaborado a partir das informações dos Estados Brasileiros e Governo Federal.

Com base no Quadro 3, podemos observar que vários estados brasileiros implementaram tecnologias distintas para coibir o roubo, furto, compra e venda de aparelhos celulares, com diferentes níveis de abrangência e resultados. A análise comparativa entre as iniciativas evidencia a diversidade de abordagens e a variabilidade dos impactos observados.

O Sistema/Programa ‘Alerta Celular’ se destaca como uma tecnologia amplamente adotada e com variações locais de implementação. Estados como Bahia (32 mil cadastros em 2021) e Pernambuco (719.698 aparelhos cadastrados até 2024) demonstram que o programa tem uma ampla aceitação e vem sendo utilizado por um número significativo de cidadãos. Em Pernambuco, o impacto do programa é expressivo devido ao tempo de implementação (desde 2017) e ao número elevado de cadastros. O Estado de Alagoas, que lançou seu programa em 2022, apresenta uma redução de 31,29% nos roubos e furtos em setembro de 2023 comparado ao mesmo período de 2022, sugerindo que a tecnologia pode ser eficaz em um período relativamente curto.

O Protege Celular, implementado no Piauí em 2020, apesar de ter menos cadastros iniciais (2 mil), apresentou uma redução expressiva de 42% nos roubos no primeiro semestre de 2024 em comparação ao mesmo período de 2023. Isso demonstra que, mesmo com uma base menor de usuários, o sistema pode ter um impacto significativo na redução da criminalidade. Além disso, o interesse por esse sistema é evidenciado pela visita técnica do estado de Alagoas ao Piauí em 2024, para o intercâmbio de tecnologias, reforçando a relevância dessa iniciativa no cenário nacional.

Em termos de cobertura nacional, o Celular Seguro, implementado pelo Governo Federal em 2023, apresenta um volume maior de cadastros (2 milhões) e um número expressivo de alertas de roubo/furto (57.790), destacando-se como um dos sistemas amplamente utilizados e que oferece um potencial de impacto em escala nacional.

O Cadastro Inteligente, no Espírito Santo, também se sobressai pelos resultados em termos de celulares apreendidos, com números consistentes ao longo dos anos (9.644 em 2020, 9.651 em

2021 e 9.974 em 2022). No entanto, não há dados que indiquem diretamente o impacto na redução dos roubos e furtos.

É relevante destacar a recente implementação de iniciativas em estados como Ceará (Meu Celular, 2024) e o projeto Recupera no Espírito Santo (2024), que ainda não apresentam resultados claros, mas indicam a continuidade dos esforços para aprimorar a segurança em relação aos aparelhos celulares.

No Piauí, o sistema Protege Celular, inspirado no sucesso pernambucano e lançado em 2020, registrou uma redução significativa de 44% no número de roubos de celulares no primeiro semestre de 2024 em comparação ao mesmo período de 2023. Esse impacto positivo atraiu a atenção de Alagoas, que em 2024 realizou uma visita técnica ao Piauí para promover o intercâmbio de tecnologias e adaptar o sistema ao seu contexto local (GOV. PIAUÍ, 2024).

Essas iniciativas estaduais não passaram despercebidas pelo Governo Federal, que, reconhecendo a eficiência dos sistemas, firmou um acordo de cooperação técnica com o Piauí. O objetivo desse acordo reside em incorporar essas tecnologias ao programa federal Celular Seguro, que, desde 2023, contabilizou 2 milhões de cadastros e gerou 57.790 alertas de furto ou roubo (GOV. PIAUÍ, 2024).

Na Bahia, o Sistema Alerta Celular, criado em 2021, já registrou 32 mil cadastros e também contribuiu para a recuperação de dispositivos roubados. Dessa forma, o intercâmbio de boas práticas entre os estados e a federalização dessas iniciativas têm potencializado os esforços de segurança pública em todo o Brasil, demonstrando como o uso estratégico de tecnologias pode otimizar a recuperação de aparelhos e reduzir os índices de criminalidade (GOV. BAHIA, 2022).

Assim como o Estado do Piauí tem se destacado pela inovação no programa voltado para a recuperação de aparelhos celulares furtados e/ou roubados, o Estado de Pernambuco, que conta com uma iniciativa preexistente e com o mesmo objetivo, também tem se posicionado como referência no tema. A trajetória pernambucana, marcada pela implementação precoce de tecnologias voltadas ao rastreamento e recuperação de dispositivos móveis, já motivou visitas técnicas de unidades federativas, como o Ceará e o Distrito Federal (GOV. PERNAMBUCO, 2023).

Nos estados brasileiros, observa-se que as iniciativas voltadas para coibir o roubo e furto de aparelhos celulares apresentam características similares, inclusive utilizando a mesma nomenclatura para designar os programas dessas políticas públicas. No entanto, há uma escassez de estudos científicos que ajudem a compreender de maneira aprofundada esse fenômeno de implementação de políticas de segurança pública, em especial no que diz respeito à forma como essas iniciativas são tratadas nas mídias sociais digitais.

A comunicação pública desempenha um papel fundamental no sucesso desses programas, uma vez que a participação ativa dos cidadãos, por meio do cadastramento dos números identificadores (IMEI) de seus dispositivos nos sites das secretarias estaduais de Segurança Pública e Defesa Social, é crucial para a eficácia dessas políticas direcionadas à redução da violência e criminalidade de roubos e furtos de aparelhos celulares (Oliveira; Paiva Júnior, 2022). Apesar da importância desse processo de engajamento, poucas pesquisas têm se dedicado a explorar como as mídias digitais influenciam a adesão da população e a difusão das informações sobre essas iniciativas. Além disso, o governo federal firmou um termo de cooperação técnica com o objetivo de criar um protocolo nacional, permitindo que os estados adotem futuramente um sistema padronizado. Esse movimento aponta para a necessidade de integração entre as unidades federativas e a importância de estabelecer diretrizes uniformes que facilitem a cooperação interestadual no combate a crimes relacionados a dispositivos móveis (GOV. BRASIL, 2024).

O desenvolvimento do programa Alerta Celular no estado do Pará resulta de uma parceria entre a Agência de Tecnologia da Informação de Pernambuco (ATI) e a PRODEPA, mediada pela Associação Brasileira de Entidades Estaduais de Tecnologia da Informação e Comunicação (ABEP-TIC). O sistema pernambucano, que já está em operação há mais de um ano, serviu de referência para a criação da solução implementada no Pará. A PRODEPA adaptou e desenvolveu sua própria versão com base na tecnologia utilizada em Pernambuco, evidenciando o papel central da cooperação intergovernamental no combate ao roubo e furto de dispositivos móveis (GOV. PARÁ, 2018). Esse intercâmbio de tecnologias entre estados demonstra a importância da difusão de inovações no fortalecimento das políticas públicas de segurança e na integração de sistemas tecnológicos voltados à proteção do cidadão.

Em 2020, o Governo do Espírito Santo lançou o sistema "Cadastro Inteligente", que permite o registro de celulares em um banco de dados integrado ao sistema de segurança pública, facilitando a recuperação de dispositivos roubados ou furtados (GOV. ESPÍRITO SANTO,

2020). Em 2024, o Estado implementou o "Projeto Recupera", uma nova iniciativa voltada ao mesmo objetivo, mas com melhorias inspiradas em práticas adotadas no Estado do Piauí. Ambos os programas visam a recuperação e restituição de aparelhos celulares roubados, fortalecendo as políticas públicas de segurança por meio da utilização de tecnologias e da cooperação entre estados (GOV. ESPÍRITO SANTO, 2024).

Não encontramos uma política pública que se assemelhe à adoção de dispositivos de rastreamento por meio dos cadastros dos IMEI dos aparelhos celulares em um sistema da Secretaria de Segurança Pública e Defesa Social nos estados do Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro, Goiás, Maranhão, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Paraná, Rio Grande do Norte, Rondônia, Roraima, Santa Catarina, São Paulo e Tocantins.

2.1.6. Novas Tecnologias de Gestão no Estado de Pernambuco

Nesta subseção, proporcionamos uma contextualização do cenário de investigação por meio de uma análise histórica. Em seguida, são abordadas as novas tecnologias de gestão adotadas com o propósito de mitigar e prevenir a violência social.

Antes de 2007, as políticas de segurança pública executadas no estado de Pernambuco, Brasil, eram conduzidas sem planejamento estruturado que pudesse prevenir e reprimir o crime e a violência. A ausência de direcionamento de estratégias e metas e de ações planejadas impactava a eficiência e a coordenação das iniciativas voltadas para a segurança, refletindo-se nos índices de criminalidade e na percepção de segurança da população. A ausência de um planejamento articulado compromete a capacidade do estado em lidar de forma efetiva com os desafios relacionados à segurança pública, demandando uma revisão e reestruturação das abordagens e práticas adotadas até então (Ribeiro; Lopes, 2018).

O desenvolvimento e implementação (2007) do Plano Estadual de Segurança Pública de Pernambuco (PESPE-PE), conhecido como Pacto Pela Vida (PPV), foi marcado por desafios diante do cenário de segurança pública nesse estado. O plano foi pensado e implementado num cenário de crescimento da violência e criminalidade. Entre os anos de 2004 e 2006, houve um aumento de 8,1% no número de homicídios, evidenciando a necessidade de ações efetivas para lidar com a violência (SDSPE, 2013a). As iniciativas dos órgãos de segurança estaduais eram consideradas insuficientes, uma vez que a falta de integração das informações com outros entes públicos, como o poder judiciário e órgãos do poder executivo, resultava na ausência de um sistema abrangente de acompanhamento, tratamento e análise de dados. Isso compromete a

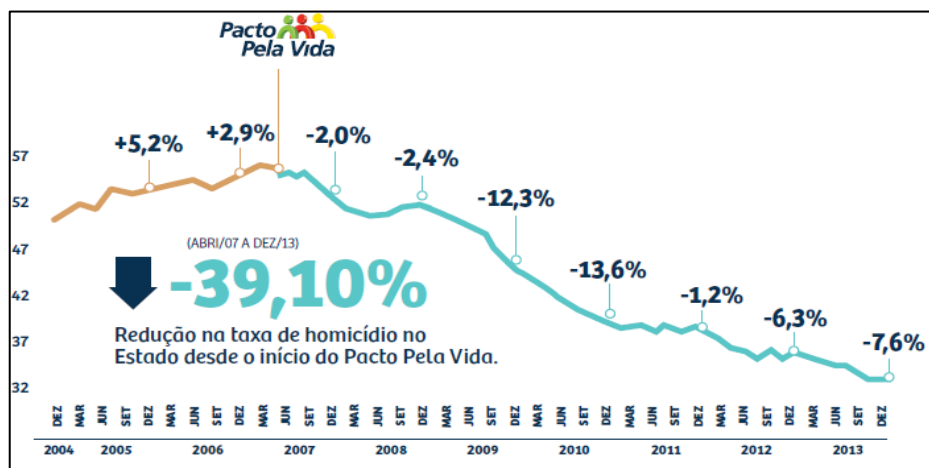
geração de informações estratégicas para enfrentar o cenário da violência no estado (Rabelo; Ratton Júnior, 2013).

A integração entre os atores envolvidos no combate à violência e criminalidade era limitada, e os indicadores de processo não eram claramente estabelecidos e acompanhados. Nesse ambiente, o Pacto pela Vida foi concebido num processo que se iniciou com o Fórum Estadual de Segurança Pública (FESP) nos meses de março e abril de 2007, com a participação de especialistas, acadêmicos, representantes de organizações da sociedade civil e gestores públicos em âmbito federal, estadual e municipal (Silveira Neto et al., 2013). Nesse fórum, houve debates que culminaram na avaliação, aprimoramento e aprovação da versão final do Pacto pela Vida (BID, 2015). Adicionalmente, foram criados mecanismos para sistematizar as deliberações e tomadas de decisão, a fim de que ocorressem mudanças nas estratégias planejadas dos órgãos responsáveis pela segurança pública, com foco no controle dos conflitos sociais (Ratton; Galvão; Fernandez, 2014).

A partir das concepções adotadas e os indicadores de criminalidade indicarem uma redução, o Pacto Pela Vida foi reconhecido por meio de prêmios de gestão pública. Destacam-se o Prêmio das Nações Unidas de Serviço Público (UNPSA) em 2012, 2013 e 2014; o Prêmio Governante do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) em 2013; o Prêmio Interamericano de Inovação para a Gestão Pública Efetiva da Organização dos Estados Americanos (OEA) em 2014; e, o Prêmio Anual de Gestão por Resultados da Comunidade de profissionais e especialistas da América Latina e do Caribe em Gestão para Resultados de Desenvolvimento - CoPLAC-MfDR (BID, 2015). Por meio desses reconhecimentos, o Pacto Pela Vida foi reconhecido como um programa inovador em segurança pública, sendo inclusive copiado por outros estados brasileiros que realizaram iniciativas similares, como Minas Gerais e Ceará (GOVPE, 2016a; ONU, 2012).

Os resultados e premiações estão relacionados à política de gestão por resultados implementada com ênfase na redução dos homicídios. Conforme divulgado pelo governo do Estado nos balanços referentes aos anos de 2007 até 2013 (SDSPE, 2013b), observou-se uma redução de 39,10% nos crimes de homicídios/assassinatos. O Gráfico 1 ilustra o momento-chave da mudança nas estatísticas de homicídios no estado de Pernambuco após a implementação do Programa Pacto Pela Vida.

Gráfico 1 - Indicadores de Crimes Violentos Letais Intencionais entre 2004 e 2013



Fonte: Secretaria de Defesa Social de Pernambuco (2013)

Não obstante os resultados alcançados e o reconhecimento internacional com respeito ao processo de gestão por resultados, o Plano Estadual de Segurança de Pernambuco (PESP-PE) não perenizou os resultados positivos ao longo de sua vigência. Em 2017, após uma década de sua implementação, o índice de homicídios voltou a aumentar, registrando 5.428 assassinatos (SDS/GACE, 2022). Esses números evidenciam que a política de segurança pública não consegue atingir os objetivos propostos (Ratton, 2016). Além disso, a extinção do Pacto pela Vida em 2023 deu lugar à implementação de uma nova política de segurança pública e defesa social, denominada Juntos pela Segurança. Essas medidas representam uma tentativa de reestruturação e aprimoramento das estratégias governamentais, num contexto de governança, para enfrentar os desafios relacionados à segurança pública em Pernambuco.

Ao longo da vigência do PESP-PE, uma série de tecnologias foi implementada com o intuito de combater a criminalidade e reduzir a violência. Dentre as novas tecnologias de gestão adotadas, destacam-se o programa Alerta Celular, introduzido em 2017, e a adoção das BWC em 2024 (SDSPE, 2024a).

Desenvolvido pela Agência de Tecnologia da Informação (ATI) e pela Secretaria de Defesa Social de Pernambuco (SDS) em 2017, o Programa Alerta Celular tem como finalidade a redução dos roubos de celulares no Estado de Pernambuco. Sua operacionalização está fundamentada no cadastro do *International Mobile Equipment Identity* (IMEI) ou Identificação Internacional de Equipamento Móvel em um banco de dados da SDS, realizado pelos próprios cidadãos, os quais são incentivados por meio de campanhas publicitárias e reportagens a realizar o registro no sistema. Em caso de roubo ou furto do aparelho, o cidadão pode efetuar o registro do Boletim de Ocorrência (BO), e, durante abordagens de rotina, quando os policiais identificam um dispositivo registrado no Programa Alerta Celular, após os procedimentos

administrativos, o equipamento é devolvido ao seu proprietário. Ao longo dos anos, os resultados do programa são satisfatórios, refletidos nos índices criminais, e têm impactado na mudança cultural, alterando a percepção da população em relação ao papel do setor público como promotor das políticas de segurança pública (Oliveira; Paiva Júnior, 2022).

A adoção das câmeras corporais por agentes de segurança pública em Pernambuco carece de estudos empíricos, uma vez que sua implementação é recente, sendo utilizada pela primeira vez, durante o Carnaval, na cidade do Recife em 2024. Contudo, estudos têm sido conduzidos ao redor do mundo, como nos Estados Unidos e Canadá, que investigam as percepções dos agentes de segurança e da sociedade em relação ao uso dessa tecnologia (Gramagila; Phillips, 2018; Nix; Todak; Tregle, 2020). No Canadá, foram avaliados os resultados em termos de criminalidade e desempenho policial após a adoção das BWC (Bernier, 2022; Boivin; D'elia, 2020; Lollia, 2021). Enquanto na Espanha, comparou-se o uso dessas tecnologias com o modelo norte-americano (Hirschfield, 2020) e se constatou que seu uso tem impactos na atuação policial, na transparência das operações e na percepção pública sobre a segurança. No Brasil, os estudos têm se concentrado principalmente no estado de São Paulo, onde as BWC foram implementadas há alguns anos (Lima et al., 2022; Monteiro et al., 2022), havendo também revisões de literatura que abordam o panorama geral dessas novas tecnologias de gestão em todo o território nacional (Amaral; Vargas; Prates, 2023).

2.2. ESTUDOS CULTURAIS

Esta subseção examina o referencial teórico utilizado para analisar as dinâmicas de debate e resistência associadas à implementação de novas tecnologias de gestão no âmbito das políticas públicas de segurança e defesa social. O foco recai sobre o modo como as novas tecnologias de gestão são debatidas e resistidas nas mídias sociais, inserido no contexto mais amplo da governança da segurança pública. A análise desses processos se fundamenta nos estudos culturais em que a abordagem vai além dos limites tradicionais da segurança pública e defesa social, explorando as interações e interdependências emergentes, especialmente no espaço de disputa observado nas redes sociais digitais.

As mudanças nos contextos sociais e estilos de vida, principalmente nos últimos 30 anos, trazem a emergência de novas formas de cognição e perspectivas epistemológicas (Lopes, 2021). Nesse contexto, ocorre uma proliferação de métodos e abordagens direcionados para incrementar a produção de conhecimento, com relação a novas tecnologias de gestão e governança pública, com o objetivo de reestruturar a realização de pesquisas sociais. Logo, compreender, inserir-se

e intervir no tempo histórico se torna um afínco necessário para desenvolver teorias e práticas conectadas com a realidade dessas transformações. Esse movimento reflete a importância de alinhar as investigações com as dinâmicas sociais em constante evolução, promovendo uma compreensão profunda e contextualizada das questões em estudo (Lopes, 2021).

O referencial teórico com respeito a governança na segurança pública nos fornece a compreensão com respeito às dinâmicas organizacionais presentes nessa área das políticas públicas de segurança. A aplicação da governança transcende os limites entre os setores público e privado ao ser fomentada uma área de estudo que é abordada por disciplinas científicas, notadamente nas ciências sociais (Sapori, 2007). Para que a governança da segurança pública seja efetiva e resolva os conflitos sociais de forma sustentável, é crucial que ela integre a participação social em suas práticas. A inclusão dos cidadãos no processo de elaboração e implementação das políticas de segurança não apenas legitima as ações do governo, mas também assegura que as medidas adotadas sejam justas e sensíveis às necessidades da população. Nesse sentido, a governança deve ser vista não apenas como um modelo de gestão, mas também como um mecanismo de diálogo e cooperação entre o Estado e a sociedade, onde as políticas públicas são co-construídas e continuamente ajustadas para refletir as demandas sociais emergentes (Costa, 2023; Teixeira; Gomes, 2019).

Por meio da inovação tecnológica, as novas tecnologias de gestão desempenham papel significativo na formulação de soluções eficazes para enfrentar os desafios complexos da segurança pública, uma vez que contribuem para o aprimoramento dos métodos de vigilância, a otimização da coleta e análise de dados, e a promoção de respostas ágeis e coordenadas por parte das autoridades competentes (Razmjoo et al., 2021; Ressetti et al., 2022).

As transformações conceituais e metodológicas originadas dos movimentos sociais e das dinâmicas culturais contemporâneas se revelam como pilares do campo da comunicação (Martín-Barbero, 1992). Essas mudanças propiciam espaço para a investigação com respeito às evoluções da experiência social, sobretudo no contexto das mídias sociais, onde as novas tecnologias de gestão são tanto objeto de debate quanto de resistência, reforçando a importância da análise crítica no âmbito comunicacional.

As subseções descritas a seguir se iniciam pelo conceito de cultura e avançam para uma análise de temas relacionados ao contexto histórico dos Estudos Culturais, seguida pela discussão com respeito à configuração desses estudos tratados por pesquisadores que discutem temas presentes

no âmbito da América Latina, em que exploramos a teoria de Martín-Barbero, conhecida como a teoria das mediações. Em seguida, são apresentadas as referências relacionadas às novas tecnologias de gestão e ao contexto da governança pautada no tema da segurança pública.

2.3.1 Um panorama da Cultura

A palavra "cultura" é comumente reconhecida como um dos dois ou três vocábulos mais complexos existentes na língua inglesa (Azevedo, 2017; Williams, 1983). Embora a tendência contemporânea seja considerar a natureza como derivada da cultura, etimologicamente, a cultura é um conceito que se origina da natureza, especialmente quando contrastado com seu antônimo, 'natureza', que muitas vezes é vista como mais complexa (Eagleton, 2016). Assim, ao se considerar as evidências históricas, várias interpretações são possíveis e acessíveis entre cultura e natureza. Nessa abordagem interpretativa, a compreensão do conceito de cultura se desenvolve em meio a sua historicidade. Do contrário, existe o risco de se privar os sujeitos da história de sua capacidade de atribuir significados aos processos históricos que tenham vivenciado.

A cultura está relacionada a condições sociais específicas de um contexto histórico e social. Essas condições sociais podem incluir aspectos políticos, uma vez que é recorrente o argumento de que a cultura possui uma dimensão política (Botelho, 2001). Isso significa que as práticas culturais e as expressões simbólicas de uma sociedade são influenciadas e moldadas por questões políticas, envolvendo dinâmicas e relações de poder. Nesse contexto, emergem dois pontos essenciais: o primeiro ponto, fundamental para qualquer conceito de cultura, diz respeito à sua natureza estrutural, voltada para o coletivo, ou seja, para um grupo de pessoas que compartilham hábitos e práticas no seio da sociedade. Portanto, a cultura envolve ações coletivas, representando um desenvolvimento conjunto, pois não existe cultura isolada que envolva apenas uma única pessoa. Assim, qualquer definição autêntica sobre o tema da cultura leva à ideia de um coletivo que contribui para uma coletividade (Eagleton, 2016).

A cultura se encontra interligada aos elementos de um modo de vida global, requerendo a análise da natureza da organização e da complexidade dessas interações. A análise cultural tem seu ponto de partida na descoberta de padrões distintivos e é por meio das relações entre esses padrões que, por vezes, surgem correspondências como interações culturais complexas e fenômenos de hibridização cultural (Williams, 2007).

Os séculos XVIII e XIX foram o período em que o uso figurado do termo "cultura" se consolidou nos meios intelectuais e artísticos. Expressões como "cultura das artes", "cultura das letras" e "cultura das ciências" evidenciam que, naquela época, o termo era empregado seguido de um complemento para especificar o campo de conhecimento que estava sendo desenvolvido (Williams, 2007). Nesse contexto, a cultura compreende tudo aquilo que é produzido pelo ser humano; tudo que não é inato ou concedido pela natureza. O que é inerente à natureza não é considerado cultural, mas sim natural. Portanto, tudo além desses elementos naturais é abrangido pelo conceito de cultura (Chauí, 2000).

Com base em conceitos atribuídos à "cultura", compreendemos que a configuração do ambiente humano é moldada pelas produções culturais. São essas manifestações que proporcionam ao indivíduo a compreensão essencial e o propósito de sua existência no mundo, evidenciando a presença de um sujeito capaz de compreender, transformar e atribuir significado. Essas produções culturais representam a materialização da essência do ser humano como consciência de si mesmo (Lima Vaz, 2020).

A cultura é, portanto, considerada elemento dinâmico e fundamental com respeito à interpretação da realidade e dos comportamentos, pois é por meio dela que as pessoas desempenham um papel constitutivo em todos os aspectos da vida social, na formação da subjetividade e da identidade, e na atuação das pessoas como atores sociais. É por meio da cultura que as lutas pelo poder passam a ser simbólicas, em que se negocia e estabelece o significado (Hall, 1977; Sender; Decherney, 2016).

2.2.1. Contexto Histórico

Os estudos culturais originaram-se na década de 1950, a partir da convergência de experiências históricas complexas. Em determinados momentos, o interesse se volta para a "americanização da Grã-Bretanha", em outros, são focalizadas as novas configurações que a modernização adquiriu após o término da Segunda Guerra Mundial (Blundell; Shepherd; Taylor, 1993). Assim, esses autores assinalam que ambas as descrições realçam o aparecimento de uma "cultura de massas" tornada possível por intermédio da racionalização, capitalização e 'tecnificação' dos meios de comunicação de massa.

Outras pesquisas indicam que os estudos culturais surgiram na década de 1960 com a criação do Centro de Estudos Culturais Contemporâneos (*Centre for Contemporary Cultural Studies - CCCS*) com Richard Hoggart, Raymond Williams, Edward Thompson e Stuart Hall. Entretanto,

os anos 1970 são considerados uma “década heroica” para os Estudos Culturais, quando as preocupações fundamentais dos estudiosos dessa abordagem foram elaboradas e trabalhadas por Stuart Hall e pelos alunos de pós-graduação deste Centro (Scannell, 2016).

É na década de 1970 que Stuart Hall (2005) revitaliza a obra de filósofos como Marx, Althusser e Gramsci no final do século XX, tornando difícil compreender sua obra sem considerar suas contribuições. Nesse contexto, a teoria e a análise cultural mantêm uma conversa contínua, refletindo um princípio fundamental do pensamento de Stuart Hall: o reconhecimento de que nada permanece estático, uma vez que cultura, tecnologia e política estão em constante fluxo (Sender; Decherney, 2016). Assim, a consciência de que vivemos em um mundo transformado, ameaçado por desafios globais como a mudança climática e a evolução tecnológica, indica a necessidade de se concentrar nas condições institucionais e materiais que possibilitam os estudos culturais para que eles continuem a existir como um campo intelectual distinto (ANG, 2020).

Os estudos culturais se configuram como campo de investigação fundamentado em abordagens interdisciplinares, proporcionando um espaço de encontro que transcende os limites tradicionais da academia, incluindo não apenas pesquisadores e escritores, mas também professores em contextos educacionais (Couldry, 2020). Nesse contexto, a cultura não é apenas uma prática isolada, mas representa uma descrição abrangente dos hábitos e costumes de uma sociedade, permeando todas as práticas sociais e constituindo a totalidade de suas interações (Hall, 2016).

As dicotomias entre cultura popular e alta cultura foram amplamente desafiadas ao longo do desenvolvimento dos estudos culturais. A vida cotidiana é concebida como sendo profundamente influenciada pela comunicação, que permeia todas as etapas de produção, distribuição e recepção de produtos midiáticos. Esse processo é evidenciado pela construção fluida e negociada das identidades, que se moldam e se reconstróem continuamente no contexto midiático (Sender; Decherney, 2016).

A necessidade de uma compreensão particular do modo como podemos entender a cultura e o mundo é central para os estudos culturais. Isso envolve o esforço por buscar entender a maneira como o mundo opera por meio da complexa construção de significados e das relações de poder. A cultura é vista como um processo social contínuo, no qual modos de vida inteiros são constantemente construídos e reconstruídos. Para entender o que está acontecendo, é essencial analisar as práticas em seus contextos complexos (Ang, 2020). Nesse contexto, os estudos

culturais se apresentam como um modelo metodológico para examinar os contextos sociais, questionando a construção de estruturas hierárquicas sociais e políticas por meio de contrastes entre conceitos de tradição e inovação (Escosteguy, 2013b).

Os estudos culturais contemplam o conjunto expansivo e disperso de discursos e práticas, um conjunto instável, campo heterogêneo de investigação segundo o qual a 'análise conjuntural' pode assumir diferentes formas em contextos específicos (Ang, 2020). Assim, os estudos culturais constituem um campo interdisciplinar em que certas preocupações e métodos convergem e a utilidade dessa convergência reside em permitir a compreensão de fenômenos e relações que não são acessíveis por meio das disciplinas existentes. Portanto, os estudos culturais são construídos para avaliar a maneira como as verdades são formadas na e por meio da representação (Murray, 2020). Dessa forma, os estudos culturais representam um conjunto de teorias elaboradas por pesquisadores que encaram a produção de conhecimento teórico como uma prática política. Portanto, o conhecimento não é considerado neutro ou um mero fenômeno objetivo, mas sim uma questão de posicionamento, como o lugar a partir do qual cada indivíduo se expressa, para quem se expressa e com quais objetivos (Barker, 2008).

2.2.2. Estudos culturais e comunicação

A comunicação eficiente entre o órgão responsável e seu público-alvo desempenha um papel crucial para a eficaz implementação de políticas públicas. No entanto, para atingir uma audiência mais ampla do que aquela alcançada diretamente por meio de seus canais de comunicação, as elites políticas ou econômicas devem se adequar aos imperativos da lógica midiática, uma vez que dependem desses meios de comunicação. Essa interação entre a comunicação e as políticas públicas destaca a relevância da relação entre os estudos culturais e a comunicação, evidenciando como esses campos se entrelaçam no contexto da implementação e disseminação de políticas públicas (Morley; Hall, 2019). Nesse sentido, a mídia se torna o local de lutas ideológicas e discursivas cruciais, cujo resultado nem sempre se consegue determinar.

A compreensão do fenômeno em que ocorre o processo de construção da comunicação na sociedade pode ser compreendida a partir do conceito de cultura. Logo, os estudos culturais não se limitam exclusivamente à análise da cultura. Eles não têm a intenção de afirmar que a cultura pode ser compreendida de maneira isolada, desvinculada das realidades sociais específicas em

que ela existe e das quais ela surge. Os estudos culturais visam examinar a cultura dentro de um contexto amplo das circunstâncias sociais que a moldam e influenciam (Escosteguy, 2013b).

A análise do fenômeno comunicacional na sociedade é fundamental para compreender o modo como a cultura se relaciona com as realidades sociais em que está inserida. Os estudos culturais, nesse contexto, não se limitam a examinar a cultura de forma isolada, mas buscam entendê-la no interior das circunstâncias sociais que a influenciam e moldam (Martin-Barbero; Fox; White, 1994). Nesse contexto, a análise das tecnologias de segurança pública revela um ponto de interseção entre práticas tradicionais de governança e as influências das tecnologias modernas. Essa perspectiva permite entender como essas práticas se tornam híbridas, combinando elementos de diferentes contextos culturais e tecnológicos, o que, por sua vez, molda a percepção pública e a aceitação social dessas tecnologias. Nesse sentido, as práticas culturais e tecnológicas contemporâneas não apenas coexistem, mas também se reconfiguram mutuamente, criando novos significados e formas de interação social (Canclini, 2003).

A comunicação transcende seu papel meramente cultural, influenciando e sendo influenciada tanto pela economia quanto pela política. Assim, os investigadores que advogam a favor dessa abordagem ampliada reconhecem o valor da comunicação não apenas vigente na expressão cultural, mas também na formação de mercados, opiniões públicas e estruturas de poder. Assim, a inscrição da comunicação na cultura não é tratada como uma questão isolada, mas como um fenômeno multifacetado que permeia várias esferas da vida social, refletindo e moldando dinâmicas econômicas e políticas (Martín-Barbero, 2002).

A cultura representa um processo contínuo de significação e produção de sentido, que ocorre por meio da interação e comunicação entre indivíduos em uma sociedade. Ela não assume a forma de um conjunto fixo de traços ou características estáticas, mas sim um processo dinâmico e em constante transformação (Hall, 2016b). A cultura, segue o autor, não se limita às expressões artísticas ou a produtos culturais específicos, mas abrange todas as formas de práticas, comportamentos, símbolos, valores e significados compartilhados por um grupo social. Assim, ela está intrinsecamente vinculada a relações de poder, estruturas sociais e processos de identificação e pertencimento.

No horizonte histórico, a cultura na modernidade se absteve da mercantilização, na pós-modernidade ela se tornou mercadoria a tal ponto que a vida social se tornou cultural (Jameson; Cevalco, 1996). Nesse contexto, a cultura engloba todas as práticas de constituição da vida

cotidiana, tornando-se o lócus atravessado por essas condutas e constituída na soma do seu inter-relacionamento (Hall, 2003).

Assumindo uma função central no comportamento das pessoas e na construção da identidade como atores sociais, a cultura se configura como uma ação social relevante tanto para aqueles que a executam, quanto para os que a observam, pois os seres humanos utilizam diferentes sistemas de significado para entender o significado das coisas e para regular suas ações uns com os outros (Hall, 1997). Nessa conjuntura, a cultura se relaciona com significados compartilhados, uma vez que é por meio da linguagem, incluindo suas representações, que as pessoas atribuem sentido às coisas. Nesse processo, ocorre a produção e o intercâmbio de significados, já que somente por meio da linguagem eles podem ser compartilhados (Hall, 2016). Uma manifestação cultural tem dois aspectos: os significados e direções conhecidos, em que seus membros são treinados; as novas observações e os novos significados, que são apresentados e testados (Cevasco, 2001). Nesse contexto, o conceito de cultura converge para um processo em constante transformação, diferenciando-se da tradicional visão patrimonialista ao adotar uma postura de mobilidade e ação (Canclini, 2003).

As pessoas convivem e compartilham com uma organização social que treina as mentes de suas equipes para atividades cotidianas. Assim, a comunicação exerce uma função fundamental na construção da cultura, pois opera como elo comum que integra a sociedade como forma de permitir a expressão de significados compartilhados, os quais conferem sentido à experiência humana. Por intermédio da comunicação, os valores, crenças e normas culturais de determinado território são transmitidos e internalizados como modo peculiar de moldar as atitudes e comportamentos dos membros daquela sociedade (Azevedo, 2017).

Os meios de comunicação exercem um papel crucial na produção e circulação de significados culturais. Textos midiáticos, como notícias, programas de televisão, filmes e anúncios, funcionam como "dispositivos de significação", transmitindo valores, ideias e narrativas culturais. Eles são fundamentais na construção de identidades, na formação de opiniões e na influência sobre as percepções do público em relação a questões sociais e políticas (Hall, 2016).

Os meios de comunicação têm a responsabilidade de fornecer a base a partir da qual diferentes grupos e classes sociais constroem suas percepções a respeito de vida, práticas sociais e valores dos outros grupos e classes. Essas percepções, que são representações fragmentadas e dispersas da sociedade em sua totalidade, contribuem para a formação de um quadro coerente de realidade

social chamado imaginário social. Esse imaginário é essencial na maneira como percebemos e recriamos nossas vidas e as vivências dos outros de maneira a integrá-las num contexto compreensível para todos no interior de uma totalidade vivenciada (Hall, 1977). Assim, a comunicação deve ser examinada a partir dos processos que a atravessam e legitimada nos locais onde ocorre o confronto entre o ambiente e a audiência e constituem cenários nos quais acontece a compreensão da realidade e a interpretação de significados (Martín-Barbero, 2010).

Os discursos predominantes não são intencionalmente selecionados pelos codificadores para refletir a ocorrência de eventos que ocorrem de acordo com a ideologia dominante. Em vez disso, representam o campo de significados a partir do qual são realizadas determinadas escolhas de parte dos sujeitos. Essa dinâmica permanece invisível e inconsciente, inclusive para os próprios codificadores, sendo, muitas vezes, obscurecida pela intervenção de ideologias profissionais. Assim, o significado predominante não é único, mas composto por discursos predominantes que não são deliberadamente escolhidos para refletir a ideologia dominante. A influência desses discursos na seleção de conteúdo muitas vezes não é consciente e pode ser obscurecida pela intervenção de ideologias profissionais (Hall, 1977). Por outro lado, também constitui incumbência dos agentes que protagonizam os meios de comunicação retratar e expressar uma diversidade - mesmo que aparente - de representações em vez de um conjunto ideológico unificado. O conhecimento social transmitido seletivamente pelos meios de comunicação se revela estruturado por meio de significados preferenciais. Nesse sentido, o conjunto de representações, imagens e significados, apresentado e categorizado seletivamente, é organizado e articulado para formar um todo coerente, uma ordem reconhecida para estabelecer um consenso. Esse processo constrói, assim, a legitimidade das narrativas e das ideologias que os meios de comunicação promovem, reforçando determinadas perspectivas sociais e políticas (Escosteguy, 2013).

A necessidade de focar a mensagem e o receptor na dinâmica da comunicação se fundamenta no reconhecimento de um circuito contínuo que transcende a simples transmissão de uma mensagem do emissor para o receptor. A abordagem crítica proposta sugere uma reflexão com respeito à visão linear implícita no modelo tradicional emissor-mensagem-receptor, comumente adotado no processo comunicativo. Essa perspectiva linear tende a priorizar a mensagem em si, deixando de lado uma compreensão estruturada e aprofundada dos diferentes estágios desse processo, os quais formam uma rede complexa de relações interconectadas. Com isso, a interação contínua entre produção, circulação e recepção facilita a compreensão da

complexidade e diversidade de fatores envolvidos na decodificação das mensagens pelo receptor (Escosteguy, 2013).

A complexidade das tecnologias de comunicação presentes na sociedade contemporânea auxilia na evitação de visões simplistas ou ideologicamente tendenciosas com respeito à formação da opinião pública. Essas tecnologias permeiam a vida cotidiana, desde o âmbito laboral até o universo de lazer, de modo a desempenhar um papel complexo na mediação do conhecimento e da política. Assim, parece imprescindível não sucumbir ao determinismo tecnológico, que pressupõe um destino inevitável às tecnologias de comunicação, determinando assim o rumo da história. Uma visão simplista dessa natureza pode resultar em uma fascinação cega pelo progresso tecnológico, negligenciando suas implicações sociais, políticas e culturais (Martín-Barbero, 2008). Assim, tal perspectiva pode levar a uma aceitação acrítica das tecnologias de comunicação como meros instrumentos para a maximização do lucro, ignorando seu potencial para influenciar questões como o poder político e a desigualdade social. Diante disso, sugere-se a adoção de uma abordagem crítica e reflexiva em relação às tecnologias da informação e comunicação, em que se tornam reconhecidas, tanto por sua importância, quanto pelo seu impacto, enquanto se questionam suas suposições subjacentes e se avaliam suas consequências sociais e políticas de maneira abrangente. Isso implica não apenas em considerar o potencial emancipatório das tecnologias de comunicação, mas também os desafios e as desigualdades que podem surgir de seu uso e aplicação na sociedade contemporânea (Martín-Barbero, 2008).

2.2.3. Estudos Culturais na América-Latina

Nos anos 50, os debates que ocorriam na Inglaterra começaram a surgir na América Latina na década de 70. Foi nos anos 90 que os teóricos latino-americanos começaram a se identificar com os Estudos Culturais, especialmente por meio das contribuições de Jesús Martín-Barbero e Néstor García Canclini (Escosteguy, 2013).

No início das décadas de 1960 e 1970, no contexto dos estudos culturais, certos traços da teoria crítica, incluindo correntes como o marxismo, o estruturalismo e a semiótica, começaram a influenciar a agenda analítica na América Latina (Pertierra; Salazar, 2019). Nesse período, os estudos de comunicação se expandiram como uma extensão do interesse intelectual em outras esferas sociais, abordando questões centrais como capitalismo, socialismo, relações de classe, ideologia, identidade e consciência (Waisbord, 2000).

As pesquisas na América Latina surgem a partir da aplicação dos Estudos Culturais no contexto social ao contemplar investigações sobre comunicação e recepção. Essas pesquisas se fundamentam em teorias que consideram a realidade latino-americana, incluindo elementos como colonização exploratória, industrialização tardia, modernização acelerada e a miscigenação de povos. Além disso, é evidente certa resistência em relação à adoção do termo "Estudos Culturais", sendo preferidas expressões como "estudos de cultura da América Latina" ou "estudos sobre comunicação e cultura" (Moresco; Ribeiro, 2015).

Os primeiros estudiosos dos estudos culturais na América Latina se dedicaram a analisar as repercussões culturais e políticas decorrentes da ascensão de uma "sociedade de massa". Esses estudos concentraram-se especialmente no impacto dos meios de comunicação de massa e do consumo na modificação do dia a dia. Em decorrência desse movimento, as definições tradicionais de "cultura" foram reavaliadas e ampliadas para incorporar um conjunto abrangente de práticas e discursos (Perterra; Salazar, 2019).

Há uma crítica direcionada à abordagem convencional da teoria da comunicação, fundamentada nos conceitos clássicos de emissor, mensagem, receptor, código e fonte, que destaca a inadequação desses elementos para compreender a complexidade das interações comunicativas em situações do cotidiano, como festas, bailes e práticas religiosas. Nesse sentido, existe a necessidade de repensar a comunicação a partir dessas práticas sociais, ao enfatizar a relação intrínseca entre a comunicação e as dinâmicas sociais. Por esse ângulo, se propõe uma abordagem abrangente e contextualizada do processo de comunicação, argumentando que uma compreensão completa dos processos comunicativos requer uma análise que transcenda os limites da teoria da informação tradicional e se aprofunde nas interações sociais concretas (Martín-Barbero, 1995). A partir dessa concepção, os estudos culturais divergem das perspectivas behavioristas, as quais interpretavam o impacto dos meios de comunicação de massa mediante uma relação estímulo-resposta. Essa abordagem também se distingue das interpretações que consideram os conteúdos midiáticos como portadores de significado ao negligenciar as mensagens subjacentes (Costa, 2012).

O ponto central dos estudos culturais reside na compreensão das conexões entre as estruturas sociais estabelecidas e as formas, bem como as práticas culturais que surgem dentro dessas estruturas. O eixo epistemológico estabelece uma relação recíproca entre cultura e comunicação, condicionando cada um ao outro. Nesse contexto, a comunicação é compreendida como um processo intrinsecamente alinhado e interdependente das formações

culturais (Assis Bastos, 2008). Nesse sentido, ao se analisar os meios de comunicação por meio dessa perspectiva dentro do contexto da América Latina, a ênfase recai não apenas na comunicação em si, mas na sua relação intrínseca com a cultura e os processos políticos. Assim, os estudos culturais consideram a comunicação não como um elemento isolado, mas como uma parte integrante da dinâmica do poder e da busca por hegemonia dentro de uma sociedade. Isso significa que, ao se apreciar os meios de comunicação, é essencial considerar como eles influenciam e são influenciados pela cultura e pelo campo político, desempenhando um papel significativo na construção e manutenção de relações de poder e na promoção ou contestação de visões dominantes na sociedade (Escosteguy, 2013).

2.3.4. A Teoria das mediações de Jesús Martín-Barbero

Jesús Martín-Barbero¹ era um espanhol naturalizado colombiano, reconhecido como um dos principais teóricos no contexto dos Estudos Culturais, especialmente no que concerne ao avanço do campo da comunicação. Como expoente do pensamento comunicacional latino-americano, sua contribuição teórica reside na proposta de transcender a análise informativa com relação aos meios de comunicação para adotar uma perspectiva centrada em mediações. A abordagem culturalista de Jesús Martín-Barbero proporciona o reconhecimento de uma estrutura conceitual que permite explorar a interconexão entre produtores, produtos e receptores, ao serem examinados os deslocamentos de significados que ocorrem entre essas instâncias. Sua ênfase recai na mudança do enfoque da produção para a recepção, delineando um circuito que [re]codifica os sentidos sociais ao longo do processo comunicativo (Assis Bastos, 2008).

O pesquisador Manuel Martín Serrano introduziu pela primeira vez o conceito de mediações, e mais tarde, Jesús Martín-Barbero incorporou parte dessa concepção à sua perspectiva de comunicação e cultura. Martín-Barbero (2008) avança na ideia de transcender os meios de comunicação para explorar as mediações, isso acontecendo como forma de investigar os processos de formação do massivo a partir das mudanças nas culturas populares (Santos; Do Nascimento, 2000).

¹ Jesús Martín-Barbero (1937-2021) foi um renomado semiólogo, filósofo e antropólogo hispano-colombiano. Sua obra se destaca na análise dos processos de comunicação e cultura na América Latina, com ênfase na noção de mediações culturais e na relação entre meios de comunicação, cultura popular e poder. Martín-Barbero é amplamente reconhecido por sua contribuição ao estudo da comunicação, especialmente por seu livro "Dos Meios às Mediações", no qual propõe uma perspectiva crítica e contextualizada da comunicação e suas influências na formação da identidade cultural e social na América Latina.

Em *Dos Meios às Mediações*, Martín-Barbero (1997) destaca a importância das transformações no tempo e no espaço como mediadores essenciais no processo de mudança cultural. Ele enfatiza como as alterações ao longo do tempo e no espaço geográfico desempenham um papel na dinâmica das transformações culturais. O tempo e o espaço influenciam e moldam as práticas culturais, os valores e as interações sociais (Martín-Barbero, 2008). Nesse contexto, segundo o autor, outras duas mediações são fundamentais para o processo de mudança cultural: "identidade e tecnicidade". Identidade se refere à construção e redefinição de quem somos como indivíduos ou como grupos sociais, e tecnicidade está relacionada ao papel das tecnologias e técnicas existentes no contexto cultural. Ambos são elementos-chave que desempenham papel significativo na dinâmica das transformações culturais (Martín-Barbero, 2008, 2018).

2.3.5. Modelo das Mediações

Jesús Martín-Barbero explora a ideia de mediações como processos complexos de interação entre instâncias sociais e culturais, moldando a produção, circulação e recepção de mensagens midiáticas (Lopes, 2021). Ele destaca a importância das práticas culturais cotidianas na construção de significados e na formação de identidades. Suas obras fundamentais, como *"Dos meios às mediações: Comunicação, cultura e hegemonia"* (1987) e *"Ofício de cartógrafo: Travessias latino-americanas da comunicação na cultura"* (2004), permitem compreender como as mediações permeiam as dinâmicas comunicacionais e culturais (Barros, 2012).

O conceito de mediações deve ser entendido como uma abordagem dirigida para compreender a interação entre o espaço de produção e o de recepção na comunicação. Assim, o conteúdo veiculado pelos meios de comunicação não é determinado apenas pelos interesses econômicos da indústria, mas também pelas demandas que emergem do contexto cultural e pelas preferências do público. Essa perspectiva destaca a complexidade das relações entre produtores e receptores de mídia, reconhecendo que a produção e a recepção são processos interdependentes influenciados por uma variedade de fatores sociais, culturais e econômicos (Martín-Barbero; Muñoz, 1992).

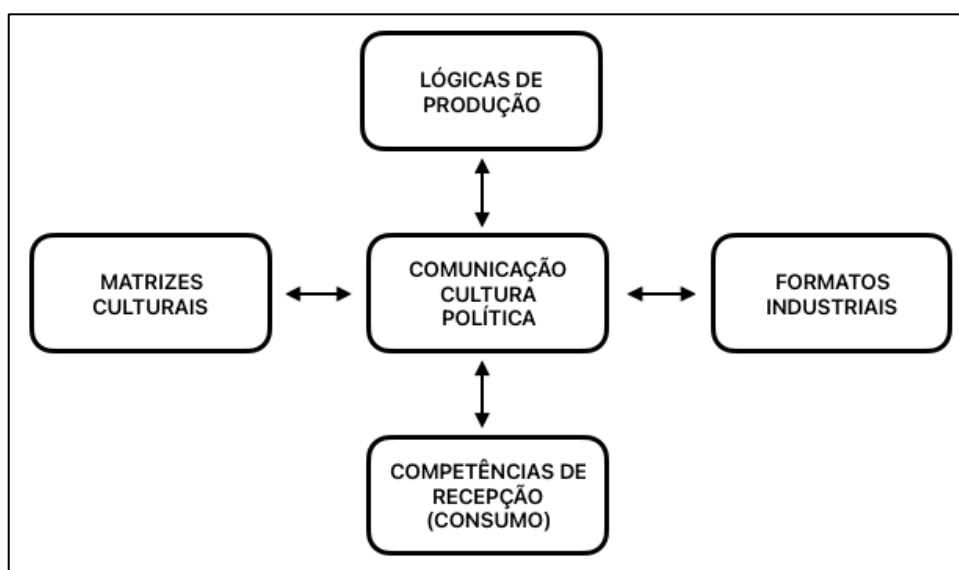
Em seu *corpus* teórico, Martín-Barbero ressalta a necessidade de compreender as mediações como processos dinâmicos e contextualizados, enraizados em relações sociais e culturais específicas. Seu trabalho continua a inspirar pesquisadores na compreensão das complexidades das práticas midiáticas e culturais, ampliando o entendimento sobre as formas como as

mensagens são produzidas, transmitidas e recebidas em sociedades (Vizer; Martín-Barbero, 2003). Nesse sentido, suas teorias buscam abarcar a complexidade da relação entre cultura, política e comunicação, sempre atualizadas e, em parte, ilustradas a partir de mapas teórico-metodológicos que ajudam a compreender as mediações e suas implicações no cotidiano dos sujeitos (Pieniz; Cenci, 2019).

O conceito de mediação se move na medida em que a sociedade avança e apresenta novas construções e arranjos sociais. Assim, não há uma única definição de mediação, fato que implicou nas reformulações nos modelos propostos por Martín-Barbero em seus mapas conceituais (Lopes, 2021).

O primeiro mapa das mediações culturais apresenta uma estrutura fundamental dividida em dois eixos interligados: o diacrônico e o sincrônico. O eixo diacrônico aborda a dimensão histórica, esclarecendo e contribuindo para desvendar a articulação dos movimentos sociais com a produção hegemônica da indústria midiática. Por sua vez, o eixo sincrônico destaca a relação dialógica entre as esferas da produção e do consumo/recepção dos conteúdos midiáticos. Este segundo eixo se caracteriza pela existência de sofisticadas estratégias de antecipação por parte dos produtores e pela ativação de novas e antigas competências de leitura por parte dos espectadores (Martín-Barbero, 2008). A partir desse contexto, Martín-Barbero apresenta o primeiro mapa das mediações culturais (Figura 1) ao contemplar esses eixos:

Figura 1 - Primeiro mapa metodológico das mediações, de 1987



Fonte: Martín-Barbero (2008). Prefácio 1.

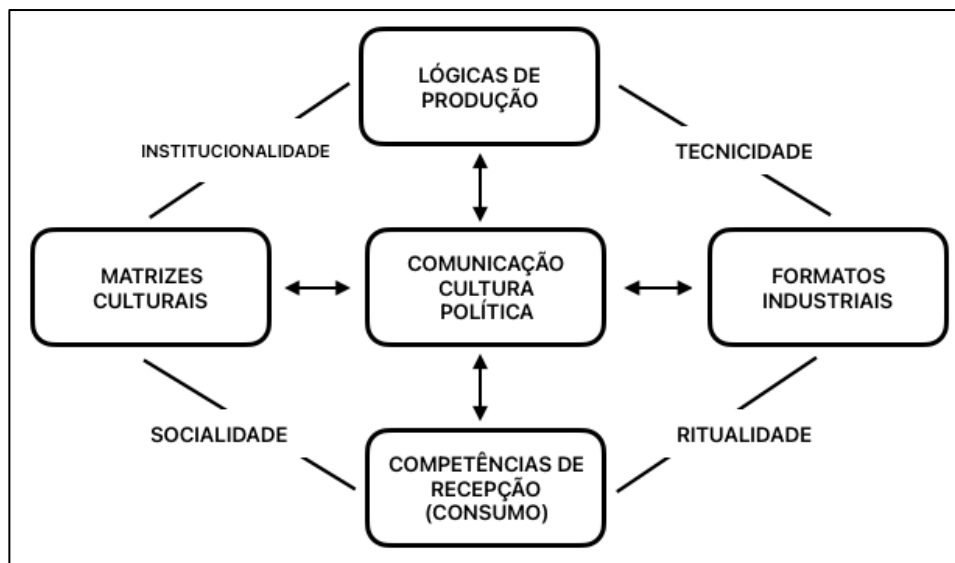
Conhecida como "mapa noturno", essa cartografia teórico-metodológica representa um marco a partir do qual se exploram as mediações. Esse trabalho no campo analítico e metodológico visa aprimorar a teoria das mediações, acompanhando as mudanças nas relações estruturais entre comunicação e sociedade (Lopes, 2021; Martín-Barbero, 2018).

O mapa compreende as Matrizes Culturais que influenciam a produção predominante da comunicação, de acordo com as mudanças tecnológicas e os interesses econômicos. No que tange aos formatos industriais, são reconhecidas as características discursivas, narrativas ou textuais e suas evoluções em discursos, gêneros e programas. Nas Lógicas de Produção, estão presentes as preocupações relacionadas aos interesses políticos e econômicos do Estado; à regulação do mercado; e às exigências da audiência. Por último, nos domínios das Competências de Recepção/Consumo, são observadas as práticas sociais que facilitam a construção de significados (Martín-Barbero, 1987, 1998).

O segundo mapa metodológico das mediações (Figura 2) desenvolvido por Jesús Martín-Barbero em 1998 representa um avanço em relação à sua teoria sobre as interações entre comunicação, cultura e política. Esse mapa proporcionou uma abordagem refinada e aprofundada das relações entre comunicação, cultura e política. Por meio dele, Martín-Barbero aprimora a compreensão a respeito das complexidades envolvidas nas interações entre esses elementos como modo de permitir a análise detalhada dos processos de produção, circulação e recepção de mensagens. Dessa forma, o foco se volta para a análise da cultura a partir da comunicação, movendo o estudo das mediações culturais da comunicação para as mediações comunicativas da cultura (Lopes, 2021).

Assim, o segundo mapa das mediações contém os seguintes elementos:

Figura 2 - Segundo mapa metodológico das mediações, de 1998



Fonte: Elaborado a partir de Martín-Barbero (1998). Prefácio 2.

A partir do segundo mapa, representado pela Figura 2, a evolução metodológica contribuiu para enriquecer a compreensão a respeito das dinâmicas comunicativas contemporâneas e para aprofundar o entendimento com relação à teoria das mediações com o propósito de acompanhar as mudanças nas relações estruturais entre protagonistas dos mecanismos de comunicação e integrantes da sociedade (Assis Bastos, 2008).

A partir do desenvolvimento do segundo mapa, as relações entre os polos de produção e recepção são influenciadas pelas mediações comunicativas da cultura, divididas em socialidade, ‘ritualidade’, tecnicidade e institucionalidade. A socialidade se manifesta no cotidiano, vinculando-se à tradição cultural e influenciando a maneira como os receptores interagem com a cultura de massa. Essa dimensão possibilita a análise do contexto em que a subjetividade e as identidades são moldadas, assim como as relações dos indivíduos com o mundo social. A ‘ritualidade’ media a interação da audiência com os meios, influenciada pela memória dos receptores e suas experiências sociais, bem como pelos formatos industriais adotados pelos meios de comunicação. Essa mediação não apenas regula a interação entre as práticas de recepção e os formatos de produção, mas também evidencia como os meios de comunicação moldam os padrões de consumo cultural e reforçam estruturas simbólicas que impactam as dinâmicas sociais e políticas, consolidando-se como ferramenta estratégica na construção de narrativas coletivas (Jacks, 2008).

A tecnicidade está relacionada às inovações presentes na esfera da produção e seu impacto nas linguagens midiáticas. Ao modificar o conteúdo discursivo e o ambiente em que ele é veiculado,

essa tecnicidade estimula novas práticas sociais. Por fim, a institucionalidade diz respeito à criação de discursos públicos que tendem a atender às lógicas predominantes dos interesses privados, mesmo quando confrontam ideais contraditórios. A institucionalidade pode ser compreendida por meio da relação entre dois regimes: o estatal, que considera os meios como um serviço público, e o mercadológico, que utiliza os meios numa perspectiva comercial (Jacks, 2008; Martín-Barbero, 1998). Nesse ambiente, as mediações devem ser consideradas como fator determinante na formação da cultura, comunicação e política, influenciando a interação entre as dinâmicas de produção e consumo, os modelos industriais e as bases culturais. Essas conexões são responsáveis pelo estabelecimento dos vínculos entre esses aspectos da vida social. Ao analisarmos as ideias presentes no mapa barberiano, fica claro que a comunicação desempenha papel fundamental na mediação entre a vida cultural e política da sociedade (Rincón, 2017).

O terceiro mapa metodológico das mediações de Martín-Barbero representa uma evolução em relação aos anteriores, uma vez que se introduz uma abordagem profunda e abrangente de interação entre comunicação, cultura e política, a partir do rearranjo presente nos eixos de temporalidades e espacialidades e na inclusão de novas mediações. Diferentemente dos mapas anteriores, esse novo mapa enfatiza ainda a complexidade das relações entre esses elementos, destacando a importância da interconexão entre produção, circulação e recepção de mensagens (Lopes, 2018).

A inclusão da temporalidade e espacialidade nas reflexões de Martín-Barbero (terceiro mapa metodológico) surge a partir de suas observações sobre as migrações que ocorriam globalmente durante seu período de estudo. Assim, esses dois eixos foram impactados pela tecnologia, particularmente pelos avanços e configurações tecnológicas que também influenciaram a sociedade de maneira abrangente (Jacks, 2020). Dessa forma, Jesus Martín-Barbero descreve a motivação para a atualização do modelo metodológico:

No meu novo mapa temos: tempo, espaço, migrações, fluxos. Então as mediações passam a ser transformação do tempo e transformação do espaço a partir de dois grandes eixos, ou seja, migrações e fluxos de imagens. De um lado, grandes migrações de população, como jamais vista. De outro, os fluxos virtuais. Temos que pensá-los conjuntamente. Os fluxos de imagens, a informação, vão do norte ao sul, as migrações vão do sul ao norte. E há a compressão do tempo, a compressão do espaço e é aí que eu recomponho as duas mediações fundamentais hoje: a identidade e a tecnicidade – eu adoto essa palavra não por esnobismo, mas sim porque um antropólogo francês, André Leroi-Gourhan, contemporâneo de Marcel Mauss, forja a ideia de que a técnica entre os “povos primitivos” também é sistema, não apenas um conjunto de ferramentas. Eu ligo tecnicidade ao que está se movendo na direção da identidade. Por exemplo, a quantidade de adolescentes

que inventam uma personagem para si mesmos é impressionante. Fiz uma pesquisa em Guadalajara sobre o acesso dos adolescentes à internet e constatei que era enorme a quantidade de meninas de 15 e 16 anos que fabricavam para si uma identidade de homem para escreverem a mulheres da Suécia. As mães, quando descobriam, diziam “não é minha filha”, não conseguiam acreditar (Martín-Barbero, 2009, p. 6).

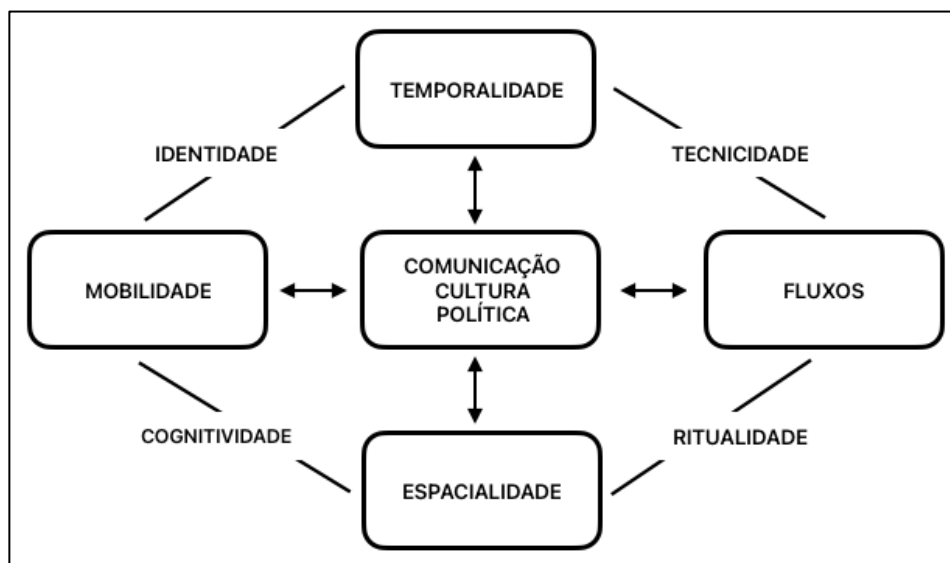
O propósito do segundo mapa das mediações consiste em buscar identificar que os meios de comunicação representam atualmente locais essenciais onde redes de poder e produção cultural se entrelaçam e se condensam. Ao mesmo tempo, o autor se opõe à ideia restrita de que as tecnologias são as principais intermediárias entre as pessoas e o mundo (Pieniz; Cenci, 2019).

As transformações sociais impulsionadas pela tecnologia revelam impacto na forma como as pessoas experimentam e percebem o tempo e o espaço. Por exemplo, o desenvolvimento das comunicações digitais e dos sistemas de transporte acelerou a circulação de informações e pessoas em escala global, alterando as dinâmicas temporais e espaciais. A ubiquidade das redes sociais e das plataformas digitais permitiu a conexão instantânea e a interação entre indivíduos em diferentes partes do mundo, desafiando as fronteiras físicas e temporais (Autio; Mudambi; Yoo, 2021). Além disso, a tecnologia desempenha um papel crucial na configuração dos espaços físicos e virtuais, transformando a paisagem urbana, os locais de trabalho e os ambientes de sociabilidade. A proliferação de dispositivos móveis e a Internet das Coisas trouxeram novas camadas de interconectividade para o espaço urbano, enquanto as realidades virtuais e aumentadas expandiram as fronteiras do espaço digital (Vermesan; Friess, 2022).

As mudanças tecnológicas não apenas redefinem a experiência humana do tempo e do espaço, mas também revelam implicações sociais, econômicas e culturais. A compreensão das dinâmicas temporais e espaciais na era digital é fundamental para uma análise abrangente dos processos de transformação social em curso e para o desenvolvimento de estratégias eficazes de adaptação e intervenção (Büchner; Hergesell; Kallinikos, 2022; Hanelt et al., 2021).

O terceiro mapa metodológico das mediações (Figura 3) se mostra como um modelo transitório situado entre o segundo e o quarto mapa, uma vez que funciona como uma ponte que conecta esses dois últimos modelos e contribui para a evolução e transição da teoria das mediações de Jesús Martín-Barbero (Jacks, 2020).

Figura 3 - Terceiro mapa metodológico das mediações, de 2010



Fonte: Elaborado a partir de Martín-Barbero (2010). Prefácio 3.

A abordagem metodológica do terceiro mapa permite uma análise detalhada e refinada a respeito dos processos comunicativos, levando em consideração as transformações estruturais emergentes na sociedade e permitindo o enriquecimento da teoria das mediações de Martín-Barbero (Lopes, 2018). Nesse sentido, as mediações se tornam o lócus voltado para auxiliar a compreender as transformações de tempo e espaço que ocorrem a partir das migrações populacionais ao redor do globo e dos fluxos de informação dos meios digitais. Logo, isso ocorre como consequência do volume de circulação de pessoas e dados informatizados em escala global, pois evidenciam a integração entre diferentes culturas e a reconfiguração das relações sociais e políticas (Pieniz; Cenci, 2019).

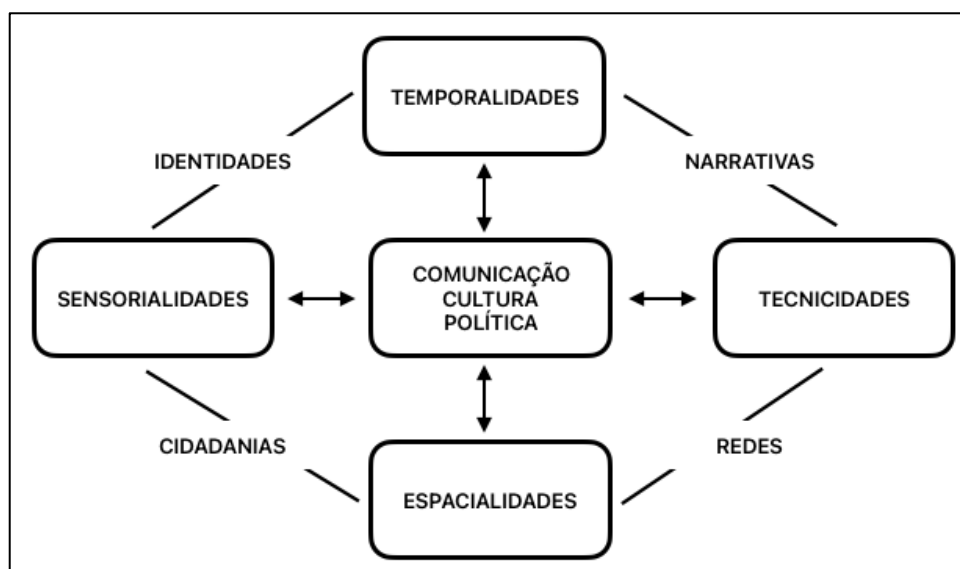
O mapa proposto por Martín-Barbero deixa de ser apenas um guia da mediação cultural da comunicação para se transformar em um mapa da mediação comunicativa da cultura, ao centrar o estudo da cultura na comunicação. Isso resulta numa certa profundidade epistemológica que visa facilitar a análise de qualquer fenômeno social relacionado a temas como comunicação, cultura e política (Lopes, 2014).

O quarto mapa metodológico desenvolvido em 2017 por Jesús Martín-Barbero avança em suas análises no campo dos estudos culturais contemporâneos devido ao benefício da sua abordagem inovadora com relação às mediações tecnológicas e sensoriais. Nesse mapa, segundo Lopes (2018), o foco se volta para as mutações comunicacionais e culturais do nosso tempo, com destaque para a aplicabilidade conceitual da abordagem referente às mediações da tecnicidade e da sensorialidade. Aprofundando o diálogo com pensadores como Merleau-Ponty, Stuart Hall,

Walter Benjamin e Milton Santos, Martín-Barbero ressalta a reconfiguração da sensorialidade e da sociabilidade revelada na era atual. Ao repensar as relações entre o universal e o particular a partir desse novo contexto global, o autor enfatiza a necessidade de considerar a técnica de forma integrada com as transformações tecnológicas e as novas formas de construção do conhecimento (Lopes, 2018).

A relevância do quarto mapa metodológico de Martín-Barbero (Figura 4) para a atualidade das análises referentes aos estudos culturais consiste na sua abordagem das complexas interações entre tecnologia, cultura e sociedade. Ao elevar as mediações da tecnicidade e da sensorialidade a um novo patamar teórico, o autor apresenta como as transformações tecnológicas contemporâneas impactam a forma como percebemos, interagimos e construímos conhecimento. A integração de conceitos como hipertexto, palimpsesto e sensibilidade dos mais jovens em um contexto tecnológico evidencia a importância de repensar a técnica e sua relação com a construção do conhecimento na era digital (Lopes, 2018). Assim, o quarto mapa metodológico de Martín-Barbero destaca-se como uma ferramenta inclinada para ajudar a compreender as dinâmicas culturais e comunicacionais atuais sob a influência das tecnologias digitais (Bonin, 2019).

Figura 4 - Quarto mapa metodológico das mediações, de 2017



Fonte: Elaborado a partir de Lopes (2018a).

De acordo com essa perspectiva teórica, representada pela figura 4, as categorias propostas são concebidas como transitórias, adaptando-se a uma realidade em constante mudança e sujeita a intervenções de parte dos meios de comunicação. Isso implica que a compreensão das formas

mistas emergentes e da desestabilização dos discursos de cada meio de comunicação está enraizada na noção de que as categorias analíticas devem ser flexíveis o suficiente para capturar as nuances e dinâmicas evolutivas do campo comunicacional (Pieniz; Cenci, 2019).

A interação observada provoca uma desestabilização nos discursos característicos de cada meio de comunicação. Surge, portanto, um fenômeno composto de formas mistas, as quais se apresentam como incoerentes devido à sua propensão a quebrar as normas preestabelecidas ao se manifestarem de forma transversal em todos os meios de comunicação. Este fenômeno não se assemelha à intertextualidade, conceito que sugere uma relação racional entre o que é escrito e o que é lido. Pelo contrário, trata-se de uma contaminação entre diferentes elementos, tais como sonoridades, textualidades, visualidades e matéria-prima dos gêneros comunicacionais (Martín-Barbero, 2009).

O Quadro 4 apresenta a evolução dos Mapas Metodológicos ao longo das diferentes versões desde 1987. Na primeira versão, o Mapa Metodológico destaca as mediações culturais da comunicação, enfatizando os espaços constitutivos das mediações, como Comunicação, Cultura e Política, por meio de dois eixos: diacrônico, relacionado às matrizes culturais e formatos industriais, e sincrônico, segundo o qual a lógica da produção corresponde às competências da recepção. Nas versões subsequentes, houve evolução epistemológica ao passar da cultura para a comunicação, nas quais foi enfatizada a densidade epistemológica do conhecimento comunicacional e introduzidas múltiplas mediações, como institucionalidades, sociabilidades, tecnicidades e ritualidades. Nas versões recentes, novos eixos foram propostos, incluindo temporalidade/espacialidade e mobilidade/fluxos, e novas mediações foram introduzidas, como identidade, cognitividade, tecnicidades/sensorialidades, narrativas, redes e cidadanias.

Quadro 4 - Características dos quatro mapas metodológicos de Jesús Martín-Barbero

Versão	Ano	Evolução epistemológica
1º	1987	Mediações Culturais da Comunicação Espaços constitutivos das mediações: Comunicação-Cultura-Política Dois eixos: 1. diacrônico ou histórico: matrizes culturais e formatos industriais 2. sincrônico: à lógica da produção correspondem às competências da recepção
2º	1998	Da Cultura para a Comunicação: Densidade epistemológica do conhecimento comunicacional Múltiplas Mediações: institucionalidades, socialidades, tecnicidades, ritualidades
3º	2010	Novos eixos: temporalidade/espacialidade e mobilidade/ fluxos Novas mediações: identidade, cognitividade
4º	2017	Novos eixos: tecnicidades / sensorialidades

A evolução do mapa das mediações garante a compreensão da sociedade contemporânea, uma vez que reflete as transformações na comunicação e na cultura ao longo do tempo. A incorporação de novos eixos e mediações nas versões recentes dos Mapas Metodológicos reflete a complexidade crescente das interações comunicacionais e culturais presentes na era digital (Lopes, 2018). Essa evolução permite uma compreensão abrangente dos processos comunicacionais e das dinâmicas culturais de modo a possibilitar uma análise precisa e contextualizada das práticas comunicativas e das relações sociais. Assim, a atualização contínua do mapa das mediações é essencial para acompanhar as mudanças na sociedade e garantir a relevância e eficácia das teorias e metodologias comunicacionais (Jacks, 2020). Nesse contexto, a pesquisa foca nos sujeitos que debatem e resistem às políticas de segurança pública por meio das novas tecnologias de gestão. Ao analisar as interações desses sujeitos, que incluem a sociedade, os profissionais de segurança pública presentes nas tecnologias de políticas de segurança pública e o Estado por meio dos discursos oficiais, busca-se entender como as mediações propostas por Martín-Barbero contribuem para a interpretação das críticas, questionamentos e resistências geradas em torno da implementação dessas tecnologias. Esse enfoque permite examinar como as dinâmicas de comunicação digital refletem a complexidade das relações entre tecnologia, política e cultura, evidenciando o papel das mídias sociais como espaço de contestação e engajamento nas discussões sobre a segurança pública.

2.3.6. A Tecnicidade na Teoria das Mediações e as Novas Tecnologias de Gestão

A partir de 2010, com o desenvolvimento do terceiro mapa metodológico, Jesús Martín-Barbero introduz a mediação da "Tecnicidade", reconhecendo que o avanço tecnológico presente na sociedade influencia as percepções individuais em relação aos processos de comunicação. Em 2017, com a contribuição do quarto mapa metodológico, JBM avança ao integrar a "Tecnicidade" como um elemento estrutural essencial no mapa metodológico. Nesse sentido, o pesquisador incorpora a tecnicidade ao conjunto de mediações redesenhadas. Em trabalhos subsequentes, a tecnicidade ganha ainda mais relevância, sendo agora concebida como uma dimensão estrutural fundamental em nossas sociedades, alinhada com as transformações impulsionadas pelos meios de comunicação e, recentemente, pela digitalização (Bonin, 2019).

No cerne da noção de tecnicidade está a ideia de que a tecnologia da comunicação não é apenas instrumental, mas sim estrutural nas sociedades contemporâneas. Martín-Barbero (2008)

argumenta que as tecnologias da comunicação não podem mais ser vistas como ferramentas neutras que facilitam o intercâmbio de mensagens. Em vez disso, elas participam ativamente da mediação cultural, pois moldam as formas pelas quais as pessoas interagem, constroem significados e compreendem o mundo.

Martín-Barbero (2008) critica a noção de que a tecnologia e, por consequência, a técnica, são neutras. Para ele, a técnica é intencional e seu uso está repleto de significados culturais e políticos. O termo indica um conhecimento prático e sempre subestimado em comparação ao conhecimento filosófico mais abstrato. Essa marginalização continua até os dias de hoje, com uma clara distinção, por exemplo, entre "técnicos" e "engenheiros", em que o primeiro é visto como sendo profissional de menor valor por não possuir a mesma formação acadêmica que o segundo (Assis Bastos, 2008; Lopes, 2018; Martín-Barbero, 2018).

O mapa metodológico das mediações de JMB trata das questões que envolvem o reconhecimento de que os meios de comunicação representam atualmente espaços fundamentais de condensação e intersecção de redes de poder e produção cultural. Paralelamente, há uma posição contrária à visão unidimensional das tecnologias como principais mediadoras entre indivíduos e o mundo, apesar de seu caráter estrutural (Pieniz, 2013). A tecnicidade, nesse sentido, é uma mediação essencial para compreender o papel da tecnologia da comunicação nas relações culturais e políticas. Essas tecnologias não são neutras nem universais; elas respondem a interesses econômicos e políticos que moldam os modos de vida, a construção de sensibilidades e até as formas de resistência (Martín-Barbero, 2008, 2018).

A complexidade das tecnologias de comunicação na sociedade contemporânea constitui um tema central que demanda reflexão sobre suas implicações sociais. Essas tecnologias permeiam determinados aspectos do cotidiano, desde o ambiente de trabalho até as atividades de lazer, e têm papel essencial na mediação do conhecimento e de política, moldando a forma como informações são disseminadas e influenciando como decisões políticas são formadas e percebidas pelos indivíduos. O desafio reside em não sucumbir à visão simplista que enxerga as tecnologias como inevitáveis e determinantes, nem se deixar envolver pela narrativa neoliberal que coloca o mercado como o principal organizador da sociedade. Além disso, questiona-se a ideia de que a luta de classes foi substituída pela era da informação e comunicação, evidenciando a complexidade e os dilemas presentes nesse contexto contemporâneo. A intersecção entre poder dos meios, globalização e políticas culturais revela

diferentes perspectivas e projetos em relação ao papel das tecnologias na sociedade, desde a construção de políticas regionais, até a legitimação da onipresença mediadora do mercado como única via para expressar demandas políticas e culturais (Martín-Barbero, 2008).

Martín-Barbero (2008) argumenta que um novo sistema técnico está se consolidando globalmente, impactando esferas da vida social, inclusive a experiência espaço-temporal das sociedades. O que antes era considerado simplesmente um instrumento ou utensílio, sem grande carga cognitiva, agora tem seu status radicalmente transformado, tornando-se uma dimensão fundamental das sociedades contemporâneas, enriquecida por uma densidade simbólica e cultural significativa (Bonin, 2019).

A posição da cultura na sociedade se transforma quando a mediação tecnológica da comunicação deixa de ser meramente instrumental para se tornar substancial, densa e estrutural. Isso ocorre porque a tecnologia atualmente não se limita apenas à inovação dos dispositivos, mas também às novas formas de compreensão e expressão, e às novas sensibilidades e formas de comunicação (Pieniz; Cenci, 2019).

Na visão de Jesus Martín-Barbero, a tecnologia se torna parte essencial e abrangente do ambiente contemporâneo, influenciando a comunicação e a vida cotidiana. Ele destaca a complexidade das mídias e sua interação social, considerando a formação de um ecossistema comunicativo amplo, embora com diferentes formas de atuação e usos sociais. A tecnicidade introduz novas formas de percepção, linguagens e sensibilidades. Nesse contexto, o autor observa que a cultura na sociedade passa por mudanças significativas, pois a mediação tecnológica da comunicação deixa de ser apenas instrumental, tornando-se estrutural e essencial (Bonin, 2019).

A ideia de "tecnicidade" difere da noção de "técnica" como uma simples ferramenta de mediação. Em vez disso, "tecnicidade" remonta ao significado original do termo grego "*techné*", como discutido na história do termo na filosofia. Isso significa que há uma forma de mediação na experiência de comunicação, e o que isso sugere é uma recusa ao entendimento da tecnologia apenas como uma ferramenta para atingir um objetivo, como muitas vezes é pensado nos estudos de comunicação (Lopes, 2018). Para exemplificar, quando se refere à "intermedialidade", estamos discorrendo a respeito do modo como as diferentes formas de linguagem vêm se misturando com os meios de comunicação. Por exemplo, a rádio não é apenas rádio hoje em dia; ela pode incluir programas que são semelhantes aos blogs. Da mesma forma,

os tipos de programas de televisão estão mudando por causa da influência da internet, e isso está levando a muitas combinações e convergências diferentes entre diferentes formas de mídia (Pieniz; Cenci, 2019).

Nesse ambiente digital, é preciso reconhecer que os estudiosos dos estudos culturais latino-americanos devem se envolver com o digital para trazer uma nova perspectiva a esse mundo techno-otimista. É essencial acrescentar densidade, atravessá-lo com diversidade e apropriar-se desses universos para moldá-los a partir de uma perspectiva do Sul Global. Esses estudos existem porque conseguimos apresentar prismas de visão divergentes de narrativas hegemônicas, outros pontos de vista, outros lugares de onde compreender a cultura, os meios de comunicação e a política. Demonstramos que somos o que fazemos no território e com as pessoas, e que os meios de comunicação estão repletos de ambiguidades cidadãs. É necessário pensar em um mundo diferente e conectar com outras formas de pensar e agir no âmbito cultural e político (Rincón, 2019). Por outro lado, do ponto de vista organizacional, a comunicação pode ser compreendida por intermédio da mediação tecnológica, uma vez que seus desafios envolvem as capacidades técnicas de emissão, recepção e interação nos meios de comunicação. Ao analisar diferentes organizações em suas modalidades de comunicação e adaptação departamental diante dos avanços tecnológicos, é possível observar a configuração de práticas e rotinas que se organizam em protocolos de emissão, interação e recepção, com foco na atenção ao público e nas inovações decorrentes das demandas identificadas nas informações das redes organizacionais (Pieniz; Cenci, 2019).

Quando mencionamos tecnologia, estamos nos referindo a uma forma simbólica de intermediação. Do ponto de vista do conhecimento, isso significa que a maneira como entendemos a comunicação facilita o esforço de compreender o que acontece na vida social. As tecnologias de comunicação estão evoluindo de simples ferramentas específicas para integrar um ecossistema cultural amplo, elevando o papel da tecnologia a um nível fundamental de intermediação na estrutura social (Pieniz; Cenci, 2019).

2.3.7. Estruturação das Categorias Analíticas

Nesta subseção, apresentamos a construção das categorias a partir da Teoria das Mediações e o Mapa das Mediações desenvolvido por Jesús Martín-Barbero. Destacamos a relação entre cada uma das mediações propostas e as contribuições de autores relevantes, com o objetivo de embasar as categorias analíticas utilizadas neste estudo.

A Teoria das Mediações, proposta por Jesús Martín-Barbero, emerge como abordagem para compreender o processo comunicacional ao superar a dicotomia tradicional entre emissor e receptor (Moragas; Terrón; Rincón, 2017). Essa teoria se fundamenta em influências teóricas e práticas que moldaram sua construção, permitindo uma análise mais rica e contextualizada da comunicação (Canclini, 2012; Radfahrer, 2018; Ronsini, 2011).

A obra "Dos meios às mediações", escrita por Jesús Martín-Barbero em 1998, é considerada fundamental para a teoria das mediações. O autor sugere que a comunicação deve ser analisada através dos processos que a influenciam, especialmente nos contextos onde ocorre a interação entre os meios e o público, momentos em que se forma a percepção da realidade e a construção de significados. Nesse contexto, Orozco, (1998) argumenta que, ao investigar as mediações, utilizamos duas abordagens complementares: uma que é predominantemente teórica e conceitual, focada nos estudos sobre mediações e os usos sociais da comunicação, e outra que é essencialmente metodológica, centrada na análise qualitativa da recepção dos meios.

Jesús Martín-Barbero propõe uma ruptura com os modelos tradicionais de comunicação que analisavam os meios apenas como transmissores lineares de mensagens ideológicas. Ele desloca o foco para as práticas sociais e culturais que moldam os processos comunicativos, entendendo a comunicação como um espaço dinâmico de negociação e disputa de significados (Escosteguy, 2013). Nesse contexto, a comunicação deve ser compreendida como um entrelaçamento das dimensões culturais, políticas e tecnológicas, reconhecendo as mediações como elementos fundamentais para desvendar as relações de poder subjacentes à interação entre emissor, receptor e os contextos sociais que os conectam. Essa abordagem destaca a complexidade das práticas comunicativas ao posicioná-las no centro das transformações culturais e sociais (Martín-Barbero, 2008).

A reflexão gramsciana sobre hegemonia converge para a compreensão de que é preciso ter um olhar atento às mediações, pois Antonio Gramsci desvincula a hegemonia da visão estritamente ideológica, como concebida pelo marxismo estruturalista de Louis Althusser, que entendia os meios de comunicação apenas como aparelhos ideológicos destinados à imposição de uma falsa consciência (Williams, 1983). Ao contrário, Gramsci compreende a hegemonia como um processo mais amplo, que transcende a ideologia ao integrar as práticas sociais vivas e os valores culturais. Ele concebe a hegemonia como um fenômeno dinâmico e dialético, em que os valores dominantes se consolidam por meio de processos de "sedução" e consentimento, mas também são continuamente contestados e resistidos por práticas contra-hegemônicas (Chauí,

1986). Assim, a hegemonia opera como uma prática cultural e política que revela as relações de poder subjacentes às interações sociais. Essa concepção gramsciana alicerça e converge com a proposta teórica de Martín-Barbero ao enfatizar que a comunicação não é um espaço unilateral de imposição de poder, mas sim um terreno de disputas culturais e simbólicas. Ambas as perspectivas reconhecem que a dominação e a resistência não são fenômenos estáticos, mas práticas sociais dinâmicas e contextualizadas. Martín-Barbero se apropria dessa ideia ao destacar que as mediações comunicativas refletem práticas sociais enraizadas nas dimensões culturais, como a ritualização, a memória e as narrativas populares. Essas práticas não apenas reproduzem valores hegemônicos, mas também abrem espaço para resistências e contestação (Escosteguy, 2013).

A noção gramsciana de contra-hegemonia contribui para a análise das mediações ao oferecer ferramentas para compreender como os públicos reagem ativamente às mensagens mediadas pelos meios de comunicação. Assim como Antonio Gramsci sugere que os dominados não são passivos, mas agentes na negociação de significados, Jesús Martín-Barbero reforça a importância do receptor enquanto sujeito que ressignifica as mensagens a partir de sua própria experiência cultural e social. Essa visão dialética permite observar as práticas comunicativas como processos de negociação entre hegemonia e contra-hegemonia, revelando a complexidade das interações culturais mediadas pelos meios de comunicação.

O conceito de "mediações" em Jesús Martín-Barbero não possui uma definição clara e unívoca, pois a complexidade do termo reside em sua multiplicidade de sentidos, que não se limitam a uma conceituação única, mas abrangem diversas dimensões interligadas, a exemplo do livro *De los medios a las mediaciones* (Martín-Barbero, 1987), em que o termo aparece 37 vezes, assumindo cinco sentidos principais: como categoria teórica, discursividade específica, estruturas e práticas de vinculação, instituição ou espaço geográfico e, ainda, como dispositivo de legitimação da hegemonia (Signates, 2003). Essa pluralidade enriquece a análise e permite uma abordagem abrangente dos fenômenos culturais e comunicacionais. Nesse contexto, o mapa metodológico de Martín-Barbero surge como um guia para compreender como as mediações operam em diferentes níveis. Mais do que uma ferramenta descritiva, o mapa articula dimensões fundamentais para a análise das práticas sociais e culturais, como as espacialidades, temporalidades, tecnicidades, narrativas e sensorialidades. Essas categorias metodológicas fornecem um panorama detalhado das dinâmicas sociais que permeiam os processos de comunicação, deslocando o foco dos meios para as práticas culturais e sociais.

Para compreender as mediações que configuram as complexas relações existentes nas interações digitais, especialmente no contexto das novas tecnologias de gestão aplicadas à governança da segurança pública, adotamos como ponto de partida o 4º mapa das mediações de Jesús Martín-Barbero (1987). Essa abordagem destaca os polos e as mediações que estruturam o deslocamento da informação, oferecendo uma perspectiva que privilegia as práticas culturais e sociais. O mapa das mediações, nesse contexto, apresenta esses polos estruturantes que articulam dimensões culturais, tecnológicas, temporais e sensoriais, enfatizando as múltiplas camadas envolvidas nas práticas comunicacionais contemporâneas.

A partir do modelo proposto no mapa das mediações, focamos na análise das interações impulsionadas pelo ecossistema digital, especialmente nas mediações culturais e tecnológicas presentes nas plataformas de mídias sociais. Essas plataformas não apenas operam como espaços de comunicação, mas também como arenas de resistência e debate, onde as novas tecnologias de gestão da segurança pública são discutidas e reinterpretadas. Nesse contexto, os polos de espacialidades, tecnicidades, temporalidades e sensorialidades emergem como elementos centrais para entender como a cidadania, a memória cultural e as experiências estéticas são moldadas pelas práticas digitais.

A construção das categorias analíticas está fundamentada nos polos estruturantes do mapa das mediações de Jesús Martín-Barbero, sendo esta a base teórica principal que orienta a análise. Nesse sentido, as teorias de suporte atuam como ferramentas auxiliares que permitem compreender melhor o contexto teórico e analítico em que os processos empíricos estão inseridos. Essa abordagem busca destacar a centralidade da teoria das mediações na construção metodológica. Assim, para compreender essas interações em profundidade, seguimos as recomendações metodológicas de autores como Jacks (2008) e Pieniz e Cenci (2019) e Pieniz (2013).

No polo das **espacialidades**, a teoria das mediações de Martín-Barbero (1987) enfatiza que os espaços sociais não são apenas arenas físicas ou políticas, mas construções culturais e sociais, mediadas pelas práticas comunicativas cotidianas. JMB compreende que a cidadania e a participação são práticas que emergem das interações entre os indivíduos e as narrativas midiáticas, que influenciam a construção das identidades coletivas. Esse entendimento vai contra a visão de Habermas sobre o espaço público, que idealiza um espaço público racional e deliberativo (Nobre; Repa, 2020), e se desvia da análise de Harvey, que vê o espaço como um produto das dinâmicas econômicas e de poder em termos de geografia crítica (Harvey, 2020).

Para JMB, as interações midiáticas, seja no espaço físico ou no virtual, não se limitam a uma dimensão política ou econômica, mas operam como mediadoras de sentidos, alterando as práticas de cidadania de forma mais fluida e contextualizada, ligadas diretamente aos processos culturais (Martín-Barbero, 2021).

No polo das **tecnicidades**, a teoria das mediações de JMB se opõe à análise puramente técnica das tecnologias digitais, como visto nos estudos da Escola de Toronto e nas teorias de Lévy sobre as tecnologias digitais. Para JMB, as tecnologias não são meras ferramentas, mas mediadoras culturais que reconfiguram as práticas sociais e as relações de poder. Enquanto a Escola de Toronto enfatiza o impacto das tecnologias sobre a informação e a comunicação (McLuhan, 1974), JMB sugere que as tecnologias digitais, como as interfaces e a usabilidade, precisam ser vistas também como mediadoras de sentidos, que criam novas formas de interação social e subjetiva (Martín-Barbero, 2008b). Esse olhar reflete uma epistemologia que compreende as tecnologias dentro de um campo cultural, onde elas são influenciadas e, ao mesmo tempo, influenciam as práticas sociais. A velocidade e efemeridade das interações digitais, como discutido por Lévy sobre a sociedade digital (Lévy, 2010), são aspectos que podem ser analisados e entendidos dentro do processo contínuo de mediação cultural.

No polo das **temporalidades**, a teoria das mediações de JMB se distancia das abordagens de Halbwachs sobre a memória coletiva e de Castells sobre a temporalidade acelerada. Halbwachs (1990) propõe uma memória que é essencialmente coletiva e compartilhada, enquanto Castells (1999) fala sobre a compressão do tempo e a aceleração das interações sociais no contexto das redes digitais. JMB, por sua vez, compreende a memória cultural não como um simples repositório de fatos passados, mas como um processo dinâmico de reinterpretação e reconfiguração, mediado pela cultura e pelos meios de comunicação (Martín-Barbero, 2008). Assim, a temporalidade em JMB não se refere a uma aceleração linear do tempo, mas sim a um processo intercultural e contínuo, que envolve a negociação de sentidos a partir da dinâmica das mediações culturais. A velocidade das novas formas de comunicação pode influenciar o ritmo com que as memórias são criadas e transformadas, mas sempre dentro de uma reconfiguração social e cultural constante (Lévy, 2010).

No polo das **sensorialidades**, a teoria das mediações de JMB se alinha com os estudos culturais ao entender o humor, a ironia e a produção de sentidos como processos sociais fundamentais. Enquanto os estudos culturais enfatizam a análise de representações culturais e a forma como as emoções são manipuladas pelas mídias (Hall, 1997b), JMB reconhece esses fenômenos como

parte do processo de mediação contínua entre o que é comunicado e a forma como o público reinterpreta esses significados. Para o autor, a comunicação não é apenas uma troca de informações, mas uma produção dinâmica de sentidos que envolve as emoções e a estética comunicacional (Martín-Barbero, 2008b). O humor e a ironia são entendidos como práticas de resistência e de negociação de significados, essenciais para a construção das identidades sociais e culturais. Esses processos de produção de sentidos são, portanto, mediadores da forma como as sociedades constroem suas narrativas e seus valores.

O conceito de mediações proposto por Jesús Martín-Barbero constitui a base de seu mapa metodológico, que articula práticas culturais, comunicacionais e simbólicas para compreender os processos de produção de sentidos na sociedade contemporânea. As mediações são entendidas como os espaços de interação em que tradições culturais, dinâmicas sociais e transformações tecnológicas se cruzam, possibilitando a negociação de significados e imaginários coletivos (Martín-Barbero, 2008). Essa abordagem interdisciplinar transcende análises lineares da comunicação, concentrando-se nas complexas relações entre cultura, poder e tecnologia.

Martín-Barbero insere as mediações no centro de seu mapa analítico, como ferramentas indispensáveis para explorar os processos culturais em diferentes contextos. No caso deste estudo, que analisa como as tecnologias digitais influenciam e são contestadas na governança da segurança pública, as mediações permitem compreender as práticas comunicativas que moldam imaginários sociais, dinâmicas de poder e ações coletivas em ambientes digitais (Martín-Barbero, 2008).

Identidades: Hibridização Cultural e Imaginários Coletivos

As **identidades**, enquanto mediadoras culturais, são compreendidas como processos dinâmicos e híbridos que emergem da interação entre o local e o global, a tradição e a modernidade (Martín-Barbero, 2008). Nesse contexto, a teoria da hibridização cultural de Néstor García Canclini reforça essa visão ao demonstrar como práticas culturais distintas interagem, gerando novas formas de identidade (Canclini, 2012). Raymond Williams, ao discutir a cultura como um “modo de vida”, amplia esse entendimento ao destacar como a experiência cotidiana molda as identidades culturais, influenciando tanto os significados atribuídos às práticas sociais quanto as dinâmicas de resistência (Azevedo, 2017; Williams, 2011). Nesse contexto, Stuart Hall contribui ao enfatizar que as identidades não são fixas, mas estão em constante reconstrução

por meio de processos discursivos e midiáticos (Hall, 1997). Essas discussões convergem com as ideias de Jesús Martín-Barbero ao demonstrar como os imaginários coletivos podem influenciar as percepções sobre as tecnologias e a governança pública.

Cidadanias: Mobilização Social e Participação Digital

A **mediação** das cidadanias proposta por Jesús Martín-Barbero é fundamentada em práticas sociais que transcendem as fronteiras institucionais, redefinindo as relações entre cidadãos e o Estado (Martín-Barbero, 2008). Essa perspectiva dialoga com a teoria da cidadania de T. H. Marshall descreve a evolução dos direitos civis, políticos e sociais como fundamentos da participação cidadã (Marshall, 1950). Nesse ambiente, Charles Tilly e Lesley Wood abordam os movimentos sociais como formas de mobilização que desafiam estruturas de poder estabelecidas e demandam mudanças sociais (Tilly; Wood, 2015). Michel de Certeau, por sua vez, oferece uma contribuição ao explorar como práticas cotidianas representam formas de resistência e apropriação do espaço social pelos indivíduos (Certeau, 1994). No contexto das mídias digitais, essas plataformas tornam-se arenas de mobilização e resistência, onde cidadãos articulam demandas de segurança pública e contestam narrativas hegemônicas. Essas práticas reafirmam que a cidadania digital não é apenas um espaço de expressão, mas um campo de negociação e disputa simbólica, no qual as redes digitais desempenham um papel central na articulação dessas dinâmicas.

Narrativas: Imaginários Coletivos e Produção de Sentido

As **narrativas** ocupam um papel central nas mediações barberianas, conectando práticas comunicativas aos campos simbólico e ideológico (Martín-Barbero, 2008). Paul Ricoeur destaca que as narrativas são fundamentais para a construção de sentidos e para a formação de identidades coletivas (Ricoeur, 1984). Nesse contexto, os meios de comunicação não apenas refletem a realidade, mas produzem significados que moldam os imaginários sociais e influenciam as práticas culturais (Hall, 1980). Assim, os meios de comunicação, ao mediar a produção e circulação de narrativas, desempenham um papel essencial na configuração das relações de poder e na criação de significados culturais (Thompson, 1995). No campo da governança da segurança pública, as narrativas digitais tornam-se campos de disputa, onde os significados associados a temas como justiça, cidadania e segurança pública são negociados e ressignificados em tempo real por meio das redes sociais.

Redes sociais: Comunidade, Pertencimento e Interatividade

Por fim, as **redes** sociais e digitais, enquanto mediações, destacam a relevância das conexões entre indivíduos e comunidades (Martín-Barbero, 2008). A teoria das redes sociais, proposta por Bruno Latour, sugere que as redes são compostas por atores humanos e não humanos, capazes de articular interesses diversos e promover práticas híbridas (Latour, 2007). Nesse sentido, essas redes digitais são espaços de pertencimento, colaboração e interatividade, elementos fundamentais para o fortalecimento de mobilizações sociais e ações coletivas (Rheingold, 2000a). Nesse contexto, autores como Jesús Martín-Barbero, Raymond Williams e Thompson convergem na compreensão de que as redes digitais não apenas mediam relações entre cidadãos e instituições, mas também facilitam a articulação de práticas culturais e políticas em escalas locais e globais (Latour, 2007; Martín-Barbero, 2008). No entanto, essas redes podem expor tensões entre vigilância estatal e autonomia cidadã, revelando os desafios da governança em um contexto de crescente digitalização.

As mediações barbeiranas constituem o arcabouço analítico que permite compreender os processos de negociação simbólica, produção de sentido e ressignificação cultural em tempos de transformações tecnológicas e sociais. No caso da governança da segurança pública nas mídias digitais, as mediações oferecem ferramentas para analisar criticamente os desafios contemporâneos que envolvem poder, cidadania e cultura.

3. CAPÍTULO III – PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Os procedimentos metodológicos que orientam a condução deste estudo abordam o tipo de estudo, a abordagem adotada e a técnica de análise aplicada, assim como o lócus de investigação e o sujeito deste estudo. O estudo de caso, centrado no Programa Alerta Celular no contexto da governança da segurança pública, segue uma metodologia voltada para a análise crítica das novas tecnologias de gestão. A investigação se fundamenta nos estudos culturais latino-

americanos, em que se oferece uma perspectiva contextualizada das interações entre essas tecnologias e as práticas de governança em segurança pública e defesa social.

3.1. Tipo e Abordagem de Pesquisa

A tipicidade da pesquisa se caracteriza por ser aplicada, com abordagem descritiva, pois permite que o fenômeno analisado possa ser explicitado para sugerir intervenções no problema de pesquisa, além de ter seu planejamento flexível de modo que possibilite a consideração dos variados aspectos relativos ao fato estudado ao incluir que o fenômeno se torne visível e compreensível (Flick, 2022).

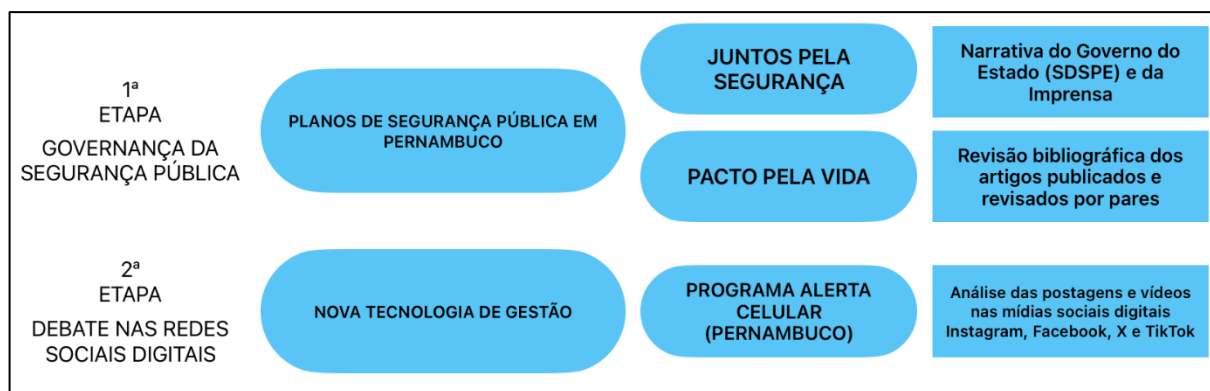
A abordagem deste estudo se fundamenta na epistemologia do construtivismo social, segundo a qual os indivíduos constroem o conhecimento a partir de significados subjetivos de suas experiências no mundo em que vivem e trabalham. Esses significados são múltiplos, o que leva o pesquisador a explorar a complexidade das visões dos participantes, em vez de reduzi-las a categorias ou ideias preestabelecidas (Creswell; Creswell, 2021). Nesse contexto, este estudo permite dar voz às perspectivas dos participantes, buscando compreender a multiplicidade de significados que eles atribuem à situação investigada. Por meio dessa abordagem, é possível analisar os fenômenos sociais e culturais envolvidos no contexto da segurança pública e defesa social, com ênfase na adoção de novas tecnologias de gestão e na receptividade dessas tecnologias nas mídias sociais digitais.

3.2. Coleta de Informações

A coleta e análise de informações ocorreram em duas etapas. Na primeira, foi realizada uma análise documental, envolvendo a avaliação do discurso oficial do Estado de Pernambuco, das publicações na imprensa e da literatura acadêmica revisada por pares, todas relacionadas aos planos de segurança pública desse estado. A análise do discurso sobre a governança da segurança pública concentrou-se nos programas Pacto Pela Vida e Juntos Pela Segurança. O primeiro, por ter sido implementado recentemente, ainda não conta com uma base consolidada de artigos acadêmicos. Isso direcionou a análise para as narrativas governamentais e midiáticas, possibilitando uma melhor compreensão das construções discursivas e das narrativas oficiais sobre as políticas de segurança pública. Já o segundo, o Pacto Pela Vida, com implementação entre 2007 e 2022, dispõe de uma vasta produção acadêmica, permitindo uma análise mais aprofundada da governança da segurança pública a partir de estudos científicos.

Na segunda etapa, buscamos compreender o modo como as novas tecnologias de gestão são percebidas nas redes sociais digitais, que se configuram como espaços de embate e contestação. Analisamos as interações e percepções dos cidadãos em plataformas como YouTube, Instagram, Facebook, X e TikTok, permitindo-nos captar as reações populares e os discursos emergentes em relação ao uso das BWC e do Programa Alerta Celular. Essa análise complementa a fase documental, possibilitando a diversidade de informações e oferecendo uma visão crítica e integrada a respeito das narrativas envolvidas na governança da segurança pública em Pernambuco. Na Figura 5, apresentamos um esquema que ilustra essas etapas.

Figura 5 - Esquema metodológico das etapas do estudo



Fonte: elaboração própria.

As etapas descritas na Figura 5 têm como objetivo organizar as informações coletadas a fim de identificar as narrativas que compõem a governança da segurança pública e influenciam a adoção de novas tecnologias de gestão voltadas à resolução de conflitos sociais, como o Programa Alerta Celular. Além disso, o espaço de embate, localizado nas mídias sociais digitais, constitui uma importante fonte de informações para este estudo, uma vez que buscamos compreender a maneira como essas tecnologias de gestão na segurança pública e defesa social são representadas, debatidas e resistidas pela sociedade contemporânea, dentro de um contexto de governança da segurança pública.

Apresentamos o detalhamento metodológico expresso neste estudo, com o objetivo de proporcionar uma visão clara do processo de análise do discurso. Este formato visa ilustrar de maneira sistemática como os dados foram tratados, como foi realizada a análise e como as categorias analíticas foram definidas e aplicadas. Nesse contexto, ao conduzir a análise do discurso, o objetivo reside em compreender como as novas tecnologias de gestão são resistidas e debatidas nas mídias sociais digitais no contexto da governança da segurança pública e suas representações são construídas no discurso, inseridas nas percepções sociais, políticas públicas

e práticas de governança. O estudo se apoia em fontes de dados, como postagens em redes sociais, documentos oficiais e entrevista semiestruturada com grupo focal, para entender como essas tecnologias são apresentadas, aceitas e problematizadas pela sociedade e pelas autoridades. O Quadro 5 facilita a visualização das etapas do processo e da abordagem adotada para assegurar a qualidade da pesquisa (Flick, 2022).

Quadro 5 - Detalhamento Metodológico da Análise do Discurso

Critério/Ponto de Análise	Descrição Detalhada
Tratamento do <i>Corpus</i>	Organização dos Dados: coleta e transcrição de entrevista semiestruturada com grupo focal de representantes da Assessoria de Comunicação da Polícia Civil de Pernambuco; postagens em redes sociais; análise de documentos oficiais, como publicações da SDS, PCPE. Segmentação dos textos para identificar unidades discursivas.
	Critério de Inclusão/Exclusão: seleção de informações com foco em textos que abordam novas tecnologias de gestão na segurança pública; reações sociais nas mídias digitais; e, textos com foco em políticas de governança pública.
Análise do Discurso	Perspectiva de Análise: a análise do discurso é fundamentada na abordagem dos estudos de linguagem, com foco na relação entre linguagem, poder e ideologia. O objetivo é investigar como as novas tecnologias de gestão na segurança pública são representadas discursivamente e como essas representações influenciam as práticas de governança e as percepções sociais.
	Ferramentas e Técnicas: leitura interpretativa, categorização emergente e uso do software MAXQDA para organização e codificação das informações.
Categorias Analíticas	Definição das Categorias: as categorias analíticas neste estudo são definidas de forma dedutiva, alinhando-se à teoria dos Estudos Culturais e à Análise do Discurso. Essas categorias estruturam a análise ao destacar elementos-chave do corpus e guiam a interpretação dos dados.
	Tecnologias de Gestão em Segurança Pública: Análise de programas como o <i>Alerta Celular</i> , explorando sua implementação e uso como ferramentas de controle social; Reações Sociais e Resistências: Investigação de respostas e manifestações em redes sociais ou em declarações políticas que contestam ou apoiam as tecnologias de segurança; Naturalização da Governança de Segurança: Estudo de como as tecnologias são apresentadas como soluções indiscutíveis, reforçando sua legitimidade social.
Processo de Análise	Passos: 1. Coleta e segmentação dos dados a partir de fontes (Instagram, sites oficiais, documentos públicos e entrevista semiestruturada). 2. Identificação de padrões discursivos e categorização de elementos discursivos. 3. Cruzamento das categorias com os objetivos de pesquisa, focando na análise das práticas discursivas sobre governança da segurança pública e suas tecnologias. 4. Tripla fontes de informações (documentos oficiais, redes sociais, imprensa e participação social).
	Validação: tripla fonte de informações e revisão por pares para garantir a confiabilidade dos achados.
Qualidade das Informações	Confiabilidade e Validade: verificação da autenticidade dos documentos e diversidade das fontes (sites oficiais, redes sociais, imprensa e informações primárias). Garantia de que as fontes representem diferentes perspectivas sobre as tecnologias de segurança pública e suas implicações.
	Limitações: Possíveis limitações associadas ao viés nas redes sociais e à falta de informações sobre os impactos das tecnologias de segurança. As fontes diversificadas permitem mitigar esses problemas, assegurando maior robustez aos achados.

Fonte: elaboração própria.

O Quadro 5 oferece uma estrutura metodológica clara, facilitando o acompanhamento das etapas do processo do estudo. Ao identificar e aplicar categorias analíticas com base na análise do discurso, o estudo permite revelar como as tecnologias de segurança pública são construídas discursivamente e quais ideologias sustentam sua implementação. A tripla fonte de informação e a análise das informações são fundamentais para assegurar a qualidade e a confiabilidade dos resultados.

As categorias analíticas selecionadas estruturam a análise ao conectar aspectos discursivos com as práticas culturais e políticas em torno das tecnologias de segurança pública. A categoria "Tecnologias de Gestão em Segurança Pública" permite entender como ferramentas como o *Alerta Celular* são representadas e legitimadas. "Reações Sociais e Resistências" evidencia as dinâmicas de aceitação e oposição nos discursos sociais. A "Naturalização da Governança de Segurança" destaca como certos discursos promovem a aceitação inquestionável dessas tecnologias, enquanto "Memória Discursiva e Continuidade Histórica" revela a conexão entre discursos atuais e narrativas históricas, permitindo compreender como o passado é mobilizado para sustentar práticas contemporâneas. Essa estrutura contribui para uma análise crítica das relações entre linguagem, poder e cultura no contexto da governança da segurança pública.

Após a organização das informações e a aplicação das técnicas analíticas, o estudo permite uma compreensão de como as práticas de segurança pública são moldadas por discursos de poder e ideologia. A análise de postagens em redes sociais e documentos governamentais possibilita o mapeamento das dinâmicas discursivas que influenciam a governança da segurança pública e a recepção pública das novas tecnologias de gestão. Nesse sentido, o estudo contribui para o entendimento de como as representações sociais, as tecnologias e as políticas públicas interagem na construção da segurança contemporânea. Além disso, a metodologia proposta garante uma análise rigorosa, considerando a diversidade de fontes e as diferentes perspectivas presentes no discurso sobre segurança pública. Ao adotar uma abordagem crítica e fundamentada em categorias analíticas bem definidas, o estudo identifica os discursos dominantes e também permite reflexão sobre as resistências e alternativas que surgem nesse campo.

A metodologia adotada visa proporcionar uma compreensão abrangente e crítica com relação às dinâmicas comunicacionais e culturais associadas à implementação das novas tecnologias de gestão. A aplicação da técnica de análise do discurso de corrente francesa, sob a ótica do Mapa Metodológico de Jesús Martín-Barbero, permite identificar as resistências, apropriações e

tensões culturais que emergem no contexto da governança da segurança pública. Essa combinação metodológica revela a maneira como os discursos oficiais, midiáticos e populares interagem e se moldam mutuamente, contribuindo para uma análise aprofundada a respeito das estratégias e desafios da gestão que acontece no sistema de segurança pública.

A Tabela 1 apresenta uma visão detalhada dos procedimentos metodológicos e resume as etapas de análise documental e de percepção nas mídias sociais, bem como as três fontes de informações realizadas para obter uma compreensão abrangente da governança da segurança pública.

Tabela 1 - Resumo Procedimentos Metodológicos

Etapas	Descrição	Fontes/Dados	Método de Análise	Corrente Teórica
Análise Documental (Subseção 4.3)	Estudo do discurso do Estado, imprensa e academia sobre a governança e uso de novas tecnologias de gestão	Documentos oficiais, Diário Oficial, Publicações da SDS, Artigos acadêmicos	Análise do discurso de corrente francesa	Estudos Culturais Latino-Americanos (Teoria de JMB)
Percepção nas Mídias Sociais (Subseção 4.4)	Análise das reações e percepções do público sobre as tecnologias de gestão nas redes sociais	Mídias sociais digitais (YouTube, Instagram, Facebook, X, TikTok)	Análise do discurso sob a ótica do Mapa Metodológico de JMB	Estudos Culturais Latino-Americanos (Teoria de JMB)
Tripla base de informações (Subseção 4.5)	Integração das análises documentais e das mídias sociais			

Fonte: elaboração própria.

A análise documental foca no discurso do Estado, da imprensa e na produção acadêmica sobre governança e uso de tecnologias, enquanto a análise das mídias sociais busca capturar as reações e percepções públicas.

3.3. Análise do Discurso

A Análise do Discurso (AD) é adotada neste estudo por sua contribuição como abordagem teórica e metodológica, uma vez que permite integrar diferentes dimensões discursivas. Ela relaciona a linguagem à psicanálise, com ênfase no inconsciente, e à perspectiva ideológica de cunho materialista, proporcionando uma compreensão crítica a respeito dos fenômenos estudados (Ferreira, 2010). As abordagens francesa e anglo-saxônica são amplamente reconhecidas na literatura acadêmica por sua influência no campo da AD (Mussalim, 2001). Nessa perspectiva, o discurso é compreendido como um fenômeno que transcende o âmbito puramente linguístico, abrangendo também as dimensões sociais e culturais, o que possibilita

explorar a maneira como as práticas discursivas influenciam e são influenciadas pelas estruturas sociais e pelas dinâmicas de poder (Lopes, 2014).

Utilizamos a análise do discurso de corrente francesa como técnica de análise, pois é possível compreender como os discursos oficiais e as práticas discursivas associadas às novas tecnologias de gestão, no contexto da governança da segurança pública, se constituem, circulam e são contestadas. Ao investigar como essas tecnologias são debatidas e resistidas, é essencial não apenas analisar o conteúdo explícito dos discursos, mas também revelar as estruturas de poder subjacentes e os processos de naturalização que moldam a percepção pública e institucional sobre a segurança (Dominique, 2015). Nesse contexto, a relação entre o mapa das mediações de Jesús Martín-Barbero e a análise do discurso encontra-se na forma como as mediações moldam os sentidos, práticas e dinâmicas de comunicação. A análise do discurso, ao focar nos contextos socioculturais, institucionais e tecnológicos que envolvem a produção, circulação e recepção de discursos, complementa a teoria das mediações, que propõe que esses processos são atravessados por múltiplas dimensões.

A análise do discurso (AD), tratada sob a perspectiva de Michel Pêcheux, permite uma abordagem que considera a linguagem como prática social, na qual os discursos não apenas refletem realidades, mas também as constituem (Orlandi, 2005; Pêcheux, 2008). Isso é crucial ao se tratar de tecnologias de gestão em segurança pública, como o Programa Alerta Celular, que não é ferramenta neutra, mas artefato discursivo que carrega consigo ideologia, prática de poder e formas específicas de governança. A análise proposta possibilita entender o modo como os discursos legitimam o uso dessas tecnologias, construindo-as como soluções incontestáveis com relação a problemas de segurança e, simultaneamente, como esses discursos são questionados e resistidos em esferas públicas, como as mídias sociais digitais.

A ênfase na intersecção entre discurso, história e ideologia, característica da abordagem francesa, se alinha com a epistemologia dos Estudos Culturais, que sustenta este estudo. O foco nos contextos sócio-históricos e nas condições de produção dos discursos permite investigar a maneira como as políticas de segurança pública em Pernambuco, inspiradas por modelos de governança de cidades como Medellín e Bogotá, são moldadas pelas especificidades locais e históricas, e o modo como esses discursos se institucionalizam em práticas, normas e políticas. Dessa forma, a análise do discurso revela não apenas o que é dito, mas como e por que é dito, conectando o texto ao contexto e expondo as dinâmicas de poder que estão em jogo (Dominique, 2015; Orlandi, 2012).

A perspectiva da memória discursiva, um conceito central na análise do discurso de corrente francesa, possibilita examinar como os discursos atuais sobre tecnologias de segurança pública se ancoram em discursos passados, evocando memórias e continuidades que reforçam ou desafiam práticas existentes (Orlandi, 1995). Isso é relevante no campo da segurança pública, no qual discursos sobre ordem, controle e proteção frequentemente ressoam com narrativas históricas de segurança e soberania. Ao focar nos retornos de vozes anteriores e nas continuidades discursivas, o estudo pode revelar como as tecnologias contemporâneas de gestão em segurança pública são legitimadas por meio de uma memória coletiva que associa tecnologia à eficácia e à modernidade, e como essas mesmas tecnologias podem ser contestadas por meio da invocação de memórias de abuso e controle excessivo.

A Análise do Discurso não apenas fornece uma metodologia para desvendar as camadas complexas de sentido nos discursos sobre novas tecnologias de gestão, mas também sustenta uma análise crítica que questiona as relações de poder e as lógicas de governança que moldam a segurança pública contemporânea. Nesse sentido, a Análise do Discurso foi adotada como ferramenta para examinar a construção textual utilizada por figuras políticas, visando compreender a interação entre o aspecto simbólico e o exercício do poder.

Ao contrastar a maneira com a abordagem tradicional que se concentra na linguagem e nos documentos políticos (Orlandi, 2005), essa análise contextualiza os discursos no ambiente social em que surgem. Isso possibilita a análise de textos oficiais, relatos de especialistas e fontes institucionais ao longo do tempo, identificando não apenas a forma dos discursos, mas também sua institucionalização em regras, procedimentos, leis, práticas, normas e rotinas. Esses elementos contribuem para a criação de modos disciplinados de atuação (Alakavuklar et al., 2019). Nesse sentido, adotamos a perspectiva da AD como prática interpretativa e campo interdisciplinar para garantir a análise das informações discursivas extraídas no curso da pesquisa (Arnoux, 2006). Sob essa ótica, as categorias de análise foram moldadas pelos desafios que surgiram durante a pesquisa e pelos materiais disponíveis, destacando as escolhas discursivas que geralmente permanecem opacas aos próprios enunciadores (Michel, 1984).

As regularidades e transformações no discurso estão diretamente ligadas à posição dos enunciadores dentro de um campo discursivo, o que exige a consideração das conexões entre discurso, história e ideologia. Isso implica uma constante referência aos dados contextuais relacionados à situação de enunciação e às condições sócio-históricas de produção. Além disso, direcionamos nossa atenção à noção de memória discursiva, que abrange as evocações ou

retornos de vozes anteriores presentes na matéria discursiva, desempenhando um papel central na constituição do discurso (Van Dijk, 1997).

A memória é naturalmente conflituosa, pois envolve diferentes pontos de vista. Essa diversidade permite entender como os vários atores sociais (indivíduos ou grupos) interpretam e representam eventos importantes. A relação entre memória e poder, assim como a criação da memória coletiva, acontece por meio dos diferentes usos que a sociedade faz dela (Santos, 2012). Essa relação pode ser observada tanto nas críticas que alertam para os perigos de certas comemorações (Rieff, 2016), quanto na visão da memória como uma ferramenta útil para conectar o passado ao presente e projetar o futuro (Poole, 2008).

Encaramos esses eventos de memória como objetos de disputa (Denaday, 2020), como parte das '*guerres de mémoire*' (Blanchard; Veyrat-Masson, 2014) e, do ponto de vista discursivo, como mecanismos de produção de ideologia, visto que delimitam e regulam o dizível em um determinado momento (Zan, 2012). Além disso, na perspectiva de Arfuch (2022), a produção da memória pública surge da luta entre diferentes ideologias, enfatizando a importância disso na configuração de uma hegemonia política. O triplo caráter da memória – social, confrontacional e performativo (Arfuch, 2022) – pode explicar a relevância central atribuída pela administração aos processos de construção e difusão da memória coletiva, sendo estes não apenas registros do passado, mas também ferramentas na construção de identidades e narrativas que sustentam projetos políticos e sociais.

Conforme observado por Orlandi (2012), na análise do discurso, a língua possui uma ordem própria, embora sua autonomia seja relativa, diferenciando-se, assim, da linguística. Isso se deve ao fato de que a análise do discurso incorpora as noções de sujeito e de contexto, enriquecendo a abordagem da linguagem (Orlandi, 2012). Portanto, a AD vai além da análise linguística, sem desconsiderá-la, ao estabelecer relações entre o discurso e suas condições de produção, incluindo as condições sociais e históricas que tenham possibilitado sua geração e os efeitos de sentido que ele produziu (Mussalim, 2001). Assim, pode-se depreender de estudos anteriores que a análise do discurso envolve o estudo sistemático de textos – incluindo a sua produção, disseminação e consumo – a fim de explorar a relação entre o discurso e a realidade social (Phillips; Lawrence; Hardy, 2004).

A AD se configura como teoria dotada de um método e voltada para determinado objeto específico: o discurso, em contraposição à língua. O discurso, por sua natureza distinta da

língua, é percebido como o resultado da interação entre interlocutores na produção de significados. Isso implica a consideração não apenas da linguagem, mas também de outras formas de expressão. Dessa maneira, a análise de discurso segue procedimentos específicos, guiados por princípios e conceitos, visando compreender como os sentidos são construídos no interior dos discursos (Orlandi, 2022).

Ao considerar a abordagem da Análise do Discurso (AD) sob uma perspectiva materialista e não-positiva, bem como a integração das questões teóricas dos Estudos Culturais, a construção do escopo deste estudo foi conduzida por intermédio de um dispositivo teórico e analítico específico. Nessa abordagem, cada análise será distinta das demais, envolvendo conceitos intrínsecos aos Estudos Culturais. A metodologia empregada compôs os seguintes procedimentos, conforme proposto por (Orlandi, 2012):

- 1º) Construção do arquivo de pesquisa – seleção dos textos, imagens, vídeos e demais materiais que se relacionam com o objeto de pesquisa;
- 2º) Construção do *corpus* discursivo – após seleção inicial, foi definido o recorte discursivo do arquivo de pesquisa com o que de fato foi analisado; e
- 3º) Análise do *corpus* discursivo.

Neste ambiente, os sujeitos do discurso cuja seleção constitui o *corpus* da análise são apresentados na Tabela 2:

Tabela 2 - *Corpus* para análise do discurso

Discursos e Sujeitos	<i>Corpus</i>
Documentos oficiais (locutores coletivos) - (Dominique, 2015b)	Sites oficiais da Secretaria de Defesa Social (SDS), Polícia Civil (PCPE) Rede Social Instagram da SDS, PCPE, PMPE, CBMPE e da rede oficial do Governo do Estado de Pernambuco – GOVPE
Participação Social – sujeitos que participam de redes sociais digitais a partir dos comentários nas publicações referentes às novas tecnologias de gestão	Rede social (Instagram), X, YouTube, Facebook e TikTok
Participação da Sociedade Civil Organizada	Sites e redes sociais das entidades representativas constante na chamada pública para participação do Conselho Estadual de Segurança Pública e Defesa Social (CESPDS)
Imprensa	Seleção de reportagens nos portais de notícias locais (G1, NE10, Folha Pernambuco e Diário de Pernambuco)
Imprensa alternativa – Blogs de Notícias	Blogs que tratam como temática a segurança pública e defesa social
Entrevista semiestruturada	Grupo focal com participação de integrantes que trabalham na produção de conteúdo informativo na rede social Instagram da Polícia Civil de Pernambuco

Fonte: elaboração própria.

A Tabela 2 destaca os Locutores Coletivos (LC) que desempenham papel significativo como fontes responsáveis pela comunicação integrada (Dominique, 2015). Por exemplo, a Secretaria de Defesa Social de Pernambuco (SDSPE) produz conteúdo para divulgação em mídias sociais e em seu site oficial. Assim, a SDSPE desempenha papel central na formulação e orientação de discursos relacionados a suas atividades institucionais. Nesse contexto, a AD não se concentra em textos individuais ou isolados, mas sim nos corpos de textos como um todo, visto que a realidade social se manifesta por meio desses conjuntos discursivos (Phillips; Lawrence; Hardy, 2004).

3.4. Procedimentos Metodológicos da Pesquisa Documental – Narrativa do Estado, Imprensa e Academia

A pesquisa documental foi conduzida inicialmente com base nas publicações oficiais do Diário Oficial do Estado de Pernambuco (DOE-PE). Entretanto, verificou-se que, entre os anos de 2014 e 2017, não foram encontradas publicações no portal oficial com as palavras-chave “Pacto Pela Vida” e “Juntos Pela Segurança”. Para contornar essa lacuna, utilizamos o filtro de “pesquisa por década” no repositório digital do DOE-PE, o que permitiu recuperar algumas das informações ausentes, embora o processo tenha sido marcado por lentidão no acesso, dificultando o armazenamento adequado dos dados para análise posterior.

Diante das dificuldades de campo, optamos por utilizar as informações do Boletim Geral da Secretaria de Defesa Social de Pernambuco (SDS-PE). Este boletim é publicado diariamente no site da SDS e realiza uma triagem específica das informações relacionadas à segurança pública e defesa social que são as transcritas do Diário Oficial. A utilização dessa fonte se mostrou fundamental, uma vez que o Diário Oficial abrange informações de todas as secretarias e órgãos estaduais, tornando a busca complexa. Por outro lado, o Boletim Geral da SDS fornece um recorte direto e específico sobre a segurança pública, facilitando o acesso e a organização das informações relevantes.

A análise dos Boletins Gerais da SDS focou nas matérias de capa que transcreviam dados do DOE, com o intuito de compreender as narrativas institucionais sobre a governança da segurança pública em Pernambuco. Esse recorte foi essencial para a análise discursiva, pois as matérias destacam os discursos oficiais que influenciam a formulação e a implementação das políticas de segurança pública.

O objetivo central desta análise consistiu em buscar entender a forma como a governança da segurança pública em Pernambuco opera, especialmente no contexto da adoção de novas tecnologias de gestão, como o Programa Alerta Celular. Tais iniciativas são apresentadas nos discursos governamentais como medidas para melhorar a eficácia das ações de segurança pública e diminuir a criminalidade e a violência no estado.

Por meio de uma abordagem metodológica multifacetada, triangulando diferentes fontes de dados para a análise da governança da segurança pública em Pernambuco, foram analisados documentos oficiais produzidos pelo estado, matérias jornalísticas e artigos indexados revisados por pares. Assim, na figura 6, apresentamos um esquema visual das fontes de informação analisadas.

Figura 6 - Fontes dos artigos científicos, documentos oficiais e matérias jornalísticas analisados



Fonte: elaboração própria.

A Figura 6 apresenta as diferentes fontes de informações utilizadas neste estudo — artigos científicos, documentos oficiais e matérias jornalísticas — organizadas de forma a evidenciar a pluralidade dos discursos e das perspectivas sobre a temática analisada. A disposição gráfica dessas fontes potencializa a análise ao permitir a articulação entre registros oriundos de campos distintos, cada um com seus próprios critérios de produção de sentido e formas de legitimação. Essa estratégia metodológica favorece uma leitura transversal dos dados, ao permitir que a mesma realidade seja observada por lentes diversas: a linguagem técnica e analítica da academia, a normatividade dos documentos institucionais e a narrativa imediata e factual da mídia. Além disso, o diagrama oferece uma visualização das zonas de convergência e tensão entre os discursos, apontando, por exemplo, onde há alinhamento entre as políticas públicas e os relatos midiáticos, ou onde a produção acadêmica critica práticas institucionalizadas. Ao mapear essas relações, a figura não apenas organiza os dados, mas amplia a capacidade

interpretativa do estudo, contribuindo para uma compreensão mais profunda e crítica do fenômeno da segurança pública e da comunicação institucional.

Este estudo buscou analisar os programas de segurança pública Pacto Pela Vida e Juntos Pela Segurança em Pernambuco, selecionando fontes que permitem uma compreensão ampla a respeito da governança de segurança pública. A escolha desses dois programas foi estratégica, considerando suas similaridades e a forma como eles se complementam no âmbito do contexto sócio-histórico de Pernambuco, o que enriquece o entendimento a respeito das narrativas relativas a governança da segurança pública.

O Programa Juntos Pela Segurança, lançado em novembro de 2023, foi analisado por meio de documentos oficiais e artigos jornalísticos, devido à ausência de estudos acadêmicos sobre o programa no período de formulação deste estudo. Em contrapartida, o Pacto Pela Vida, em vigor desde 2007, já havia sido explorado na literatura acadêmica (Antunes, 2019; da Mota Silveira Neto et al., 2022; de Andrade et al., 2012; Ratton, 2013; Ratton; Galvão; Fernandez, 2014), possibilitando uma análise detalhada e fundamentada em artigos científicos revisados por pares.

Foram apreciados dois grupos distintos de documentos públicos: as publicações oficiais do Diário Oficial do Estado de Pernambuco e as matérias da Secretaria de Defesa Social de Pernambuco (SDSPE), abrangendo o período de janeiro de 2023 a março de 2024. Examinamos todos os documentos oficiais publicados no Diário Oficial do Estado durante esse intervalo, bem como os artigos publicados pela SDSPE a partir da primeira publicação referente ao Programa Juntos Pela Segurança. Ao todo, 53 documentos oficiais foram analisados (32 oriundos do DOEPE e 21 matérias advindas da SDS), utilizando-se a palavra-chave "Juntos Pela Segurança" nos repositórios do Diário Oficial do Estado e nas publicações da SDSPE. Nesse ambiente, uma proposta de sistematização operacional, organizada em fases, foi realizada para permitir a transparência na seleção de documentos oficiais (Silva; Emmendoerfer; Silveira Cunha, 2020). Assim, segundo os autores, para o desenvolvimento da pesquisa documental, é importante seguir procedimentos específicos com o fim de assegurar sua confiabilidade por meio de três fases, as quais foram sistematizadas de maneira cuidadosa e estruturada, apresentadas no Quadro 6.

Quadro 6 - Fases da Pesquisa Documental

Fase 1	Fase 2	Fase3
--------	--------	-------

Preparação do Material Ilustrado (PMI)	Análise Preliminar Ilustrada (API)	Análise Documental Ilustrada (ADI)
Publicações no Diário Oficial do Estado de Pernambuco (DOE-PE) entre janeiro de 2023 e março de 2024 – Juntos Pela Segurança; Publicações da Secretaria de Defesa Social no site oficial de matérias que envolvessem o JPS.	Foram selecionados 32 documentos no DOE-PE e 21 matérias publicadas no site oficial da SDS-PE.	A análise dos documentos oficiais foi realizada com a sistematização dos códigos (quadro 6) das características da Governança da Segurança Pública por meio do software MAXQDA.

Fonte: elaborado a partir de Silva, Emmendoerfer e Silveira Cunha (2020).

Na fase inicial, foi realizado o reconhecimento das principais fontes de informações oficiais, com critérios de busca definidos, com a palavra-chave "Juntos pela Segurança". Esse processo foi conduzido de forma exaustiva, visando evitar a omissão de qualquer documento oficial relevante na análise. Após a construção do *corpus*, na segunda fase - Análise Preliminar Ilustrada – organizou-se quais documentos fazem parte do contexto da pesquisa, avaliando sua autenticidade, natureza e os principais conceitos-chave presentes em cada um deles (Silva; Emmendoerfer; Silveira Cunha, 2020). Esse processo permitiu uma compreensão contextualizada do tema, enriquecendo a análise da pesquisa. A base de busca contemplou referências históricas, por meio de documentos oficiais dispostos no DOE e nas matérias disponibilizadas pela Secretaria de Defesa Social de Pernambuco no Boletim Geral (BG).

O segundo grupo de documentos analisados concentrou-se nos artigos jornalísticos (discurso da imprensa) publicados e reportados por intermédio da plataforma de busca *Google*, utilizando a mesma palavra-chave "Juntos Pela Segurança". Nessa etapa, foram selecionados e analisados os primeiros 30 artigos reportados de forma discricionária. Portanto, não foram incluídos artigos oficiais publicados por fontes oficiais do estado, como secretarias de estado. Assim, a análise se concentrou em artigos advindos de portais de notícias e blogs.

Dentre os 30 artigos analisados, 23 eram oriundos de diferentes fontes, evidenciando a diversidade de opiniões e formas de compreensão por parte de seus editores a respeito da referida política de segurança pública. Esses estudos abordam notícias relacionadas ao Programa Juntos Pela Segurança, que ocorrem tanto antes, quanto após seu lançamento. A partir do trigésimo primeiro artigo reportado no *Google*, foi observada a descontinuidade existente entre os artigos reportados e o objeto de pesquisa, evidenciando a necessidade de interrupção no acréscimo de novos artigos jornalísticos.

Realizamos, por meio do *software MAXQDA*, a análise de conteúdo dos documentos, a qual permite criar categorias analíticas, combiná-las ou expandi-las e gerar listas de frequência de palavras, auxiliando na visualização dos termos recorrentes nas informações analisadas. Além

disso, o software possibilita gerar diagramas, realizar análises de cluster, associar palavras e categorias.

Com base no referencial teórico sobre governança da segurança pública, foram elaboradas as categorias presentes na literatura a respeito de práticas e mecanismos de governança (Gjaltema; Biesbroek; Termeer, 2020; Hood; Heald, 2006; Kosack; Fung, 2014; Mulligan; Bamberger, 2018; Osborne, 2010; Rhodes, 1997a) (Quadro 7) e as palavras-chave correspondentes. Assim, essas palavras-chave foram utilizadas com o objetivo de identificar, nos parágrafos dos textos analisados, a relação com as categorias da governança da segurança pública identificadas na fundamentação teórica deste estudo.

Quadro 7 - Relação das Palavras-chave utilizadas por categoria analítica da Governança da Segurança Pública

Categoria Analítica da Governança	Palavras-Chave
Articulação Intersetorial	Articulação
Participação da Sociedade Civil	Participação – Sociedade Civil
Transparência e Prestação de Contas	Transparência – Prestação de Contas
Abordagens Integradas e Baseadas em Evidências	Abordagens – Integradas – Integração – Evidências
Comunicação com a Sociedade	Comunicação - Sociedade
Integração de Mentalidades e Práticas	Abordagem – Participação - Participante Integração – Práticas
Capacidade de Governança	Capacidade – Governança
Prevenção e Promoção da Segurança Comunitária	Prevenção – Segurança – Comunitária - Comunidade
Modernização Tecnológica	Modernização - Tecnologia

Fonte: elaboração própria.

O Quadro 7 apresenta a relação das categorias analíticas identificadas na literatura sobre governança da segurança pública e os códigos utilizados no software MAXQDA para localização dos textos e contextos em que essas categorias foram empregadas. Essas categorias foram identificadas por meio desses códigos nas três fontes de documentos.

Por seu turno, a análise da perspectiva da governança da segurança pública do Pacto Pela Vida se faz por meio da análise de artigos indexados e revisados por pares em três repositórios: CAPES Periódicos, *Scopus* e *Web of Science* (WoS). Em todas as bases, utilizamos as palavras-chave "Pacto Pela Vida" e "*Pact for Life*" a partir de 2007, ano de implementação do programa.

Apresentamos no Quadro 8 o quantitativo de artigos que foram reportados nas respectivas bases, bem como uma coluna com o quantitativo de artigos reportados em duplicidade.

Quadro 8 - Artigos revisados por pares sobre o Pacto Pela Vida (2007-2022)

Base	Reportados	Analisados	Artigos reportados em duplicidade
-------------	-------------------	-------------------	--

Scopus	12	10	12
Web Of Science	8	8	
CAPES	42	15	
Total	58	28	
Total de artigos analisados		16	

Fonte: elaboração própria.

Os artigos reportados no Quadro 8, mas não analisados, foram excluídos por não possuírem relação com a temática. Isso ocorre porque o termo da palavra-chave utilizado é o mesmo para outros programas voltados para a área da saúde pública.

As fontes de informações foram utilizadas para analisar o contexto comunicacional em que ocorre a governança da segurança pública por meio dos programas de segurança pública elaborados. No caso do programa "Juntos pela Segurança", lançado oficialmente em novembro de 2023, não foram encontrados artigos que abordassem o programa nos três bancos de dados pesquisados.

Os resultados da análise das narrativas sobre a governança da segurança pública, conduzida sob a perspectiva teórica do mapa das mediações de Jesús Martín-Barbero, são apresentados no Capítulo 6 deste estudo.

3.4.1. Entrevista Semiestruturada

Neste estudo, foi realizada uma entrevista em grupo com quatro integrantes da Assessoria de Comunicação (ASCOM) da Polícia Civil de Pernambuco, seguindo o protocolo que foi elaborado à luz da lente teórica deste estudo (Apêndices A e B). A técnica de grupo focal foi utilizada para investigar detalhadamente as dinâmicas de publicação de conteúdo no perfil oficial do Instagram da instituição, incluindo temas como o Programa Alerta Celular, a liberdade de postagens e o processo criativo das publicações. Essa abordagem permitiu uma análise das interações e percepções dos participantes sobre o papel das estratégias de comunicação digital na segurança pública.

A entrevista em grupo focal realizada com quatro integrantes da Assessoria de Comunicação (ASCOM) da Polícia Civil de Pernambuco (PCPE) foi conduzida com o objetivo de investigar as dinâmicas de comunicação digital no perfil oficial do Instagram da instituição, com foco especial no Programa Alerta Celular. A escolha pela técnica de grupo focal justifica-se pela possibilidade de explorar, de forma detalhada, as percepções, práticas e desafios enfrentados pela equipe responsável pela gestão das redes sociais. A entrevista, com duração de 1h30min, foi mediada por um moderador que garantiu a fluidez da discussão, incentivando a participação

ativa de todos os integrantes e mantendo o foco nos temas predefinidos, como a liberdade de postagens, o processo criativo e a relação entre comunicação digital e segurança pública.

A entrevista foi configurada com perguntas semiestruturadas, facilitando uma discussão aberta e permitindo que os participantes compartilhassem suas experiências e opiniões, ao mesmo tempo em que proporciona dados relevantes para os objetivos da pesquisa (Flick, 2022; Swift, 2022). O moderador focou em encorajar uma conversa produtiva e em garantir que todos os pontos de vista fossem explorados. Os dados coletados foram transcritos e analisados por meio de técnicas de análise do discurso, o que envolveu a identificação de temas recorrentes e a análise de como as práticas de comunicação refletem e são influenciadas pelas políticas de segurança pública.

Os procedimentos metodológicos detalhados são apresentados no Quadro 9, incluindo as etapas, descrições e referências bibliográficas e digitais relevantes para cada etapa do processo de pesquisa.

Quadro 9 - Procedimentos Metodológicos da Entrevista em Grupo com a ASCOM da PCPE:
Estruturas e Referências

Etapas	Descrição	Fonte(s) Bibliográfica(s)
Considerações Éticas	Consentimentos informados foram obtidos de todos os participantes, e os objetivos da pesquisa foram claramente comunicados, assegurando a ética no processo de coleta e uso de informações.	(Creswell, 2021; Sim; Waterfield, 2019)
Seleção dos Participantes	Os participantes foram escolhidos por seu envolvimento direto na gestão do perfil de Instagram da PCPE, visando garantir que as informações coletadas fossem relevantes para a pesquisa.	(Flick, 2022a)
Preparação e Estruturação	Perguntas semiestruturadas foram preparadas antes da entrevista para guiar a discussão em torno dos temas de interesse. Este método permite flexibilidade e profundidade nas respostas.	(Flick, 2022a; Sim; Waterfield, 2019)
Condução da Entrevista	A entrevista foi conduzida por um moderador que facilitou a discussão, incentivando a interação entre os participantes e mantendo o foco nos temas relevantes.	(Hennink; Kaiser; Weber, 2019)
Análise dos Dados	Os dados transcritos foram analisados utilizando a técnica de análise do discurso, identificando temas recorrentes e examinando como as práticas de comunicação refletem as dinâmicas culturais e organizacionais.	(Handford; Gee, 2023; Orlandi, 2005)

Fonte: elaboração própria.

O Quadro 9 apresenta os procedimentos metodológicos adotados para a realização da entrevista semiestruturada, destacando a estruturação e as referências teóricas que embasaram cada etapa. Nesse contexto, foram considerados aspectos éticos, como a obtenção de consentimentos

informados e a clareza dos objetivos da pesquisa, alinhados às recomendações de Creswell (2021) e Sim e Waterfield (2019).

A gestão do perfil do Instagram da Polícia Civil de Pernambuco, identificado como @policiacivildepernambuco, é realizada pela Assessoria de Comunicação da própria instituição. O grupo responsável por essa tarefa é composto principalmente por policiais civis de carreira, incluindo homens e mulheres, e é liderado por duas jornalistas. Estas são contratadas em cargos comissionados pelo governo do Estado de Pernambuco para gerenciar as comunicações relacionadas à Polícia Civil de Pernambuco. Nesse contexto, foi realizada uma entrevista semiestruturada com os membros da ASCOM da Polícia Civil de Pernambuco (PCPE). A entrevista contou com a participação de quatro mulheres responsáveis pela publicação das notícias no Instagram oficial da PCPE e focou em entender como se dá a gestão deste perfil e o funcionamento da comunicação que envolve o Programa Alerta Celular.

A abordagem escolhida foi a entrevista semiestruturada, que nos permitiu certa flexibilidade para explorarmos as respostas das entrevistadas enquanto se mantinha foco nos temas essenciais para a pesquisa (Swift, 2022). As perguntas foram formuladas para desencadear discussões sobre o dia a dia da gestão de comunicação digital e as estratégias utilizadas para engajar o público com a segurança pública.

Utilizando a análise do discurso como técnica de análise, transcrevemos e examinamos as entrevistas para garantir a compreensão dos processos que envolvem a comunicação da narrativa da segurança pública e sua relação com as mídias sociais digitais. A teoria do mapa das mediações de Jesús Martín-Barbero orientou a análise para facilitar a compreensão do modo como as mensagens mediadas pela equipe da Ascom transitam entre o contexto social mais amplo e as práticas comunicativas específicas da instituição. Esse método permitiu compreensão sobre a intersecção entre tecnologia, comunicação e segurança pública, revelando as nuances de como a Polícia Civil de Pernambuco se adapta e responde às exigências de uma sociedade digitalizada. No entanto, a ausência de entrevistas com outras assessorias de comunicação, como as vinculadas à Polícia Militar ou à Secretaria de Defesa Social, representa uma limitação do estudo.

A convocação exclusiva da Ascom se deve ao fato de que essa equipe é a principal responsável pela gestão do perfil do Instagram da PCPE, incluindo a divulgação de informações relacionadas ao Programa Alerta Celular. A Ascom é composta por policiais civis de carreira e

duas jornalistas contratadas pelo governo do estado, que atuam diretamente na produção e publicação de conteúdo. Essa escolha permitiu um olhar aprofundado sobre as estratégias de comunicação digital adotadas pela instituição, bem como sobre os desafios enfrentados na mediação entre as demandas institucionais e as expectativas do público. Nesse contexto, a ausência de outros grupos pesquisados, como representantes da Polícia Militar de Pernambuco e da Secretaria de Defesa Social, é uma limitação destacada no estudo, conforme mencionado na subseção 5.8.

Esta estrutura metodológica permitiu uma compreensão multifacetada das estratégias de comunicação digital adotadas pela Polícia Civil de Pernambuco, revelando não apenas as práticas operacionais, mas também as percepções e impactos dessas práticas no contexto da segurança pública.

3.5. Procedimentos metodológicos para análise das informações nas Mídias Sociais

A coleta de dados efetuada com a presença e interação dos usuários com o Programa Alerta Celular nas redes sociais foi realizada em conformidade com uma análise detalhada das plataformas, em que foram incluídas as plataformas de Twitter, Facebook, Instagram e YouTube, todas com a utilização da palavra-chave “Alerta Celular” para identificar postagens e interações relacionadas a tal Programa.

Na rede social X (Twitter), utilizamos a hashtag #AlertaCelular para identificar postagens realizadas entre os anos de 2018 e 2023. Foram reportadas 18 mensagens, provenientes de diferentes segmentos. No entanto, constatamos que as postagens se referem tanto ao Programa Alerta Celular de Pernambuco, quanto ao sistema adotado pelo Governo da Bahia. Não foram encontradas discussões relevantes especificamente sobre o programa objeto deste estudo.

No Facebook, foi analisada a página oficial da Secretaria de Defesa Social de Pernambuco (SDS), que contava com 3,2 mil seguidores e 2,6 mil curtidas em suas publicações. Em 5 de fevereiro de 2024, uma publicação no perfil oficial reforçou que o Programa Alerta Celular estaria presente em vários polos do Carnaval, com o objetivo de que os cidadãos cadastrassem seus aparelhos. Similarmente, foi analisado o perfil da SDS no Instagram, onde não foram encontradas postagens adicionais sobre o programa no período investigado.

Ao explorar a hashtag #AlertaCelular no Facebook, identificamos postagens de assistências técnicas de celulares que compartilhavam vídeos institucionais e produziam materiais próprios de divulgação sobre o programa, ampliando a disseminação da tecnologia para além das mídias

oficiais da SDS (ILOGIC, 2024). Além disso, observamos que influenciadores digitais (influencers) utilizaram suas plataformas para promover o Programa, com uma linguagem próxima de seus seguidores, facilitando o entendimento e a adesão ao serviço de cadastramento dos aparelhos. Não foram identificadas postagens de resistência ao uso dessa tecnologia.

Embora o Instagram tenha sido utilizado para divulgação institucional pela SDS, foi no YouTube que o Programa Alerta Celular alcançou maior engajamento de pessoas que não eram agentes públicos. A plataforma apresentou um número significativo de vídeos relacionados ao tema, contribuindo para a disseminação do Programa. Assim, os dados coletados e analisados com base nas palavras-chave e nas interações dos usuários estão resumidos no Quadro 10.

Quadro 10 - Participação de usuários em publicações sobre o Programa Alerta Celular (julho/2024)

Rede Social	Qtde. de usuários no Brasil	Palavra-chave	Reportados	Analisados
Instagram	120 mi (STATISTA, 2024)	Alerta Celular	28 postagens	13 postagens
X (Twitter)	24,30 mi (DATAREPORTAL, 2023)	Alerta Celular	15 postagens	15 postagens
Facebook	117 mi (Statista, 2024)	Alerta Celular Pernambuco	27 postagens	27 postagens
YouTube	144 mi (Statista, 2024)	Alerta Celular	59 vídeos	59 vídeos

Fonte: elaboração própria.

O Instagram ofereceu uma interface que possibilitou consultas focadas em hashtags, um recurso eficiente para identificar e coletar dados relevantes sobre as postagens de imagens e vídeos relacionados ao Programa Alerta Celular. As informações obtidas incluem data e hora exatas da publicação (Highfield; Leaver, 2015), permitindo uma análise detalhada dos significados socioculturais atribuídos ao conteúdo pelos usuários e das práticas de interação que emergem dessas mídias (Caliandro; Gandini, 2016).

A relação entre as informações reportadas e não analisadas se deve ao fato de que essas postagens não guardavam relação direta com o sujeito de estudo deste estudo, uma vez que essas publicações abordavam temas diversos ou utilizavam a mesma palavra-chave em contextos distintos, sem conexão direta com o Programa Alerta Celular.

3.6. Fontes de Informações

Este estudo utiliza uma abordagem metodológica multifacetada, com foco na tripla fonte de informações, a fim de proporcionar uma análise robusta e confiável da governança da segurança pública em Pernambuco. A análise do discurso foi realizada com base em uma tripla fonte de

informações, composta por artigos científicos, documentos oficiais e matérias jornalísticas, permitindo uma abordagem multidimensional do fenômeno investigado. Essa estratégia possibilitou a integração de diferentes perspectivas e contextos, enriquecendo a análise qualitativa e ampliando a compreensão do objeto de estudo (Flick, 2018, 2022). No presente estudo, documentos oficiais, matérias jornalísticas, artigos acadêmicos revisados por pares e a participação de usuários em redes sociais digitais estão sendo analisados, combinando informações qualitativas.

A coleta de dados documentais ocorre por meio da análise de documentos oficiais produzidos pelo Estado de Pernambuco. Foram analisados 53 documentos, dos quais 32 foram extraídos do Diário Oficial do Estado de Pernambuco (DOE-PE) e 21 da Secretaria de Defesa Social de Pernambuco (SDSPE), abrangendo o período de janeiro de 2023 a março de 2024. Esses documentos foram selecionados a partir da palavra-chave "Juntos Pela Segurança", em que foram utilizadas ferramentas de busca nos repositórios oficiais. Em paralelo, artigos jornalísticos são coletados com o uso da plataforma de busca Google, também com base na mesma palavra-chave. Foram selecionados 30 artigos de diferentes fontes jornalísticas e blogs, proporcionando uma diversidade de perspectivas sobre o Programa.

A análise do Programa Pacto Pela Vida é realizada com base em artigos acadêmicos revisados por pares, coletados nas bases de dados Scopus, Web of Science (WoS) e CAPES Periódicos. Do total de 58 artigos, excluindo-se os artigos duplicados e os que não guardavam relação direta com a pesquisa, 16 foram selecionados para análise detalhada. Como argumentam Denzin e Lincoln (2011), a diversidade de fontes documentais é crucial em pesquisas qualitativas, pois valida os dados e garante uma exploração multidimensional do fenômeno. Essa diversidade inclui a análise das mídias sociais digitais, que fornece insights sobre a presença e interação dos usuários com o Programa Alerta Celular. Mídias sociais como Twitter, Facebook, Instagram e YouTube foram analisadas, com foco em palavras-chave como "#AlertaCelular" e "#ProgramaAlertaCelular", para identificar postagens e interações relacionadas ao Programa. O software MAXQDA foi utilizado para categorizar e analisar os dados, permitindo a criação de listas de frequência de palavras, o que auxiliou na visualização dos termos recorrentes que representam as relações entre palavras e categorias.

O uso de dados de mídias sociais possibilita uma análise das práticas socioculturais e das interações que emergem no ambiente digital. No caso deste estudo, essa análise permite compreender a maneira como as políticas de segurança pública, como o Programa Alerta

Celular, são discutidas e negociadas pelos usuários dessas plataformas (Caliandro; Gandini, 2016).

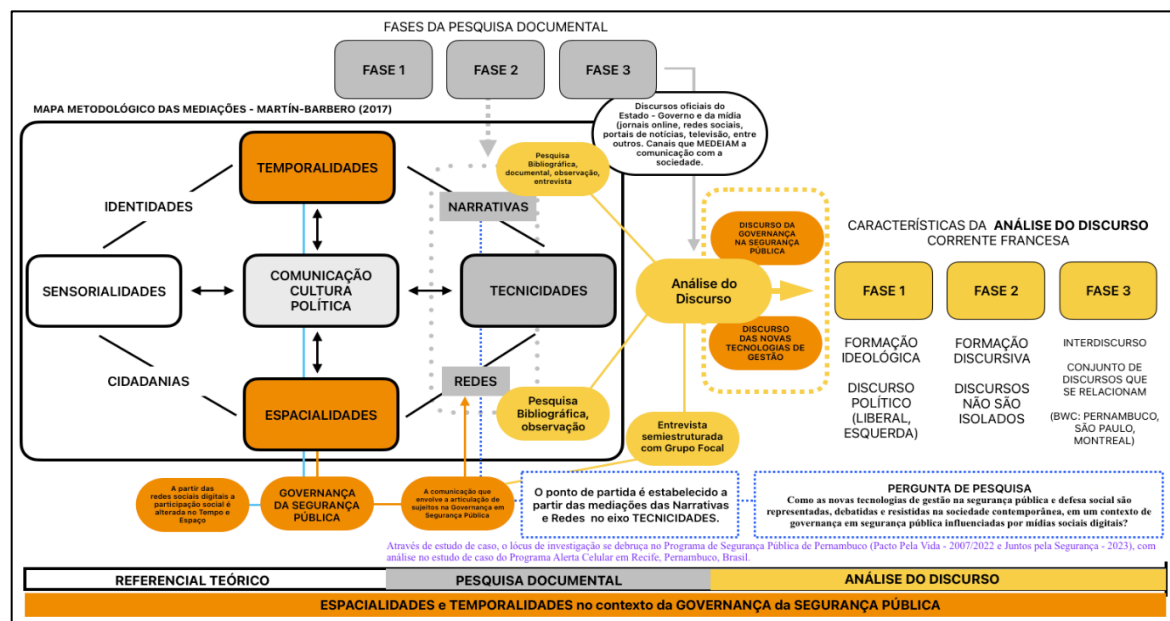
O estudo está orientado pela perspectiva teórica dos estudos culturais latino-americanos, com destaque para o mapa das mediações de Jesús Martín-Barbero. Essa abordagem permite examinar como a comunicação e as práticas culturais moldam as relações de poder, influenciando diretamente a governança das políticas públicas de segurança (Foucault, 1979; Martín-Barbero, 2009; Martín-Barbero, 2021; Martín-Barbero; Rincon, 2019). Nesse contexto, a análise busca capturar a forma como as políticas públicas de segurança são mediadas pela cultura e pelas interações entre diferentes atores sociais.

Por meio da diversidade de informações e da utilização de ferramentas analíticas, como o MAXQDA, buscamos certo rigor metodológico e transparência nos processos de coleta e análise de dados. A replicabilidade dos procedimentos metodológicos está assegurada pela clareza na seleção das fontes e pela aplicação de técnicas analíticas amplamente reconhecidas na pesquisa qualitativa (Flick, 2018, 2022).

3.7. Fluxo Metodológico e Lente Teórica

Esta subseção explora as interseções entre metodologias de pesquisa e fundamentos teóricos, destacando o caminho metodológico seguido a partir do mapa das mediações de Jesús Martín-Barbero ao realizar a pesquisa documental e análise do discurso. A Figura 7 apresenta o fluxograma dos procedimentos metodológicos empregados neste estudo, ao ilustrar de maneira clara e objetiva as etapas de desenvolvimento de cada etapa. No alicerce desse esquema, está a lente teórica que sustenta a análise das informações extraídas dos documentos oficiais e da recepção nas redes sociais digitais, com foco nas novas tecnologias de gestão na segurança pública dentro do contexto da governança. Esse modelo metodológico visa assegurar a transparência, o rigor e a consistência da pesquisa, além de oferecer uma visão clara dos procedimentos adotados ao longo do estudo (Castleberry; Nolen, 2018).

Figura 7 - Esquema dos fluxos metodológicos alinhados à lente teórica



Fonte: elaborado a partir do quarto mapa metodológico desenvolvido por Martín-Barbero (2017).

A Figura 7 apresenta a coleta de informações que foi realizada considerando a lente teórica do mapa das mediações, uma vez que se busca identificar, dentre as informações coletadas, o que se coaduna com a teoria e o objeto de estudo, a partir do eixo das relações entre "Temporalidades e Espacialidades". O esquema adotado se fundamenta nos procedimentos delineados por Martín-Barbero (2017) e conduzidos para investigar as mediações das "Narrativas" e "Redes" relacionadas aos discursos da Governança em Segurança Pública e das Novas Tecnologias de Gestão que envolvem o Programa Alerta Celular.

O processo de coleta de informações compreendeu as fases 1 e 2, referentes às "Fases da Pesquisa Documental" (Silva; Emmendoerfer; da Silveira Cunha, 2020). Essas etapas envolvem a obtenção de dados levantados por meio da análise de documentos e discursos oficiais divulgados pelas forças de segurança pública, por meio do diário oficial do Estado e da União, bem como das redes sociais digitais institucionais (PMPE, PCPE, SDSPE, GOVPE) pertinentes ao tema em estudo.

Na fase da pesquisa documental, buscamos analisar os planos de segurança pública adotados pelo estado de Pernambuco à luz do referencial teórico da Governança da Segurança Pública. O objetivo da análise de documentos oficiais consiste em buscar identificar se esses planos englobam as características e os princípios fundamentais apontados pelos autores que embasam essa temática, com ênfase na compreensão da relação entre o ambiente de governança em

segurança pública e a comunicação com a sociedade para a adoção de novas tecnologias de gestão.

A relevância da análise de informação reside na necessidade de compreender como os processos de governança em segurança pública se articulam com a comunicação efetiva e a participação social, elementos essenciais para a implementação bem-sucedida de inovações tecnológicas e a promoção de uma gestão eficiente e transparente nessa área. Assim, nessa fase, avaliamos a possibilidade de os planos de segurança pública de Pernambuco contemplarem aspectos-chave da governança, como a articulação intersetorial, a participação da sociedade civil, a transparência e a prestação de contas, além da adoção de abordagens integradas e fundamentadas em evidências científicas.

Para nortear a análise das informações, foi elaborado um quadro conceitual (quadro 13 - Características da Governança da Segurança Pública e sua Relação com os Planos de Segurança Pública de Pernambuco) que sintetiza as características-chave da governança da segurança pública, com base na revisão da literatura. Esse quadro abrange aspectos como a articulação intersetorial, a participação da sociedade civil, a transparência e prestação de contas, a adoção de abordagens integradas e baseadas em evidências, a comunicação com a sociedade, a abordagem multidimensional, a integração de mentalidades e práticas, a capacidade de governança, a prevenção e promoção da segurança comunitária, e a modernização tecnológica.

O *corpus* de análise foi composto por dois planos de segurança pública implementados em Pernambuco nos últimos anos, o Pacto pela Vida e o Juntos pela Segurança. As informações para análise incluem os documentos oficiais que norteiam essas políticas públicas. Esses documentos foram coletados por meio de pesquisa documental junto às instituições responsáveis pela segurança pública no estado.

A análise dos planos foi efetuada por meio de uma leitura criteriosa e sistemática como forma de buscar identificar evidências e informações relacionadas às características da governança da segurança pública presentes no quadro conceitual. Logo, essa etapa envolveu a codificação e categorização dos dados, de acordo com os aspectos abordados no referencial teórico.

Foi realizada entrevista semiestruturada do tipo focal com atores-chave envolvidos na comunicação das ações que envolvem a adoção de novas tecnologias de gestão dos planos de segurança pública em Pernambuco. Essas entrevistas tiveram como objetivo complementar a

análise documental, fornecendo insights e perspectivas adicionais sobre a incorporação dos princípios de governança nos planos.

Os dados coletados por meio da análise documental e das entrevistas foram triangulados, buscando identificar convergências, divergências e lacunas em relação às características da governança da segurança pública. Assim, a abordagem metodológica qualitativa baseada na análise documental foi demarcada por entrevistas e a diversidade de informações possibilitou uma investigação rigorosa sobre a temática da governança da segurança pública.

A fase 3 consiste na análise documental e foi realizada por meio da análise do discurso, seguindo as etapas de identificação da formação ideológica, formação discursiva e interdiscurso conforme preconizado pela tradição francesa de análise do discurso.

3.7.1. Categorias Analíticas

O mapa metodológico de Jesús Martín-Barbero, articulado com a teoria das mediações, apresenta uma estrutura para análise das interações culturais e comunicacionais relacionadas à governança da segurança pública em contextos digitais. As mediações identidades, cidadanias, narrativas e redes evidenciam articulações entre os polos espacialidades, temporalidades, sensorialidades e tecnicidades, permitindo compreender os processos simbólicos e estruturais que caracterizam essas interações. Nesse sentido, elaboramos o quadro 11 que não se limita à descrição das práticas digitais, mas busca identificar transformações nas relações entre atores sociais, dispositivos tecnológicos e narrativas culturais. Assim, conceitos como hibridização cultural, mobilização social e imaginários coletivos são fundamentais para investigar as dinâmicas dessas interações. O quadro das categorias analíticas foi desenvolvido a partir do mapa metodológico das mediações de Jesús Martín-Barbero com base na Teoria das mediações.

As mediações indicam a relevância das práticas culturais na constituição de novas formas de pertencimento e participação. Estudos sobre hibridização cultural e imaginários coletivos demonstram como as identidades são negociadas em contextos digitais e culturais. Esses fundamentos teóricos orientam a análise ao revelar como tecnologias de gestão são interpretadas e contestadas em suas relações com práticas culturais e políticas.

Abaixo, apresentamos o Quadro 11 que sintetiza as características do mapa das mediações, os códigos analíticos utilizados e as teorias relacionadas.

Quadro 11 - Categorias Analíticas da Teoria das Mediações

Polos / Eixos do Mapa Barberiano	Categorias Analíticas	
Espacialidades	Cidadania e Participação	
Tecnicidades	Interface e Usabilidade; Estética Digital	
Temporalidades	Memória Cultural; Velocidade e Efemeridade	
Sensorialidades	Humor e Ironia; Produção de Sentido	
Mediações do Mapa Barberiano	Submediações (códigos analíticos)	Teorias de Suporte
Identidades	Hibridização Cultural; Imaginários Coletivos	Estudos de Identidade (Hall, 2023); Estudos de Hibridização Cultural (Canclini, 2012)
Cidadanias	Mobilização Social; Participação Digital	Teorias da Cidadania (Marshall, 1950); Estudos de Movimentos Sociais (Tilly; Wood, 2015)
Narrativas	Disputa de Sentido	Estudos de Mídia e Cultura (Hall, 1977, 2016a)
Redes	Comunidade e Pertencimento; Interatividade	Teoria das Redes Sociais (Latour, 1996); Estudos de Comunidades Online (Rheingold, 2000a)

Fonte: elaborado a partir da teoria das mediações e mapa conceitual de Jesús Martín-Barbero.

O Quadro 11 organiza os polos do mapa barberiano em eixos que dialogam com as dinâmicas culturais, tecnológicas e sociais. No eixo **Identidades**, os códigos analíticos “hibridização cultural” e “imaginários coletivos” permitem compreender o modo como as práticas digitais influenciam a formação de identidades em contextos globais e locais. Hall (2023) e Canclini (2019) destacam que essas dinâmicas ocorrem por meio de negociações contínuas, em meio às quais as tradições locais se mesclam com influências globais, gerando novas formas de expressão cultural. Um exemplo empírico é a música latino-americana, que combina ritmos tradicionais com elementos da cultura pop global, como no caso do reggaeton e do funk carioca. Já os imaginários coletivos, discutidos por Castoriadis, Reynaud e Fortes (1982), referem-se às representações sociais compartilhadas que influenciam práticas identitárias e culturais, especialmente em plataformas como Instagram e TikTok, onde narrativas visuais e simbólicas são constantemente reforçadas e contestadas.

No eixo **Cidadanias**, as submediações “mobilização social” e “participação digital” refletem formas de engajamento político e social em espaços digitais. Marshall (1950) e Tilly e Wood (2015) demonstram que esses processos ampliam os mecanismos de ação coletiva, gerando novas possibilidades para o debate público e a governança. Um exemplo disso consiste no movimento *#MeToo*, que utiliza redes sociais para denunciar assédio sexual e promover mudanças legislativas em diversos países como Estados Unidos e Portugal (Cerqueira; Taborda; Pereira, 2023; Costa; Guaraldo, 2020). A participação digital, por sua vez, se refere às práticas de engajamento cidadão mediadas por plataformas online, como petições virtuais e fóruns de discussão, que redefinem os limites da democracia representativa. No Brasil, o aplicativo

“Mudamos+” é um exemplo de como a tecnologia pode ampliar a participação democrática, permitindo que cidadãos proponham projetos de lei por meio do telefone celular (Serpa; Cançado, 2022).

No eixo **Narrativas**, os códigos “disputa de sentido” e “produção de sentido” destacam a relação entre narrativas e construção de percepções culturais e sociais. Hall (1997) argumenta que as narrativas são construídas e disputadas por diferentes atores sociais, que buscam impor suas visões de mundo. Um exemplo empírico é a cobertura midiática das eleições presidenciais, onde diferentes veículos constroem narrativas conflitantes sobre os candidatos e seus projetos (Carvalho, 2024; Costa, 2023). A disputa de sentido também é evidente nas *fake news*, que utilizam narrativas persuasivas para influenciar a opinião pública. Já a produção de sentido, como discutido por Martín-Barbero (2003), refere-se aos processos dinâmicos e multifacetados de interpretação e ressignificação cultural, que ocorrem tanto em contextos offline quanto online.

No eixo das **Redes**, os códigos “comunidade e pertencimento” e “interatividade” descrevem os modos como conexões sociais e tecnológicas reorganizam as ações coletivas. Latour (2007) e Rheingold (2000) discutem as redes sociais como espaços de interação e colaboração que alteram hierarquias e promovem novas formas de articulação social. Um exemplo dessa situação reside no uso de grupos de WhatsApp para organização comunitária, como ocorreu durante as manifestações de 2013 no Brasil, onde a interatividade e a velocidade das redes sociais permitem a mobilização rápida e descentralizada de milhares de pessoas (Ferrari, 2021; Sanches, 2023). Essas categorias estruturam uma análise das interações entre cultura, tecnologia e poder em contextos digitais, contribuindo para a investigação empírica sobre governança da segurança pública.

A partir das categorias analíticas apresentadas no Quadro 11, desenvolvemos um quadro conceitual que aprofunda a compreensão das dinâmicas culturais, tecnológicas e sociais que influenciam a governança da segurança pública. O Quadro 12 sintetiza os conceitos e as referenciais teóricos para embasar este estudo ao articular as dimensões como espacialidades, tecnicidades, temporalidades, sensorialidades, identidades, cidadanias, narrativas e redes. Essa estrutura permite uma abordagem interdisciplinar que dialoga com as diferentes facetas da comunicação digital e suas interações com a segurança pública.

Quadro 12 - Quadro Conceitual das Categorias Analíticas da Teoria das Mediações

Categoria	Submediações (Códigos Analíticos)	Conceituação e Discussão Teórica	Autores de Referência
Espacialidades	Cidadania e Participação	Refere-se às dinâmicas de ocupação e produção de espaços físicos e digitais, em que são construídas práticas de cidadania e participação. Discutir a respeito da maneira como as tecnologias reconfiguram os espaços de interação e engajamento político.	Marshall (1950), Tilly e Wood (2015), Canclini (2012)
Temporalidades	Memória Cultural	Explora a forma como as mídias digitais preservam, ressignificam ou apagam memórias coletivas, discutindo a relação entre temporalidade e cultura.	Hall (2016a), Nora (1989)
	Velocidade e Efemeridade	Analisa a aceleração do tempo nas sociedades contemporâneas e a efemeridade das informações, destacando impactos na produção e consumo cultural.	Bauman (2007, 2013)
Sensorialidades	Humor e Ironia	Discute o papel do humor e da ironia como estratégias de produção de sentido e crítica social, especialmente em contextos digitais.	Barthes, (1972), Hutcheon (2003)
	Produção de Sentido	Aborda o modo como os sentidos são construídos e negociados nas interações midiáticas, considerando a multiplicidade de interpretações e contextos.	Hall (1977), Martín-Barbero (2003)
Tecnicidades	Interface e Usabilidade	Aborda as infraestruturas técnicas que mediam as interações sociais e culturais, destacando a importância da interface e usabilidade na construção de experiências digitais.	Latour (1996), Rheingold (2000)
	Estética Digital	Explora a forma como o design e a estética das plataformas digitais influenciam a percepção e o uso das tecnologias, especialmente em contextos de segurança pública.	Manovich (2001), Flusser (1999)
Identidades	Hibridização Cultural	Explora a fusão de culturas e identidades em contextos globais e locais, destacando processos de hibridação e resistência.	Canclini (2012), Hall (2023)
	Imaginários Coletivos	Analisa o modo como os imaginários sociais são construídos e compartilhados, influenciando práticas identitárias e culturais.	Anderson (1983), Castoriadis (1975)
Cidadanias	Mobilização Social	Discute as formas de mobilização e engajamento político em contextos digitais, destacando o papel de redes sociais e plataformas.	Tilly e Wood (2015), Castells (2012)
	Participação Digital	Aborda as práticas de participação cidadã mediadas por tecnologias, discutindo limites e possibilidades da democracia digital.	Rheingold (2000), Jenkins (2006)
Narrativas	Disputa de Sentido	Explora o modo como as narrativas são construídas e disputadas em diferentes contextos midiáticos, destacando o papel dos atores sociais na produção de significados.	Hall (1977), Martín-Barbero (2003)
Redes	Comunidade e Pertencimento	Discute a respeito da formação de comunidades online e offline, analisando como se constroem laços de pertencimento e identidade coletiva.	Rheingold (2000), Latour (1996)
	Interatividade	Aborda as dinâmicas de interação nas redes, destacando a maneira como a interatividade redefine as relações sociais e culturais.	Jenkins (2006), Lemos (2009)

Fonte: elaborado a partir da teoria das mediações e mapa conceitual de Jesús Martín-Barbero.

O quadro 12 apresenta a estrutura para examinar como as novas tecnologias de gestão são debatidas e contestadas nas redes sociais digitais no contexto da governança da segurança

pública. As categorias e submediações propostas possibilitam investigação sobre os processos que influenciam a adoção e a resistência a essas tecnologias, considerando dimensões espaciais, temporais, sensoriais, identitárias, cidadãs, narrativas e de redes. Assim, o quadro conceitual organiza a análise ao relacionar conceitos teóricos com fenômenos empíricos (Miles; Huberman; Saldaña, 2014), permitindo examinar os processos de mediação presentes na governança da segurança pública. Nesse sentido, as submediações permitem analisar como as práticas sociais e culturais são mediadas por tecnologias, especialmente no contexto da governança da segurança pública.

A submediação ‘cidadania e participação’ se refere às dinâmicas de ocupação e produção de espaços físicos e digitais, nos quais se constroem práticas de engajamento político. Marshall (1950) e Tilly e Wood (2015) destacam que a participação cidadã é mediada por infraestruturas técnicas, como plataformas digitais de monitoramento e controle. Já a submediação ‘interface e usabilidade’ aborda as infraestruturas técnicas que mediam as interações sociais e culturais, ressaltando a importância do design e da funcionalidade das tecnologias (Latour, 1996; Rheingold, 2000).

A submediação ‘memória cultural’ explora como as mídias digitais preservam, ressignificam ou apagam memórias coletivas. Hall (2016) e Nora (1989) argumentam que a memória não é apenas um registro do passado, mas um processo dinâmico de construção social. Nesse ambiente, a submediação ‘velocidade e efemeridade’ analisa a aceleração do tempo nas sociedades contemporâneas e a fugacidade das informações. Bauman (2007, 2013) sugere que essa efemeridade pode levar à perda de contextos e significados, especialmente em práticas de segurança pública que dependem de dados rápidos e precisos.

A submediação ‘humor e ironia’ discute o papel dessas estratégias como formas de crítica social, especialmente em contextos digitais. Barthes (1972) e Hutcheon (2003) destacam que o humor e a ironia são ferramentas para contestar narrativas hegemônicas. Nesse contexto, a submediação ‘produção de sentido’ trata de como os sentidos são construídos e negociados nas interações midiáticas. Hall (1977) e Martín-Barbero (2003) argumentam que esse processo é multifacetado e influenciado por contextos culturais e tecnológicos.

A submediação ‘hibridização cultural’ explora a fusão de culturas e identidades em contextos globais e locais. Canclini (2012) e Hall (2023) apontam que a hibridização constitui um processo contínuo de negociação e resistência. Nesse ambiente, a submediação ‘imaginários

coletivos’ analisa como os imaginários sociais são construídos e compartilhados. Castoriadis, Reynaud e Fortes (1982) indicam que os imaginários influenciam práticas identitárias e culturais, especialmente em contextos de segurança pública, onde narrativas de medo e controle são frequentemente mobilizadas.

A submediação ‘mobilização social’ discute as formas de engajamento político em ambientes digitais. Tilly e Wood (2015) e Castells (2012) sugerem que as redes sociais digitais ampliam as possibilidades de ação coletiva. Por outro lado, a submediação ‘participação digital’ trata das práticas de engajamento cidadão mediadas por tecnologias. Rheingold (2000) e Jenkins (2006) argumentam que a participação digital pode fortalecer a democracia, mas também enfrenta desafios como exclusão digital e manipulação da informação.

A submediação ‘disputa de sentido’ analisa como as narrativas são construídas e contestadas em diferentes contextos midiáticos. Hall (1977) e Martín-Barbero (2003) ressaltam que as narrativas são centrais para a legitimação ou deslegitimação de práticas sociais e políticas. No campo da segurança pública, essa disputa de sentido se manifesta nas narrativas conflitantes sobre tecnologias de vigilância e controle.

A submediação ‘comunidade e pertencimento’ examina a formação de comunidades tanto no meio online quanto offline. Rheingold (2000) e Latour (1996) apontam que as redes sociais redefinem os laços de pertencimento e as formas de colaboração. Por fim, a submediação ‘interatividade’ investiga as dinâmicas de interação nas redes, destacando como a interatividade redefine as relações sociais e culturais. Jenkins (2006) e Lemos (2010) enfatizam que, no contexto da segurança pública, a colaboração e a vigilância são mediadas por tecnologias digitais.

O quadro das categorias analíticas, fundamentado na Teoria das Mediações de Martín-Barbero (2008), e o quadro conceitual estruturado a partir das referências teóricas apresentadas oferecem uma base para análise das informações desse estudo. Ao articular as submediações com os conceitos de cidadania, participação, memória, produção de sentido e interatividade, torna-se possível compreender como as tecnologias moldam as práticas sociais e políticas, especialmente no contexto da governança da segurança pública. Esses quadros permitem identificar os mecanismos de mediação envolvidos e explorar as dinâmicas de disputa, contestação e ressignificação das novas tecnologias de gestão na construção das narrativas e interações sociais.

4. CAPÍTULO IV – LÓCUS DE INVESTIGAÇÃO E SUJEITO DO ESTUDO

O lócus de investigação deste estudo concentra-se na compreensão do contexto sócio-histórico e as dinâmicas políticas subjacentes que envolvem a governança da segurança pública em Pernambuco. Assim, é essencial examinar a maneira como as políticas públicas de segurança foram concebidas e operacionalizadas dentro dessa estrutura de governança. Em particular, o estudo investiga os processos de construção e implementação dos planos de segurança pública Pacto Pela Vida e Juntos Pela Segurança, ambos desenvolvidos para responder às demandas sociais de resolução de conflitos e garantir a efetividade da gestão da segurança pública. Esses planos servem como exemplos de como a integração de tecnologias avançadas e estratégias de governança podem influenciar e remodelar as práticas de segurança pública no Estado, proporcionando um campo fértil para o desenvolvimento de políticas de segurança responsivas e transparentes.

4.1. Contexto Sócio-histórico dos Planos de Segurança Pública Implementados em Pernambuco

No âmbito das políticas de segurança pública, este estudo delimita sua investigação nos planos "Pacto Pela Vida" (Plano Estadual de Segurança Pública - PESP) e "Juntos Pela Segurança" (Plano Estadual de Segurança Pública e Defesa Social - PESPDPS), ambos implementados no Estado de Pernambuco.

A governança da segurança pública em Pernambuco contempla novas tecnologias de gestão, que têm sido implantadas no estado com o intuito de melhorar a eficácia das políticas de segurança e promover a resolução de conflitos sociais. Dentre essas tecnologias, destacam-se o Programa Alerta Celular, que foi implementado como medida preventiva e repressiva para reduzir e combater a incidência de roubos e furtos de celulares. Por meio desse Programa, os cidadãos podem registrar seus dispositivos móveis em uma base de dados da SDS, facilitando a identificação e recuperação em caso de roubo ou furto. Essa iniciativa visa não apenas a diminuição dos índices de criminalidade relacionados a furtos de celulares, mas também a tranquilidade da população, ao garantir a emergência de respostas rápidas e eficientes de parte dos agentes das forças de segurança (Oliveira; Paiva Júnior, 2022).

Os sujeitos deste estudo estão, portanto, inseridos nos discursos que envolvem essa tecnologia de gestão. Esses discursos emergem do uso e da implementação do Programa Alerta Celular, reconhecido como ferramenta que aumenta a resolutividade de determinados conflitos sociais,

como o roubo de celulares. Assim, o ato de analisar esses discursos requer uma compreensão detalhada do contexto sócio-histórico no qual as políticas de segurança pública em Pernambuco foram desenvolvidas. A partir dos planos Pacto Pela Vida e Juntos Pela Segurança, é possível observar a continuidade e as mudanças nas abordagens de governança da segurança pública, evidenciando como essas políticas foram alicerçadas em princípios de gestão orientados por tecnologias inovadoras.

A análise do contexto sócio-histórico e político é essencial para facilitar a compreensão a respeito do modo como as novas tecnologias de gestão são empregadas e legitimadas pelos discursos oficiais. Esses discursos não apenas refletem as intenções do governo com a segurança pública, mas também influenciam a percepção pública sobre o papel da tecnologia na resolução dos problemas de proteção social. Nesse sentido, compreender as narrativas em torno do Programa Alerta Celular nos permite explorar as implicações dessa tecnologia na governança da segurança pública em Pernambuco.

As subseções a seguir apresentam o contexto da Governança em Segurança Pública no estado de Pernambuco, tratadas com ênfase na construção e implementação dos modelos de segurança pública do Pacto Pela Vida e do Juntos Pela Segurança, reconhecidos com o olhar teórico-conceitual extraído das mediações das Redes e Narrativas de Martín-Barbero (2017).

4.2. Redes e Narrativas da Governança da Segurança Pública em Pernambuco

A compreensão da governança da segurança pública requer uma análise contextualizada que leve em consideração o histórico e a evolução das políticas de segurança pública em determinada região (Trindade, 2015). Nesse contexto, o estudo da governança da segurança pública adotada no estado de Pernambuco, por meio da análise dos planos estaduais de segurança Pacto Pela Vida e Juntos Pela Segurança, oferece oportunidade para se entender a maneira como as dinâmicas de rede, as narrativas e as novas tecnologias de gestão se inserem nesse campo.

O olhar para o contexto histórico é fundamental para auxiliar a compreender as transformações e os desafios enfrentados na governança da segurança pública. Dessa forma, ao longo do tempo, as abordagens e os modelos de gestão presentes nessa área têm evoluído como fato que reflete as demandas sociais, as inovações tecnológicas e as mudanças emergentes nas estruturas de poder e de tomada de decisão (BEVIR, 2010b; RHODES, 1997a). Assim, o esforço por conhecer esse percurso histórico é essencial para se analisar as características e os impactos das estratégias de governança adotadas em Pernambuco.

Além disso, as redes de atores e as narrativas que permeiam o campo da segurança pública também são moldadas pelo contexto histórico. A forma como esses elementos se articulam e se transformam ao longo do tempo revela a dinâmica da governança nessa área (Koppenjan, 1997; Marsh; Rhodes, 1992). Compreender essas redes e narrativas é fundamental para identificar os fatores que influenciam a tomada de decisão, a alocação de recursos e a implementação de políticas de segurança pública (Porto, 2009).

A observação participante realizada durante a vigência do Pacto Pela Vida em Pernambuco permitiu a oportunidade de acessar informações sobre as práticas e os desafios da governança da segurança pública. Essa vivência empírica permite uma compreensão profunda e contextualizada dos fenômenos em questão, enriquecendo a análise e a construção do conhecimento nesse campo (Creswell; Poth, 2016; Denzin; Lincoln, 2011). Nesse sentido, ao analisar a governança da segurança pública em Pernambuco, a partir dos planos estaduais de segurança, consideramos o contexto histórico, as redes de atores e as narrativas que permeiam esse campo, a fim de compreender as estratégias adotadas, os desafios enfrentados e as perspectivas futuras para a melhoria da segurança pública, especialmente na adoção de novas tecnologias de gestão.

4.2.1. Contexto histórico da Governança da Segurança Pública e sua influência para a segurança pública em Pernambuco

Estudos indicam que iniciativas adotadas nas cidades de Medellín e Bogotá, na Colômbia, que enfrentaram altos índices de criminalidade e violência urbana no passado, serviram como modelo para a formulação de políticas de segurança pública no Brasil e em todo o mundo (Brand; Dávila, 2011; Cerdá et al., 2012). Essas cidades foram consideradas entre as mais violentas do mundo no período da década de 1990. No entanto, por meio de abordagens inovadoras, ambas conseguiram promover uma transformação significativa em suas estratégias de segurança, tornando-se referências internacionais no campo da prevenção e redução da violência e criminalidade.

A mudança de paradigma observada em Medellín e Bogotá envolveu o abandono de estratégias repressivas e a adoção de uma abordagem integrada que combinou ações de policiamento qualificado com a implementação de políticas sociais voltadas para a prevenção da violência (Brand; Dávila, 2011; Moser; Mcilwaine, 2014). Essa combinação de esforços de segurança pública e de desenvolvimento social permitiu a redução significativa dos índices de

criminalidade e homicídios nessas cidades, chegando a níveis inferiores à média nacional da Colômbia e, até mesmo, de países desenvolvidos (Cerdá et al., 2012).

O sucesso de Medellín e Bogotá na segurança pública inspirou outras cidades a adotarem abordagens semelhantes, tanto no Brasil quanto em outros países (Doyle, 2019). Essa troca de experiências e a adoção de modelos bem-sucedidos têm se mostrado uma estratégia promissora para enfrentar os desafios da violência urbana em diferentes contextos, demonstrando a importância de se repensar as políticas de segurança pública a partir de uma perspectiva integrada e multidimensional (Cerdá et al., 2012; Doyle, 2019; Rodgers, 2012).

Os programas de segurança pública Pacto Pela Vida e Juntos Pela Segurança foram influenciados pela política de segurança pública implementada em Medellín e Bogotá, especialmente no que diz respeito ao modelo de gestão por resultados por meio da governança em segurança pública. Em Medellín e Bogotá, na Colômbia, a transformação no campo da segurança pública não se deu apenas por meio de ações pontuais, mas sim por uma mudança na governança da segurança nessas localidades (Cerdá et al., 2012). Essa nova abordagem de governança envolveu a integração de diferentes atores e instituições, a adoção de estratégias multidimensionais e a capacidade de coordenação das ações de segurança pública (Moser; McIlwaine, 2014; Rodgers, 2012).

Em Medellín, a governança da segurança foi marcada pela liderança e cooperação entre órgãos governamentais, a sociedade civil e o setor privado, demonstrando a importância de uma abordagem colaborativa e integrada na promoção da segurança pública (Brand; Dávila, 2011; Doyle, 2019).

Em Bogotá, a governança da segurança pública também se destacou pela capacidade de coordenação entre os diferentes níveis de governo e pela implementação de estratégias de prevenção da violência, como a aproximação com as comunidades e a oferta de serviços públicos integrados (Brand; Dávila, 2011). Essa integração permitiu o desenvolvimento de políticas que combinavam ações de repressão qualificada com programas sociais voltados para a prevenção da violência, abrangendo desde a melhoria da infraestrutura urbana até a oferta de oportunidades para a juventude (Maclean, 2015). Assim, a governança da segurança pública, pautada pela liderança, integração de atores, coordenação de ações e adoção de estratégias multidimensionais, desempenhou papel exitoso nas políticas de segurança implementadas em

Medellín e Bogotá, servindo como referência para outras metrópoles enfrentarem os desafios da violência urbana (Brand; Dávila, 2011; Doyle, 2019; Maclean, 2015).

A busca por modelos eficazes de segurança pública tem sido um desafio constante para governos em todo o mundo. O modelo COMPSTAT (*Computer-based CompStat*) surgiu como uma ação inovadora, que combina estratégias de governança, gestão orientada a resultados e adoção de novas tecnologias de gestão (Weisburd et al., 2003; Willis et al., 2003).

Originalmente desenvolvido na cidade de Nova York, nos Estados Unidos, na década de 1990, o COMPSTAT se baseia em quatro pilares fundamentais: coleta e análise de dados, identificação de problemas, rápida resposta e responsabilização (Weisburd et al., 2003; Willis et al., 2003). Essa estrutura permite que os agentes das forças de segurança pública atuem de maneira proativa, antecipando-se a problemas emergentes e concentrando seus esforços em áreas e questões prioritárias. Isso não apenas melhora a eficiência das intervenções, mas também fortalece a capacidade de resposta das instituições de segurança frente aos desafios complexos e dinâmicos da criminalidade contemporânea (Braga; Bond, 2008; Weisburd; Braga, 2019).

A governança da segurança pública constitui um mecanismo central no modelo COMPSTAT, envolvendo a integração de diferentes atores e instituições, a coordenação de ações e a responsabilização pelos resultados (Weisburd; Braga, 2019). Essa abordagem de governança possibilita a mobilização de recursos, a troca de informações e a adoção de estratégias conjuntas, fortalecendo a eficácia das intervenções de segurança pública (Braga; Bond, 2008). Além disso, o COMPSTAT se destaca pela ênfase na gestão orientada a resultados, com o estabelecimento de metas, o monitoramento contínuo do desempenho e a responsabilização dos gestores. Essa abordagem gerencial permite que as forças de segurança pública acompanhem o impacto de suas ações e realizem os ajustes necessários para alcançar os objetivos propostos (Weisburd; Braga, 2019).

A adoção de novas tecnologias de gestão, como sistemas de informação geográfica, análise de dados e videomonitoramento, constitui uma característica do modelo COMPSTAT. Essas ferramentas tecnológicas possibilitam a coleta, o processamento e a disseminação de informações de forma ágil e eficiente, apoiando a tomada de decisões e a alocação de recursos (Braga; Bond, 2008; Weisburd et al., 2003). Nesse contexto, o êxito do modelo COMPSTAT em cidades como Nova York, Los Angeles e Chicago inspirou a adoção de abordagens

semelhantes em outros contextos, incluindo países da América Latina, como ocorre com o Brasil. Essa disseminação de boas práticas demonstra a relevância do COMPSTAT como um modelo de governança da segurança pública, capaz de promover a eficiência, a eficácia e a responsabilização no campo da segurança pública (Weisburd; Braga, 2019).

A exportação desses modelos para outros contextos, como Pernambuco, no Brasil, exemplifica a capacidade de adaptação das práticas de governança da segurança pública em cenários distintos. A adequação de políticas de segurança pública em Pernambuco, como a adaptação dos modelos de Medellín e Bogotá, envolve não apenas a transferência de estratégias de policiamento e gestão, mas também a importação dos princípios subjacentes a essas práticas, como a articulação entre políticas sociais e de segurança, o uso intensivo de dados para orientar decisões, e a coordenação entre diversos níveis de governo e sociedade civil. Portanto, um dos principais legados desses modelos colombianos.

A ideia de que a segurança pública não pode ser tratada de forma isolada, mas deve ser integrada ao desenvolvimento social e urbano, reside na aplicação desses modelos em contextos diferentes, como é o caso de sua implantação no estado de Pernambuco, fato que exige uma análise crítica das especificidades locais, mesmo quando os desafios, como o narcotráfico e a violência urbana, são semelhantes.

A realidade pernambucana apresenta características que, embora reflitam problemas similares aos enfrentados por Medellín e Bogotá, exigem adaptações para garantir a efetividade das políticas de segurança pública. Assim, a implementação dos modelos colombianos em Pernambuco deve ser ajustada à configuração local da criminalidade para considerar as particularidades culturais, socioeconômicas e políticas da região. Nesse sentido, enquanto o narcotráfico em Medellín e Bogotá tem uma longa história associada a cartéis de drogas e redes complexas de criminalidade organizada (Atehortúa Cruz; Rojas Rivera, 2008), em Pernambuco o narcotráfico se mistura frequentemente com gangues locais e uma economia informal de drogas que permeia diferentes níveis sociais (Ferreira, 2016; Silva; Gonçalves, 2022).

A governança da segurança pública, neste contexto, deve ser compreendida à luz do conceito de "mediação cultural", conforme proposto por Jesús Martín-Barbero. Essa abordagem enfatiza que as políticas de segurança não podem ser eficazes se focarem apenas no combate direto ao tráfico de drogas, mas devem também abordar os ciclos de dependência econômica e social que perpetuam a violência. A análise das mediações revela como as técnicas, a espacialidade e

as redes locais influenciam a eficácia das políticas públicas (Martín-Barbero, 2018). Assim, a governança deve ir além da simples replicação de estratégias de sucesso global, exigindo uma adaptação às especificidades locais, onde o diálogo entre experiências globais e as demandas locais é fundamental para construir políticas sustentáveis e eficazes.

4.2.2. Rede da Governança da Segurança Pública no Estado de Pernambuco

O Pacto Pela Vida de Pernambuco foi o primeiro plano estadual de segurança pública do Estado (2007 a 2023) que objetivou abordar a violência e criminalidade de forma sistêmica a partir de seis linhas de atuação: prevenção social do crime e da violência, repressão qualificada da violência, aperfeiçoamento institucional, informação e gestão do conhecimento, formação e capacitação e gestão democrática (Ratton; Galvão; Fernandez, 2014). Nesse contexto, a liderança do PESPE-PE gerenciou, por meio de ferramentas de administração integradas e transversais, atividades que priorizavam a coordenação, o monitoramento e a avaliação das ações desenvolvidas na área de segurança.

O desenvolvimento do Plano Estadual de Segurança Pública de Pernambuco (PESP-PE), popularmente chamado de Pacto Pela Vida, foi gerenciado por meio da Secretaria de Planejamento e Gestão (SEPLAG) de Pernambuco, que era responsável pelo acompanhamento do Comitê Gestor do Programa. A SEPLAG foi responsável por idealizar e implementar o Modelo de Gestão por Resultados (MGR), fundamentado em uma sistemática de monitoramento e avaliação de ações integradas. Esse modelo foi estruturado em quatro pilares: governança, infraestrutura, arranjo intelectual e integração. Com esse enfoque estratégico, o programa tinha por objetivo alcançar a redução anual de 12% nos índices de Crimes Violentos Letais Intencionais (CVLI), que se referem aos assassinatos e/ou mortes decorrentes de intervenção policial. Logo, o Programa foi desenvolvido de forma colaborativa em conjunto com agentes da sociedade civil e articulação com o Poder Judiciário, o Ministério Público, a Defensoria Pública, a Assembleia Legislativa, os municípios e a União. Seu marco inicial compreendeu o período da criação do Plano Estadual de Segurança Pública de Pernambuco (PESP-PE), que deu origem a 138 projetos voltados para a prevenção e controle da criminalidade. Assim, tais projetos foram elaborados por agentes das câmaras técnicas, agregados em torno das linhas de ação e implementados por organizações estatais e da sociedade civil (SEPLAG-PE, 2023).

A formulação do Programa Pacto Pela Vida foi efetivada com a participação social que ocorreu por meio do Fórum Estadual de Segurança Pública no período entre março e abril de 2007. Esse

fórum promoveu debates com especialistas, acadêmicos, representantes de organizações da sociedade civil e gestores públicos, pautados nas esferas federal, estadual e municipal, em que a versão final foi avaliada e apresentada a representantes da sociedade (BID, 2015).

O programa Todos por Pernambuco envolveu toda a gestão do governo estadual e incluiu a realização do Fórum Estadual de Segurança Pública como parte de sua abordagem de gestão macro-sistêmica. Esse Programa constituiu um modelo de gestão implementado pelo Governo do Estado de Pernambuco entre os anos de 2007 e 2022, uma vez que orientou a criação e implementação de políticas públicas no âmbito estadual. O Seminário Todos por Pernambuco foi realizado no primeiro ano de cada gestão nas 12 regiões de desenvolvimento do Estado, com o primeiro realizado em 2007 e os seguintes em 2011, 2015 e 2019. O seminário consiste num fórum participativo que permite a interação direta entre os cidadãos e as autoridades estaduais (SEPLAG-PE, 2019).

No segundo ciclo dos Seminários Regionais Todos por Pernambuco, realizado em 2011, participaram 13.249 pessoas e 3.554 entidades se fizeram presentes. Durante esse evento, foram registradas 26.147 propostas, das quais 2.656 delas relacionadas a ações de gestão e implementação de políticas de segurança. Um grupo de 14 profissionais de gestão da Seplag (Gestores Governamentais) se dedicou à formulação dessas propostas. O objetivo dessa iniciativa foi construir um banco de dados que agrupasse propostas semelhantes e compará-las com as políticas definidas no Programa de Governo (GOVPE, 2016).

A partir de 2008, foi criada a sistemática de monitoramento fundamentada na Gestão por Resultados, com a implantação do Comitê Gestor do Pacto pela Vida em setembro daquele ano. Esse comitê foi composto por membros da Polícia Militar, Polícia Civil, Corpo de Bombeiros, Polícia Científica, Poder Judiciário, Ministério Público, Defensoria, Secretaria Executiva de Ressocialização e outros órgãos envolvidos na execução do PPV. A partir do Comitê Gestor em funcionamento, os indicadores de segurança passaram a ser monitorados e avaliados semanalmente (BID, 2015). Nesse ano, foi dado o terceiro passo para a consolidação do Programa Governo Presente (GP), com a implementação dos Territórios do Governo Presente (TGP) em áreas vulneráveis à criminalidade. Esse projeto articula a atuação de várias secretarias em ações de prevenção social da violência. O Programa Governo Presente (GP) foi uma iniciativa do Governo do Estado de Pernambuco voltada para a promoção da cultura de paz, com ênfase na inclusão social e inserção no mercado de trabalho. Essa iniciativa estava alinhada à linha de prevenção social do programa PPV, visando abordar territórios com maior índice de

vulnerabilidade social e criminalidade, conforme informações estatísticas disponibilizadas pela Secretaria de Defesa Social (SDS/GACE, 2022b; SDSPE, 2013).

As ações do GP eram direcionadas para esses territórios específicos, em determinados períodos, envolvendo todas as secretarias e órgãos executivos que compunham o Pacto pela Vida. Por exemplo, no território do Bairro de Santo Amaro, no Recife, estado de Pernambuco, integrantes da SDS realizavam ações como palestras, oficinas e cursos voltados para a prevenção da violência e criminalidade, além de oferecer serviços como emissão gratuita de documentos como Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) e Registro Geral (RG). Além disso, outras secretarias, como a Secretaria de Educação (SEDuc) e Esportes, desenvolviam atividades em conjunto, oferecendo oficinas esportivas no contraturno escolar e cursos específicos nos fins de semana, por meio de projetos como Escola Aberta (fins de semana) e Segundo Tempo (contraturno escolar). Essas atividades eram coordenadas de forma integrada no território do GP e todos os representantes das secretarias envolvidas contribuíam com propostas de atuação dirigidas para os territórios elegíveis a fim de receberem as ações de políticas públicas. Ao longo da vigência do GP, esse Programa foi expandido para outros territórios, começando pelo Bairro de Santo Amaro em 2008, seguido por 12 territórios e, posteriormente, contemplando outros 77 bairros.

Os representantes das secretarias participavam tanto das reuniões oficiais realizadas semanalmente do Pacto pela Vida, quanto de encontros com lideranças comunitárias das áreas atendidas por tal Programa. Essa abordagem permitia uma escuta ativa das demandas da população, representada por lideranças comunitárias, inclusive com a participação de lideranças situacionais e opositoristas, o que ocasionalmente resultava em debates e embates durante essas reuniões.

No ano de 2011, a equipe do Pacto pela Vida implantou o Programa Atitude, ao ampliar o Programa Governo Presente com ações voltadas para a prevenção e atendimento aos usuários de drogas dentro do escopo da segurança pública e defesa social (SEPLAG-PE, 2019). Nesse programa, as ações eram voltadas para usuários de drogas que estavam vulneráveis e suscetíveis a vicissitudes decorrentes do envolvimento com a violência e criminalidade.

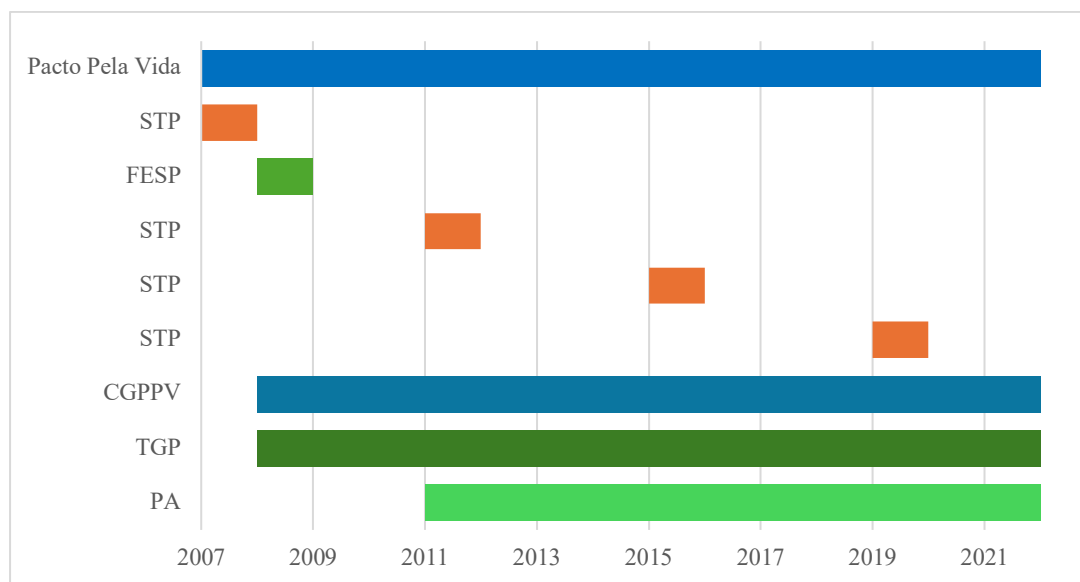
Com os resultados alcançados nos primeiros anos, o PPV recebeu prêmios de gestão pública, como o Prêmio das Nações Unidas de Serviço Público (UNPSA) em 2012, 2013 e 2014; o Prêmio “Governante” do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) em 2013; o Prêmio

Interamericano de Inovação para a Gestão Pública Efetiva da Organização dos Estados Americanos (OEA) em 2014; e o Prêmio Anual de Gestão por Resultados da Comunidade de profissionais e especialistas da América Latina e do Caribe em Gestão para Resultados de Desenvolvimento - CoPLAC-MfDR do BID em 2015 (GOVPE, 2016; ONU, 2012).

A visita da conselheira de segurança da Polícia Federal da Alemanha em 2021, Ulrike Leichtl, à sede da Secretaria de Defesa Social (SDS) com o propósito de conhecer a metodologia e o modelo de gestão do Pacto pela Vida, sugere um indício da visibilidade conquistada pelo Programa, tanto no Brasil, quanto no exterior. O Pacto pela Vida foi reconhecido por sua política integrada de prevenção e repressão à violência (Ratton, 2013; SDS, 2021).

O gráfico 2 ilustra a linha do tempo dessas iniciativas de governança em segurança pública, no intuito de fornecer uma perspectiva abrangente das ações implementadas. Essa representação visual destaca o panorama histórico-temporal das medidas adotadas pelo governo do estado de Pernambuco, envolvendo a participação de múltiplos atores governamentais e da sociedade civil, como o Seminário Todos Por Pernambuco (STP), o Fórum Estadual de Segurança Pública (FESP), o Comitê Gestor do Pacto Pela Vida (CGPPV), o Território Governo Presente (TGP) e o Programa Atitude (PA).

Gráfico 2 - Linha do tempo de ações que compunham a Governança do PPV



Fonte: elaboração própria.

O gráfico 2 apresenta ações e iniciativas institucionais relacionadas à governança de segurança pública empreendidas no estado de Pernambuco, com destaque para o Pacto Pela Vida (PPV), que vigorou de 2007 a 2022, correspondente ao período de 15 anos. Nesse contexto, as lideranças do Fórum Estadual de Segurança Pública (FESP) desempenharam um papel

fundamental em 2008, atuando como protagonistas de um espaço de articulação entre diferentes esferas governamentais e promovendo o diálogo com representantes da sociedade civil. Nesse contexto, os promotores dos fóruns Todos por Pernambuco, buscaram mobilizar atores sociais, como as lideranças comunitárias e agentes públicos, em torno de questões relativas à segurança pública do território. Durante a vigência do Pacto pela Vida, o Comitê Gestor desse Programa e o Território de Gestão Participativa (TGP) atuaram de forma contínua, de 2008 a 2022, de modo a conseguir desempenhar papel fundamental na coordenação e implementação das ações previstas com relação a essa iniciativa do Comitê Gestor. Ademais, o Programa Atitude, voltado para a prevenção e o atendimento aos usuários de drogas, foi implementado em 2011 e permaneceu ativo até 2022, alinhado aos esforços do Pacto pela Vida.

A linha do tempo do gráfico 2 ilustra a complexidade e abrangência das ações de governança em segurança pública que envolvem a participação de entes governamentais e da sociedade civil, tais como o Seminário Todos Por Pernambuco (STP), o Fórum Estadual de Segurança Pública (FESP) e o Comitê Gestor do Pacto Pela Vida (CGPPV). Nesse contexto, a abordagem colaborativa e participativa adotada em torno dessas iniciativas garante o desenvolvimento de políticas públicas efetivas e alinhadas às necessidades e demandas da população.

A governança do Pacto pela Vida foi efetivada por seu Comitê Gestor, uma instância governamental responsável por coordenar o monitoramento da política de segurança pública existente nas 26 áreas integradas de segurança do Estado. Logo, esse comitê é composto de representantes de órgãos estaduais e entidades envolvidas na execução das ações do Programa, incluindo a Polícia Militar, Polícia Civil, Corpo de Bombeiros, Polícia Científica, Poder Judiciário, Ministério Público, Defensoria e Secretaria Executiva de Ressocialização (GOVPE, 2016).

Representantes e técnicos de programas e projetos que compunham o PPV também participaram dessas reuniões. Durante os encontros, eram apresentados indicadores e compartilhadas as dificuldades relacionadas à implementação e execução das políticas de segurança pública. Embora a reunião do Comitê Gestor seja ampla, outras reuniões semanais eram realizadas para o acompanhamento detalhado das demandas, como: a reunião da Câmara de Administração Prisional (segundas-feiras pela manhã), a Câmara de Prevenção Social – Governo Presente (segundas-feiras à tarde), a Câmara de Articulação do Ministério Público de Pernambuco (MPPE), do Poder Judiciário de Pernambuco (PJPE) e da Defensoria Pública de Pernambuco (terças-feiras pela manhã), a Câmara de Enfrentamento ao Crack (terças-feiras à

tarde), a Câmara de Defesa Social (quartas-feiras pela manhã) e, finalmente, o Comitê Gestor, que se reunia sempre às quintas-feiras pela manhã (SDSPE, 2012a).

As deliberações dessas reuniões de planejamento estratégico eram conduzidas pelos representantes das Câmaras Técnicas para as reuniões com os representantes dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário. Assim, essa articulação era essencial para garantir a efetivação das ações definidas nas reuniões do Comitê Gestor (SEPLAG-PE, 2023).

A formação e o fortalecimento de redes de políticas públicas não ocorrem de forma automática. Assim, os governos utilizam uma gama de ferramentas para estabelecer, sustentar e coordenar essas redes. A expansão dessas redes tem invalidado os métodos tradicionais de gestão que se fundamentam em hierarquia, comando e controle, dando espaço para abordagens focadas em promover a cooperação, coordenação e a articulação entre os atores de diferentes setores e níveis governamentais (Costa, 2023).

O Comitê Gestor de uma política de segurança pública em governança contempla uma estrutura organizacional responsável por coordenar e supervisionar as diversas ações e iniciativas relacionadas à segurança em contexto governamental. Esses comitês promovem uma abordagem integrada e estratégica na formulação e implementação de políticas de segurança pública, envolvendo múltiplos atores e setores adjacentes às políticas de segurança pública do governo e de representantes da sociedade civil (Paludo; Oliveira, 2024). O Comitê Gestor define metas, em ações de alocação de recursos, avaliação de resultados e tomada de decisões estratégicas, todas centradas no esforço por enfrentar os desafios complexos e dinâmicos que envolvem os dispositivos operacionais voltados para a segurança pública. Portanto, por meio de uma governança pública efetiva, esses comitês buscam promover a cooperação, a coordenação e a articulação entre as diferentes instituições públicas e demais agentes envolvidos na promoção da segurança, visando alcançar resultados eficientes e impactantes para a sociedade (Costa, 2023).

Nesse ambiente, os comitês gestores coordenam iniciativas e monitoram resultados. Em geral, os estados que adotam sistemas de metas estabelecem diferentes camadas dirigidas para potencializar a gestão do sistema: operacional, intermediário e estratégico. No nível operacional, os comitês visam integrar ações institucionais efetuadas entre os batalhões e as delegacias de polícia. No nível intermediário, são priorizados os aspectos logísticos e de planejamento (Costa, 2022). Contudo, a política é conduzida nos comitês estratégicos. Logo, a

participação dos governadores nesses comitês tem auxiliado a resolver os problemas de desarticulação de agentes públicos no âmbito da segurança pública (Costa, 2023).

O nível de governança de uma rede de políticas públicas está intrinsecamente associado à qualidade e confiabilidade das informações compartilhadas entre os atores envolvidos (Costa, 2015). Assim, a figura 8 expressa a estrutura física disposta em “U” para que sejam discutidos os indicadores e apresentados os relatórios das ações desenvolvidas pelos entes envolvidos nas ações de prevenção propostas por líderes do Programa.

Figura 8 - Reunião da Câmara Técnica do Pacto Pela Vida na SEPLAG-PE



Fonte: Governo de Pernambuco (2023).

Em suas reuniões semanais, a Câmara Técnica discute assuntos relacionados às ações empreendidas nas comunidades, incluindo os serviços oferecidos, a atuação policial e os serviços prestados por outras secretarias e órgãos envolvidos no Programa. Esse processo de discussão e integração permite uma análise abrangente das ações realizadas e sua efetividade na melhoria da segurança e qualidade de vida das comunidades atendidas.

Estudiosos que discutem a respeito das redes de políticas públicas enfatizam a importância de se analisar não apenas os atores sociais que as compõem, mas também a forma como eles interagem entre si (Klijn; Koppenjan, 2012; Rhodes, 1997). No entanto, uma compreensão aprofundada a respeito dessas redes requer que as consideremos como estruturas sociais com dinâmicas próprias, as quais podem transcender os interesses individuais de seus membros (Marsh; Rhodes, 1992).

Muitas vezes, as propostas e os resultados das políticas públicas não são claramente identificáveis com os interesses de qualquer um dos participantes da rede de atores envolvidos nessas políticas, como órgãos governamentais, organizações da sociedade civil, e especialistas (Klijn; Koppenjan, 2012; Rhodes, 1997). Isso evidencia que as redes possuem lógicas e processos que ultrapassam as vontades individuais de seus participantes (Klijn; Koppenjan, 2012; Marsh; Rhodes, 1992). Assim, para compreender o funcionamento das redes de políticas públicas, é essencial analisar os fatores que influenciam a interação entre os participantes e a capacidade das agências estatais de coordenar as ações dos principais atores políticos (Costa, 2015).

Na figura 9, é possível observar as telas onde são projetadas as informações estatísticas de acompanhamento das demandas que surgem e estão relacionadas à meta principal do PESP-PE, que diz respeito à diminuição da violência e criminalidade em Pernambuco.

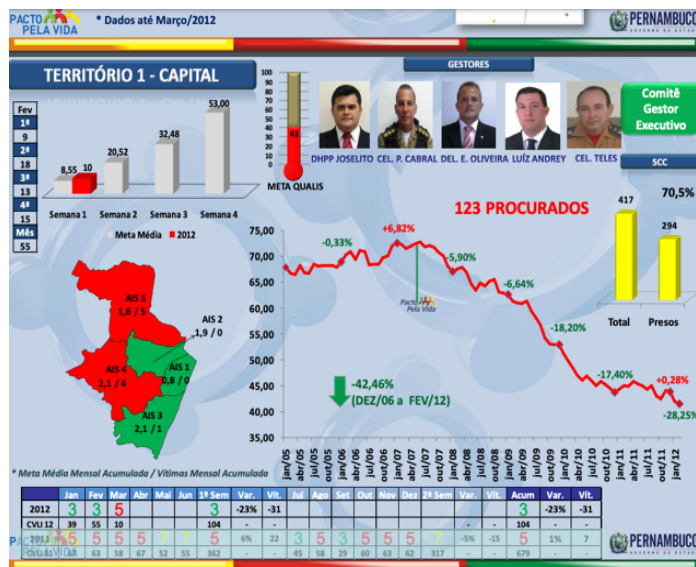
Figura 9 - Reunião da Câmara Técnica do Pacto Pela Vida na SEPLAG – visão dos participantes da projeção das demandas acompanhadas



Fonte: Governo de Pernambuco (2023).

A divulgação e exposição de cada área foi efetuada durante as reuniões do PESP-PE, pois tal exposição incluía, além dos números estatísticos, as fotografias dos gestores dos órgãos de segurança pública e defesa social responsáveis por cada área de atuação. Assim, na figura 10, observamos essas informações concernentes ao ano de 2012.

Figura 10 - Slide com informações das estatísticas e fotográficas dos gestores responsáveis pela região de atuação do Pacto Pela Vida

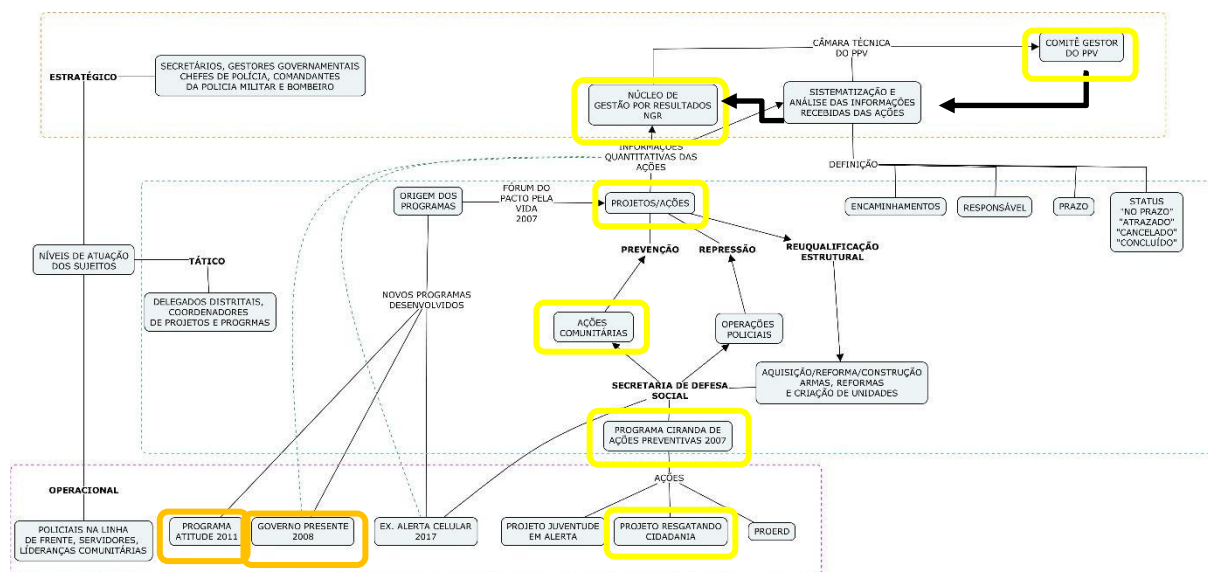


Fonte: Secretaria de Defesa Social (2012a).

Com a apresentação dos resultados alcançados e das informações do acompanhamento das estatísticas (exemplo, vermelho que corresponde às áreas que estão abaixo da meta de diminuição dos índices de violência de -12% em relação ao mesmo período de avaliação do ano anterior, ou verde quando a mesma meta é atingida), algumas deliberações eram realizadas, como investimento para reforma de sede operacional, remanejamento de policiais e ações de prevenção social da violência e criminalidade, como o Programa Governo Presente e o Programa Atitude.

Para compreensão do modelo de gestão por resultados do Pacto pela Vida, apresentamos na Figura 11 um esquema que ilustra a dinâmica do Programa. Quando uma ação é realizada na comunidade, como exemplo, o projeto "Resgatando Cidadania" da Secretaria de Defesa Social de Pernambuco, que fez parte do Programa Governo Presente e que tem como objetivo oferecer serviços de emissão de Carteiras de Identidade gratuitamente nas comunidades periféricas, as informações sobre o número de serviços prestados são sistematizadas e encaminhadas ao Núcleo de Gestão por Resultados (NGR).

Figura 11 - Esquema para tomada de decisão do modelo de Gestão do Pacto Pela Vida



Fonte: elaboração própria.

No esquema apresentado na Figura 11, o "Projeto Resgatando Cidadania" (centro inferior em amarelo), no qual se destaca um modelo de gestão com uma hierarquia vertical que atravessa várias instâncias administrativas até chegar ao Comitê Gestor do PPV. Quando surge uma demanda específica presente em qualquer etapa da execução da ação, como o aumento na emissão de documentos para uma determinada comunidade, essa demanda é registrada para acompanhamento posterior. Além disso, o projeto mencionado opera em conjunto com outras iniciativas, como o "Programa Atitude" e o "Governo Presente" (laranja), que oferecem atividades para jovens envolvidos com consumo de drogas e serviços em comunidades vulneráveis (a exemplo de palestras, cortes de cabelo, oficinas para capacitação profissional), respectivamente.

A figura 12 apresenta a forma como ocorriam os registros das demandas que surgiam durante as reuniões sistemáticas do Programa Pacto Pela Vida. Logo, isso tinha implicações na organização e no direcionamento das ações estratégicas do programa, garantindo que as demandas identificadas fossem devidamente acompanhadas e respondidas. Esse processo permite uma articulação efetiva entre projetos, como o 'Projeto Resgatando Cidadania', o 'Programa Atitude' e o 'Governo Presente', otimizando a alocação de recursos e fortalecendo a integração entre as instâncias administrativas. Além disso, a sistematização dos registros possibilita avaliação contínua das necessidades das comunidades atendidas, contribuindo para a adaptação e aprimoramento das políticas de segurança e inclusão social no estado de Pernambuco.

Figura 12 - Registro e Acompanhamento das Demandas do Pacto Pela Vida

	A	B	C	D	E	F	G	H	I	J
1	ACOMPANHAMENTOS DE ENCAMINHAMENTOS - GGI do									
2	DATA DA REUNIÃO	Nº DA REUNIÃO	ITEM	ASSUNTO	ENCAMINHAMENTOS	RESPONSÁVEL	PRAZO	STATUS	RESPOSTA	PRAZOS RENEGOCIADOS
3	02/05/21	1	1	Iluminação	Realizar manutenção da iluminação da Rua XXX no bairro	Fulano de tal	25/05/21	Concluído		
4	02/05/21	1	2	Violência de gênero	Realizar palestras sobre violência contra mulher com professores da rede pública municipal	Fulana de tal	25/06/21	No prazo Atrasado Cancelado Concluído		
5	02/05/21	1	3	Venda de bebidas alcoólicas a menores	Realizar em parceria com Corpo de Bombeiros Operação Bar Seguro em estabelecimentos do bairro xxxxx	Fulado de tal Fulano de tal	12/06/21	Atrasado		

Fonte: Secretaria de Defesa Social (2012a).

A partir das demandas emergentes em meio às reuniões, existe a atribuição de informações referentes ao prazo designado para a resolução do problema, exigindo dos responsáveis a resolução da demanda. Assim, após o prazo estabelecido, os responsáveis pela tarefa são cobrados para que apresentem as justificativas quando o status da demanda apresentar a informação de “atrasado”.

O modelo abordado de governança da segurança pública representa uma parcela das ações inseridas no Pacto pela Vida que envolve Secretarias de Estado como Defesa Social, Educação, Esportes, Saúde, Infância e Juventude. A complexidade do processo de tomada de decisão para políticas públicas envolve os três níveis de atuação: operacional, tático e estratégico. As ações com uso de novas tecnologias de gestão foram idealizadas nesses três níveis. Ou seja, na medida em que as reuniões ocorriam, muitas ideias eram postas e, no decorrer do processo, desenvolvidas e implementadas.

Entre 2007 e 2022, a liderança do Programa adotou tecnologias de gestão para monitorar os índices de criminalidade e implementou ações com o objetivo de reduzir a violência. Algumas dessas iniciativas incluem o programa Alerta Celular (Oliveira; Paiva Júnior, 2022), introduzido em 2017, o Governo Presente e a Polícia Comunitária, ambos implementados em 2008. Essas ações foram projetadas para fortalecer a segurança pública, aumentar a interação entre a população e as forças de segurança e promover a prevenção e repressão ao crime.

O Programa Juntos Pela Segurança, lançado em 2023, representa uma substituição do Pacto Pela Vida, ocorrida com a mudança de governo, passando de um governo de situação para um de oposição. Esse Programa tem como objetivo principal promover a paz, prevenir a violência e combater a desigualdade em todas as regiões do estado de Pernambuco (GOVPE, 2024).

A escolha do nome e a origem do modelo, Juntos Pela Segurança, têm raízes no interior de Pernambuco – município de Caruaru, quando a atual Governadora do Estado, Raquel Lyra – gestão estadual 2023-2026, exercia o cargo de prefeita deste município – gestão municipal 2017-2022.

Os índices positivos alcançados na cidade de Caruaru proporcionaram destaque ao modelo de gestão da segurança pública do Programa Juntos Pela Segurança. Enquanto isso, o Pacto Pela Vida enfrentava desafios com altos índices de violência e criminalidade, sendo caracterizado como "morto" por um de seus idealizadores (Ratton, 2016). A partir dessa conjuntura política e após vencer as eleições, foi possível ao novo governo desenvolver o plano de segurança pública "Juntos Pela Segurança" durante o ano de 2023 e lançá-lo oficialmente ao final do mês de novembro de 2023.

Existe outro projeto com o mesmo nome e que é uma iniciativa de escala local, com origem em Rio Largo/AL, fundamentado no conceito de Segurança Cidadã promovido pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud). Seus pilares fundamentais incluem a participação ativa dos cidadãos, a gestão municipal integrada com foco na segurança cidadã e a adoção de tecnologias de informação e comunicação para a construção de uma cidade inteligente. Essa abordagem facilita a mobilização e a colaboração entre a comunidade e o governo em atividades como formulação de denúncias, monitoramento e compartilhamento de informações vitais voltadas para a prevenção, resolução e enfrentamento de problemas de segurança urbana (Neto; Maia, 2016).

Ao promover o princípio de que a segurança pública constitui um direito e uma responsabilidade compartilhada, o projeto da cidade de Rio Largo, no município de Alagoas, disponibiliza aplicativos e ferramentas tecnológicas que capacitam cidadãos e funcionários públicos a atuarem como agentes de segurança em suas comunidades, contribuindo para a promoção da segurança e da paz em qualquer momento e lugar (Neto; Maia, 2016).

A formulação do plano Juntos Pela Segurança (JPS) do Governo de Pernambuco foi conduzida por meio de seminários regionais realizados nas doze regiões político-administrativas de Pernambuco, sob o título "Ouvir para Mudar". Esses seminários congregaram um total de 14.766 participantes, que contribuíram com 1.968 propostas, sendo 283 delas relacionadas à segurança pública e à cidadania. Além dos encontros presenciais, foi disponibilizado um sítio eletrônico (juntospelaseguranca.pe.gov.br) para a participação online, onde 13.638 pessoas

apresentaram suas opiniões em relação a 847 propostas. Nesse espaço virtual, os participantes puderam votar nas ações que consideravam prioritárias, resultando em 17.408 votos online. No que se refere especificamente à segurança e cidadania, foram sugeridas 151 propostas. Além disso, o governo disponibilizou os programas para votação online, sendo que o programa voltado para segurança e cidadania obteve 727 votos (DOE-PE, 2023).

Além da consulta popular, que orienta a abordagem do programa Juntos Pela Segurança, foram conduzidas oficinas com a participação ativa de 280 especialistas. Esses certames incluíam profissionais de segurança pública, acadêmicos e representantes de organizações do terceiro setor, abrangendo uma variedade de áreas governamentais, poderes legislativos, instituições judiciais, municípios e organizações da sociedade civil (GOVPE, 2024).

A metodologia empregada para desenvolver o Plano Estadual de Segurança Pública e Defesa Social se alicerça nas referências do método do marco lógico (Godinho, 2022) e da matriz lógica de instrumento de apresentação, gerenciamento e avaliação de projetos (Pereira, 2015), e do planejamento estratégico participativo (Araújo; Nardini, 2006) que sofrera influências do planejamento estratégico situacional (Matus, 1997), logo, essas são as referências utilizadas no Conselho Estadual de Segurança Pública e Defesa Social de Pernambuco, um órgão consultivo e sugestivo da segurança pública que atua nesse estado (GOVPE, 2024).

O Método do Marco Lógico (MML) é uma abordagem utilizada no planejamento e gestão de projetos com o objetivo de identificar soluções adequadas para resolver problemas complexos. Essa metodologia busca estabelecer uma conexão coerente entre o diagnóstico dos problemas, suas causas e consequências, e as estratégias de intervenção propostas para solucioná-los (Ortegón; Pacheco; Prieto, 2005). De acordo com os autores, o MML é uma ferramenta analítica que facilita o processo de conceituação, desenho, execução e avaliação de projetos. Ele permite a construção de uma matriz lógica que apresenta de forma sistemática e lógica os objetivos de um projeto e suas relações de causalidade, indicadores verificáveis, fontes de verificação e suposições significativas. Nesse sentido, o MML se alinha com os princípios do Planejamento Participativo, que enfatiza a importância da participação ativa dos diferentes stakeholders no processo de planejamento e tomada de decisões (Chambers, 1994). Essa abordagem participativa é particularmente relevante no contexto de políticas públicas, segundo as quais a inclusão das perspectivas e experiências da comunidade é essencial para o desenvolvimento de soluções efetivas e sustentáveis para questões sociais complexas (Oakley, 1991).

Os protagonistas do Programa Juntos Pela Segurança (JPS) adotam uma abordagem colaborativa e intersetorial, buscando unir entidades governamentais e não governamentais em torno da construção de uma política pública abrangente e integrada. Nesse sentido, o processo envolveu a participação de secretarias estaduais de áreas estratégicas, como mulheres, defesa social, justiça e direitos humanos, desenvolvimento social, educação e esportes, saúde, cultura, desenvolvimento econômico, desenvolvimento profissional e empreendedorismo, desenvolvimento urbano e habitação, mobilidade e infraestrutura, projetos estratégicos, ciência, tecnologia e inovação (GOVPE, 2024).

Além das instâncias governamentais, o JPS buscou a colaboração do governo federal, do poder judiciário, de organizações da sociedade civil, de prefeituras municipais, do ministério público e das próprias comunidades locais (GOVPE, 2024). Essa abordagem intersetorial e participativa reflete a compreensão de que a segurança pública consiste num desafio multidimensional, que exige a articulação de diferentes atores e a integração de perspectivas e esforços (Costa, 2023).

Dentre os seis eixos estratégicos definidos no JPS, destacam-se: 1) Prevenção à violência; 2) Cidades seguras e articulação com os municípios; 3) Polícia e defesa social; 4) Articulação com o sistema de justiça; 5) Administração dos sistemas prisional e socioeducativo; e 6) Ressocialização. Nesse contexto, a promoção de soluções tecnológicas é reconhecida como uma ação significativa para o alcance dos objetivos propostos (GOVPE, 2024).

No eixo "Polícia e defesa social", por exemplo, são previstas ações voltadas para a "Modernização das Instituições de Segurança" e a "Adequação, modernização e ampliação das soluções em tecnologia" (GOVPE, 2024, p. 34). Essas iniciativas refletem a compreensão de que a adoção de tecnologias modernas e adequadas é fundamental para o aprimoramento das atividades de segurança pública e defesa social (Ressetti et al., 2022).

Ademais, no eixo "Administração dos sistemas prisional e socioeducativo", o PESP-DS também contempla a "modernização e ampliação das soluções tecnológicas" (GOVPE, 2024, p. 34). Essa ênfase na adoção de tecnologias visa contribuir para a melhoria da gestão e da eficiência desses sistemas, bem como para a promoção de condições adequadas para a ressocialização dos indivíduos (Ressetti et al., 2022).

O "Juntos pela Segurança" é uma iniciativa que visa promover a segurança pública e a defesa social no estado de Pernambuco. Para alcançar esse objetivo, foi estabelecido um conjunto de instrumentos, abordagens, ferramentas, sistemas, entidades e estratégias integradas (GOVPE,

2024). Assim, a partir do documento norteador apresentado pelo governo de Pernambuco, agrupamos esses instrumentos no Quadro 13.

Quadro 13 - Instrumentos para elaboração do "Juntos Pela Segurança"

Instrumento	Características
Conselho Estadual de Segurança Pública e Defesa Social	Essa instância desempenha um papel fundamental na articulação e na coordenação das ações de segurança pública, promovendo a participação e o diálogo entre diferentes atores governamentais e da sociedade civil.
Observatório do Crime e da Violência	Trata-se de um sistema de monitoramento e análise de dados relacionados à criminalidade e à violência, fornecendo informações estratégicas para subsidiar a tomada de decisões e o desenvolvimento de políticas públicas baseadas em evidências
Sistema Estadual de Inteligência	Esse sistema integra e gerencia as informações de inteligência provenientes de fontes, contribuindo para a identificação de ameaças, a prevenção de crimes e a otimização das operações de segurança pública.
Sistema Estadual de Prevenção à Violência	Esse instrumento é responsável por coordenar e implementar ações voltadas para a prevenção da violência, envolvendo diferentes setores e promovendo a articulação intersetorial.
Plano Estadual de Segurança Pública e Defesa Social	Trata-se do principal documento norteador das políticas públicas de segurança no estado, estabelecendo diretrizes, metas e estratégias para o enfrentamento dos desafios nessa área.

Fonte: elaborado a partir do PESP-DS (2024).

Quando articulados de forma coesa e integrada, os instrumentos descritos na estratégia de governança do Quadro 13 constituem uma abordagem multidimensional para a promoção da segurança pública e da defesa social. A compreensão a respeito dessa abordagem integrada diz respeito ao conjunto de instrumentos que reflete a compreensão de que a segurança pública é um desafio complexo, que exige a articulação de diferentes setores, a integração de informações e a adoção de abordagens preventivas e repressivas.

A abordagem integrada e intersetorial, aliada à promoção de soluções tecnológicas, reflete a compreensão de que a segurança pública é um desafio complexo, que exige a articulação de diferentes atores (Ressetti et al., 2022), a adoção de estratégias multidimensionais e a incorporação de inovações tecnológicas. Ao envolver setores governamentais, organizações da sociedade civil e as próprias comunidades locais, os líderes do Juntos Pela Segurança buscam construir uma política pública abrangente, alinhada com as necessidades e demandas da população, e capaz de enfrentar os desafios contemporâneos da segurança pública de forma efetiva e sustentável. Nesse contexto, esse Programa foi elaborado por meio de um processo que contou com a participação de segmentos da sociedade. Inicialmente, uma ampla consulta pública foi realizada, na qual 5.171 participantes (representando 70,8% do total) contribuíram com propostas e soluções para aprimorar a segurança no estado de Pernambuco (GOVPE, 2024).

As propostas recebidas foram analisadas e agrupadas em três tópicos, por meio da utilização de ferramentas tecnológicas de processamento de linguagem natural e modelagem de tópicos. Estes tópicos identificados foram: a valorização dos profissionais de segurança, concernente a questões como salários, condições de trabalho e profissionalização; o aumento da presença policial nas ruas e o aprimoramento da efetividade das atividades policiais; e a relação entre segurança pública e educação, incluindo a necessidade de combate ao crime por meio de iniciativas educacionais (GOVPE, 2024).

Outro passo seguido na elaboração do Programa Juntos Pela Segurança envolveu a participação presencial de atores por meio das oficinas temáticas do programa Juntos pela Segurança. Estes encontros ocorreram entre 08 de agosto e 1º de setembro de 2023, na sede da Secretaria de Planejamento, Gestão e Desenvolvimento Regional (SEPLAG). Cada oficina, com duração de um dia e distribuídas em dois turnos, abordou um eixo estratégico específico que inclui a Prevenção à Violência, Cidades Seguras e Articulação com os Municípios, Polícia e Defesa Social, Articulação com o Sistema de Justiça, Administração dos Sistemas Prisional e Socioeducativo e Ressocialização (GOVPE, 2024).

Durante esse período, foram realizadas 14 oficinas com a participação de 282 representantes de instituições públicas e da sociedade civil organizada. Dentre os participantes, estavam membros do Tribunal de Justiça, Ministério Público, Defensoria Pública, Assembleia Legislativa, Municípios (inclusive prefeitos, secretários de segurança e representantes do Consórcio Intermunicipal de Segurança Pública e Defesa Social de Pernambuco - Conseg/PE e representantes das Guardas Municipais), Organizações Internacionais (ONU-HABITAT, UNODC), Secretaria Nacional de Segurança Pública, Organizações Não-Governamentais e Entidades de Classe, além de integrantes do Poder Executivo estadual, incluindo servidores das Secretarias de Defesa Social, Desenvolvimento Profissional e Empreendedorismo, Desenvolvimento Social, Criança, Juventude e Prevenção à Violência e às Drogas, Educação e Esportes, Justiça e Direitos Humanos e Saúde, juntamente com a Agência de Empreendedorismo de Pernambuco-AGE (GOVPE, 2024).

4.3. A investigação a partir do Programa Alerta Celular de Pernambuco

O problema de pesquisa aborda as resistências observadas nas mídias sociais digitais em relação à adoção de novas tecnologias de gestão no âmbito da governança da segurança pública, por meio do Programa Alerta Celular de Pernambuco. Em todo o Brasil, iniciativas estaduais foram

desenvolvidas com o objetivo de coibir o roubo e furto de aparelhos celulares, criando plataformas que facilitam a recuperação desses dispositivos (GOV. BRASIL, 2024; GOV. ESPÍRITO SANTO, 2024; GOV. PARAÍBA, 2025; GOV. PERNAMBUCO, 2023; GOV. PIAUÍ, 2024). Contudo, uma análise preliminar aponta que, apesar da implementação dessas soluções em diferentes estados, a literatura científica sobre o tema é escassa. Não foram encontradas pesquisas que explorem as dinâmicas sociais, culturais e tecnológicas envolvidas nessas iniciativas, nem os impactos dessas políticas públicas nas mídias sociais.

No contexto nacional, iniciativas como o Protege Celular no Piauí, o Cadastro Inteligente no Espírito Santo, e o Celular Seguro em âmbito federal, demonstram a relevância crescente dessas soluções na segurança pública. Nesse contexto, o Programa Alerta Celular em Pernambuco foi escolhido como foco de análise neste estudo devido à sua ampla divulgação nas mídias sociais, tanto por parte dos órgãos oficiais do governo quanto pela participação ativa da população. Essa visibilidade confere ao programa uma centralidade no debate público que torna sua análise pertinente para entender as interações entre o governo e a sociedade civil no que diz respeito à aceitação e resistência às novas tecnologias de gestão da segurança pública no contexto da governança pública nas mídias sociais digitais.

Diferentemente de outros estados, onde a divulgação dos programas é limitada e os dados de impacto são menos acessíveis ao público, Pernambuco se destaca pela intensidade com que o Alerta Celular é promovido nas redes sociais. O governo do estado, por meio de suas secretarias de Segurança Pública e Defesa Social, tem investido na promoção ativa da plataforma, incentivando os cidadãos a cadastrarem seus dispositivos móveis no sistema. A divulgação nas mídias digitais inclui campanhas de conscientização sobre a importância do cadastro do IMEI (número de identificação dos celulares) para que, em caso de roubo ou furto, as autoridades possam rastrear e recuperar o aparelho. Essas campanhas têm evidenciado o engajamento nas redes sociais, com cidadãos compartilhando informações, dúvidas e experiências relacionadas ao uso da plataforma.

Embora existam esforços similares em outros estados, o estudo do caso de Pernambuco é relevante pela forma como o Programa Alerta Celular tem sido apresentado e debatido nas mídias sociais. A análise das interações nas plataformas digitais permite compreender as percepções da população em relação ao programa, tanto no que diz respeito à sua eficácia quanto às resistências que a sociedade apresenta às questões relacionadas à segurança pública. A natureza pública dessas interações torna possível acessar uma gama diversificada de opiniões,

desde elogios até críticas e questionamentos sobre sua implementação e impacto na segurança pública.

O Programa Alerta Celular de Pernambuco, lançado antes de iniciativas semelhantes em outros estados como Bahia e Piauí, destaca-se por seu histórico de implementação mais longo e sua influência na adoção de sistemas parecidos em outras unidades federativas. Estados como Ceará e Espírito Santo, por exemplo, adotam sistemas semelhantes que se baseiam em cadastros voluntários de celulares para rastrear dispositivos roubados. No entanto, enquanto alguns desses estados enfrentam dificuldades na divulgação e implementação eficazes, Pernambuco apresenta um cenário diferenciado, com um maior envolvimento dos cidadãos e das autoridades nas redes sociais.

A escolha de Pernambuco para a análise do estudo também se justifica pela ausência de pesquisas científicas que investigam a temática de forma sistemática. Em um cenário onde a tecnologia desempenha um papel crescente na segurança pública, a ausência de estudos que abordem as percepções sociais sobre esses programas representa uma lacuna na literatura (Ressetti et al., 2022). Assim, o ato de compreender como as tecnologias de segurança são percebidas e debatidas nas mídias sociais é fundamental para avaliar não apenas a eficácia técnica dos Programas (Pacto Pela Vida e Juntos Pela Segurança), mas também sua aceitação social e seus impactos na governança pública, por intermédio de novas tecnologias de gestão.

Ao ser promovido e discutido nas plataformas digitais, o Programa Alerta Celular de Pernambuco, oferece uma oportunidade para explorar as interações entre a sociedade civil e o Estado no processo de implementação de novas tecnologias de gestão da segurança pública. A análise das resistências manifestadas nas mídias sociais pode fornecer informações sobre os desafios enfrentados por essas políticas públicas, contribuindo para um debate mais informado e para a formulação de estratégias mais eficazes de comunicação e implementação. A relevância dessa investigação vai além da simples avaliação técnica do programa, permitindo que se investiguem as tensões sociais, culturais e políticas que permeiam o uso dessas tecnologias no cotidiano dos cidadãos.

A teoria do mapa das mediações de Jesús Martín-Barbero é fundamental para este estudo, pois fornece um referencial analítico robusto para investigar as dinâmicas sociais e culturais que permeiam as interações entre tecnologia e sociedade. Segundo Rincón (2019), as mediações interagem com as tecnologias e moldam as experiências e percepções dos indivíduos em

contextos socioculturais específicos. Essa abordagem permite explorar como os sujeitos se relacionam com o Programa Alerta Celular, identificando as narrativas que emergem nas redes sociais e como refletem as tensões e expectativas em torno da segurança pública. Assim, a aplicação dessa teoria no estudo enriquece a análise e amplia a compreensão das resistências e apropriações que surgem nesse campo, possibilitando investigação sobre as práticas de segurança e a participação cidadã.

5. CAPÍTULO V – RESULTADOS DA ANÁLISE DOS DISCURSOS

Este capítulo de análise busca aprofundar a discussão a respeito de representações, debates e resistências existentes em torno das novas tecnologias de gestão na segurança pública e defesa social no estado de Pernambuco, que operam em um contexto de governança influenciado pelas mídias sociais digitais.

Apresentamos uma revisão dos Planos de Segurança Pública de Pernambuco, destacando as narrativas do Pacto Pela Vida e do Juntos Pela Segurança ao abordar suas diretrizes e evolução de suas práticas. Em seguida, exploramos o papel do Programa Governo Presente, que atua como intermediário entre governo e comunidade e promove a articulação de lideranças e o monitoramento das políticas públicas.

Prosseguimos examinando a Governança da Segurança Pública em Pernambuco, com ênfase nas linhas de atuação e pilares estratégicos dos planos de segurança. Em Publicidade da Governança nos Documentos Oficiais, analisamos como o Alerta Celular é utilizado como instrumento de gestão e controle por parte de órgãos governamentais responsáveis pela segurança pública.

O capítulo também abrange Narrativas da Governança da Segurança Pública conforme veiculadas pelo Estado, imprensa e academia, explorando a maneira como cada fonte midiática comunica e representa as políticas de segurança pública. Utilizando o mapa das mediações de Jesús Martín-Barbero, a subseção As Mediações das Novas Tecnologias de Gestão fornece base teórica para observar o modo como as tecnologias de gestão pública são articuladas e representadas, nas quais são focadas nas mediações culturais e sociais presentes nesse processo de implementação e adaptação das políticas de segurança pública. Em seguida, apresentamos a análise do discurso nas mídias sociais digitais, especialmente no Instagram, que permite a compreensão das interações entre sociedade e poder estatal no contexto do Programa Alerta Celular. Este tópico investiga a forma como as redes sociais se tornam arenas de disputa ideológica, nas quais a segurança pública é debatida e contestada, destacando as dinâmicas culturais e tecnológicas que envolvem a mediação tecnológica na segurança pública.

Apresentamos uma subseção que aborda as categorias emergentes identificadas nas informações empíricas, as quais não são contempladas pela teoria das mediações, mas que são essenciais para a compreensão do contexto em que os debates e as resistências às novas

tecnologias de gestão se manifestam nas redes sociais digitais, bem como nas instâncias institucionais de planejamento e implementação de políticas de segurança pública.

5.1. Os Planos de Segurança Pública de Pernambuco

O primeiro plano estadual de segurança pública de Pernambuco, o Pacto Pela Vida, instituído em 2007, estabeleceu um modelo que previa a participação da sociedade civil organizada em sua concepção. A análise desse Plano, vista sob a perspectiva do mapa das mediações de Jesús Martín-Barbero e com o apoio da técnica de análise do discurso, revela, contudo, uma participação social limitada à fase inicial do projeto, sem efetiva continuidade durante a implementação e a avaliação do programa. Entretanto, a implementação do Programa Governo Presente (PGP), implementado em 2008, atuando como extensão das iniciativas do Pacto Pela Vida, serviu como termômetro para as ações de políticas públicas, promovendo reuniões sistemáticas com lideranças comunitárias. Essas lideranças funcionavam como agentes intermediários estratégicos entre o governo e as comunidades atendidas, desempenhando um papel de destaque ao se comunicarem com representantes de várias secretarias do estado de Pernambuco, trazendo questionamentos e propondo soluções para as questões emergentes.

Um exemplo recorrente da pauta discutida nas reuniões com lideranças comunitárias refere-se ao aumento de vagas em atividades promovidas nas escolas nos fins de semana, como no projeto *Escola Aberta* da Secretaria de Educação. Questões relativas à violência policial e à falta de policiamento também eram frequentemente abordadas pelas lideranças. Essas lideranças eram escolhidas por meio de votação dentro das próprias comunidades, mas, durante as reuniões, observou-se que, além de interesses legítimos, emergiram disputas políticas locais. Em alguns casos, interesses políticos se sobrepunham às necessidades comunitárias, especialmente quando as lideranças faziam parte de grupos políticos de ‘oposição’ ou ‘situação’ ao governo estadual. Sob a perspectiva da teoria das mediações de Martín-Barbero, essas dinâmicas evidenciam como as mediações culturais e políticas influenciam a construção de sentidos e a governança da segurança pública, revelando a complexidade das interações entre Estado e sociedade na negociação de demandas e na resolução de conflitos (Martín-Barbero, 2008).

Essas interações presenciais foram fundamentais no período em que as redes sociais digitais não tinham papel significativo na comunicação entre governo e sociedade. A comunicação utilizada pelo governo do estado era por meio de mídias tradicionais, como televisão, rádio e

jornais impressos. Assim, os encontros do *Governo Presente* foram essenciais para o ajuste das políticas públicas, alicerçando-se nos acordos estabelecidos entre representantes governamentais e comunitários. A partir da teoria das mediações, é possível compreender como essas práticas de comunicação e interação constituem espaços de mediação cultural, onde os sentidos sobre segurança pública são negociados e reconfigurados, refletindo as assimetrias de poder e as dinâmicas ideológicas presentes no contexto sociopolítico (Martín-Barbero, 2008).

À luz do mapa das mediações de Jesús Martín-Barbero, essas dinâmicas ilustram o modo como as práticas sociais e as mediações culturais influenciam a construção e a circulação de sentidos no campo da segurança pública. A análise do discurso, nesse contexto, permite investigar não apenas o conteúdo verbal das interações, mas também as relações de poder, as influências ideológicas e os conflitos subjacentes que permeiam as práticas de governança. Dessa forma, o estudo das interações entre governo e sociedade que ocorrem por meio de programas como *Governo Presente*, inserido no *Pacto Pela Vida*, revela como os sentidos são negociados, resistidos e reconfigurados, contribuindo para uma compreensão das estratégias de segurança pública em contextos de alta complexidade social e política. Essa abordagem teórica ressalta a importância das mediações como processos centrais na governança da segurança pública, evidenciando a necessidade de considerar as dimensões culturais e políticas na formulação e implementação de políticas públicas (Martín-Barbero, 2008).

As resistências e os jogos de poder no contexto das interações do Pacto Pela Vida eram especialmente evidentes em relação à atuação policial nos territórios periféricos. As lideranças comunitárias frequentemente relatam casos de violência policial, com respeito aos quais são destacadas as tensões existentes entre a comunidade e as forças de segurança. No entanto, também existem elogios quando as ações policiais estavam alinhadas com os preceitos dos direitos humanos, refletindo uma adequação do Estado às demandas da população e uma resposta positiva às críticas sobre a atuação da polícia.

As lideranças comunitárias muitas vezes utilizavam as ações e serviços oferecidos pelo Estado, como a emissão de carteiras de identidade, carteiras de trabalho, certidões de nascimento e outros serviços, para informar a comunidade de que tais benefícios haviam sido conquistados por sua própria intervenção. Essa estratégia conferia prestígio às lideranças frente à comunidade, pois eram vistas como intermediárias eficazes entre o governo e os cidadãos. Em alguns casos, as lideranças atuavam como “cabos eleitorais” de vereadores ou deputados com

os quais eram alinhadas politicamente, utilizando sua posição para fortalecer a influência de seus apoiadores políticos e garantir a continuidade de seus respectivos papéis de liderança.

À luz do mapa das mediações de Jesús Martín-Barbero, comportamentos, como os descritos das lideranças comunitárias, revelam as complexas redes de poder e resistência que permeiam a governança local. A AD permite captar as sutilezas dessas interações, demonstrando como os discursos de resistência, apropriação e alinhamento político são construídos, e como esses discursos moldam as práticas sociais e as dinâmicas de poder dentro dos contextos comunitários. Essa análise contribui para uma compreensão dos modos pelos quais as comunidades negociam seu espaço e influência frente ao aparato estatal, evidenciando as múltiplas camadas de mediação que caracterizam a interação entre governo e sociedade na implementação de políticas públicas de segurança.

Até 2012, as reuniões do *Governo Presente* constituíam o principal canal de comunicação direta entre o governo e as comunidades, funcionando como um espaço formal de diálogo e negociação de demandas. No entanto, com o arrefecimento dessas reuniões após esse período, o contato direto passou a ocorrer principalmente por meio do fórum *Todos por Pernambuco*, realizado apenas uma vez a cada quatro anos, no início de cada gestão. Essa mudança reduziu a frequência e a intensidade da participação comunitária em debates formais, criando uma lacuna na interação entre Estado e sociedade. Paralelamente, o crescente engajamento da população nas redes sociais digitais, impulsionado pelo aumento significativo da participação online, tem transformado a forma como as pessoas acessam informações e expressam suas opiniões sobre temas de interesse público, incluindo as novas tecnologias de gestão na segurança pública. Sob a ótica da governança da segurança pública, essa transição evidencia a necessidade de adaptação dos mecanismos de participação e *accountability* às novas dinâmicas de comunicação, que exigem maior transparência e efetividade na resposta às demandas sociais (Giddens, 2021).

Com a diminuição das reuniões presenciais do *Governo Presente*, as redes sociais digitais emergiram como novos espaços de participação, ampliando o escopo de vozes que podem ser ouvidas pelo poder público. Enquanto antes apenas as lideranças comunitárias, escolhidas por meio de processos formais, tinham a oportunidade de expressar suas demandas, agora qualquer cidadão conectado pode compartilhar suas preocupações, críticas e sugestões. Essa democratização do acesso à participação representa um avanço na inclusão de múltiplas perspectivas, mas também introduz desafios relacionados à organização e à sistematização

dessas demandas. Na governança da segurança pública, a ampliação dos canais de participação exige a criação de mecanismos que garantam a efetividade das respostas do Estado, evitando que as interações digitais se tornem meramente simbólicas, sem impactos concretos na formulação e implementação de políticas (KLIKSBURG, 2006).

Entretanto, enquanto as reuniões do *Governo Presente* eram espaços formais de diálogo, nos quais as demandas das lideranças comunitárias eram registradas oficialmente e seguidas de encaminhamentos guiados para ações concretas e prestação de contas, a interação nas redes sociais digitais não segue a mesma estrutura formal e transparente. Embora representantes do Estado possam monitorar as críticas e sugestões postadas online, falta um acompanhamento sistemático e transparente das respostas a essas interações, o que gera uma lacuna na prestação de contas. Essa ausência de mecanismos claros de feedback e transparência nas redes sociais digitais pode enfraquecer a confiança na governança pública, evidenciando a necessidade de novas formas de mediação e accountability para lidar com o papel crescente das mídias digitais na gestão pública. A governança da segurança pública, nesse contexto, deve incorporar ferramentas que garantam a rastreabilidade e a efetividade das respostas do Estado, promovendo um diálogo inclusivo e efetivo (Osborne, 2010; Rhodes, 1997).

A transição das reuniões presenciais para as interações digitais representa não apenas uma mudança de formato, mas uma transformação nas práticas de mediação entre o Estado e a sociedade. Essa mudança exige novos modos de gestão e participação que levem em conta as características e desafios das plataformas digitais, como a velocidade da informação, a diversidade de vozes e a necessidade de transparência. Na governança da segurança pública, é fundamental desenvolver estratégias que integrem as interações digitais aos processos formais de tomada de decisão, garantindo que as demandas expressas online sejam traduzidas em ações concretas e que os cidadãos percebam o impacto de sua participação. Essa abordagem contribui para fortalecer a confiança nas instituições e promover uma governança mais inclusiva e responsiva (Kosack; Fung, 2014).

5.1.1. A narrativa do Programa Juntos Pela Segurança

Para compreender a construção de planos de segurança pública como o Juntos Pela Segurança, é essencial considerar o aspecto sócio-histórico que envolve a adoção e adaptação de vivências de outros contextos. Esse processo é influenciado pela memória discursiva, em que os elementos discursivos de programas anteriores ou de outras regiões são resgatados e resignificados para atender a novas demandas e realidades. A coincidência de nome e a

semelhança de iniciativas entre o programa pernambucano Juntos Pela Segurança, lançado em 2023, e o projeto homônimo de Rio Largo, Alagoas, criado em 2016, evidenciam um possível intercâmbio de ideias, ainda que não oficialmente reconhecido.

Essa conexão ganha contornos quando analisada em relação ao Pacto Pela Vida, lançado em Pernambuco em 2007, que parece ter influenciado a formulação de programas subsequentes de segurança pública ao moldar suas estratégias de atuação. Sob a perspectiva da teoria da mediação de Jesús Martín-Barbero, a cultura e a comunicação são entendidas como processos mediados por práticas sociais, nos quais significados são negociados e reinterpretados continuamente (Lopes, 2018). Dessa forma, a adaptação de elementos do modelo alagoano ao contexto pernambucano pode ser vista como um exemplo de mediação cultural, em que práticas de um ambiente específico são integradas e ressignificadas em outro.

Esse processo de apropriação evidencia a dinâmica entre práticas sociais e governança pública, promovendo novas articulações entre cultura e segurança pública. A análise dessas similaridades e influências permite compreender como contextos regionais distintos se interconectam, enriquecendo os modelos de segurança pública por meio da troca e adaptação de experiências e soluções.

A comunicação vai além da simples transmissão de informações, sendo um processo que envolve mediação cultural, no qual práticas, discursos e significados são constantemente negociados em diferentes contextos sociais (Rincón, 2019). No caso do Programa Juntos Pela Segurança, a governança da segurança pública em Pernambuco se insere em uma rede complexa de mediações, uma vez que abrange política, tecnologia, participação comunitária e relações de poder.

A governança da segurança pública pressupõe a articulação entre diferentes atores institucionais e sociais na formulação e implementação de políticas. Nesse contexto, as relações de poder influenciam a construção do discurso estatal, moldando sua legitimidade e capacidade de gestão. O programa Juntos Pela Segurança, ao ser apresentado como uma ruptura com o modelo anterior, insere-se dentro dessa dinâmica discursiva, na qual a construção da narrativa política busca consolidar o novo governo e conferir-lhe autoridade. Essa estratégia é observada em experiências similares, como em Caruaru, onde elementos de sucesso foram apropriados para reforçar a imagem de eficácia e inovação. No entanto, o processo de implementação revela uma

persistente assimetria na participação cidadã, demonstrando que as estruturas tradicionais de poder ainda condicionam a formação das políticas públicas.

Sob a perspectiva da governança, é essencial considerar as mediações culturais e institucionais que influenciam a forma como as políticas de segurança pública são percebidas e implementadas. Embora o Juntos Pela Segurança traga um discurso de participação e inovação, a permanência de práticas hierárquicas sugere uma continuidade dos padrões históricos de tomada de decisão centralizada. Dessa forma, a governança da segurança pública precisa ser analisada não apenas como um processo técnico-administrativo, mas como um campo de disputa simbólica e estrutural, no qual as relações de poder determinam quem participa e de que maneira as políticas são formuladas e executadas (Teixeira; Gomes, 2019).

5.2. A Governança da Segurança Pública em Pernambuco

Esta subseção introduz uma análise das linhas de atuação e pilares estratégicos presentes nos Planos de Segurança Pública de Pernambuco, o Pacto Pela Vida e o Juntos Pela Segurança. Estes planos refletem diferentes abordagens e estratégias ao longo dos anos, com foco tanto na repressão qualificada quanto na prevenção da violência, buscando integrar esforços institucionais e sociais.

A Tabela 3 compara as linhas de atuação e pilares estratégicos que compõem ambos os programas, destacando as áreas prioritárias de intervenção em segurança pública. A partir dessa tabela, podemos identificar aspectos da governança da segurança, como a formação de redes interinstitucionais e a aplicação de técnicas para o aprimoramento da gestão pública.

Tabela 3 - Linhas de Atuação e Pilares Estratégicos dos Planos de Segurança Pública de Pernambuco

Qtde.	Linhas de atuação	Pilares Estratégicos
	Pacto Pela Vida	Juntos Pela Segurança
1	Repressão Qualificada da Violência	Prevenção da Violência e Redução da Desigualdade
2	Aperfeiçoamento Institucional	Atuação Conjunta com os Municípios e Instituições
3	Informação e Gestão do Conhecimento	Enfrentamento ao Crime Organizado e Tráfico de Drogas
4	Formação e Capacitação	Articulação com o Sistema de Justiça
5	Prevenção Social do Crime e da Violência	Ampliação e Requalificação dos Sistema Prisional e Socioeducativo
6	Gestão Democrática	---

Fonte: elaboração própria.

A análise da Tabela 3 permite identificar características relevantes à luz da governança da segurança pública relacionadas ao mapa das mediações no que concerne à formação de redes e técnicas. As estratégias de governança da segurança pública de Pernambuco são

estruturadas a partir de mediações socioculturais e institucionais. Barbero (2018) enfatiza que a comunicação não é meramente a transmissão de informações, mas um processo de negociação de significados em diferentes contextos culturais (Rincón, 2019). Nesse sentido, o Pilar "Atuação Conjunta com os Municípios e Instituições" representa uma mediação entre o Estado e as esferas locais. A ideia de articulação com o sistema de justiça e demais instituições revela o processo comunicativo de integração entre atores, promovendo a formação de redes que permitem a construção colaborativa de significados sobre segurança e justiça.

Por outro lado, a preocupação com as tecnicidades, como o "Aperfeiçoamento Institucional", "Informação e Gestão do Conhecimento" e "Formação e Capacitação", pode ser interpretada à luz das mediações tecnológicas e organizacionais no mapa de Barbero (2018). Esses elementos não apenas reforçam a eficiência operacional das instituições de segurança, mas também moldam as formas de produção e circulação de discursos sobre segurança pública. A capacitação e o gerenciamento do conhecimento simbolizam a maneira como o Estado se apropria de tecnicidades para reafirmar o controle e o domínio sobre o crime, contribuindo para uma reconfiguração dos sentidos em torno da violência e sua prevenção. Essas tecnicidades mediam a relação entre os operadores de segurança e as populações, criando parâmetros de interação e significação social.

A análise das linhas de atuação e dos pilares estratégicos dos Planos de Segurança Pública de Pernambuco, representados pelo Pacto Pela Vida e pelo Juntos Pela Segurança, revela uma articulação intrínseca entre governança, cultura e tecnicidade. Sob a perspectiva da teoria do mapa das mediações de Jesús Martín-Barbero, as políticas de segurança pública devem ser compreendidas de forma isolada, como meros mecanismos técnicos ou administrativos, mas como processos mediadores que envolvem práticas sociais, culturais e tecnológicas em constante interação e negociação. Assim, o contexto de segurança pública deve ser visto como um campo de múltiplas mediações, onde a cultura exerce influência sobre as dinâmicas de poder, governança e ação coletiva.

As linhas de atuação, como a "Atuação Conjunta com os Municípios e Instituições" e a "Articulação com o Sistema de Justiça", demonstram a construção de uma governança em rede. Tal formação de redes, como destaca Martín-Barbero, deve ser vista como uma mediação cultural essencial, na qual as diferentes esferas governamentais e instituições interagem para mobilizar recursos, saberes e práticas. Essas articulações não ocorrem de maneira neutra, mas são moldadas por processos discursivos que refletem as demandas e expectativas das diferentes

comunidades e atores envolvidos. Esses pilares são linguagens que moldam e são moldadas pelos agentes sociais, criando narrativas de cooperação e legitimidade. A governança em rede se configura como uma mediação que possibilita uma nova configuração das práticas de segurança, onde o discurso da cooperação interinstitucional é uma estratégia para responder às complexidades sociais. Por outro lado, as tecnicidades que envolvem o "Aperfeiçoamento Institucional", a "Formação e Capacitação" e a "Informação e Gestão do Conhecimento" indicam uma preocupação com o desenvolvimento das capacidades técnicas e operacionais das instituições de segurança.

À luz do mapa das mediações, essas iniciativas técnicas não devem ser vistas apenas como processos internos de modernização, mas como mediações tecnológicas conectadas à cultura e às práticas locais. Para Barbero, a tecnicidade, por si só, carrega um potencial de mediação cultural, na medida em que a adoção de novas tecnologias e métodos transforma não apenas as práticas institucionais, mas também a maneira como a sociedade se relaciona com essas instituições (Rincón, 2019). A AD nos auxilia a entender como os discursos que envolvem a tecnicidade estão vinculados à profissionalização das forças de segurança, legitimando-as aos olhos do público e criando uma narrativa de competência e eficiência institucional.

A ênfase na "Repressão Qualificada da Violência" e no "Enfrentamento ao Crime Organizado e Tráfico de Drogas" reflete a necessidade de uma abordagem operacional e técnica por parte das forças de segurança. No entanto, essas práticas de repressão, quando analisadas sob a perspectiva das mediações culturais, demonstram como são profundamente enraizadas em narrativas sociais e culturais locais. O discurso de repressão, embora técnico em sua implementação, necessita ser continuamente reinterpretado e adaptado às expectativas e percepções da população. Aqui, a mediação ocorre entre o discurso governamental de combate à violência e as práticas culturais de aceitação ou resistência a essas políticas, o que demonstra o caráter dinâmico e adaptativo das políticas de segurança.

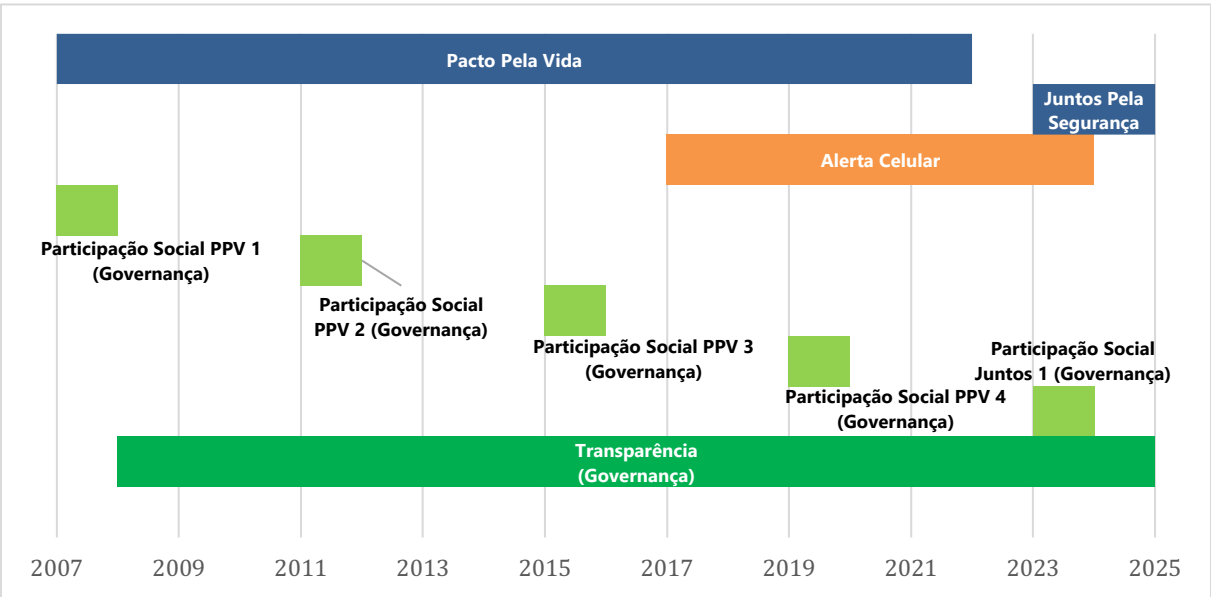
Outro ponto crucial diz respeito à questão da transparência e da comunicação nas políticas de segurança pública. A publicação das ações no Diário Oficial e nas mídias oficiais constitui um exemplo claro de mediação comunicativa. Segundo Martín-Barbero (2008), a comunicação é uma mediação central para a legitimação das políticas públicas, já que molda a percepção da sociedade sobre essas ações. As mensagens transmitidas pelas mídias institucionais são articuladas para construir uma narrativa de transparência e participação social, essenciais para o fortalecimento da confiança pública nas políticas de segurança. Essa prática comunicativa

não apenas dissemina informações, mas também cria uma esfera pública onde as políticas são interpretadas, discutidas e legitimadas.

A participação social nos Planos Pacto Pela Vida e Juntos Pela Segurança foi promovida por meio de fóruns e oficinas organizadas pelo Governo de Pernambuco, possibilitando que a população contribuísse com suas sugestões, o que reforça a importância da mediação entre Estado e sociedade civil. Embora a transparência e a inclusão tenham sido mantidas de 2007 a 2025, especialmente na construção das políticas de segurança, a implementação de novas tecnologias de gestão, como o Programa Alerta Celular, ocorreu de maneira opaca. Não identificamos divulgação em veículos da imprensa tradicional ou nas redes sociais digitais, nem audiência pública da sociedade para participação e construção conjunta da referida tecnologia de gestão. Essa ausência de transparência impacta na continuidade do processo de mediação que vinha sendo estabelecido com a participação social no fórum Todos por Pernambuco (Pacto Pela Vida) e no Ouvir para Mudar (Juntos Pela Segurança).

O Gráfico 3 apresenta a linha do tempo dos Planos de Segurança Pública em Pernambuco, destacando em azul o período do Pacto Pela Vida (2007-2022) e o Juntos Pela Segurança (2023). Em verde, é evidenciada a participação social, representada pelas oficinas em que a população pôde participar na construção dessas estratégias, o que pode ser visualizado a partir do Gráfico 3.

Gráfico 3 - Linha do Tempo dos Planos de Segurança com características da governança e novas tecnologias de gestão



Fonte: elaboração própria, 2024.

A ausência de participação social na implementação de novas tecnologias de gestão, como o Programa Alerta Celular, pode impactar negativamente a percepção da sociedade frente a essas tecnologias e aumentar a resistência a políticas de segurança pública. De acordo com a teoria das mediações, essa exclusão na implementação das tecnologias pode enfraquecer a aceitação social das políticas, uma vez que a população não participou ativamente do processo de decisão. No mapa das mediações, a tecnologia não é apenas um elemento técnico, mas um fator culturalmente mediado que influencia e é influenciado pelas percepções sociais (Bonin, 2019; Rincón, 2019).

Ao não considerar a participação social na adoção de novas tecnologias, como evidenciado pela linha do tempo apresentada no Gráfico 3, o governo cria uma desconexão entre as políticas e as necessidades da população. Essa desconexão pode ser entendida à luz da teoria da democracia participativa (Pateman, 1975), que defende a inclusão dos cidadãos nos processos decisórios como condição essencial para a legitimidade das políticas públicas. A exclusão da sociedade nesse processo gera resistência às inovações tecnológicas e reduz a legitimidade das políticas de segurança pública, uma vez que a legitimidade (Beetham, 2013) depende não apenas da legalidade das ações governamentais, mas também do reconhecimento e aceitação por parte da população.

A falta de clareza no processo de adoção de tecnologias e formulação de políticas pode gerar desconfiança, o que prejudica a governança participativa (Fung, 2003). A governança participativa pressupõe a colaboração entre Estado, sociedade civil e outros atores para a construção de soluções coletivas, e sua ausência pode levar à alienação política (Habermas, 1985), na qual os cidadãos se sentem excluídos das decisões que afetam suas vidas. Portanto, a análise das estratégias de segurança de Pernambuco demonstra que a integração das mediações culturais e tecnológicas é imprescindível para que as políticas públicas sejam aceitas e efetivas. A exclusão da sociedade desses processos compromete não apenas a legitimidade, mas também a eficácia das políticas implementadas, uma vez que a deliberação democrática (Dryzek, 2002) é fundamental para a construção de consensos e a superação de conflitos.

O Conselho Estadual de Segurança Pública e Defesa Social de Pernambuco (CESPDS), instituído pela Lei nº 11.929/2001 e reestruturado pela Lei nº 16.282/2018, constitui uma iniciativa que busca promover a participação da sociedade na formulação e acompanhamento das políticas de segurança pública do estado de Pernambuco. Composto por 38 representantes titulares e seus respectivos suplentes, o Conselho reúne atores governamentais, entidades

convidadas e organizações da sociedade civil com atuação direta na área de segurança pública. Essa estrutura reflete um esforço para implementar a governança participativa (Fung, 2003), ao integrar diferentes vozes e perspectivas no processo decisório. No entanto, a efetividade desse mecanismo depende da transparência e da clareza dos processos, conforme destacado anteriormente, para evitar a desconfiança e garantir a participação efetiva.

A composição do CESPDS inclui representantes das secretarias estaduais de Defesa Social, Justiça e Direitos Humanos, Planejamento e Gestão, Desenvolvimento Social, Saúde, além de membros das forças de segurança, universidades e entidades como a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB-PE) e o Ministério Público Estadual. Essa diversidade de atores se mostra algo fundamental para a deliberação democrática (Dryzek, 2002), que busca incorporar múltiplas perspectivas na construção de políticas públicas. No entanto, a existência de um conselho não garante a participação efetiva da sociedade, especialmente se houver falhas na comunicação e na inclusão das demandas populares. Portanto, o sucesso do CESPDS depende da capacidade de traduzir a participação formal em resultados concretos e legítimos, alinhados às necessidades da população.

5.3. Participação da sociedade por meio do Conselho Estadual de Segurança Pública e Defesa Social

A governança da segurança pública no Brasil tem sido promovida pela criação de conselhos consultivos e deliberativos, como o Conselho Estadual de Segurança Pública e Defesa Social de Pernambuco (CESPDS). Contudo, apesar de representarem uma tentativa de incluir setores variados da sociedade no processo de formulação de políticas públicas, esses conselhos parecem operar dentro de um paradigma limitado, em que o Estado mantém uma posição hegemônica, com escassa abertura para uma participação cidadã efetiva e contínua.

A análise desses espaços sob a ótica dos estudos culturais latino-americanos, especialmente por intermédio da teoria das mediações de Jesús Martín-Barbero, permite uma reflexão crítica sobre as limitações e contradições presentes nesse modelo de governança. Segundo Martín-Barbero (2009), a comunicação e a cultura exercem papel mediador fundamental nas relações sociais e de poder, particularmente em contextos onde há uma necessidade urgente de políticas inclusivas e representativas. A partir de seu "mapa das mediações", Barbero propõe um olhar sobre as temporalidades, espacialidades, e os modos como as tecnologias influenciam e moldam as relações comunicacionais (Martín-Barbero, 2009).

Ao analisar o processo de participação social nos conselhos de segurança, que atuam como mediadores entre o Estado e a sociedade na definição de políticas públicas, questiona-se se esses espaços promovem uma participação efetiva da sociedade ou se reforçam o *status quo* por meio de um modelo consultivo. O *status quo*, neste contexto, refere-se à manutenção de um modelo de governança centralizado, no qual as decisões sobre a adoção e implementação de novas tecnologias de gestão são tomadas de maneira verticalizada, sem a inclusão ativa e contínua da sociedade. Essa dinâmica pode limitar a capacidade dos conselhos de segurança de funcionarem como instâncias democráticas, transformando-os em meros instrumentos de legitimação de decisões predefinidas pelo Estado.

A participação efetiva da sociedade nos conselhos de segurança depende da superação de barreiras estruturais e culturais que impedem a inclusão de vozes diversas e o debate plural sobre as políticas de segurança pública. A submediação ‘cidadania e participação’ destaca que a participação cidadã é mediada por infraestruturas técnicas e institucionais, que podem tanto ampliar quanto restringir o engajamento social (Marshall, 1950; Tilly e Wood, 2015). No caso dos conselhos de segurança, a falta de transparência e a centralização das decisões tendem a reduzir a participação a um papel consultivo, em vez de deliberativo. A submediação ‘disputa de sentido’, discutida por Hall (1977) e Martín-Barbero (2003), ajuda a entender como as narrativas sobre segurança pública são construídas e contestadas nesses espaços. Enquanto o Estado pode utilizar os conselhos para legitimar suas políticas, a sociedade civil pode contestar essas narrativas, buscando ampliar o debate sobre os impactos das novas tecnologias de gestão. No entanto, a efetividade dessa contestação depende da capacidade dos conselhos de garantir a representatividade e a autonomia dos participantes. Nesse contexto, submediação ‘participação digital’, explorada por Rheingold (2000) e Jenkins (2006), sugere que as tecnologias digitais podem ampliar o engajamento cidadão, oferecendo novas formas de participação e monitoramento das políticas públicas. No entanto, a implementação dessas tecnologias nos conselhos de segurança enfrenta desafios relacionados à exclusão digital e à falta de capacitação técnica, que podem limitar sua efetividade.

A análise dos conselhos de segurança à luz das submediações da Teoria das Mediações revela que a participação social nesses espaços é mediada por dinâmicas de poder e por infraestruturas técnicas e institucionais. Para que os conselhos promovam uma participação efetiva, é necessário superar o modelo consultivo e adotar práticas que garantam a inclusão, a transparência e o debate plural sobre as políticas de segurança pública.

A manutenção de um modelo de governança em que as decisões sobre novas tecnologias de gestão na segurança pública são tomadas de forma centralizadora e tecnocrática, revela a ausência de uma participação social efetiva e contínua no processo decisório de políticas de segurança pública. Esse modelo reforça a ideia de que a participação da sociedade é limitada e, na prática, não influencia significativamente as políticas públicas, pois a estrutura do conselho mantém o poder nas mãos do Estado e de alguns grupos representativos que acabam preservando o modelo atual.

No caso do CESPDS, apesar da presença de representantes de entidades governamentais e da sociedade civil, a representatividade efetiva parece diluída em meio à predominância de atores institucionais estatais, como secretarias e forças de segurança. Essa composição, ainda que plural em número, tende a manter a hegemonia do poder público, oferecendo pouco espaço para que as demandas e perspectivas plurais da sociedade sejam devidamente consideradas e incorporadas. Os conselhos municipais, que deveriam ampliar a participação popular, enfrentam desafios semelhantes, uma vez que as ações desses espaços frequentemente não refletem as necessidades específicas dos grupos que buscam representar. Assim, a participação social se restringe a momentos formais de consulta, enquanto as políticas de segurança são desenvolvidas com base em uma lógica tecnocrática, que prioriza a eficiência administrativa e o controle estatal, mas desconsidera as demandas e perspectivas da população no processo decisório.

Para os estudos culturais latino-americanos, a participação social contínua e ativa é um elemento essencial para a democratização de políticas, conforme enfatizado por Barbero (2008). A teoria das mediações sugere que a transformação na segurança pública ocorre se as demandas sociais forem efetivamente integradas ao processo de decisão. No contexto de Pernambuco, por exemplo, a Lei Estadual nº 16.282/2018, que reestrutura o CESPDS, insere o Conselho em uma lógica predominantemente consultiva e orientada pela necessidade de conformidade com requisitos burocráticos de acesso a fundos de segurança, priorizando o cumprimento formal em detrimento da efetivação de uma participação social significativa e duradoura.

O mapa das mediações de Jesús Martín-Barbero permite observar que a relação entre o poder público e a sociedade civil, no âmbito da segurança pública, requer mecanismos que integrem as vivências e necessidades das comunidades na formulação de políticas. A representação social nos conselhos deve transcender o espaço formal e alcançar a prática, de forma que as discussões

e propostas efetivamente orientem políticas públicas comprometidas com a diversidade de experiências da sociedade.

O modelo atual de participação social está fundamentado em uma representação restrita e hegemonizada pelo Estado. Por meio da perspectiva das Mediações, a ampliação e permanência da participação social podem viabilizar políticas de segurança pública capazes de contemplar a diversidade da sociedade. Assim, a participação deve ir além da mera consulta, promovendo uma interação ativa e contínua que possibilite a formulação de políticas mais inclusivas e efetivas (BARBERO, 2009).

5.4. Narrativas acerca da Governança da Segurança Pública proferidos pelo Estado, imprensa e academia

A governança da segurança pública é representada e comunicada por documentos oficiais, pela imprensa e pela academia. Para tanto, realizamos um agrupamento das principais características da governança da segurança pública e sua relação com os planos de segurança analisados. Em seguida, apresentamos os resultados e análises referentes, a partir do que foi comunicado, sob a ótica do discurso do Estado, por meio dos documentos oficiais e da cobertura da imprensa sobre o Plano Juntos Pela Segurança. Posteriormente, exploramos a visão da literatura acadêmica acerca do Programa Pacto Pela Vida.

O estudo expressa o exame da comunicação e percepção das políticas de segurança, em que adotamos uma abordagem com três fontes documentais: documentos oficiais, mídia e produções acadêmicas sobre o Programa de Pernambuco. Assim, por meio da análise dos dados extraídos desses planos, essa pesquisa oferece uma síntese das principais características da governança da segurança pública constante no Quadro 14, na qual, se destaca sua relação direta com o escopo e os objetivos da pesquisa.

Quadro 14 - Características da Governança da Segurança Pública e sua Relação com os Planos de Segurança Pública de Pernambuco

Característica	Descrição	Análise	Trecho do Plano Pacto Pela Vida	Trecho do Plano Juntos Pela Segurança
Articulação Intersetorial	Envolvimento e coordenação de diferentes atores governamentais e não governamentais (Graham; Plumptre; Amos, 2003; Kooiman, 2002)	Análise da participação e articulação de diferentes setores e atores na elaboração e implementação dos planos.	Reuniões das Câmaras Técnicas, oficinas temáticas realizadas promoveram um debate articulado entre especialistas, acadêmicos, militantes de organizações (Plano Pacto Pela Vida, P. 13); maior nível de cooperação entre órgãos operativos da Secretaria de	Participação ativa de 280 especialistas, dentre profissionais de segurança pública, pesquisadores e ativistas do terceiro setor, (Plano Juntos Pela Segurança, P. 5); esse Plano extrapola as corporações policiais e também contempla as secretarias que atuam nas áreas de prevenção à violência, política

			Defesa Social (Plano Pacto Pela Vida, P. 73)	para mulheres, defesa e promoção dos direitos humanos, (Plano Juntos Pela Segurança, P. 8)
Participação da Sociedade Civil	Engajamento e participação ativa da sociedade civil no processo de governança (RHODES, 1996; UNITED NATIONS, 2007).	Avaliação dos mecanismos e canais de participação social previstos nos planos.	Militantes de organizações da sociedade civil (Plano Pacto Pela Vida, P. 13 - 14); participaram 15 representantes da sociedade civil organizada (Plano Pacto Pela Vida, P. 14)	Pautado, desde o início, no diálogo institucional e na escuta popular, que envolveu mais de 7 mil participantes (Plano Juntos Pela Segurança, P. 5); Poder público e sociedade civil serão, necessariamente, parceiras na implementação do Juntos Pela Segurança (Plano Juntos Pela Segurança, P. 6)
Transparência e Prestação de Contas	Promoção da transparência, acesso à informação e prestação de contas à sociedade (CENEVIVA, 2006; UNITED NATIONS, 2007).	Análise das estratégias e ações voltadas para garantir a transparência e a prestação de contas nos planos.	Transparência dos gastos em segurança pública por meio de visibilidade na aplicação do orçamento e transparência nos convênios e acordos firmados neste âmbito (Plano Pacto Pela Vida, P. 75)	Foi dedicado à captação de recursos via operações de crédito com bancos nacionais e junto ao Fundo Nacional de Segurança Pública-FNSP (Plano Juntos Pela Segurança, P. 63)
Abordagens Integradas e Baseadas em Evidências	Adoção de abordagens multidisciplinares e baseadas em evidências científicas (SHERMAN, 2013; WELSH; FARRINGTON, 2011).	Verificação da utilização de evidências científicas e abordagens integradas nos planos.	Diagnóstico da situação do jovem com relação à violência no estado de Pernambuco, orientar as ações a serem desenvolvidas na área de juventude e violência e mapear as áreas de maior vulnerabilidade para o jovem. (Plano Pacto Pela Vida, P. 103); criação de um Grupo de Pesquisa composto por policiais e acadêmicos que investigam a relação das armas com a prática de crimes (Plano Pacto Pela Vida, P. 105); Incentivar a produção de conhecimento por meio de pesquisas aplicadas, contemplando centros de pesquisas, universidades, escolas públicas e estaduais que tratam sobre questões relacionadas à segurança pública e criminalidade (Plano Pacto Pela Vida, P. 119)	Elaborar o Plano Estadual de Segurança Pública e Defesa Social foi utilizado como base o Método do Marco Lógico e o Planejamento Participativo (Plano Juntos Pela Segurança, P. 32); Implementar o Observatório Pernambucano de Prevenção Social como instrumento de excelência para qualificação da tomada de decisão, com foco na produção de diagnósticos, censos e pesquisas (Plano Juntos Pela Segurança, P. 47)
Comunicação com a Sociedade	Estratégias de comunicação e disseminação de informações para engajamento da população (CRUZ, 2008; FERREIRA; DAMÁZIO; AGUIAR, 2011).	Análise das ações e mecanismos de comunicação com a sociedade previstos nos planos.	Ouvidoria participativa Destina-se – a garantir maior eficácia no controle externo das Polícias (ouvidoria), por meio da participação efetiva da sociedade civil (Plano Pacto Pela Vida, P. 76) Divulgar ampla e permanentemente as ações e resultados do Pacto pela Vida (Plano Pacto Pela Vida, P. 143)	Por meio do site www.juntospelaseguranca.pe.gov.br , a população pôde dar sugestões de como melhorar a segurança pública no estado (Plano Juntos Pela Segurança, P. 35); fortalecer a divulgação das ações positivas dos órgãos de segurança e evitar a mitificação de organizações e indivíduos envolvidos na criminalidade (Plano Juntos Pela Segurança, P. 54)

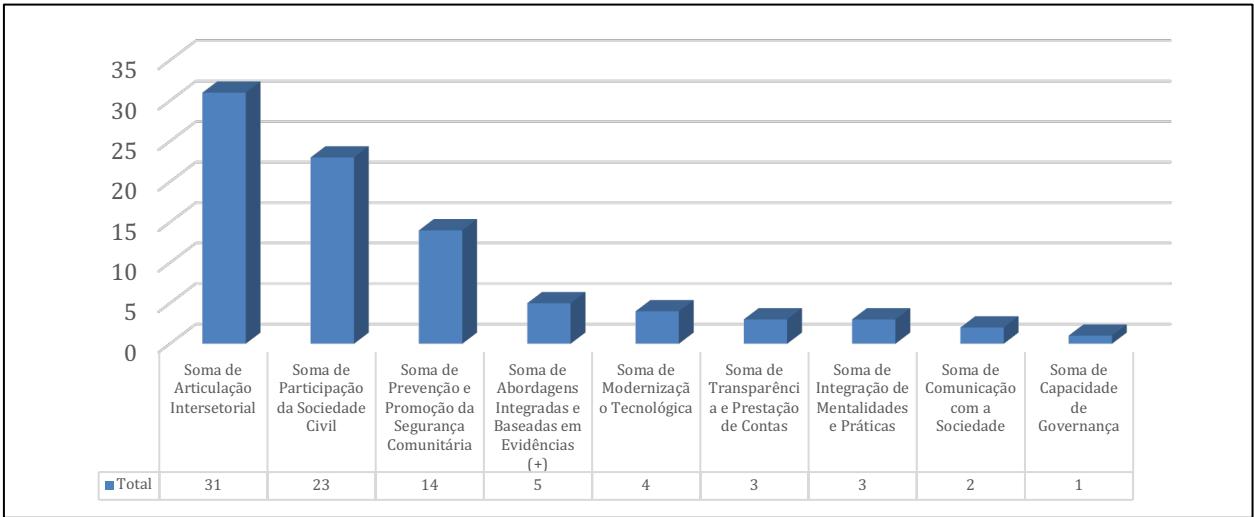
Integração de Mentalidades e Práticas com abordagem Multidimensional	Exploração das mentalidades, discursos e práticas socioculturais relacionadas à segurança pública (DUPONT; WOOD, 2007b; SIMON, 2020b).	Análise da incorporação de aspectos socioculturais e mentalidades nos planos.	Orientações modernas das Políticas de Segurança Pública em escala nacional e internacional, (Plano Pacto Pela Vida, P. 14); integrar às Áreas de Ensino e Pesquisa, Gestão de Pessoas, Logística, Finanças, Inteligência e Contraineligência, Análise Estatística, Gestão Operacional e Gestão Correcional, das Polícias Militar e Civil (Plano Pacto Pela Vida, P. 74)	Reflete a necessidade de considerar a dimensão da segurança pública em várias áreas, como educação, saúde, emprego, entre outros, reconhecendo sua complexidade e conexões (Plano Juntos Pela Segurança, P. 33); firmar acordos de cooperação técnica e convênios com outras instituições, Estados e entidades privadas para desenvolvimento e compartilhamento de soluções em tecnologia (Plano Juntos Pela Segurança, P. 56)
Capacidade de Governança	Desenvolvimento de capacidades de coordenação, articulação e gestão de redes de atores envolvidos na segurança pública (COSTA, 2023; KOOIMAN, 2002).	Avaliação das estratégias e ações voltadas para o fortalecimento da capacidade de governança nos planos.	Programa: Prevenção e Gestão – Este programa busca maior efetividade das práticas das agências de Justiça Criminal e outras agências governamentais da esfera da Defesa Social, procurando articular ações entre as polícias, Poder Judiciário, Ministério Público, Sociedade Civil Organizada e as secretarias do Governo do Estado. (Plano Pacto Pela Vida, P. 129)	Colaboração sólida entre o governo estadual, os municípios e outras instituições da sociedade civil. (Plano Juntos Pela Segurança, P. 5); as instituições do sistema de justiça e outras esferas de poder são parte fundamental na governança do Plano, com destaque para os gestores municipais (Plano Juntos Pela Segurança, P. 8)
Prevenção e Promoção da Segurança Comunitária	Ênfase na prevenção do crime, desordem e promoção da segurança da comunidade (ROGERS; FREVEL, 2018b; SANDERS; LANGAN, 2019c).	Verificação da incorporação de ações preventivas e de promoção da segurança comunitária nos planos.	Implantação de Centros Especializados na Prevenção e Repressão de delitos praticados contra Crianças e Adolescentes, Mulheres, População Negra, Idosos, LGBTTT e relativos a entorpecentes, em pelo menos 10% das Seccionais do Estado. (Plano Pacto Pela Vida, P. 65); ações de prevenção da violência se concretizam de modo intersetorial. (Plano Pacto Pela Vida, P. 116)	Prevenir a violência atuando em problemas graves como a violência doméstica e a dependência química de drogas (Plano Juntos Pela Segurança, P. 5); outro diferencial deste Plano é o foco na prevenção, entendida aqui como a antecipação sobre situações de risco. (Plano Juntos Pela Segurança, P. 7)
Modernização Tecnológica	Adoção de tecnologias de informação e comunicação para aprimorar o desempenho das ações de segurança (AL DHANHANI; AL NAQBI, 2022; PERON; ALVAREZ, 2022).	Análise das estratégias de modernização tecnológica previstas nos planos.	Equipar as Unidades Prisionais substituindo parte do armamento letal por armamento não-letal e implementando o Sistema de Inteligência Prisional, para garantir segurança aos internos, funcionários e familiares dos detentos (Plano Pacto Pela Vida, P. 78); integração dos Sistemas de Inteligência do Nordeste e compartilhamento de bancos de dados para a realização de operações integradas eficientes. (Plano Pacto Pela Vida, P. 81)	Fortalecer a atuação do Laboratório de Tecnologia Contra a Lavagem de Dinheiro (Lab-LD) (Plano Juntos Pela Segurança, P. 52); fortalecer o banco balístico do estado e o SINAB (Sistema Nacional de Análise Balística), contribuindo para a elucidação da autoria e correlação dos crimes (Plano Juntos Pela Segurança, P. 53)

Fonte: elaborado a partir das informações dos planos e referencial teórico.

A análise do Quadro 14 revela que os Programas de segurança pública Pacto Pela Vida e Juntos Pela Segurança apresentam convergências em relação a elementos característicos da governança da segurança pública (Bingham, 2011; Gjaltema; Biesbroek; Termeer, 2020; Hood; Heald, 2006; Jia; Huang; Man Zhang, 2019; Keast, 2022; Mulligan; Bamberger, 2018; Osborne, 2010; Rhodes, 1997). Dentre esses elementos, destacam-se a articulação de redes de atores, a coordenação intersetorial, o desenvolvimento de capacidades de governança (Costa, 2023) e o uso de novas tecnologias de gestão para aumentar a efetividade das políticas de segurança pública (Al Dhanhani; Al Naqbi, 2022).

Ao analisar a cobertura midiática sobre o Plano Juntos pela Segurança em Pernambuco, no período de agosto de 2023 a março de 2024, apresentamos o panorama das principais temáticas abordadas pelos editores de sites jornalísticos, portais e blogs. A partir das codificações realizadas durante a leitura das matérias jornalísticas, demonstramos no gráfico 4 uma visão geral das categorias da governança da segurança pública reportadas pela imprensa em Pernambuco.

Gráfico 4 - Categorias da Governança identificadas nos documentos da imprensa acerca do Programa Juntos Pela Segurança (agosto de 2023 a março de 2024)



Fonte: elaborado a partir das codificações no *software* MAXQDA.

Conforme ilustrado no gráfico 4, a cobertura midiática concentrou-se em temáticas relacionadas à articulação intersetorial, à participação da sociedade civil e à prevenção e promoção da segurança comunitária. Esses aspectos de governança pública são fundamentais para expor episódios ilustrativos da boa governança no que concerne à segurança pública (Ceneviva, 2006; Costa, 2023). Por outro lado, dentre as categorias analisadas, a "Capacidade de Governança" foi a que menos repercutiu nas notícias examinadas. Em sequência, emergiram "Comunicação

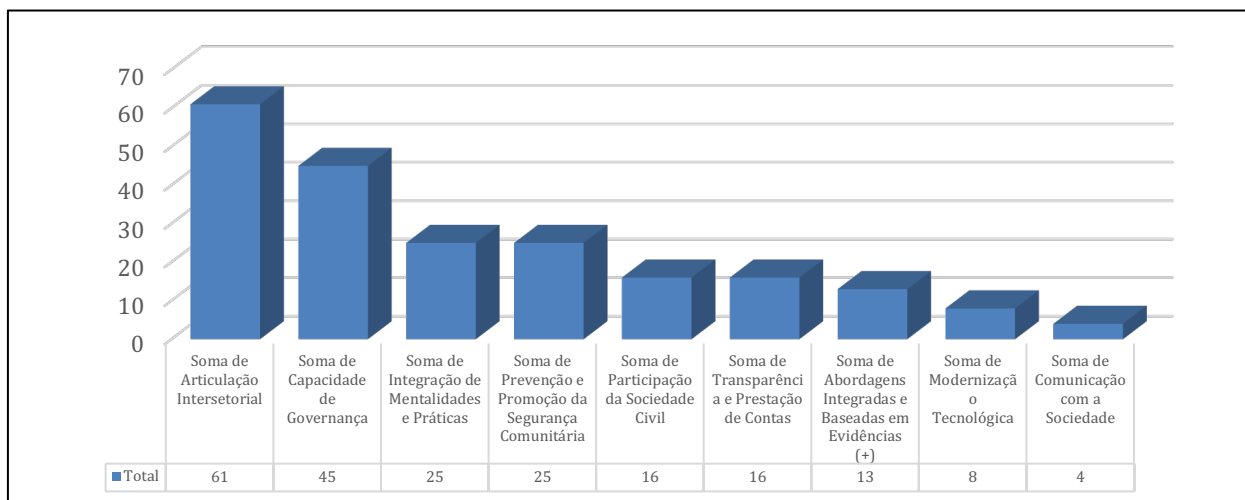
com a Sociedade”, “Integração de Mentalidades e Práticas”, “Transparência e Prestação de Contas”, "Modernização Tecnológica" e "Abordagens Integradas e Baseadas em Evidências", em uma ordenação descendente de inserções nos discursos analisados.

A participação social na formulação das políticas de segurança pública, ainda que tenha tido destaque nas matérias jornalísticas, foi alvo de críticas devido à sua limitação no que diz respeito a participação da sociedade civil. Edna Jatobá, representante do Gabinete de Assessoria Jurídica às Organizações Populares (GAJOPE), em entrevista ao “Marco Zero Conteúdo” em agosto de 2023, destacou que a participação da sociedade civil era restrita, pois, segundo ela, "não tivemos nenhum espaço, apesar de ter solicitado essa pauta por duas vezes no conselho. Não se falou em Conferência Estadual de Direitos Humanos. O período e os meios disponibilizados à participação social deixam a desejar” (MARCO ZERO, 2023, p. 1).

A crítica advinda da entrevista de Edna Jatobá aponta para uma ausência na comunicação e no envolvimento da sociedade civil. Ao afirmar que não houve espaço adequado para a participação social e que os meios disponibilizados foram insuficientes, Jatobá evidencia uma lacuna na abertura para o diálogo e na promoção de canais efetivos de participação. Essa deficiência gera desconfiança e resistência por parte da população, minando a legitimidade das políticas públicas implementadas (Ceneviva, 2006; Cruz, 2008). Esses autores enfatizam que a transparência e a prestação de contas são elementos essenciais para fortalecer a confiança da sociedade nas instituições públicas.

O discurso do Estado sobre o Plano Juntos pela Segurança é apresentado no Gráfico 5, no qual a articulação intersetorial, representada pela soma de publicações em artigos oficiais do governo, reflete a ênfase em promover a cooperação e a coordenação entre diferentes atores e instituições envolvidos na segurança pública, como órgãos governamentais, sociedade civil e setor privado. Aspectos relacionados a governança, como transparência e a adoção de abordagens integradas e fundamentadas em evidências, também aparecem, embora em menor proporção em comparação com a articulação intersetorial. Nesse sentido, o Gráfico 5 apresenta a prevalência dessas categorias no discurso oficial.

Gráfico 5 - Categorias da Governança identificadas nos documentos oficiais do Estado de Pernambuco sobre o Programa Juntos Pela Segurança (agosto de 2023 a março de 2024)



Fonte: elaborado a partir das codificações no *software* MAXQDA.

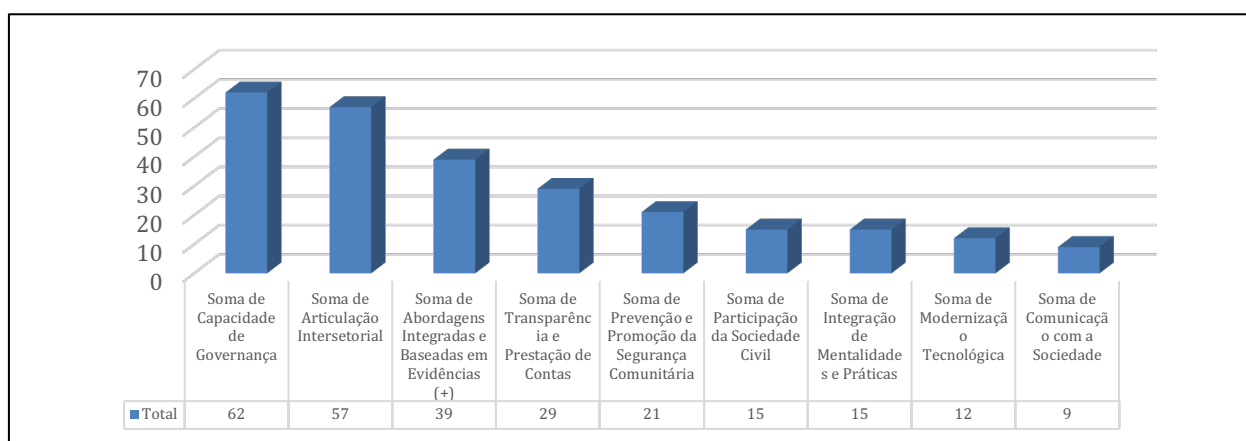
A prevalência da articulação intersetorial no discurso do Estado para o Plano Juntos pela Segurança, destacada pela maior fatia no referido gráfico, evidencia um aspecto fundamental da boa governança na segurança pública. No contexto da governança do século XXI, a cooperação e coordenação entre múltiplos atores, recursos e competências são essenciais para se enfrentar os desafios complexos da segurança pública (Graham; Plumptre; Amos, 2003).

A adoção de abordagens integradas e pautadas em evidências é essencial para a efetividade das políticas de segurança pública, em que são reconhecidas a natureza multidisciplinar dos problemas de segurança e a necessidade de respostas fundamentadas em conhecimentos científicos sólidos (Welsh; Farrington, 2011).

A categoria "Comunicação com a Sociedade", ainda que compondo um aspecto crucial da governança, teve pouca inserção nos documentos analisados no *corpus* discursivo dos documentos publicados no diário oficial do Estado de Pernambuco e nos extratos do Boletim Geral da Secretaria de Defesa Social. Esses documentos revelam iniciativas de convocação da sociedade para participar do processo de formulação de políticas de segurança pública e defesa social. Uma dessas iniciativas envolve a criação de um endereço eletrônico, permitindo que os cidadãos expressem suas sugestões sobre as políticas existentes e efetuem novas ideias e abordagens para o programa Juntos Pela Segurança. Assim, destaca-se: “Na plataforma digital, foram registrados quase 14 mil participantes, 847 propostas e 17 mil votos.” (GOVPE, 2023, p. 2).

Na discussão conceitual a respeito do Programa Pacto Pela Vida, representada no Gráfico 6, observa-se certa prevalência da categoria Capacidade de Governança em relação à Articulação Intersetorial. No entanto, destaca-se a categoria Abordagens Integradas e fundamentadas em Evidências, com um número significativo de inserções trabalhadas nos artigos analisados, o que se mostra compreensível para a comunidade acadêmica, uma vez que os trabalhos científicos buscam fundamentar suas análises e conclusões em evidências empíricas sólidas (Welsh; Farrington, 2011). Assim, apresentamos essas categorias da governança do estado da arte no Gráfico 6.

Gráfico 6 - Categorias da Governança identificadas nos artigos científicos acerca do Pacto Pela Vida



Fonte: elaborado a partir das codificações no MAXQDA.

A articulação intersetorial se concretiza por meio de iniciativas como reuniões das Câmaras Técnicas, oficinas temáticas e estruturas participativas, que fomentam o diálogo entre especialistas, acadêmicos, representantes de organizações da sociedade civil e órgãos operativos da Secretaria de Defesa Social. Essa abordagem intersetorial busca integrar esforços e promover uma atuação conjunta no enfrentamento da violência e da criminalidade (Antunes, 2019; Ratton, 2013; Ratton; Daudelin, 2018). Por outro lado, uma crítica à capacidade de governança do Pacto Pela Vida diz respeito à sustentabilidade financeira e à manutenção dos investimentos em segurança pública ao longo do tempo. A estabilização dos gastos em segurança após 2011 e o aumento natural dos preços dos insumos de segurança pública podem ter sido fatores que contribuíram para a deterioração das atividades realizadas pelo Pacto Pela Vida e, conseqüentemente, para o aumento dos homicídios após 2013, devido a fatores como inflação, aumento do número de presos e reivindicações salariais dos profissionais da área (Monteiro; Rodrigues; Júnior, 2018).

A crítica com relação à comunicação do Governo do Estado de Pernambuco e à sociedade civil organizada aponta para uma possível limitação na capacidade de governança do Pacto Pela Vida em garantir a sustentabilidade financeira e a continuidade dos investimentos necessários à efetividade das políticas de segurança pública. A falta de recursos adequados pode comprometer a implementação das ações previstas e a manutenção dos resultados inicialmente alcançados (Costa, 2023).

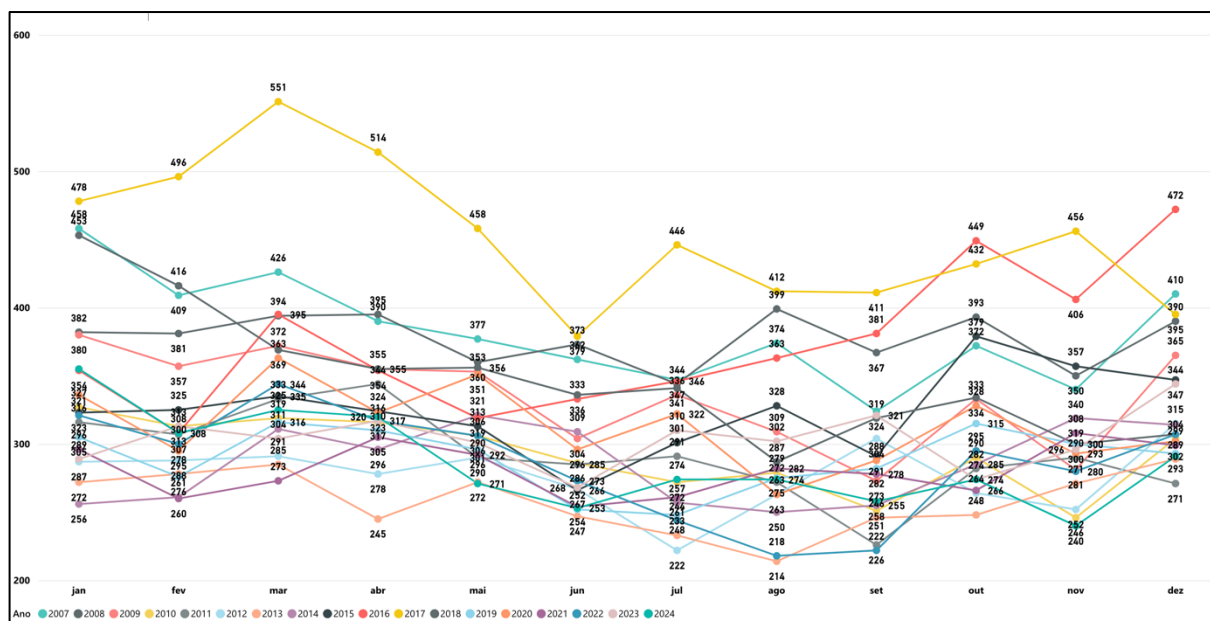
A liderança e a gestão eficaz do poder executivo estadual são significativas no esforço de implementação de políticas de segurança pública (Matarazzo; Fernandes; Alcadipani, 2020; Soares, 2003; Soares, 2014). Nesse contexto, a figura do gestor responsável pela condução do Pacto Pela Vida desempenhou um papel fundamental no sentido de priorizar a atuação contra homicídios, uma das modalidades criminais graves e impactantes para a sociedade. Logo, o Programa conseguiu alcançar resultados expressivos na diminuição desse tipo de delito.

5.4.1. Estatísticas e Vozes Dissonantes da Política de Segurança Pública em Pernambuco

As narrativas e os discursos apresentados pelo Estado, por parte da imprensa tradicional e pela Academia têm caracterizado a Política de Segurança Pública como uma iniciativa que produziu resultados relevantes desde a implementação do Pacto Pela Vida (2007-2022) e do Juntos Pela Segurança (a partir de 2023). Nesta subseção, são apresentados dados estatísticos e relatos que divergem dessa narrativa, destacando perspectivas alternativas aos segmentos mencionados.

O Pacto Pela Vida tinha como meta inicial reduzir em 12% o índice de homicídios em comparação ao ano anterior, quando foi implementado em 2007. O Gráfico 7 apresenta a série histórica completa do número de Crimes Violentos Letais Intencionais (CVLI), abrangendo o período de 2007 a 2024.

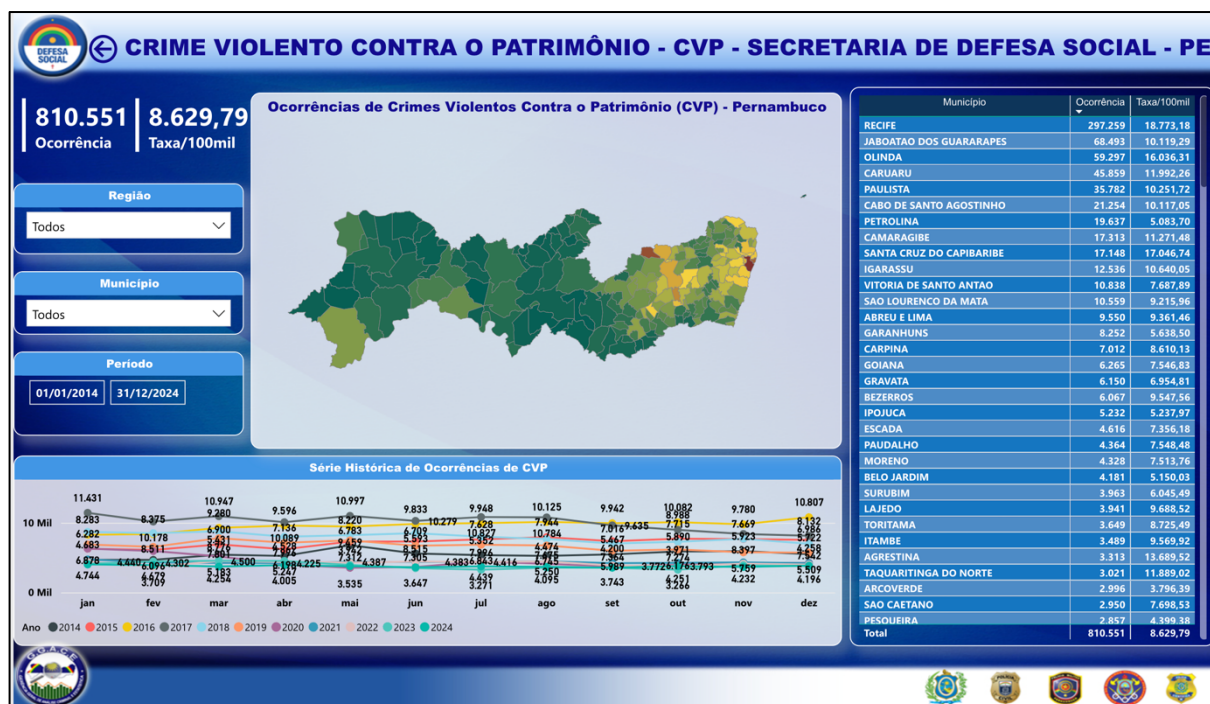
Gráfico 7 - Índice da Série Histórica de Crimes Violentos Letais Intencionais (2007-2024)



As informações do gráfico 7 apresentam o número mensal de pessoas assassinadas por Crimes Violentos Letais Intencionais (CVLI) em cada ano da série histórica. O menor número registrado foi em agosto de 2013, com 214 homicídios, enquanto o maior ocorreu em março de 2017, com 551 homicídios. Apesar das variações mensais e anuais observadas, o gráfico evidencia que não há uma tendência consistente de redução ao longo do período analisado. Esse comportamento indica que, no conjunto da série histórica, a política de segurança pública implementada não alcançou os resultados desejados de forma sustentável, mesmo com variações pontuais que levaram a premiações anteriormente mencionadas. Da mesma forma, o Programa Juntos Pela Segurança, lançado com a meta de reduzir em 30% esses crimes no triênio 2024-2026, parece operar dentro da mesma lógica de intervenções que, até o momento, não demonstraram uma efetiva alteração na trajetória dos homicídios. Essa análise reforça a necessidade de reavaliar as estratégias adotadas para alcançar impactos mais consistentes e duradouros.

No gráfico 8, apresentamos a série histórica das ocorrências de Crimes Violentos contra o Patrimônio (CVP) em Pernambuco, abrangendo o período de 2014 a 2024. Os CVPs englobam crimes que não atentam diretamente contra a vida, como roubos, furtos, agressões e outras infrações similares.

Gráfico 8 - Índice da Série Histórica dos Crimes Violentos Contra o Patrimônio (2014-2024)



Fonte: Gerência de Análise Criminal e Estatística da SDS (2024).

A análise da série histórica evidencia oscilações ao longo dos anos, sem uma tendência clara de redução sustentada. A implementação de tecnologias de gestão, como o Programa Alerta Celular, reflete os esforços do Estado em prevenir, reduzir e reprimir crimes que endossam essas estatísticas, como o roubo e furto de aparelhos celulares. No entanto, os dados disponibilizados no gráfico 8 indicam que tais iniciativas, embora pontuais, ainda enfrentam desafios para alcançar mudanças consistentes na redução desses índices ao longo do tempo. A ausência de informações anteriores a 2014 se deve à não disponibilização desses dados nos sites da SDS e isso limita uma análise ampla do impacto das políticas de segurança pública no enfrentamento dos CVPs.

As vozes discordantes identificadas por meio da análise de reportagens que criticam as duas políticas de segurança pública do Estado de Pernambuco — o *Pacto Pela Vida* e o *Juntos Pela Segurança* — corroboram as evidências apresentadas pelas estatísticas oficiais. Ao destacarem as limitações e contradições das políticas em questão, essas críticas reforçam a necessidade de uma avaliação aprofundada dos impactos reais dessas iniciativas, alinhando-se aos dados quantitativos que revelam desafios persistentes na área de segurança no estado.

O programa Juntos pela Segurança é apresentado como uma política inovadora para a segurança pública em Pernambuco, substituindo o Pacto pela Vida. A governança desse Programa é estruturada em torno de reuniões mensais de avaliação, com a participação prevista de entidades

como o Tribunal de Justiça, o Ministério Público, a Defensoria Pública e a Assembleia Legislativa (Alepe). No entanto, a efetividade desse modelo é questionada devido à ausência de convocações regulares e ao cancelamento da participação da Alepe no primeiro encontro. Conforme relatado pela deputada de Pernambuco Dani Portela, "o email vem dizendo que não é mais necessária a participação da Alepe e do sistema de Justiça na reunião que aconteceria hoje, porque essa reunião seria a portas fechadas" (ALEPE, 2024). Essa centralização decisória no Executivo estadual compromete a pluralidade e a transparência do processo, elementos essenciais para a legitimidade de políticas públicas.

A exclusão de organizações da sociedade civil do comitê de governança consiste num tema de crítica acerca da governança da segurança pública em Pernambuco. A participação social se mostra fundamental para incorporar demandas locais e garantir o monitoramento independente das ações governamentais. A ausência desses atores reforça a percepção de que o Programa prioriza a gestão técnica e burocrática em detrimento do diálogo com a sociedade civil, o que pode limitar sua efetividade e aceitação.

O Programa Juntos pela Segurança constrói uma narrativa de inovação e eficiência, contrastando-se com o Pacto pela Vida. A ênfase em metas quantitativas, como a redução de 30% nos homicídios e 40% nos crimes contra mulheres, e a ampliação da infraestrutura policial (ex.: batalhões, delegacias e complexos científicos) são elementos centrais dessa narrativa. O deputado Fabrizio Ferraz (Solidariedade) destacou que "não é algo que não possa ser mexido, pelo contrário, é uma ideia inicial que está sendo tocada e a gente vai moldando de acordo com a necessidade" (ALEPE, 2023). No entanto, a falta de detalhamento sobre os mecanismos operacionais e a ausência de metas claras para indicadores como os Crimes Violentos Letais Intencionais (CVLI) sugerem uma priorização do discurso político sobre a concretude das ações.

A crítica ao Pacto pela Vida tratada como contraponto para legitimar a nova política de segurança pública. O sociólogo José Luiz Ratton, idealizador do Pacto pela Vida, apontou que, a partir de 2014, houve um enfraquecimento da coordenação do Programa, com a ausência de investimentos no sistema prisional, na Polícia Científica e em programas de prevenção social à violência (Diário de Pernambuco, 2017). Essa crítica, embora válida, não é acompanhada por propostas concretas presentes no Programa Juntos pela Segurança que superem as limitações do programa anterior, o que sugere uma continuidade de problemas estruturais relacionados a violência e criminalidade.

A análise dos dados históricos do Pacto pela Vida revela uma contradição existente entre a redução dos homicídios e o aumento da violência no Estado de Pernambuco. Conforme estudo de Santos Oliveira (2023), mesmo entre 2008 e 2016, enquanto o Pacto Pela Vida recebia prêmios por reduzir em 12% ao ano as mortes violentas, outros crimes que ocorriam no Estado de Pernambuco seguiam com índices em alta. Essa dualidade indica que, embora o Programa tenha sido eficaz em reduzir certos indicadores de criminalidade, os protagonistas da sua efetivação não conseguiram enfrentar estruturalmente a violência institucional, como mortes causadas por policiais e assassinatos em presídios. Os idealizadores do Programa Juntos pela Segurança, ao herdar essa problemática, não apresentam propostas claras que sejam voltadas para abordar a violência de Estado. A ênfase em metas quantitativas e na expansão da infraestrutura policial não é acompanhada por mecanismos robustos de controle e *accountability* das forças de segurança. Logo, a ausência de menção a políticas de prevenção da violência policial e de reforma do sistema prisional sugere uma continuidade das limitações observadas no Pacto pela Vida.

A exclusão de organizações da sociedade civil no Comitê de Governança do Programa Juntos pela Segurança é um ponto crítico com respeito a participação da sociedade civil. A participação social representa um componente fundamental no que diz respeito à legitimidade e a efetividade das políticas de segurança pública, pois permite a incorporação de demandas locais e o monitoramento independente das ações governamentais (Skogan; Hartnett, 2019). A centralização das decisões no Executivo e a realização de reuniões "a portas fechadas" reforçam a percepção de opacidade e reduzem a capacidade de controle social sobre essa modalidade de política pública. Nesse contexto, a deputada Dani Portela questionou: "O que é que se quer esconder sobre a segurança pública do Estado de Pernambuco?" (ALEPE, 2024, p. 1). Essa pergunta reflete a desconfiança gerada na população pela falta de transparência e participação de representantes da sociedade civil, elementos que são essenciais para a construção de políticas públicas legítimas e eficazes.

A análise das informações contidas nas narrativas oficiais do Estado indica que o Juntos pela Segurança busca posicionar-se como uma política inovadora, mas enfrenta desafios significativos em termos de governança, transparência e enfrentamento da violência de Estado. A centralização decisória, a ausência de participação social e a falta de detalhamento operacional são pontos elencados pelas vozes que criticam essas políticas de segurança pública. Assim, a incorporação de trechos das reportagens reforça a argumentação e demonstra a

necessidade de maior transparência, participação social e enfrentamento estrutural da violência de Estado.

5.5. As Mediações das novas tecnologias de gestão no contexto da governança da segurança pública

O mapa das mediações de Jesús Martín-Barbero oferece uma perspectiva teórica para auxiliar na compreensão a respeito da maneira como as características da governança da segurança pública se relacionam com a análise do discurso sobre as novas tecnologias de gestão nas mídias sociais desses planos. Especificamente, as mediações das espacialidades, temporalidades, redes e narrativas podem ser articuladas com as características identificadas, conforme descrito no Quadro 15.

Quadro 15 - Articulação entre as Características da Governança da Segurança Pública e o Mapa das Mediações

Característica	Relação com o Mapa das Mediações
Articulação Intersetorial	Essa característica pode ser analisada por meio das mediações das redes sociais, observando como diferentes atores governamentais e não governamentais se articulam e interagem nas mídias sociais em torno dos planos de segurança pública.
Participação da Sociedade Civil	A participação da sociedade civil pode ser explorada por meio das mediações das narrativas, analisando os discursos e as narrativas presentes nas mídias sociais que refletem o engajamento e a participação da população nos planos de segurança.
Transparência e Prestação de Contas	Essa característica pode ser investigada por meio das mediações das temporalidades, uma vez que se observa como a transparência e a prestação de contas vêm sendo abordadas ao longo do tempo nas mídias sociais, bem como as mudanças e continuidades nesse aspecto.
Abordagens Integradas e Baseadas em Evidências	As mediações das redes podem ser úteis para analisar como as abordagens integradas e baseadas em evidências são discutidas e articuladas entre diferentes atores nas mídias sociais.
Comunicação com a Sociedade	Essa característica está diretamente relacionada às mediações das narrativas, o que permite analisar os discursos e as estratégias de comunicação com a sociedade presentes nas mídias sociais.
Abordagem Multidimensional	As mediações das espacialidades podem ser relevantes para compreender como as diferentes perspectivas "de cima para baixo" e "de baixo para cima" são representadas e negociadas nos espaços das mídias sociais.
Integração de Mentalidades e Práticas	As mediações das narrativas podem ser utilizadas para analisar como as mentalidades, discursos e práticas socioculturais relacionadas à segurança pública são incorporados e negociados nas narrativas presentes nas mídias sociais.
Capacidade de Governança	As mediações das redes podem ser úteis para investigar como a capacidade de coordenação, articulação e gestão de redes de atores é discutida e negociada nas mídias sociais.
Prevenção e Promoção da Segurança Comunitária	As mediações das narrativas podem ser utilizadas para analisar como as ações preventivas e de promoção da segurança comunitária são representadas e discutidas nas narrativas presentes nas mídias sociais.
Modernização Tecnológica	As mediações das temporalidades podem ser relevantes para compreender como a adoção de tecnologias de informação e comunicação é abordada ao longo do tempo nas mídias sociais.

Fonte: elaboração própria a partir do mapa das mediações (Martín-Barbero, 2018).

O Quadro 15 constitui uma cartografia conceitual que ilustra a forma como as características da governança da segurança pública podem ser articuladas de acordo com as mediações das espacialidades, temporalidades, redes e narrativas propostas por Jesús Martín-Barbero. Logo, essa articulação permite uma análise abrangente e contextualizada do discurso sobre as novas tecnologias de gestão existentes nas mídias sociais, levando em consideração as dimensões socioculturais, as interações entre diferentes atores, as representações temporais e as negociações de significados presentes nesse contexto. Assim, esse quadro sugere uma relação de interdependência entre as características da governança da segurança pública e o mapa das mediações de Jesús Martín-Barbero, uma vez que são apontadas contribuições para o campo científico compreender como as dinâmicas de governança se constroem e se transformam por meio das interações sociais e culturais, influenciando as políticas de segurança pública de forma complexa e multifacetada.

A teoria das mediações oferece uma perspectiva que transcende a visão instrumental das políticas públicas, incorporando a análise das dimensões socioculturais, das redes de interação, das narrativas e dos contextos temporais e espaciais presentes nas mídias sociais. Essa abordagem permite entender como os discursos, práticas e percepções sobre a segurança pública são construídos e se transformam nas interações entre o Estado e a sociedade civil.

Por meio da lente teórica das mediações, é possível examinar o papel das redes sociais digitais na articulação intersetorial, uma característica fundamental da governança da segurança pública, ao ser observado o modo como diferentes atores governamentais e não governamentais se organizam e interagem no âmbito desse tipo de governança. Já a mediação das narrativas permite explorar a participação da sociedade civil, reconhecidas no momento em que se investiga a maneira como os discursos e narrativas que surgem nas mídias sociais refletem o engajamento e o envolvimento da população nos planos de segurança pública. Assim, cada característica dessa modalidade de governança é analisada a partir de uma dimensão específica das mediações, possibilitando uma leitura com respeito às interações e resistências que surgem diante das práticas de segurança pública e das tecnologias de gestão implementadas.

5.6. Análise a partir das Categorias Analíticas

Nesta seção, apresentamos uma análise das conexões entre os polos e as mediações do mapa metodológico de Jesús Martín-Barbero. O objetivo é identificar de que forma as dimensões comunicacionais, culturais e sociais se articulam nesse contexto, considerando as interações

entre polos (temporalidades, tecnicidades, espacialidades e sensorialidades) e mediações (narrativas, redes, cidadanias e identidades). Nesse contexto, a Tabela 4 resume os resultados dessa análise, destacando as somas das interações identificadas e revelando os polos e mediações com maior e menor frequência nos dados observados.

Tabela 4 - Conexões entre Polos e Mediações no Contexto das Políticas de Segurança Pública

POLOS	MEDIÇÕES				SOMA
	NARRATIVAS	REDES	CIDADANIAS	IDENTIDADES	
TEMPORALIDADES	9	5	2	12	28
TECNICIDADES	4	3	1	5	13
ESPACIALIDADES	2	6	0	5	13
SENSORIALIDADES	9	5	1	5	20
SOMA	24	19	4	27	74

FONTE: elaborado a partir do software MAXQDA.

No contexto das políticas de segurança pública mediadas por tecnologias, a análise dos dados evidencia baixa identificação no campo da cidadania, com 4 ocorrências relacionadas às mediações de cidadania nos textos analisados. Portanto, a constatação dessa ausência pode sinalizar uma lacuna na participação social de determinada população usuária cidadã, especialmente em questões vinculadas ao uso de novas tecnologias de gestão.

Os resultados indicam que as **temporalidades** constituem o polo mais significativo, com 28 ocorrências, refletindo a centralidade das narrativas históricas e a memória na construção das políticas de segurança pública. Essa predominância destaca a importância dos discursos vinculados ao tempo, que priorizam as tradições e normas institucionais em detrimento de uma abordagem inclusiva que incorpore a voz da sociedade civil. A ênfase em temporalidades sugere que, embora haja uma valorização das dimensões históricas, isso não se traduz em ações que promovam a participação cidadã.

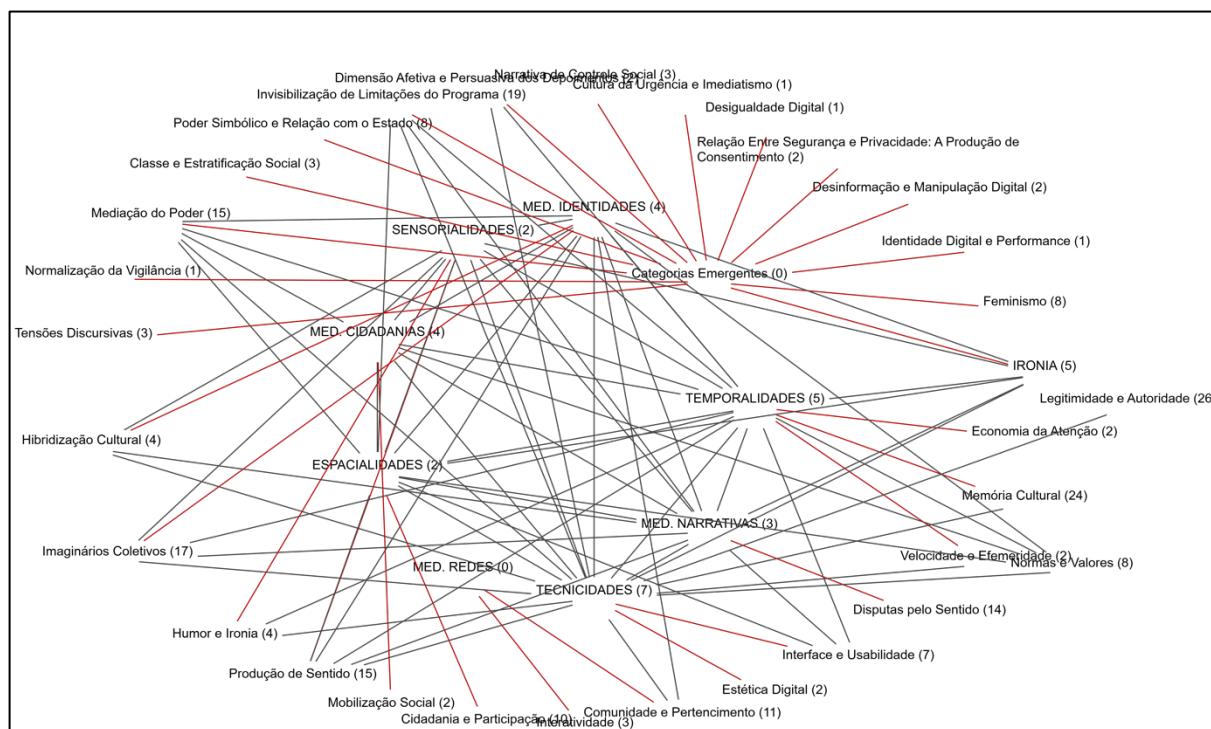
Por outro lado, as **sensorialidades** apresentaram 20 conexões entre polos e mediações, que refletem a forma como as percepções sensoriais moldam a comunicação e a implementação de políticas. No entanto, tal aspecto aparece vinculado a discursos institucionais ou técnicos, e não necessariamente à inclusão da cidadania. Já as **tecnicidades** e **espacialidades**, com 13 ocorrências cada, mostram relevância limitada, indicando que o uso das tecnologias e o aproveitamento do espaço na construção das políticas de segurança pública ainda não se conectam tão diretamente à ideia de inclusão social.

A baixa identificação da mediação da cidadania revela um quadro em que as tecnologias, embora ampliem a vigilância e a gestão digital, não promovem a inclusão da sociedade nas discussões sobre uso de tecnologias de gestão. Esse cenário pode ser interpretado como uma falha na articulação entre os discursos de governança e a participação social efetiva. A ausência de palavras-chave relacionadas à cidadania e à participação social nos textos analisados evidencia que as políticas de segurança pública ainda são desenhadas predominantemente sob uma perspectiva técnica ou institucional, fato que limita a possibilidade de engajamento dos cidadãos com os processos decisórios instituídos pelo Estado.

Os resultados relacionados à baixa mediação da cidadania podem ser explicados pela predominância de narrativas voltadas para a funcionalização tecnológica e a vigilância, características que priorizam a eficiência técnica em detrimento da inclusão cidadã. A abordagem tecnicista, observada nos polos de **tecnicidades** e **sensorialidades**, reforça a centralização de poder nas instituições e deixa de lado mecanismos que possibilitem a co-construção de políticas junto à sociedade. Portanto, a análise evidencia que a lacuna no campo da cidadania e participação social no mapa metodológico de Martín-Barbero reflete uma menor participação da sociedade nas políticas de segurança pública mediadas por tecnologias (de Barros Gomes, 2023). Para superar essa limitação, seria necessário fortalecer a articulação entre os mecanismos voltados para garantir a cidadania da população e as práticas culturais descritas por Martín-Barbero, promovendo mediações que favoreçam uma governança mais participativa.

As categorias que incluem as "Mediações" se destacam no modelo, corroborando a premissa central da teoria de Martín-Barbero, que enfatiza a importância dos processos de mediação na construção de sentidos e significados. As conexões existentes entre essa categoria e outras, como "Identidades" e "Tecnologias", ilustram a forma como as mediações moldam as experiências individuais e coletivas. A Figura 13 apresenta o modelo de coocorrência de códigos, desenvolvido com base na teoria das mediações de Jesús Martín-Barbero. Este modelo evidencia uma rede complexa de inter-relações entre os códigos, destacando a natureza multifacetada dos fenômenos comunicacionais e culturais analisados.

Figura 13 - Modelo de Coocorrência de Códigos por Proximidade



FONTE: elaborado a partir do software MAXQDA.

A figura 13 ilustra as relações de coocorrência entre os códigos principais identificados durante a análise. Através dessa representação visual, é possível observar as interações dinâmicas entre as categorias-chave do modelo de coocorrência, como "Poder", "Tecnologia" e "Identidade". A visualização ajuda a entender como essas dimensões se interconectam e se influenciam mutuamente na construção dos significados comunicacionais. Ela serve como uma ferramenta para visualizar as articulações complexas entre as diversas categorias e facilita a compreensão das relações de poder e mediação que permeiam os fenômenos investigados.

A análise das coocorrências de códigos mostra uma articulação entre diferentes dimensões das mediações, como as dimensões identitária, tecnológica e social. Observa-se que a categoria "Poder" revela a influência das relações de poder na produção e circulação de significados, destacando o modo como os discursos e as práticas comunicacionais são utilizados para exercer dominação e construir hegemonia. Nesse contexto, as coocorrências emergem como uma ferramenta voltada para identificar as interações existentes entre esses diferentes aspectos de comunicação e compreender a dinâmica das relações de poder nos fenômenos comunicacionais.

A partir do modelo de coocorrência, identificamos possibilidades analíticas com base nos dados empíricos coletados, assim como aquelas presentes nas entrevistas semiestruturadas e nas redes sociais digitais. Dentre essas possibilidades de interação metodológica, destacam-se a análise narrativa, a análise discursiva, a análise das identidades e a análise das práticas culturais.

Acreditamos que a análise da coocorrência de códigos, tratada sob a égide da teoria das mediações de Jesús Martín-Barbero, oferece um arcabouço teórico e metodológico para auxiliar a se investigar fenômenos comunicacionais e culturais contemporâneos. Ao serem integrados os dados empíricos ao modelo de coocorrência, é possível realizar análises multifacetadas e aprofundadas, como maneira de se contribuir para o avanço do conhecimento com respeito às formas de relação dos sujeitos com as tecnologias e seus contextos sociais e culturais.

A partir da análise da rede de coocorrências de códigos, passamos a explorar, nas subseções a seguir, as diferentes dimensões dos fenômenos comunicacionais e culturais observados. Primeiramente, abordamos **As Narrativas nas Mídias Sociais Digitais do Programa Alerta Celular**, em que são investigados os mecanismos como os discursos compartilhados no Instagram pela Polícia Civil de Pernambuco se entrelaçam com as categorias de poder, identidade e tecnologia. Em seguida, analisamos a **Participação Social**, focando na interação entre os cidadãos e as estratégias de comunicação digital adotadas, e como essas mediações contribuem para a construção de identidades sociais e políticas. Por fim, exploramos as **Mediações Tecnológicas e Estratégias de Comunicação**, com ênfase na relação entre o discurso institucional da Polícia Civil e o público do programa Alerta Celular no Instagram, destacando as influências das tecnologias digitais nas práticas comunicacionais e no exercício do poder. Essas subseções permitem um aprofundamento da análise a respeito das dinâmicas de comunicação e poder, com base nas coocorrências, e possibilitam a compreensão das interconexões entre as diferentes categorias levantadas no modelo de coocorrência de códigos.

5.6.1. As narrativas nas mídias sociais digitais do Programa Alerta Celular

O Instagram, como plataforma de mídia social, oferece uma riqueza de dados sobre os discursos veiculados por seus usuários, facilitando a análise das interações e das representações sociais mediante suas funcionalidades. O aplicativo é voltado para o compartilhamento de fotografias e vídeos curtos, que podem ser enriquecidos com comentários textuais, *hashtags*, menções e *geotags* (Carah; Shaul, 2016). Essas características permitem categorizar e identificar conteúdos relacionados a temas específicos, conceitos, eventos e emoções, bem como fornecer informações sobre a localização das imagens e vídeos (Highfield; Leaver, 2015).

A utilização de *hashtags* (#) no Instagram é um mecanismo para a organização e a busca de conteúdos relacionados a determinados tópicos. *Hashtags* permitem postagens sobre temas comuns, facilitando a visibilidade e a análise de discursos sobre assuntos relevantes, como

segurança pública. Além disso, as menções (@) e *tags* ampliam as conexões entre usuários e conteúdos, promovendo interações diretas e expandindo a rede de comunicação entre indivíduos, grupos e comunidades de usuários (Caliandro; Gandini, 2016).

O discurso nas redes sociais, incluindo o Instagram, é considerado uma prática social que emerge das interações entre sujeitos em contextos históricos e sociais específicos. Ele carrega o contexto histórico e os aspectos ideológicos das relações envolvidas, refletindo as demandas e as práticas que permeiam a criação e manutenção das relações humanas (Chamberlain; Lynch, 2020).

As redes sociais proporcionam um espaço disponível para a expressão de ideias e ideologias, permitindo que os usuários abordem questões de segurança pública e outras temáticas relevantes. Assim, o Instagram não apenas serve como meio para o compartilhamento de conteúdos visuais e textuais, como também funciona de modo semelhante a uma plataforma voltada para a construção e disseminação de discursos sociais. A análise dessas interações e postagens oferece informações sobre a maneira como temas associados à segurança pública são discutidos e representados na esfera digital (Jackson; Mazzei, 2011; Wilson-Kovacs, 2021).

Ao examinar a comunicação da Secretaria de Defesa Social de Pernambuco (SDSPE) sob a perspectiva do mapa metodológico de Jesús Martín-Barbero, observamos a forma como as narrativas e redes sociais digitais se interligam ao eixo das Tecnicidades. A SDSPE emprega diferentes plataformas digitais – incluindo Instagram, Facebook, TikTok e YouTube – para divulgar o Programa Alerta Celular de forma estratégica, adaptando o conteúdo para públicos específicos e maximizando o engajamento. Essa prática evidencia a transversalidade e interconexão das tecnologias de comunicação, um ponto central na teoria de Martín-Barbero, no qual as tecnoestruturas influenciam e são influenciadas por práticas sociais. Além disso, a estratégia comunicacional do Estado é amplificada por perfis periféricos que republicam ou repostam materiais produzidos pela SDSPE, como vídeos explicativos desse Programa. Esses perfis desempenham o papel de mediadores, suavizando a recepção das mensagens estatais e facilitando a disseminação do discurso oficial. No TikTok, por exemplo, a interação entre usuários e perfis como "ROCAM_69" demonstra um engajamento positivo: "Amei o perfil no TikTok 🥰🥰🥰 já acompanho vocês no YouTube 🍷❤️ sucesso!!! (...) - ROCAM_69 · Criador: vlw amigo! ❤️👊" (PERFIL TIKTOK ROCAM_69, 2021). Essa dinâmica reflete uma migração de públicos e conteúdos entre plataformas, promovendo o transbordamento comunicacional e ampliando o alcance da mensagem. Essa abordagem destaca a importância

da adaptação comunicacional no contexto da governança da segurança pública. Ao utilizar redes sociais para compartilhar depoimentos de cidadãos beneficiados pelo Programa Alerta Celular, como acontece no Facebook, a SDSPE busca legitimar suas ações e estabelecer um vínculo participativo com a sociedade civil. Esse discurso, que é simultaneamente informativo e persuasivo, reflete a estratégia de governança que se molda às dinâmicas interativas e participativas das plataformas digitais, ampliando o alcance e a aceitação da mensagem entre diferentes públicos.

Na análise das postagens nos perfis pesquisados do Instagram, é possível perceber que o local de embate (comentários em postagens sobre o Programa) se transforma numa arena de disputas ideológicas, pois o tema da segurança pública é retratado nesse contexto. Isso se deve à visão político-ideológica com a qual políticas públicas surgem que envolvem ações para solucionar determinados problemas (como furto e roubos de aparelhos celulares), quando não atendem às questões ideológicas de grupos que pregam o uso da força como meio de resolução desses conflitos, terminam por suscitar postagens e participações que divergem da temática oficial do Programa Alerta Celular.

Postagens como as registradas a seguir demonstram que parte da resistência sofridas por essas novas tecnologias de gestão está relacionada a questões ideológicas subjacentes à participação dos seguidores.

“Faz o L...”, “Não existe roubo no Brasil, Bolsonaro acabou com tudo 🤔”, “Isso é a medida de combate ao crime? KKKKKKKKKK vocês são muito complacentes com a bandidagem mesmo viu...”, “Engraçado é a galera mandando fazer o L, como se assalto em carnaval e fora dele nunca tivesse existido. Me poupe e se poupem!”, “Como se a miséria e a criminalidade não tivessem aumentado nos 4 anos de desgoverno e em 3 meses Lula fosse resolver isso. Inclusive a facilidade para portar armas! 🤔”, “fds faz o L aí”, “Já fiz na urna, fofo! 🤔” (Usuários Instagram @govpe e sdspeoficial, 2023).

Essas interações e o uso dos emojis ilustram o papel das redes sociais como arenas de debate público em que a polarização política e as críticas à segurança pública são apresentadas de forma emocional e, muitas vezes, indireta. Logo, o discurso se estrutura na forma de um debate irônico e polarizado, em que as expectativas de governança são continuamente contestadas e refletidas por meio de uma linguagem visual e cética. Essa análise revela que, no campo da governança da segurança pública, os *emojis* não apenas acompanham os enunciados, mas atuam como ferramentas discursivas que amplificam emoções e reforçam posturas críticas e irônicas frente à atuação do Estado.

A análise dos comentários com *emojis* sobre questões de segurança pública e governo revela uma interação complexa entre elementos discursivos, como ironia, ceticismo, polarização política e expressão emocional, sendo essencial compreender a forma como esses elementos se manifestam nas redes sociais. Para isso, foram elaborados quadros que conectam as observações efetuadas sobre a maneira como cada comentário se relaciona com as mediações de Jesús Martín-Barbero, destacando o modo como os *emojis* e os enunciados expressam resistências e críticas às políticas de segurança pública.

O Quadro 16 apresenta uma análise discursiva dos comentários e *emojis* nas redes sociais, no qual são evidenciadas diferentes formas de resistência e percepção com respeito a dispositivos de segurança pública e do governo. Cada postagem reflete atitudes variadas, como ironia, descontentamento, polarização política, cinismo e defesa, mediadas por elementos como *emojis* e textos. As interações analisadas revelam as maneiras como os usuários contestam as narrativas oficiais e expressam suas frustrações com as políticas de segurança, enquanto também refletem sobre as divisões ideológicas e as promessas de mudança rápida no contexto político e social atual.

Quadro 16 - Análise discursiva dos comentários e *emojis* nas redes sociais: resistências e percepções sobre a segurança pública e o governo

Postagem/Comentário	Objetivo	Relação com as Mediações
1. Ironia e Deboche: O uso do emoji 🤔 após a frase “Bolsonaro acabou com tudo” sugere um tom de ironia. O autor não parece acreditar na afirmação literal de que “não existe roubo no Brasil”, mas utiliza o emoji para dar a entender um deboche sobre o argumento de que o governo anterior teria solucionado os problemas de criminalidade. Esse tipo de ironia reforça uma crítica implícita ao governo anterior e serve como uma forma de contestar narrativas exageradamente positivas sobre seu legado.	Criticar ironicamente o legado do governo anterior, sugerindo a falácia na narrativa de que a segurança pública melhorou.	Tecnicidade: A ironia e o deboche aqui indicam uma resistência ao discurso técnico que tenta minimizar os problemas de segurança, utilizando um emoji para sublinhar a desconstrução da narrativa oficial. Narrativas: Essa postura de contestação à narrativa oficial reflete um confronto com as representações construídas pelas autoridades públicas sobre os avanços na segurança pública.
2. Descontentamento com a Segurança Pública: A sequência de risadas “KKKKKKKKKK” seguida de uma crítica direta à política de combate ao crime reflete a frustração do autor. A repetição da letra “K” e a ausência de <i>emojis</i> nesta fala demonstram um desprezo direto pela proposta, indicando um discurso de insatisfação e descrença nas medidas atuais de segurança pública.	Expressar descontentamento e desprezo pelas políticas de segurança pública atuais.	Narrativas: A repetição das risadas e o desprezo pela proposta são uma forma de resistência que questiona a eficácia das ações de segurança pública, sugerindo que as políticas não são vistas como solução real para os problemas. Temporalidade: A insatisfação com o momento atual, em que as medidas de segurança não cumprem suas promessas de redução de criminalidade, é uma crítica à continuidade das falhas na gestão da segurança.
3. Polarização e Acusações: Comentários como “fds faz o L aí” e “Já fiz na urna, fofo!”	Refletir a polarização	Espacialidade: A polarização aqui é comunicada de forma indireta e lúdica,

😏” demonstram a polarização política. O emoji de beijo 🥰 responde a uma provocação, mas de forma irônica e lúdica, mostrando uma espécie de “diplomacia debochada”. Este discurso reflete o contexto de eleições e a continuidade das rivalidades políticas, onde emojis como o beijo assumem o papel de resposta passivo-agressiva, suavizando o conflito, mas mantendo a tensão.	política e a disputa entre grupos ideológicos.	representando as tensões entre grupos em espaços virtuais, como as redes sociais. Narrativas: A utilização do emoji de beijo serve para suavizar a agressão política, mas também mantém uma relação de confronto, com a ironia destacando as divisões existentes nas narrativas políticas.
4. Desilusão e Cinismo: O emoji 🙄 (rosto revirando os olhos) enfatiza a insatisfação com as condições econômicas e sociais, especialmente em relação ao aumento da criminalidade e da miséria. Esse emoji é utilizado para expressar exasperação e frustração, sugerindo que o autor vê como ingênua a ideia de que mudanças estruturais poderiam ocorrer em um curto espaço de tempo com o novo governo. Isso reflete uma postura cínica frente às expectativas de mudanças rápidas em questões de segurança pública.	Demonstrar cinismo e frustração com promessas de mudança rápida na segurança pública.	Tecnicidade: O emoji 🙄 é utilizado para criticar a visão tecnicista que promete soluções rápidas para questões profundas como a criminalidade. Narrativas: O ceticismo em relação às promessas de mudança reflete uma crítica à narrativa oficial que tenta convencer a sociedade de que a segurança pode ser resolvida rapidamente, sem um trabalho estruturador.
5. Defesa e Relativização: No comentário “Engraçado é a galera mandando fazer o L, como se assalto em carnaval e fora dele nunca tivesse existido”, há um tom defensivo, sugerindo que os problemas de criminalidade não são exclusivos do atual governo. Esse discurso relativiza a responsabilidade governamental, questionando a ideia de que a violência e a insegurança são fruto apenas das políticas recentes.	Reconhecer que os desafios da segurança pública antecedem o atual governo, considerando que a criminalidade constitui um problema estrutural de longa data.	Narrativas: A relativização aqui questiona a narrativa de culpabilização exclusiva do governo atual, apontando que a violência é uma questão estrutural e histórica, não exclusiva das políticas recentes. Temporalidade: O comentário faz uma referência à continuidade dos problemas de segurança, independentemente da gestão em poder, sugerindo que a violência sempre existiu e não é um fenômeno recente.

Fonte: elaboração própria.

A análise de discussões, no quadro 16, nas mídias sociais, identifica, por exemplo, a ironia e o deboche como formas de contestação ao governo anterior, a frustração com as políticas atuais de segurança, a polarização política nas disputas eleitorais, o cinismo frente às promessas de mudança rápida, e a relativização da responsabilidade governamental pelos problemas de criminalidade. Essas manifestações discursivas, mediadas pelos emojis, sublinham não apenas a insatisfação com as narrativas oficiais, mas também a maneira como os indivíduos utilizam as redes sociais como espaços de resistência, reforçando, ao mesmo tempo, a tensão entre as narrativas construídas pelas autoridades e as percepções do público.

A análise discursiva dos comentários nas redes sociais acompanhados de emojis revela uma interação complexa entre ironia, ceticismo, polarização política e resistência às narrativas oficiais sobre a segurança pública. O uso do emoji 🙄 intensifica a ironia, funcionando como

uma crítica direta ao discurso técnico e oficial do governo, ao mesmo tempo em que desconstrói as narrativas sobre a segurança pública apresentada por autoridades. Por sua vez, a ausência de emojis, combinada com o uso repetido de risadas, expressa um descontentamento profundo com as políticas de segurança pública, demonstrando uma falta de credibilidade nas medidas adotadas e questionando a eficácia das narrativas oficiais. A polarização política também é evidente, com o *emoji* 😏, empregado de maneira irônica e passivo-agressiva, refletindo rivalidades políticas intensificadas nas interações digitais entre apoiadores do governo e opositores. Esse *emoji* atua como uma resposta irônica, suavizando, mas também mantendo a tensão entre os discursos opostos.

Em um contexto de desilusão e cinismo, o *emoji* 😞, simbolizando exasperação, ressalta o ceticismo em relação às promessas de mudanças rápidas, expressando uma postura de resistência às narrativas oficiais que apresentam soluções imediatas para problemas complexos. Finalmente, a defesa e relativização da responsabilidade governamental aparecem quando os usuários criticam a tentativa de simplificação das causas da violência, contestando a ideia de que os problemas de segurança são exclusivamente atribuíveis ao governo atual. Essa resistência está associada a uma recusa em aceitar explicações unidimensionais para questões tão multifacetadas.

O quadro 17 apresenta uma análise das postagens relacionadas ao Programa Alerta Celular, refletindo a interação dos usuários com o sistema de alerta em questões de segurança pública. As postagens abordam uma variedade de experiências e críticas, variando de dúvidas sobre a eficácia do sistema até relatos de experiências positivas de recuperação de celulares. Cada comentário vem sendo associado a um objetivo claro e sua relação com os eixos das mediações de tecnicidade, narrativas, temporalidade e espacialidade, oferecendo uma compreensão da forma como os usuários percebem e interagem com o programa.

Quadro 17 - Análise das postagens sobre o Programa Alerta Celular e a luz do Mapa das Mediações

Postagem/Comentário	Objetivo	Relação com as Mediações
Wandreyd: "Eu tenho uma dúvida... havia colocado o meu cadastrado no app em alerta pois tive o celular furtado em março, recentemente quando abri o app o meu celular não estava em alerta e também não entraram em contato comigo. Será que foi recuperado? Criei essa teoria"	Levantar questionamentos sobre a eficácia do sistema de alerta.	Tecnicidade: Dúvidas sobre a operação do sistema e possíveis falhas no registro ou comunicação do programa.

Teoremadecarlos: "@wandreyd mesma coisa cmg, tive meu celular roubado ano passado e consta como "sem restrições", talvez seja isso"	Relatar uma experiência similar e especular sobre a falta de atualização no sistema.	Narrativas: Compartilhamento de experiência pessoal reflete desconfiança no processo de alertas e na eficácia do sistema.
Williancsantiago: "O alerta celular é top! Mas ao usá-lo, subtede-se que você foi ROUBADO, e após ser roubado é nosso dever registrar o Boletim de Ocorrência... A SDS retirou a opção de "roubo a transeunte" da Delegacia Interativa..."	Criticar mudanças no sistema e questionar a efetividade do processo de registro de ocorrências.	Espacialidade: Referência à localização e ao acesso físico para registro de BO, destacando a dificuldade de interação com o sistema oficial.
Vital.fael: "Eles ligam para o telefone cadastrado no sistema. É bom sempre deixar atualizado"	Informar sobre o funcionamento do programa, sugerindo boas práticas.	Temporalidade: Reforço sobre a importância de manter as informações atualizadas para facilitar a comunicação e resolver casos rapidamente.
Guga.olinda: "Ontem recebi a intimação para ir buscar um aparelho que foi furtado da minha casa em 2018, fui na delegacia da Mustardinha, fui muito bem tratado pelos agentes de plantão..."	Relatar uma experiência positiva de recuperação de celular por meio do programa.	Espacialidade: Relato de como o programa funcionou em uma área específica, destacando a ação local das forças de segurança.
Wandreyd: "Sim mas a polícia não resolve nada!"	Expressar frustração e desconfiança nas autoridades.	Narrativas: Crítica a eficácia das ações da polícia e a relação com o programa de alertas.
Juliocandidope: "@wandreyd mesma coisa cmg, tive meu celular roubado ano passado e consta como "sem restrições", talvez seja isso"	Relatar uma experiência similar, sublinhando a falta de respostas adequadas.	Narrativas: Crítica compartilhada sobre o programa, refletindo um tom de insatisfação com o funcionamento do sistema.
Juliocandidope: "Cadastre o seu aparelho no #AlertaCelular antes do Carnaval!"	Incentivar o cadastro de aparelhos para melhorar a segurança durante o evento.	Temporalidade: Relacionar o cadastro com o período do carnaval, como ação preventiva e relevante para o momento.
Mariananb07: "O cadastro não funciona, pede UF, mas não tem opções para selecionar."	Relatar problemas técnicos no site do programa.	Tecnicidade: Questões técnicas sobre a interface do sistema, que dificultam a interação com o programa.
Williancsantiago: "Péssima decisão da SDS em retirar roubo das opções de registro na delegacia interativa..."	Criticar decisões da SDS, questionando a transparência e eficácia do sistema de registro.	Narrativas: Reflexão crítica sobre mudanças que afetam a eficácia do programa, conectando o sistema de alertas com a percepção da gestão pública.

Fonte: elaboração própria.

A análise das postagens do quadro 17 destaca a diversidade de reações dos usuários ao Programa Alerta Celular, evidenciando tanto a desconfiança quanto o reconhecimento das suas potencialidades. Muitos comentários questionam a eficácia do sistema, como no caso de @Wandreyd, que levanta dúvidas sobre falhas na operação do alerta, enquanto outros, como @Teoremadecarlos, compartilham experiências semelhantes, sugerindo que a falta de atualizações no sistema pode ser um problema recorrente. Por outro lado, algumas postagens trazem contribuições positivas, como a de @Vital.fael, que sugere a importância de manter os dados atualizados para facilitar a comunicação. Já a experiência de @Guga.olinda ilustra a recuperação de celulares como resultado da ação local das forças de segurança. No geral, as

postagens revelam uma interação entre ceticismo, frustração e alguma aceitação do programa, destacando desafios técnicos e operacionais e sugerindo a necessidade de melhorias para aumentar a confiança e a eficácia do sistema.

A análise do discurso francesa, especialmente sob a perspectiva de Michel Foucault e Pierre Bourdieu (Queiroz; Teixeira Jr; Knoerr, 2014; Thiry-Cherques, 2006), nos permite compreender como o trecho acima evidencia a dinâmica de poder e a luta simbólica presente na arena pública das redes sociais. O uso das tecnologias de gestão, como o Programa Alerta Celular, se insere num campo discursivo onde diferentes agentes sociais disputam a hegemonia do sentido sobre a segurança pública. As postagens analisadas revelam que essas tecnologias, longe de serem neutras, são apropriadas e contestadas por sujeitos com diferentes orientações ideológicas, sugerindo que o debate sobre segurança é também um debate sobre poder e legitimidade.

A presença de discursos que criticam as políticas públicas, incluindo o Programa Alerta Celular, associando-as a uma suposta complacência com a criminalidade e confrontando-as com a exaltação de um governo anterior, exemplifica a luta simbólica em curso. Ao utilizarem expressões como "faz o L" ou "já fiz na urna" (Usuários Instagram @govpe e sdspeoficial, 2023), os protagonistas desses discursos mobilizam signos políticos que servem para demarcar posições e identidades no campo político-ideológico. Tal mobilização discursiva não só reflete, mas também reforça as divisões sociais e políticas, funcionando como um mecanismo de resistência ou apoio às ações do governo atual. A resistência às tecnologias de gestão mencionadas no texto pode ser vista, portanto, como uma forma de contestar o poder simbólico do estado sobre a narrativa da segurança pública.

O espaço das redes sociais se torna uma extensão da arena política, onde as subjetividades e ideologias dos seguidores se materializam em discursos que ora legitimam, ora deslegitimam as políticas de segurança pública. As críticas e resistências não são apenas reações a problemas técnicos ou operacionais, mas estão enraizadas em disputas ideológicas. Dessa forma, as políticas públicas de segurança, ao serem comunicadas e debatidas nas redes sociais, revelam a complexidade das relações de poder e a importância de considerar as vozes e percepções dos cidadãos como parte integrante do processo de governança e implementação de novas tecnologias.

A análise também deve considerar o contexto histórico-político do Brasil em fevereiro de 2023, ainda próximo das eleições presidenciais de 2022, que polarizaram o país. A disputa acirrada entre os candidatos e a intensa mobilização das redes sociais durante o período eleitoral amplificaram as divisões políticas e ideológicas. A vitória de Luiz Inácio Lula da Silva e a consequente mudança no governo intensificaram as discussões sobre políticas públicas, incluindo a segurança pública. Esse contexto de recente transição de poder contribuiu para que as tecnologias de gestão, como o Programa Alerta Celular e as Câmeras Corporais, se tornassem alvos de disputas ideológicas. As críticas e os apoios refletidos nas postagens analisadas são, em grande parte, influenciados pelas posições políticas dos seguidores, mostrando como a narrativa da segurança pública está vinculada ao cenário político vigente e às memórias e expectativas criadas durante a campanha eleitoral.

A análise do Programa Alerta Celular revela críticas e manifestações de insatisfação nas redes sociais digitais, onde usuários expressam frustração com a eficácia e com a usabilidade da tecnologia. As postagens indicam uma percepção negativa, questionando a capacidade do programa de atuar de forma efetiva no combate aos crimes de furtos e roubos de celulares. As redes sociais, nesse contexto, tornam-se espaços de resistência, nos quais as pessoas expõem suas experiências e desafiam as narrativas oficiais, demandando melhorias nas políticas de segurança pública. No quadro 18, apresentamos um resumo com algumas críticas e sua relação com a teoria do mapa das mediações e a resistência às novas tecnologias de gestão na segurança pública.

Quadro 18 - Percepções do Programa Alerta Celular nas Redes Sociais Digitais: Mediações e Espaço de Resistência

Mediações	Objetivos da Pesquisa	Exemplos de Postagens	Análise
Temporalidades	Identificar como a percepção do tempo influencia as respostas das pessoas sobre a eficácia do programa.	"Meu iphone foi furtado nas prévias e a última localização deu lá em Natal."	As postagens associam uma temporalidade negativa com o programa, questionando sua eficácia após o furto, o que sugere uma frustração com a demora da ação policial.
Espacialidades	Analisar como o espaço (localização) das postagens influencia a percepção do programa.	"A polícia quer saber de naaaada... Não levem celular, galera!!"	O espaço (localização geográfica, como Natal em Temporalidades) é usado para ilustrar uma falha do programa e da resposta policial, sugerindo desconfiança em relação à eficácia da tecnologia.
Sensorialidades	Examinar como as emoções e reações nas postagens refletem as respostas ao programa.	"Não adianta nada... Minha experiência foi frustrante."	As postagens são permeadas por frustração e descrença, uma resposta emocional ao sentimento de impotência diante da falha do programa.

Tecnicidades	Verificar como a tecnologia é percebida como ferramenta de segurança pública.	"O site está apresentando erro... Não consigo cadastrar @governope"	A tecnologia é criticada pela sua falha na usabilidade, sendo vista como ineficaz devido a problemas técnicos e falta de funcionalidade.
Narrativas (Temporalidade x Tecnologias)	Investigar como as narrativas construídas entre temporalidade e tecnologia revelam as falhas do programa.	"Já fui furtada, assaltada, fiz o cadastro no alerta e até hoje nada."	A narrativa revela um ciclo de frustração, onde as pessoas sentem que o tempo não trouxe melhorias na eficácia do programa, mesmo com a tecnologia disponível.
Redes (Tecnologia x Espacialidade)	Observar como as redes sociais transformam o espaço físico das interações em um espaço virtual de resistência.	"O governo poderia dar mais oportunidades para os programadores... Os sites do governo deixam muito a desejar."	A postagem utiliza o espaço das redes sociais para criticar o governo e seu programa, sugerindo que a responsabilidade de melhorar a tecnologia deveria ser compartilhada com os desenvolvedores.

Fonte: elaboração própria.

À luz do mapa das mediações de Jesús Martín-Barbero, as críticas ao Programa podem ser compreendidas como manifestações de diferentes mediações, que incluem temporalidades, espacialidades, sensorialidades e tecnicidades (Lopes, 2018). A temporalidade, por exemplo, reflete a insatisfação com a demora nas respostas ou ações policiais após o registro de ocorrências. As espacialidades surgem nos comentários que relacionam a eficácia do programa a locais específicos, como mencionado em postagens sobre a falta de atuação policial em certas regiões. As sensorialidades estão presentes nas emoções negativas, como frustração e descrença, que permeiam as postagens e refletem um sentimento de impotência em relação à tecnologia. As tecnicidades, por outro lado, são evidenciadas nas queixas sobre falhas do sistema, como dificuldades de cadastro, o que demonstra a percepção de uma tecnologia ineficiente.

O espaço digital das redes sociais, enquanto lugar de resistência, permite que os cidadãos construam um discurso crítico e coletivo, reivindicando aprimoramentos nas ferramentas oferecidas pelo governo. As redes sociais digitais, ao transformarem o espaço físico de interação em um ambiente virtual, possibilitam que as vozes dissonantes se amplifiquem, criando uma pressão social para que o governo considere essas críticas como elementos fundamentais para a avaliação e o aperfeiçoamento contínuo de suas políticas públicas.

Muitos comentários e postagens refletem resistência ao Projeto e à tecnologia de monitoramento de informações de aparelhos celulares, especialmente entre indivíduos não beneficiados diretamente pelo programa. Expressões como "tudo balela" revelam percepção

negativa da tecnologia na ausência de benefícios pessoais imediatos. Essa resistência manifesta um padrão histórico recorrente na adoção de inovações tecnológicas: quando a população não vê impactos positivos diretos em sua realidade cotidiana, tende a rejeitar a implementação dessas soluções.

No perfil do Instagram @nanenanda, a proprietária de uma loja de assistência técnica para celulares relata, em um vídeo, sobre um furto ocorrido em sua loja, no qual dois aparelhos celulares foram subtraídos. O vídeo foi produzido com recursos de edição que cortam o espaço temporal entre as frases, tornando-o dinâmico e atraente. A autora faz afirmações estratégicas para manter a atenção de seus seguidores, na tentativa de prolongar o tempo de visualização. Por exemplo, ela utiliza frases como: "Que o ladrão entrou aqui na loja, vocês já sabem, e que ele levou dois celulares, vocês também já sabem! Mas vocês sabiam que o Governo de Pernambuco tem um programa chamado Alerta Celular?".

No vídeo, a participante demonstra, passo a passo, como os usuários podem cadastrar seus aparelhos no sistema da Secretaria de Defesa Social do Governo de Pernambuco. Ela filma seu próprio computador, mostrando o processo de cadastro, utilizando suas próprias informações como exemplo. Para assegurar que seus seguidores consigam realizar o procedimento, ela destaca: "E claro, vou mostrar pra vocês como é que faz, é super rápido!".

A autora do vídeo disponibilizado no perfil do Instagram @nanenanda, promove o programa Alerta Celular entre seus seguidores, enfatizando a rapidez e facilidade do cadastro, utilizando como base o problema da violência sofrida. Nos comentários, ao responder à pergunta de uma seguidora sobre o objetivo principal do Programa Alerta Celular, ela destaca sua importância:

- Sim gata, mas esse alerta serve pra que?
- @lucy.braid Funciona assim: depois que você se cadastra, a SDS fica com os seus dados e os do celular registrados no sistema. Quando a PM aborda algum suspeito, pode verificar por um aplicativo, na hora, se o celular foi roubado e quem é o seu verdadeiro dono.
@lucy.braid não é um sistema de rastreamento mas coopera caso a polícia faça a abordagem. E caso o suspeito esteja com celular que está cadastrado, o celular é devolvido. **Dá para confiar no governo? Não. Mas mal não faz!** (@nanenanda, 2024). (Grifo nosso).

A frase "Dá para confiar no governo? Não. Mas mal não faz!", revela uma ideologia de desconfiança generalizada em relação ao governo. Esta desconfiança não é incomum em contextos em que há percepção de ineficácia ou corrupção nas instituições públicas. Essa

ideologia se manifesta mesmo quando o discurso principal é a promoção de um programa governamental.

O discurso de @nanenanda apresenta uma contradição interessante: ela promove o Programa Alerta Celular, que é uma iniciativa governamental, mas simultaneamente expressa desconfiança em relação ao governo. Essa contradição pode ser analisada como uma forma de resistência discursiva. Segundo Pêcheux (2008), as resistências no discurso indicam lugares de conflito ideológico.

Ao dizer "Dá para confiar no governo? Não. Mas mal não faz!", a usuária @nanenanda negocia com seu público uma aceitação pragmática do programa, apesar da desconfiança. Essa postura pode ser vista como uma estratégia discursiva para alinhar-se com a percepção crítica do público em relação ao governo, ao mesmo tempo em que promove o programa. Nesse sentido, essa frase encapsula uma ideologia de desconfiança em relação ao governo, revelando uma formação discursiva crítica e pragmática. A contradição no discurso de @nanenanda exemplifica a forma como as ideologias são negociadas no discurso cotidiano, refletindo tanto a resistência quanto a aceitação pragmática das políticas públicas. O discurso de @nanenanda, portanto, ilustra a complexidade das relações entre cidadãos e instituições governamentais, onde a desconfiança coexiste com a necessidade de soluções práticas para problemas de segurança.

Os efeitos de sentido gerados pela frase final sugerem uma posição de sujeito que reconhece as limitações e falhas do governo, mas adota uma postura pragmática e utilitária. A posição sujeito da usuária @nanenanda pode ser entendida como uma mediadora entre a necessidade prática de utilizar o programa e a crítica ideológica ao governo.

As numerosas publicações sobre o Programa Alerta Celular têm como objetivo educar as pessoas sobre como proceder para cadastrar o número de registro de seus aparelhos no site da Secretaria de Defesa Social. Os procedimentos são simples para aqueles que já possuem acesso a um computador e familiaridade com formulários online e e-mails.

Os aparelhos celulares estão difundidos na sociedade, alcançando cidadãos com níveis de conhecimento e acesso à internet. Portanto, as vítimas de roubos e furtos desses aparelhos também são bastante diversificadas. Nesse contexto, o esforço para a divulgação massiva de um passo a passo sobre como realizar o cadastro na plataforma se justifica.

Entretanto, a resistência percebida por parte da sociedade, por meio da análise das postagens e participações nas redes sociais digitais, revela um extrato do público-alvo do programa. A frase "Dá para confiar no governo? Não. Mas mal não faz!", analisada anteriormente, reflete essa desconfiança generalizada em relação às instituições governamentais. Mesmo promovendo o programa, @nanenanda expressa uma postura crítica, indicando uma resistência ideológica. Essa visibilidade e interação nas redes sociais são fundamentais, pois moldam as práticas políticas dos envolvidos com essa tecnologia. As redes sociais permitem que o público expresse suas opiniões e desconfianças, influenciando a forma como as políticas públicas são percebidas e implementadas. Portanto, a promoção do Programa Alerta Celular nas redes sociais deve considerar essas resistências e trabalhar para construir confiança e aceitação entre os cidadãos.

Parte da análise do programa Alerta Celular foi realizada em diversas plataformas digitais, incluindo YouTube e outras mídias sociais, para explorar o embate entre práticas sociais e as ideologias subjacentes, conforme analisado na teoria das mediações. A investigação com relação a diferentes mídias permitiu uma compreensão abrangente sobre a aceitação e a resistência ao programa, oferecendo uma perspectiva plural das relações sociais e das críticas ao seu funcionamento e à governança de segurança pública.

No YouTube, as análises foram interrompidas quando as participações e vídeos não apresentaram diferenças entre seus conteúdos, limitando-se a um passo a passo de como cadastrar seus aparelhos telefônicos no Programa Alerta Celular. Além disso, o espaçamento dos vídeos reportados com a palavra-chave “Alerta Celular Pernambuco” que se relacionavam com a temática de estudo começou a aumentar. Nesse contexto, eram quatro ou cinco vídeos relativos a outros temas para cada vídeo que se relacionava com a tecnologia, o que também motivou a interrupção da análise.

Na Figura 14, por meio da rede social Facebook, a Secretaria de Defesa Social de Pernambuco (SDSPE), em sua campanha para promover o Programa Alerta Celular, adotou uma estratégia comunicacional que exemplifica bem a eficácia da comunicação pública contemporânea. Utilizando o depoimento do usuário @markaumendonca — um cidadão que conseguiu recuperar seu celular roubado graças a esse Programa — a SDSPE inseriu na descrição da publicação da postagem a narrativa que vai além da divulgação de um serviço público: “Coloque Seu Celular no Radar DA SDS - O depoimento do @markaumendonca representa o de vários cidadãos de Pernambuco que estão conseguindo recuperar seus aparelhos extraviados, roubados ou furtados por meio do programa Alerta Celular.” (Perfil Facebook - SDSPE, 2019).

Figura 14 - Postagem da SDS no Facebook para incentivar a participação da sociedade no Programa Alerta Celular



Fonte: Perfil Facebook da Secretaria de Defesa Social (2019)

Na análise do discurso advinda da corrente francesa, observamos que essa enunciação, o ato de produzir o discurso, é inseparável do contexto social e institucional (Pêcheux, 1969). A postagem da SDSPE na Figura 14, por meio do Facebook não só informa algo sobre o Programa, mas também se apropria do discurso de um cidadão comum para validar e legitimar a efetividade do serviço oferecido. O depoimento do usuário atua como um ponto de identificação para outros cidadãos, que podem ver na experiência relatada um reflexo de suas próprias necessidades e expectativas. A SDSPE, portanto, constrói um discurso de confiança e segurança ao mostrar que o programa já obteve resultados concretos.

Seguindo a teoria dos mapas metodológicos de Jesús Martín-Barbero, que explora as relações entre as mediações sociais e os processos comunicativos, a SDSPE utilizou uma estratégia de comunicação que mitiga resistências e engaja a comunidade de forma efetiva. Ao destacar a experiência positiva de um usuário real, a SDSPE desloca o foco do discurso institucional, geralmente visto com ceticismo, para um testemunho pessoal, um exemplo concreto. Esse deslocamento se enquadra na lógica das mediações de Jesús Martín-Barbero, que enfatiza a importância das práticas culturais e das interações cotidianas na construção do sentido (Bonin, 2019; Martín-Barbero; Rincon, 2019).

A estratégia adotada pela SDSPE não só promove o Programa Alerta Celular, mas também se insere em um processo comunicacional que busca integrar a voz do cidadão como elemento

central na validação e disseminação das políticas públicas. A participação ativa do público-alvo não é apenas incentivada, mas é apresentada como essencial para a efetividade do programa, criando um ciclo virtuoso de comunicação e engajamento. Além disso, uma outra forma de dirimir a resistência social e promover a participação dos cidadãos foi a de postagens que continham pessoas recebendo das autoridades e policiais seus aparelhos celulares furtados ou roubados, conforme apresentado na Figura 15.

Figura 15 - Entrega de um Aparelho Telefônico do Programa Alerta Celular de Pernambuco



Fonte: (Perfil Facebook SDSPE, 2020)

A análise da Figura 15 do Programa Alerta Celular, divulgada pela Polícia Civil de Pernambuco, revela uma estratégia de comunicação institucional que visa reforçar a eficiência e a acessibilidade do Programa, além de representar visualmente a relação entre a polícia e a sociedade. A fotografia destaca uma interação amigável entre uma funcionária da polícia e um cidadão, que recebe de volta um celular recuperado. Nesse sentido, discutimos como essa imagem funciona como um discurso visual de engajamento social e de legitimidade do Programa, abordando também as possíveis resistências e interpretações críticas à luz das dinâmicas de poder e da análise do discurso.

A imagem é uma tentativa de comunicar a eficácia do Programa, evidenciando um caso de sucesso em que um cidadão recupera um bem perdido graças à atuação da polícia. O registro visual de uma devolução bem-sucedida busca reforçar a confiança pública na capacidade da polícia de proteger os bens da população. A cena, com a policial sorrindo e o cidadão visivelmente satisfeito, propõe uma narrativa de proximidade e colaboração.

Essa representação também tem um aspecto de humanização da polícia. Ao mostrar uma policial de forma amigável e acessível, a imagem busca reduzir a barreira que muitas vezes existe entre a instituição policial e os cidadãos. A função da polícia se associa a aspectos repressivos e de controle social, especialmente em contextos nos quais a população tem receios históricos ou desconfianças em relação às forças de segurança. Nessa figura 3, contudo, a policial é representada como uma figura de apoio e de serviço, o que pode contribuir para amenizar percepções negativas e, potencialmente, reduzir resistências por parte do público em relação à polícia. Esse esforço de humanização é estratégico, pois busca construir uma imagem de “polícia cidadã”, voltada ao atendimento das necessidades comunitárias e que se preocupa com a satisfação dos cidadãos.

Além de projetar uma imagem positiva do Programa, a fotografia também funciona como incentivo ao engajamento cidadão. Ao estimular a adesão ao Alerta Celular, a cena reforça a ideia de que a responsabilidade pela segurança pública é compartilhada, deslocando parte do ônus para os cidadãos. Isso cria um paradoxo, onde a colaboração voluntária é apresentada como um dever cívico, mascarando interesses institucionais de controle e vigilância, ao mesmo tempo em que legitima a dependência do público em programas governamentais para a recuperação de bens. Nesse contexto, uma análise crítica e baseada na análise do discurso revela possíveis camadas de significados e questões de resistência que podem ser levantadas pela sociedade.

Em contextos nos quais a confiança na polícia não é unânime, a imagem pode ser interpretada de maneira ambígua, principalmente por aqueles que desconfiam das intenções por trás das tecnologias de vigilância (Queiroz; Teixeira Jr; Knoerr, 2014). A promoção do Alerta Celular, ainda que efetiva em sua proposta, pode ser vista por alguns como meio de legitimar práticas de monitoramento e rastreamento que, embora aplicadas ao combate ao crime, também levantam preocupações sobre a privacidade dos cidadãos e o alcance dos mecanismos de controle estatal.

O uso de tecnologias de rastreamento, nesse contexto, introduz uma possível disputa de poder entre a autoridade estatal e a liberdade individual. Ainda que a intenção do programa seja garantir a segurança, ele pode ser percebido por parte da sociedade como uma forma de expandir o controle do Estado sobre a vida privada dos cidadãos (Castro; Pedro, 2013). Assim, a imagem promovida pela polícia, ao sugerir um contexto ideal de colaboração e resultados positivos, também pode despertar questionamentos sobre as verdadeiras implicações do uso

dessas tecnologias. Sob a ótica da análise do discurso, essa cena é um espaço de negociação simbólica segundo a qual a polícia apresenta uma narrativa de eficiência e cuidado, mas também pode haver recepção crítica da parte do público, especialmente em relação à questão da vigilância e das liberdades individuais.

No contexto das mídias sociais, em que a imagem circula, os comentários e reações dos usuários podem evidenciar tanto apoio quanto resistências. A internet, como espaço de expressão coletiva, permite que indivíduos insatisfeitos ou desconfiados compartilhem suas críticas com respeito a programas de segurança e sobre a própria atuação da polícia (Miller *et al.*, 2019). Em muitos casos, cidadãos expressam frustrações com a falta de canais formais para discutir o objetivo das políticas de segurança pública, recorrendo às redes para manifestar suas opiniões e questionamentos. Essas interações online revelam uma dinâmica de resistência, onde o discurso institucional da polícia é confrontado pelas percepções e experiências dos próprios cidadãos.

Na Figura 16, vemos uma nova cena do programa Alerta Celular, onde uma policial civil está em interação direta com um cidadão idoso que busca assistência. Diferente da figura anterior, nesta imagem, o contexto da interação evidencia um aspecto mais formal e institucional, com a policial demonstrando atenção e seriedade ao escutar o cidadão, o que pode reforçar a confiabilidade do programa para as faixas etárias. A presença do cartaz de divulgação do Programa ao lado direito enfatiza novamente a orientação pedagógica da iniciativa, incentivando o cadastro de aparelhos celulares.

Figura 16 - Evento de entrega de aparelhos telefônicos do Programa Alerta Celular em Pernambuco



Fonte: (Perfil Facebook SDSPE, 2019)

Complementando a análise da figura 16, esta imagem também reforça a mensagem de acessibilidade e aproximação do programa, mas com um foco maior na inclusão de diferentes perfis de cidadãos. Ao envolver um homem idoso, a imagem pode apelar para o público sênior, que se encontra em posição vulnerável e que pode ter mais resistência ou limitações quanto ao uso de tecnologias que envolvam participação ativa no cadastro de aparelhos celulares junto ao sistema da SDS. Isso reflete uma tentativa de mostrar o Alerta Celular como um programa universal, acessível a todos e voltado para a segurança de determinados segmentos da população, reforçando, assim, uma imagem de serviço público inclusivo.

Na rede social digital TikTok, a Secretaria de Defesa Social, a Polícia Militar e a Polícia Civil, todos de Pernambuco, não possuíam, à época desse estudo (novembro de 2024), um perfil na referida rede social. Contudo, o Governo de Pernambuco possui um perfil (@govrnoppe) com cerca de 18 mil seguidores.

A análise das interações no TikTok sobre o Programa Alerta Celular revela como a comunicação e o engajamento nas redes sociais podem influenciar a percepção pública sobre políticas de segurança. As respostas e interações dos usuários, como mostrado na rede social, variam de apoio expressivo à busca por informações técnicas, refletindo diferentes níveis de engajamento e compreensão do programa.

Um exemplo de engajamento positivo é a resposta do usuário "🌟JASPER🌟", que expressa entusiasmo e apoio ao programa: "amei o perfil no tiktok 🥰🥰🥰 já acompanho vcs no YouTube 💪❤️ sucesso!!!" Essa manifestação de apoio não apenas mostra a aprovação do público, mas também destaca a importância de um perfil ativo e engajado nas redes sociais voltado para o sucesso de iniciativas públicas. A resposta de "ROCAM_69", "vlw amigo! ❤️👊", por sua vez, exemplifica a reciprocidade e a construção de uma comunidade em torno da segurança pública digital, que pode efetivamente aumentar a visibilidade e a aderência ao programa. Por outro lado, a interação de "@rtur zn" revela uma faceta diferente: a busca por informações básicas, como evidenciado pelas perguntas "oq e serial" e "oq e imeil". Essas questões indicam uma possível barreira de conhecimento que pode impactar a eficácia do programa. A falta de compreensão sobre aspectos técnicos fundamentais, como o número de série (serial) e o IMEI (*International Mobile Equipment Identity*), sugere que as campanhas de comunicação podem precisar focar mais em educar o público sobre a maneira como e porque registrar seus dispositivos no sistema do Programa Alerta Celular.

A promoção do cadastramento gratuito de celulares, conforme descrito pelo Tenente da PMPE, Ten Isaky, e a sua apresentação no estilo de um YouTuber/Influencer, mostram uma adaptação das estratégias de comunicação às preferências do público jovem e usuário de redes sociais. Essa abordagem pode, não apenas ampliar o alcance das informações, mas também tornar a participação no programa mais atraente para um público que valoriza a comunicação dinâmica e direta. Assim, as menções ao local e horário do cadastramento "15º BPM FARÁ CADASTRAMENTO GRATUITO DE CELULARES NO ALERTA CELULAR EM BELO JARDIM A manhã... na Secretaria de Políticas Públicas para a Mulher", e a instrução para levar um documento oficial com foto, são detalhes práticos que, divulgados com uso de uma plataforma de ampla visibilidade como o TikTok, têm o potencial de aumentar significativamente a participação cidadã.

Essa interação entre as práticas de comunicação do governo e a dinâmica das redes sociais, à luz da teoria do mapa das mediações de Jesús Martín-Barbero, revela a forma como os meios de comunicação podem transformar a participação pública em governança da segurança pública. As redes sociais servem como novos espaços de mediação onde as políticas públicas não só são divulgadas, mas também discutidas, questionadas e validadas pela comunidade. A eficácia dessas políticas, portanto, pode estar diretamente relacionada à habilidade de engajar e educar o público por meio dessas plataformas. O quadro 19 assinala as interações que ocorrem

no TikTok com relação ao Programa Alerta Celular, à luz do mapa das mediações. Esse mapa teórico permite compreender algo a respeito do modo como as práticas de comunicação são mediadas pelas dimensões de temporalidades, espacialidades, sensorialidades, tecnicidades, e que emergem dessas dimensões sobre políticas de segurança, revelando tanto potencialidades, quanto limitações na comunicação entre governo e sociedade.

Quadro 19 - Análise das Interações no TikTok sobre o Programa Alerta Celular à Luz do Mapa das Mediações de Jesús Martín-Barbero

Mediações	Descrição	Análise do texto
Temporalidade	Como as práticas comunicativas e interações são influenciadas por contextos temporais (históricos ou do momento presente).	As interações no TikTok refletem a atual dependência da comunicação instantânea e digital, especialmente entre públicos jovens. A escolha do estilo de "influenciador" do Tenente Isaky adapta a mensagem à era das redes sociais, promovendo engajamento rápido e direto.
Espacialidade	As relações de proximidade e distanciamento entre sujeitos e mensagens, considerando os espaços em que as interações ocorrem.	O TikTok, como espaço digital, permite a superação de barreiras físicas, ampliando o alcance do programa às localidades. As instruções práticas sobre locais de cadastramento reforçam a conexão entre o digital (espaço da divulgação) e o físico (local de participação).
Sensorialidade	A relação entre comunicação e sentidos humanos, como a percepção visual, auditiva e interativa nos meios de comunicação.	O uso de vídeos curtos e atrativos no TikTok, com linguagem informal e visual dinâmico, reforça a sensorialidade como ferramenta de engajamento, especialmente para públicos visuais, como os jovens, que consomem conteúdos rápidos e apelativos.
Tecnicidade	Como a técnica e as ferramentas de comunicação moldam a relação entre públicos e instituições.	A utilização de plataformas como o TikTok e YouTube evidencia a tecnicidade na mediação entre o programa e os cidadãos. No entanto, as dúvidas sobre termos como "IMEI" e "serial" indicam que barreiras técnicas ainda precisam ser superadas, com campanhas mais didáticas.
Narrativa	A forma como histórias e discursos constroem sentido na interação entre tecnicidade e temporalidade.	As histórias de sucesso e apoio, como a resposta de "🌟JASPER🌟", criam uma narrativa positiva em torno do programa, fortalecendo a adesão pública. Por outro lado, o relato de dúvidas técnicas revela como a narrativa do programa precisa incluir um tom mais educativo e instrutivo para ser universalmente acessível.
Redes	As conexões entre os sujeitos nos espaços digitais e as relações de poder, engajamento ou resistência que surgem nesse ambiente.	Respostas como "vlw amigão!❤️👍" e dúvidas de "@rtur zn" mostram como o TikTok atua como rede para debates, questionamentos e reforço comunitário. A plataforma se torna um espaço de interação onde as políticas públicas podem ser validadas, criticadas e questionadas.

Fonte: elaboração própria.

A análise do discurso permite observar como as relações de poder, os significados e as resistências se manifestam nas interações digitais. No caso do TikTok, as mensagens de apoio, como as de "🌟JASPER🌟" e "ROCAM_69", carregam elementos de validação discursiva, construindo um discurso de aceitação e integração. Esse apoio pode ser entendido como uma

tentativa de legitimação da política pública, onde o engajamento na plataforma serve como reforço de adesão simbólica. No entanto, o uso de emojis e gírias nesses discursos também indica uma transformação no tom institucional: o programa é reconfigurado para dialogar com públicos jovens em um ambiente de informalidade, rompendo com discursos tradicionalmente rígidos associados à segurança pública. Por outro lado, as dúvidas levantadas por "@rtur zn" ("oq e serial" e "oq e imeil") destacam um discurso que questiona o acesso e a compreensão técnica do Programa. Esses questionamentos revelam uma tensão discursiva entre os objetivos do governo e as capacidades do público-alvo em decodificar os termos técnicos apresentados.

A análise do discurso evidencia que essas lacunas de entendimento podem ser interpretadas como resistências simbólicas à tecnicidade do Programa, reforçando a necessidade de um discurso mais didático e acessível, que traduza os termos técnicos em uma linguagem comum. Nesse contexto, as narrativas positivas reforçam a adesão ao Programa e as dúvidas e resistências destacam a necessidade de ajustar os discursos institucionais às capacidades e necessidades do público. Assim, o TikTok não é apenas um canal de divulgação, mas um espaço de disputa discursiva e de construção de significados sobre governança e participação cidadã.

Na rede social X, as postagens analisadas apresentam um padrão de comunicação que destaca a utilidade pública do programa e a necessidade de envolvimento dos cidadãos para sua eficácia. Por exemplo, frases como "Ajudem-nos a devolver o seu celular" enfatizam que, sem a participação ativa do público em registrar seus aparelhos, o programa não pode atingir seu potencial pleno. Isso reflete uma estratégia discursiva que visa responsabilizar parcialmente o cidadão pela segurança dos seus pertences, enquanto oferece uma ferramenta estatal para auxiliar nesse processo.

As mensagens utilizam linguagem direta e apelos à ação, como "Clique aqui" e instruções simples de como registrar o IMEI do celular, demonstrando uma tentativa de reduzir barreiras ao engajamento público. Além disso, a recorrência de hashtags como #AlertaCelular, #VamosDivulgar, e #ChegaDeRoubo contribui para a formação de uma comunidade online focada no combate ao roubo de celulares, utilizando a rede social como plataforma de mobilização e conscientização.

Do ponto de vista do mapa das mediações, essas interações entre o estado e os cidadãos são mediadas por dispositivos tecnológicos que alteram não apenas a forma como a segurança é percebida, mas também como ela vem sendo praticada. Ao seus membros permitirem a

disseminação rápida de informações e a interação direta entre governo e cidadãos, as redes sociais se transformam em dispositivos de governança que refletem e reforçam a participação pública (Billi; Mascareño; Edwards, 2021; Gjaltrema; Biesbroek; Termeer, 2020).

A resistência ao Programa, embora não explicitamente mencionada nas postagens, pode ser inferida pelo foco repetitivo em persuadir o público a participar. Isso sugere que, apesar dos esforços comunicacionais, ainda exista uma hesitação ou falta de conhecimento amplo sobre o programa que precisa ser constantemente abordado pelas estratégias de comunicação.

Por meio desta análise discursiva, evidencia-se que o Alerta Celular é mais do que uma ferramenta tecnológica; é também um espaço de interação social onde se cruzam discursos, tecnologias e práticas sociais. Esta interface entre tecnologia, comunicação e participação cívica é crucial para entender as novas formas de governança e segurança pública no contexto contemporâneo.

5.6.2. Participação Social

As novas tecnologias de gestão na segurança pública são frequentemente apresentadas como soluções inevitáveis para o controle e melhoria da segurança (Ressetti et al., 2022), mas também são alvos de resistências e debates intensos nas redes sociais digitais. A teoria do mapa das mediações oferece um referencial para compreender essas dinâmicas, destacando as mediações culturais, tecnológicas e sociais que moldam a relação entre cidadãos e poder estatal. Nesse sentido, a dificuldade com que a sociedade consegue discutir a respeito das políticas de segurança pública pode ser vista como uma estratégia de silenciamento das resistências, restringindo a capacidade dos cidadãos no sentido de influenciar diretamente essas políticas e resistir ao controle exercido pelo Estado sobre suas vidas.

Durante a fase de implementação dos planos de segurança pública em Pernambuco, como o Pacto pela Vida e o Juntos pela Segurança, observou-se uma maior participação social, marcada por consultas e diálogos com a sociedade civil na formulação dessas políticas. Esse período foi marcado pela criação de espaços de interação, permitindo uma participação cidadã que refletiu o interesse coletivo nas soluções de segurança pública. Sob a ótica da teoria das mediações (Martín-Barbero, 2009), esse cenário contrasta com a realidade atual, na qual a participação social foi enfraquecida após a implementação das políticas. A tecnologia, que inicialmente poderia ter sido um meio de promover maior diálogo, torna-se instrumento de centralização do poder e controle, limitando o escrutínio público.

No período de implantação do programa Governo Presente do Pacto pela Vida, houve um momento de intenso envolvimento da sociedade, que resultou na criação de uma legislação estadual (lei nº 14.357, de 14 de julho de 2011) que formaliza a participação cidadã na formulação de políticas de segurança pública. No entanto, não obstante o fato de essa legislação ainda estar em vigor, a prática de participação social se encontra enfraquecida no que se refere ao acompanhamento e implementação de políticas de segurança pública.

A ausência de espaços formais e efetivos de deliberação pública faz com que a sociedade se remodele e busque novas formas de participação e resistência em temas de interesse social, como as políticas de segurança que envolvem novas tecnologias de gestão, como o Programa Alerta Celular. Nesse contexto, as mídias sociais digitais emergem como espaços de resistência não oficiais, que, embora não regulamentados por uma legislação formal, influenciam e são moldados pelo poder exercido pelo Estado. As redes sociais tornam-se, assim, arenas de debate e resistência, onde cidadãos podem questionar, criticar e interagir com os representantes das políticas de segurança, reconfigurando sua participação em um cenário de governança tecnológica.

Ainda que a participação social nas mídias sociais digitais tenha o potencial de influenciar a opinião pública sobre temas relacionados às políticas de segurança pública, a experiência prática demonstra que a efetividade de tais influências é limitada quando comparada a formas institucionais de participação social. No período entre 2008 e 2014, quando a governança da segurança pública em Pernambuco foi marcada pela atuação da Câmara de Prevenção Social e suas reuniões temáticas com a comunidade, observou-se uma redução significativa nos índices de criminalidade. Essas reuniões proporcionam um espaço formal de deliberação, onde as demandas e percepções da população são ouvidas e integradas na formulação das políticas públicas de segurança, promovendo uma interação constante e direta entre o Estado e a sociedade civil.

Esse período de governança participativa demonstra que políticas de participação social efetivas, quando estruturadas e mantidas de forma perene, têm um impacto positivo na segurança pública. Ao integrar as vozes da comunidade nas discussões de temas como a prevenção da criminalidade, o Estado conseguiu elaborar políticas conectadas às realidades locais e, conseqüentemente, efetivas. Sob a perspectiva da teoria das mediações de Jesús Martín-Barbero, a interação entre a sociedade e o Estado nesse contexto configura-se como uma articulação que permite o fortalecimento da governança, mostrando que, não obstante o papel

que as redes sociais desempenham como espaços de resistência e debate, é nas estruturas formais de participação que a sociedade tem maior poder de influenciar diretamente a governança da segurança pública. Dessa forma, é possível inferir que a criação e manutenção de mecanismos participativos efetivos podem ser fundamentais para o sucesso de políticas de segurança pública, mais do que as influências fragmentadas e, muitas vezes, dispersas nas redes digitais.

Embora exista a ausência de participação formal dificulte o questionamento e a resistência às políticas de segurança pública, este estudo revela que as mídias sociais digitais se apresentam como espaços alternativos e dinâmicos de contestação. Sob a luz da teoria das mediações, proposta por Jesús Martín-Barbero, esses ambientes digitais se mostram fundamentais na reconfiguração das relações de poder, permitindo à sociedade civil encontrar novas formas de resistir, discutir e influenciar o uso das tecnologias na governança da segurança pública.

5.6.3. Mediações Tecnológicas e Estratégias de Comunicação: A Relação entre o Discurso da Polícia Civil de Pernambuco e o Programa Alerta Celular no Instagram

Nesta subseção, exploramos a forma como as tecnologias digitais influenciam as estratégias comunicacionais da Polícia Civil de Pernambuco (PCPE) e a relação com o público-alvo por meio do Programa Alerta Celular. A análise enfoca as interações discursivas nas postagens do Instagram da PCPE, evidenciando os vínculos entre os códigos analíticos, as categorias emergentes e as práticas comunicacionais observadas. Nesse contexto, a figura 17 apresenta uma rede representativa que conecta os códigos analíticos, as categorias identificadas e os dados qualitativos coletados em uma entrevista em grupo focal, destacando as dinâmicas de mediação tecnológica e as estratégias de comunicação identificadas durante o estudo.

Figura 17 - Rede das Categorias Analíticas e Emergentes do Grupo Focal

A análise da rede de conceitos permite compreender como os participantes percebem a comunicação da PCPE no Instagram e quais são os principais desafios e oportunidades nesse contexto.

A entrevista semiestruturada com o grupo focal sobre o programa Alerta Celular, transcrito por integrantes da Assessoria de Comunicação da Polícia Civil de Pernambuco, permite observar a maneira como os processos comunicativos e tecnológicos se entrelaçam nas estratégias de segurança pública nesse estado. A análise é realizada sob a ótica do mapa das mediações de Jesús Martín-Barbero, cuja teoria permite compreender as dinâmicas culturais que envolvem a mediação tecnológica e sua recepção pela sociedade (Bonin, 2019; Martín-Barbero, 2009). Assim, ilustra-se como as novas tecnologias são integradas nas práticas cotidianas da segurança pública e de que forma isso repercute na população.

Primeiramente, a análise da fala: *"Então é muito legal e a gente consegue sempre um aumento nesse número de pessoas que registram. Consequentemente, com o maior aumento no número de cadastros, a gente consegue devolver mais celulares"* (E1), demonstra a eficácia prática do Programa Alerta Celular em gerar engajamento tanto por parte da população quanto pela própria Polícia Civil. Essa interação evidencia o impacto do Programa como estratégia comunicativa e tecnológica que transcende o uso instrumental da tecnologia, transformando-se em uma prática integrada ao cotidiano. Sob a perspectiva do mapa das mediações, essa dinâmica representa uma reconfiguração do tecido social pela mediação tecnológica, conectando a experiência vivida pelos cidadãos com as políticas de segurança pública (Lopes, 2018b; Martín-Barbero; Rincon, 2019).

A estratégia de comunicação e divulgação do Programa Alerta Celular durante eventos e a disponibilidade de pontos de cadastro de aparelhos celulares, como mencionado na transcrição, *"na Avenida Rio Branco, tem o alerta bike e o alerta celular. Então a gente tem tentado levar para grandes eventos também, a pessoa já pode fazer ali, é rápido, sem fila"* (E2) aponta para a capacidade de adaptação e resposta às necessidades comunicativas e culturais da população. Esse aspecto é central na teoria das mediações, em que o foco não se efetua apenas a tecnologia em si, mas como ela é utilizada para criar formas de comunicação e interação (Martín-Barbero, 2018).

O fato de o serviço do Programa Alerta Celular ser *"o serviço que mais funciona e que a população mais agradece realmente"* como citado por E1, reforça a eficácia da mediação

tecnológica em criar uma ponte entre a instituição de segurança pública e a comunidade, melhorando não só a eficiência operacional, mas também fortalecendo a confiança e a cooperação mútua entre os cidadãos e a polícia.

Essas observações, apoiadas pela teoria do mapa das mediações, sublinham o padrão como as práticas de segurança pública podem ser entendidas não apenas como respostas a crimes, mas também como parte integrante de uma rede cultural que envolve significados, práticas e identidades em constante transformação. Esse enfoque permite uma análise rica sobre a forma como as políticas de segurança pública são percebidas e vivenciadas no dia a dia dos cidadãos.

A partir do Quadro 20, destacamos a maneira como as informações coletadas se entrelaçam com a teoria do mapa das mediações. Este quadro apresenta uma seleção de depoimentos coletados durante entrevista semiestruturada com grupo focal realizada com quatro participantes da Polícia Civil de Pernambuco (PCPE), responsáveis pela comunicação institucional do perfil institucional no Instagram. O grupo focal foi conduzido com o objetivo de compreender as práticas comunicativas e as estratégias utilizadas pela PCPE no uso de plataformas digitais, especialmente o Instagram, para promover a segurança pública e o relacionamento com a sociedade. Assim, as participantes, identificadas como E1, E2, E3 e E4, discutiram suas experiências no desenvolvimento de campanhas de conscientização, a colaboração com a imprensa e os desafios tecnológicos enfrentados na modernização dos processos internos. Com suas vozes, o Quadro 20 revela a maneira como a comunicação institucional da PCPE tem se adaptado às novas demandas sociais, tecnológicas e culturais, transformando-se em uma ferramenta essencial a prevenção de crimes e aproximação com a população.

Quadro 20 - Extrato da entrevista semiestruturada com grupo focal - comunicação da mídia digital da Polícia Civil de Pernambuco - PCPE

Participante	Citação	Tema Relacionado
E1	“A gente fixou porque são vídeos de serviço. [...] Ele se mantém nos primeiros. Assim que a pessoa entrar no perfil da Polícia Civil, vai estar ali alertas de golpes no início.”	Foco nas publicações fixadas para alertas de golpes no Instagram da PCPE
E2	“Mas isso é bacana. [...] E a gente faz um vídeo com um tema e a imprensa está procurando a gente.”	Estratégia intuitiva que envolveu mulheres delegadas e o aumento da visibilidade das campanhas.
E1	“Hoje mesmo, assim que a gente postou, começaram a chegar demandas da imprensa pedindo para falar sobre isso. [...] Então mostra o poder que tem a rede social. Essa ferramenta nova.”	Impacto direto das postagens no Instagram com respeito ao envolvimento da imprensa.

E3	“Na verdade, é uma análise geral de tudo, do contexto. [...] Então é quando a gente realmente tenta esclarecer e levar isso para a população de maneira geral.”	Avaliação de contexto e identificação dos tipos de crimes para comunicação e prevenção.
E2	“Eu fui gravar com a Isabela (Delegada), esse vídeo do Desenrola, [...] Então a gente vai dar pauta para uma coisa, chega lá e acabam surgindo outras pautas.”	Flexibilidade no planejamento de gravações e surgimento de novas pautas durante interações com delegados.
E4	“Porque existem crimes que Eles são mais pontuais em algumas regiões. [...] Aí a gente já procura também gravar para dar uma orientação sobre aquele crime.”	Identificação de crimes específicos em diferentes áreas e ajustes na comunicação.
E1	“É tranquilo, como em qualquer empresa, [...] a gente sempre está seguindo isso, então a gente está sempre alinhado [...] com a Secretaria de Defesa Social, que é quem a gente responde, e também a gestão governamental.”	Linha editorial e alinhamento com a Secretaria de Defesa Social e governo estadual.
E4	“Então, recebimento de equipamentos, por meio de emenda parlamentar, [...] para qualquer cidadão que vai procurar uma unidade policial.”	Colaboração entre os poderes e uso de emendas parlamentares para melhorias de infraestrutura.
E2	“Tem! Existe, foi assinado recentemente um termo de convênios, [...] para que a gente absorva estudantes de várias áreas [...] Inclusive de comunicação.”	Colaborações com instituições privadas e públicas por meio de convênios educacionais.
E4	“A gente traz essas pessoas mais jovens, [...] renova esse ambiente policial e passa um pouco da experiência, da vivência profissional.”	Troca de experiências entre estudantes e profissionais da polícia.
E2	“É baita elogiado. [...] E aí a gente faz essa questão de divulgar mais, de dar esse reforço nas divulgações.”	O sucesso do Programa Alerta Celular e o impacto positivo nas devoluções de celulares roubados.
E3	“A bike tem um número de chassi [...] equivalente ao imei do celular.”	A implementação do Programa Alerta Bike e sua importância no contexto de segurança pública.
E4	“O drone, [...] e a gente tem conseguido conquistar cada vez mais equipamento. [...] Então a gente conseguiu entregar alguns até lá, ao longo desses anos, para ajudar nas investigações.”	Uso de drones e tecnologia como ferramentas para otimizar o trabalho da polícia.
E1	“Não é só o receber, você tem que ter a capacitação, tem que ter a autorização. [...] Não utilizar com irresponsabilidade.”	Necessidade de capacitação para uso de novas tecnologias.
E2	“O PCPE virtual. Sim, é o SPP (Sistema de Procedimentos Policiais). [...] vai ser uma espécie de uma revolução.”	O Sistema de Procedimentos Policiais (SPP) como marco de modernização.
E3	“Porque a polícia, ela também precisa acompanhar essa evolução tecnológica. [...] a gente tem que correr atrás realmente para tentar se modernizar, para otimizar o trabalho dos policiais.”	Necessidade de modernização tecnológica para otimizar o trabalho policial.
E1	“O crime acontece em um município que não conta com a delegacia de plantão. [...] A partir do momento que a gente implantar o flagrante virtual.”	Introdução de audiência virtual como solução para delegacias em locais sem plantão.

Fonte: elaboração própria.

Os relatos dos participantes da Polícia Civil de Pernambuco (PCPE) refletem um cenário complexo de governança da segurança pública mediada por tecnologias digitais, em que as resistências percebidas, tanto internas, quanto externas, se entrelaçam com os eixos do mapa das mediações. A modernização tecnológica emerge como um elemento central no discurso

institucional, mas encontra barreiras relacionadas às temporalidades institucionais, tecnicidades, espacialidades e narrativas. A análise evidencia que, embora haja avanços na utilização de ferramentas como o Instagram, drones e programas como o Alerta Celular, a implementação dessas tecnologias enfrenta resistências internas, como a necessidade de capacitação e alinhamento com diretrizes superiores, e externas, ligadas à limitação da participação social.

No eixo das tecnicidades, as tecnologias são vistas como ferramentas transformadoras, com destaque para o Sistema de Procedimentos Policiais (SPP), descrito como uma revolução no âmbito da PCPE. Essa modernização busca otimizar processos e melhorar a comunicação com a sociedade, como no caso do programa Alerta Bike e das campanhas educativas nas redes sociais. Contudo, as falas revelam que o uso dessas ferramentas exige não apenas infraestrutura, mas também capacitação técnica e autorização, o que reflete tensões entre as demandas tecnológicas e a estrutura institucional. Essa relação é ilustrada por E1, que aponta que *“não é só o receber, você tem que ter a capacitação, tem que ter a autorização”*. Assim, as tecnicidades são limitadas por temporalidades institucionais mais lentas, o que dificulta a adaptação às demandas contemporâneas.

No eixo das espacialidades, as tecnologias digitais têm permitido superar limitações físicas, como a introdução de audiências virtuais em municípios sem delegacias de plantão, o que demonstra um esforço para adaptar práticas institucionais às especificidades geográficas. Contudo, a governança ainda enfrenta dificuldades para integrar essas soluções a uma visão mais ampla de participação social em comparação com outras formas mais tradicionais de engajamento comunitário. As campanhas realizadas no Instagram, embora consideradas estratégicas para informar e conscientizar, mostram uma interação superficial com a população, restringindo-se à disseminação de informações, como descrito por E2. Essa abordagem limita o potencial das redes sociais como espaços de diálogo e construção coletiva de políticas públicas, evidenciando uma lacuna na mediação narrativa.

A mediação narrativa revela um aspecto crítico: a ausência de um diálogo efetivo entre representantes da polícia e da sociedade. Apesar de reconhecerem o impacto positivo das redes sociais na divulgação de campanhas e programas, as participantes não indicaram iniciativas que promovam uma participação ativa da população na formulação ou monitoramento das políticas de segurança pública. As interações descritas por E3, como a necessidade de *“correr atrás para se modernizar”*, refletem um esforço institucional para acompanhar a evolução tecnológica,

mas sem explorar plenamente o papel das mídias sociais como espaços legítimos de debate público. Essa ausência de participação ativa reforça a percepção de que as redes sociais são utilizadas mais como ferramentas de comunicação unilateral do que como canais de governança democrática.

A governança da segurança pública, nesse contexto de implementação tecnológica, revela-se como uma prática institucional centralizada e alinhada às diretrizes da Secretaria de Defesa Social e do governo estadual, como mencionado por E1. Essa estrutura hierárquica, embora eficiente para a implementação de programas como o Alerta Celular, não parece contemplar mecanismos efetivos de escuta e inclusão social contínua. Além disso, a colaboração com outras instituições, como escolas e a imprensa, e o uso de emendas parlamentares para infraestrutura demonstram esforços para integrar diferentes setores da sociedade. Contudo, tais iniciativas não garantem a criação de canais formais de participação social, resultando em uma governança que ainda é percebida como distante da população e pouco transparente.

As resistências percebidas nas falas das participantes, tanto no uso de tecnologias de comunicação, quanto na promoção de uma interação inclusiva com a sociedade, podem ser analisadas à luz do mapa das mediações no que diz respeito às dinâmicas de poder e participação. A tensão entre temporalidades, com a modernização tecnológica exigindo mudanças rápidas em instituições de estrutura rígida, e tecnicidades, que demandam capacitação e infraestrutura, ilustra os desafios enfrentados pela governança. As espacialidades são mediadas pela virtualidade das redes sociais, que permitem superar barreiras físicas, mas carecem de estratégias para promover engajamento efetivo. Já as narrativas institucionais mostram-se limitadas, priorizando a disseminação de informações em detrimento da construção de um diálogo participativo.

Em suma, as resistências não devem ser vistas apenas como barreiras, mas como pontos de articulação para uma transformação inclusiva na governança da segurança pública. As tecnologias digitais, embora introduzidas como soluções inovadoras, só poderão cumprir plenamente seu papel mediador se forem acompanhadas de esforços para alinhar as temporalidades institucionais às demandas contemporâneas e promover uma participação social efetiva. As interações entre os eixos do mapa das mediações sugerem que a governança deve ser revisitada, de modo a integrar as demandas sociais e institucionais, utilizando as redes sociais não apenas como plataformas de comunicação, mas como espaços legítimos de debate e co-construção de políticas públicas.

O Quadro 21 apresenta uma análise detalhada das respostas dos entrevistados em relação às novas tecnologias e sua interseção com os eixos e mediações do mapa de Jesús Martín-Barbero. Assim, sintetiza os principais pontos levantados pelos entrevistados, destacando como as temporalidades, espacialidades, sensorialidades e tecnicidades são moldadas e questionadas pelas dinâmicas sociais e institucionais. Os dados revelam tanto as potencialidades quanto os desafios enfrentados no uso de tecnologias na segurança pública, especialmente no contexto da Polícia Civil de Pernambuco.

Quadro 21 - Análise das Percepções dos Entrevistados Sobre Tecnologias e Governança da Segurança Pública

Entrevistado	Resposta Principal	Eixo	Mediação	Descrição da Cobertura
E1	Discute a forma como as novas tecnologias alteram a percepção do tempo nas atividades policiais.	Temporalidades	Narrativas	Explora como a tecnologia influencia a urgência e a imediatidade percebida na segurança pública.
E1	Questiona a presença da tecnologia no ambiente urbano e sua influência no policiamento comunitário.	Espacialidades	Redes	Descreve o impacto das tecnologias no espaço público e nas dinâmicas de vigilância urbana.
E2	Reflete sobre as mudanças sensoriais proporcionadas pelas câmeras corporais e a interação dos policiais com o público.	Sensorialidades	-	Destaca as novas experiências sensoriais que influenciam a relação entre policial e cidadão.
E2	Menciona como o uso de dados do programa Alerta Celular afeta o planejamento estratégico.	Tecnologias	Narrativas	Analisa a utilização de estatísticas e dados para justificar as práticas de segurança pública.
E3	Comenta a resistência da sociedade ao uso de novas tecnologias de vigilância, especialmente nas redes sociais.	Tecnologias	Redes	Examina como as redes sociais refletem e amplificam a resistência social a certas políticas tecnológicas.
E3	Discute a falta de participação social na execução contínua das políticas de segurança pública, exceto em programas específicos como o Governo Presente.	Temporalidades	Narrativas	Ressalta a diferença entre o envolvimento inicial da sociedade e sua exclusão subsequente na implementação contínua.
E4	Avalia a influência do mapeamento estatístico na definição das zonas de maior vigilância.	Espacialidades	Redes	Relaciona o uso de dados georreferenciados com a intensificação da segurança em áreas específicas.

Fonte: elaboração própria.

O Quadro 21 demonstra o modo como as entrevistadas da Polícia Civil de Pernambuco percebem e vivenciam as mudanças provocadas pelas novas tecnologias de gestão. A análise fundamentada no mapa das mediações revela as interseções entre os eixos de temporalidades, espacialidades, sensorialidades e tecnologias, bem como as mediações associadas.

O eixo das temporalidades, articulado pela mediação das narrativas, é abordado em duas perspectivas distintas. Em primeiro lugar, E1 destaca como as tecnologias alteram a percepção de tempo nas atividades policiais, impondo uma urgência e imediatidade que transformam os processos institucionais. Esse dinamismo, entretanto, não é homogêneo, encontrando resistências na temporalidade lenta das instituições públicas. Em outro ponto, E3 ressalta a diferença entre a participação inicial da sociedade na formulação de políticas públicas e sua exclusão no acompanhamento contínuo, evidenciando uma desconexão temporal entre os ciclos de governança e as expectativas sociais.

O eixo das espacialidades mediado pelas redes sociais digitais se mostra central no discurso dos entrevistados. Assim, E1 explora a influência das tecnologias no policiamento comunitário e a pauta centrada na vigilância urbana, em que destaca a forma como essas ferramentas moldam as dinâmicas dos espaços públicos. Já E4 assinala o papel do mapeamento estatístico na intensificação da segurança em áreas específicas, o que reflete uma governança espacialmente seletiva, priorizando zonas de maior vulnerabilidade ou incidência de crimes. Contudo, essas ações levantam questionamentos éticos sobre o impacto das tecnologias de comunicação no direito à privacidade e na equidade de acesso à segurança.

No eixo das sensorialidades, embora ausente uma mediação direta, E2 chama a atenção para as mudanças sensoriais proporcionadas pelas câmeras corporais, destacando-se o modo como elas transformam a interação entre policiais e cidadãos. Portanto, tais tecnologias não apenas registram eventos, mas também reconfiguram as percepções dos envolvidos, criando novos padrões de comportamento e expectativas na relação entre o Estado e a sociedade.

Por fim, o eixo das tecnicidades, mediado tanto pelas narrativas, quanto pelas redes, apresenta-se como o mais polêmico e debatido em relação às sensorialidades. E2 reflete sobre o uso de dados do programa Alerta Celular no planejamento estratégico, mostrando como as estatísticas são mobilizadas para justificar práticas de segurança pública. A E3 aborda a resistência da sociedade ao uso de tecnologias de vigilância, particularmente nas redes sociais, que atuam como espaços de contestação. Essas resistências evidenciam uma tensão entre a tecnicidade das soluções propostas e as demandas sociais por maior transparência, participação e diálogo.

O quadro 21 reflete um campo de disputas e negociações, no qual as falas dos participantes indicam como as novas tecnologias de gestão são percebidas tanto como mecanismos mediadores de transformações institucionais quanto como fontes de resistências sociais e

tensões éticas. A análise dessas falas sugere a necessidade de uma governança inclusiva e dialógica, capaz de integrar os diferentes eixos e mediações do mapa de Martín-Barbero, buscando equilibrar as demandas institucionais e as expectativas sociais.

Embora as relações de poder estejam estabelecidas e sejam controladas por fatores externos à própria corporação policial, as falas sugerem que há um potencial para a emancipação do sujeito dentro dessas estruturas. A adoção de novas tecnologias, a inclusão de jovens no ambiente policial e a interação com a imprensa são exemplos de como a comunicação institucional pode evoluir de um modelo puramente hierárquico e controlado para um modelo mais dinâmico, adaptado às necessidades e expectativas do público.

De acordo com Martín-Barbero (2009), as mediações não são apenas mecanismos de controle, mas também podem ser vistas como espaços de resistência e reconfiguração de poder (Martín-Barbero, 2009). No caso da PCPE, há uma tensão entre as estruturas institucionais que impõem limites à comunicação e os processos culturais e sociais que permitem fluidez e participação de cidadãos e comunidades locais. Assim, a emancipação do sujeito pode ocorrer na medida em que essas mediações são aproveitadas para dar voz a novos atores e conectar a polícia com a sociedade de forma mais horizontal e dialógica.

As relações de poder subjacentes são evidentes nas camadas de mediação institucional, econômica e política, que impõem uma estrutura hierárquica à comunicação. Contudo, a emancipação do sujeito surge como um potencial nas mediações culturais e sociais, nas quais há espaço para inovação, inclusão e maior diálogo entre a polícia e a sociedade.

5.7. Categorias Emergentes

As categorias emergentes identificadas nesta subseção foram construídas a partir da análise sistemática das informações coletadas, considerando os polos metodológicos e as mediações propostas por Jesús Martín-Barbero. Essas categorias refletem as dinâmicas discursivas e estruturais presentes nas narrativas relacionadas à segurança pública, especialmente no contexto das novas tecnologias de gestão. Elas permitem compreender de que maneira conceitos como vigilância, poder simbólico, desinformação e desigualdade digital se conectam às práticas sociais e institucionais. A partir dessas categorias, buscamos identificar padrões e lacunas que auxiliem na análise crítica das interações entre cidadania, participação social e as políticas de segurança pública.

A Tabela 5 expressa a organização das categorias emergentes a partir das interações observadas entre os polos metodológicos (temporalidades, tecnicidades, espacialidades e sensorialidades) e as mediações (narrativas, redes, cidadanias e identidades). Esse cruzamento de informações visa ilustrar como os conceitos discutidos se relacionam com as dimensões estruturantes do estudo. Os dados apresentados fornecem um panorama quantitativo que permite identificar padrões de relevância e lacunas nas conexões, aprofundando a análise das dinâmicas investigadas.

Tabela 5 – Interseções das Categorias Emergentes entre Polos e Mediações

CATEGORIAS EMERGENTES	TEMPORALIDADES	MED. NARRATIVAS	TECNICIDADES	MED. REDES	ESPACIALIDADES	MED. CIDADANIAS	SENSORIALIDADES	MED. IDENTIDADES
Tensões Discursivas	0	0	0	0	0	0	0	0
Normalização da Vigilância	0	0	0	0	0	0	0	0
Mediação do Poder	4	4	3	1	4	0	2	1
Classe e Estratificação Social	0	1	1	0	0	0	1	2
Poder Simbólico e Relação com o Estado	1	1	1	1	1	0	0	0
Invisibilização de Limitações do Programa	10	13	10	0	10	0	2	1
Dimensão Afetiva e Persuasiva dos Depoimentos	2	1	1	0	1	0	1	0
Narrativa de Controle Social	2	2	2	0	2	0	0	0
Cultura da Urgência e Imediatismo	1	0	1	1	1	0	1	0
Desigualdade Digital	1	0	1	1	1	0	1	0
Relação Entre Segurança e Privacidade: A Produção de Consentimento	1	2	2	0	1	0	0	0
Desinformação e Manipulação Digital	0	0	0	1	1	0	0	1
Identidade Digital e Performance	0	0	0	1	1	0	0	1
Feminismo	0	0	0	0	0	0	0	0

FONTE: elaborado a partir do software MAXQDA.

A Tabela 5 apresenta as categorias emergentes que surgiram ao longo da análise das informações, organizadas de acordo com sua correspondência aos polos (temporalidades, tecnicidades, espacialidades e sensorialidades) e às mediações (narrativas, redes, cidadanias e identidades). Observa-se que as categorias "Invisibilização de Limitações do Programa" e "Classe e Estratificação Social" revelam maior prevalência de conexões entre polos e mediações, somando 46 e 19 ocorrências, respectivamente. Por outro lado, categorias como "Tensões Discursivas" e "Feminismo" não apresentaram interações.

O polo de tecnicidades aparece com 24 interações, distribuídas em categorias como "Normalização da Vigilância", "Narrativa de Controle Social" e "Relação Entre Segurança e Privacidade: A Produção de Consentimento". As dimensões de temporalidades e espacialidades somam, respectivamente, 22 e 23 ocorrências, sendo mais presentes em categorias como "Dimensão Ativa e Persuasiva dos Depoimentos" e "Desinformação e Manipulação Digital".

Dentre as mediações, as narrativas e redes apresentam maior relevância, com 22 e 23 interações. Contudo, cidadanias e identidades têm presença menor, somando 8 e 6 ocorrências. Essas

diferenças destacam que as interações relacionadas à cidadania e à identidade não são fortemente representadas nas categorias analisadas, o que pode indicar uma baixa presença desses aspectos nas políticas de segurança pública discutidas. Esse panorama aponta para a necessidade de investigar as lacunas na articulação entre categorias emergentes e dimensões de cidadania e identidade, em especial no que diz respeito às novas tecnologias de gestão aplicadas à segurança pública.

A partir da análise empírica das entrevistas semiestruturadas, complementada pelas informações coletadas nas redes sociais digitais relacionadas ao Programa Alerta Celular e pelas políticas de segurança pública existentes no contexto da governança tecnológica, apresentamos essas categorias emergentes que não estão contempladas pela teoria das mediações de Jesús Martín-Barbero. Com base nesses achados, passamos a tecer algumas análises sobre essas categorias, evidenciando a forma como elas dialogam com as mediações propostas por Martín-Barbero e destacando elementos como vigilância, poder simbólico e desigualdade digital. O Quadro 22 apresenta uma síntese dessas categorias e os principais pontos observados durante o estudo.

Quadro 22 - Quadro de Categorias Emergentes

Categoria	Origem	Suporte Teórico	Justificativa
Feminismo	Grupo Focal e Rede Social X	Teoria de mediatização de Couldry e Hepp, Teoria de agência de Giddens (1994)	A teoria das mediações pode incluir questões de gênero, mas o feminismo não é um foco central na obra de Martín-Barbero. As teorias de Giddens ajudam a entender o empoderamento feminino, o que vai além da perspectiva de Martín-Barbero.
Desigualdade Digital	Rede Social X	Teoria crítica, estudos de inclusão digital (Sassen, van Dijk, 1997)	A inclusão digital é uma questão central nos estudos contemporâneos sobre desigualdade digital, que não são diretamente abordados pela teoria das mediações de Martín-Barbero.
Cultura da Urgência e Imediatismo	Rede Social X	Teoria das mediações, estudos sobre imediatismo e vigilância (Foucault, 1988)	A cultura de urgência e imediatismo, associada à vigilância, é tratada de forma mais crítica por outras teorias, como as de Michael Foucault, que vão além da abordagem da teoria das mediações.
Identidade Digital e Performance	Rede Social TikTok	Teorias de identidade digital, performatividade (Goffman, Butler)	As teorias sobre identidade digital e performatividade são mais contemporâneas, não focadas em Martín-Barbero, mas podendo ser exploradas em meio às dinâmicas das redes sociais.
Desinformação e Manipulação Digital	Rede Social TikTok	Teorias da comunicação, estudos de desinformação (Silverman, Lazer)	A desinformação representa um tema que exija uma análise mais detalhada e não constitui o foco central da teoria das mediações.

Normalização da Vigilância	Rede Social TikTok	Teoria crítica, governança digital (Foucault, Zuboff)	A normalização da vigilância é mais bem explorada em teorias críticas contemporâneas do que na abordagem tradicional das mediações.
Imaginário Coletivo da Vigilância	Rede Social TikTok	Imaginários sociais, estudos de segurança e liberdade (Bauman, Lyon)	A construção de imaginários coletivos sobre vigilância consiste num tema que se alinha mais com os estudos sobre segurança e liberdade, e não é abordado diretamente pela teoria das mediações.
Categorias emergentes abarcadas parcialmente pela teoria das mediações			
Categoria	Origem	Suporte Teórico	Justificativa
Tensões Discursivas	Instagram, Facebook	Teoria dos dispositivos discursivos de Foucault, Análise de mediadores de Martín-Barbero	As tensões entre confiança e descrédito podem ser contextualizadas pela teoria das mediações, mas a análise crítica dos dispositivos discursivos de Foucault pode ampliar a compreensão sobre a polarização discursiva nas redes sociais.
Narrativa de Controle Social	Rede Social X	Teoria do controle social e vigilância (Foucault, Zuboff)	A análise do controle social e da vigilância pode ser abordada nas mediações, mas a teoria de Foucault oferece uma análise mais profunda do controle social, indo além do escopo da teoria das mediações.

Fonte: elaboração própria.

O **feminismo**, embora não seja diretamente contemplado pela teoria das mediações, se insere nos processos comunicacionais ao demandar igualdade de gênero, especialmente em instituições tradicionais como as policiais. Essa presença se manifesta na resistência observada durante a adoção de novas tecnologias de gestão em políticas de segurança pública, mas também tem reflexos nas mídias sociais digitais, que estão envolvidas em processos complexos de aceitação e resistência. Assim, o feminismo emerge como componente que adiciona certa complexidade a esses processos, influenciando tanto as práticas institucionais, quanto as dinâmicas das interações digitais.

No início da entrevista com o grupo focal, foi feita uma pergunta sobre a fixação de postagens contendo exclusivamente mulheres no perfil oficial do Instagram da Polícia Civil de Pernambuco. Essa questão está inserida no contexto sócio-histórico em que Pernambuco é governado, pela primeira vez, por uma mulher, sendo a instituição policial também dirigida por uma delegada de polícia do mesmo gênero, após mais de duas décadas sem uma liderança feminina. Diante desse cenário, observamos que a pauta do empoderamento feminino está presente nas dinâmicas institucionais, o que motivou a inclusão dessa pergunta ao grupo focal.

A justificativa apresentada pela entrevistada #E01 para a escolha das postagens fixadas no perfil oficial da Polícia Civil de Pernambuco (PCPE) no Instagram reforça a intenção funcional das publicações. Segundo ela, os vídeos fixados, protagonizados por mulheres, têm como objetivo

oferecer serviços públicos de orientação à população, especialmente alertas contra golpes e fraudes. Embora ela chegue a enfatizar que a fixação não foi planejada para destacar mulheres especificamente, mas para garantir que os vídeos, independentemente de gênero, permaneçam visíveis e acessíveis no topo do perfil da instituição.

A justificativa para a aparente casualidade na representação feminina pode vir a fazer as pessoas chegarem a negar a existência de uma estratégia intencional para destacar a presença feminina nas publicações fixadas, entretanto, a análise do discurso revela dimensões implícitas que transcendem a explicação funcional apresentada. A insistência na neutralidade do processo comunicativo, associando a escolha dos vídeos à funcionalidade ("são vídeos de serviço", "alertas contra golpes"), não deve ser dissociada do contexto sócio-histórico. A entrevistada #E02 reforça essa dinâmica, destacando que, embora a escolha das delegadas para os vídeos tenha sido involuntária e intuitiva, a presença delas nas publicações consiste no reflexo de um serviço informativo essencial que está em falta na imprensa. Logo, esse ponto sugere que a visibilidade feminina, mesmo que não tenha sido planejada de forma estratégica, acaba se tornando um diferencial na comunicação institucional, dada a demanda da imprensa por conteúdos protagonizados por mulheres. A explicitação de que "está sendo novidade" reforça a ideia de que, de fato, essa representação feminina tem um impacto transformador, não só no interior da instituição, mas também na percepção externa da sociedade para com a segurança pública.

A intenção de promover uma narrativa de igualdade de gênero, ainda que não seja explicitamente afirmada, demonstra que as publicações fixadas no Instagram da PCPE acabam contribuindo para a construção de um discurso que associa a presença feminina a posições de autoridade e competência técnica. A escolha de mulheres para comunicar mensagens institucionais, especialmente em um ambiente historicamente dominado por homens, reforça uma simbologia de transformação e modernização dentro da organização. A liderança do governo estadual por uma mulher e a direção da PCPE por uma delegada, primeira após 20 anos, adicionam uma camada histórica importante a esse processo.

A negação da intenção de destacar mulheres nas publicações fixadas pode ser entendida como uma estratégia de neutralização. Essa abordagem visa reforçar a imparcialidade e tecnicidade, ao mesmo tempo que a prática comunicativa, ao colocar mulheres como protagonistas, reflete as mudanças mais amplas em curso na sociedade, relacionadas ao empoderamento feminino e à renovação das estruturas institucionais. As falas das entrevistadas sugerem que, mesmo que

não tenha havido uma estratégia deliberada, o impacto dessas escolhas já está se fazendo notar, pois as mulheres estão, de fato, ocupando um espaço significativo nas publicações, provocando uma ruptura com a tradição histórica. Nesse contexto, a negativa de que as publicações fixadas no perfil da Polícia Civil de Pernambuco (PCPE) tenham sido planejadas para destacar mulheres pode ser interpretada como uma estratégia de proteção contra o sexismo institucional.

A Polícia Civil, historicamente marcada por lideranças predominantemente masculinas, ainda é um espaço em que a presença feminina em posições de protagonismo pode enfrentar resistência ou ser alvo de críticas baseadas em vieses de gênero. Nesse contexto, negar a existência de uma intencionalidade na escolha das postagens pode ser uma forma de evitar interpretações enviesadas ou reações negativas dentro da própria instituição ou entre os públicos externos, como as redes sociais digitais, reforçando uma postura de neutralidade e funcionalidade na comunicação. Essa postura permite que as mulheres sejam vistas como representantes legítimas e competentes da instituição, sem que sua visibilidade seja interpretada como um movimento político ou uma ação voltada à promoção de igualdade de gênero, mesmo que, implicitamente, contribua para isso.

A presença de mulheres nas postagens fixadas da PCPE, embora justificada como funcional, reflete uma mudança estrutural na agência feminina dentro de instituições tradicionalmente masculinas. Como proposto por Giddens (1994), a agência não se limita a ações intencionais, mas também inclui práticas que, mesmo não planejadas, contribuem para transformações sociais. Nesse sentido, a visibilidade feminina nas postagens pode ser interpretada como um exercício de agência que desafia normas de gênero historicamente enraizadas.

A **efetividade da política de segurança pública**, realizada por meio do Programa Alerta Celular, polariza opiniões entre usuários com experiências positivas e negativas, criando narrativas que ora endossam, ora desacreditam sua funcionalidade. Nesse contexto, os relatos de experiências positivas, como a recuperação de celulares em curto prazo, reforçam o papel do programa como uma extensão das forças policiais, sugerindo uma confiança individual em soluções tecnológicas complementares. Por outro lado, os relatos de frustração com a ineficácia percebida, expostos em comentários que questionam sua utilidade, revelam desigualdades no acesso aos benefícios do programa, mediadas por fatores como engajamento policial e condições socioeconômicas.

A categoria emergente **‘frustração com a segurança pública’** amplia essa discussão ao trazer críticas estruturais ao sistema de segurança, como a falta de efetivo policial e a percepção de que o programa funciona como uma "maquiagem" para problemas mais profundos, como o aumento do roubo. Essas críticas deslocam a responsabilidade do Estado para o indivíduo, ao mesmo tempo em que destacam limitações das soluções tecnológicas na resolução de questões sistêmicas.

A naturalização do roubo, presente na subcategoria emergente **resignação e normalização do roubo**, reflete um estado de aceitação social da violência urbana, no qual o prejuízo é internalizado como inevitável. Esse processo é acompanhado de mecanismos de defesa, como o humor, que, embora aliviem a situação no curto prazo, também destacam a descrença em soluções institucionais.

A categoria emergente **mobilização popular e comunidade** demonstra um contraponto ao ceticismo geral. Incentivos e relatos positivos criam redes de apoio comunitárias que promovem o programa, enquanto críticas à transparência nas operações reforçam a necessidade de construir confiança entre o Estado e a população. Essa dinâmica evidencia que, mesmo em contextos de polarização, experiências bem-sucedidas podem gerar impactos sociais positivos e contribuir para a adesão coletiva. Por outro lado, a narrativa de controle social, como discutida por Zuboff et al. (2019), é reforçada pelo uso de tecnologias de vigilância. Ao incentivar os cidadãos a se tornarem agentes ativos na vigilância, o Programa não apenas amplia o controle do Estado, mas também naturaliza a ideia de que a segurança depende da constante monitorização.

A análise das **tensões discursivas** relacionadas ao programa Alerta Celular revela um cenário marcado por polarizações que influenciam diretamente a percepção pública e a adesão ao programa. Uma dessas tensões diz respeito à oposição entre **confiança e descrédito**, em que narrativas de sucesso e fracasso coexistem e disputam espaço nos discursos dos usuários. Comentários positivos que destacam a recuperação rápida de celulares criam uma imagem de eficácia e confiabilidade do programa, fortalecendo a sua legitimidade. No entanto, essas narrativas são constantemente contrapostas por relatos negativos que denunciam falhas e geram descrédito. Essa polarização dificulta a criação de uma percepção pública unificada, reduzindo o potencial de adesão e fragmentando as opiniões sobre a funcionalidade do Programa Alerta Celular.

As tensões discursivas destacam as contradições e os desafios enfrentados por políticas públicas de segurança que dependem de soluções tecnológicas para sua implementação. A coexistência de narrativas tão opostas reflete não apenas a complexidade das percepções públicas, mas também as limitações de programas que não conseguem alinhar expectativas individuais com uma resposta estrutural robusta. Nesse contexto, as tensões discursivas entre confiança e descrédito, como aquelas analisadas por Foucault (1987), revelam a forma como os discursos institucionais e os contradiscursos disputam espaço nas redes sociais. Essa polarização reflete uma luta pelo controle da narrativa sobre segurança pública, em que o Estado busca legitimar suas ações institucionais, enquanto os cidadãos questionam sua efetividade.

Outra tensão central na implementação do Programa Alerta Celular tem a ver com o que se estabelece entre a **responsabilidade individual e estrutural**, evidenciada nos discursos que permeiam o Programa. De um lado, o foco no indivíduo se mostra claro, uma vez que o Alerta Celular exige que o cidadão tome a iniciativa de cadastrar seu aparelho e denunciar o roubo. Essa abordagem posiciona a segurança como um esforço individual, delegando ao usuário a responsabilidade de proteger seus bens e colaborar com as autoridades. Por outro lado, há uma crítica estrutural consistente, em que muitos usuários expressam insatisfação com a incapacidade do Estado no que se refere ao esforço de oferecer segurança adequada. Comentários que apontam para a precariedade do sistema policial e a falta de efetivo demonstram a frustração com a ausência de soluções estruturais que poderiam prevenir os crimes em primeiro lugar.

A implicação dessa tensão vai além da simples polarização discursiva. O deslocamento de responsabilidade do coletivo para o individual não apenas exime parcialmente o Estado de sua função primordial de garantir segurança, mas também aumenta a pressão sobre os cidadãos. Isso pode levar a um ciclo de frustração e desconfiança, segundo o qual o Programa, em vez de ser visto como uma solução complementar, passa a ser percebido como um paliativo que não ataca as causas estruturais da insegurança.

A teoria das mediações foca nas relações entre os meios de comunicação, cultura e poder, mas não aborda diretamente a questão da **desigualdade** no acesso às tecnologias digitais. No caso do Alerta Celular, há uma pressuposição de que todos têm acesso igual à tecnologia, uma falácia clara em contextos sociais e econômicos desiguais. A teoria das mediações não explora como as diferentes camadas da sociedade experimentam desigualdade no acesso à tecnologia e a

participação em sistemas digitais, o que é fundamental para entender a exclusão social gerada por políticas como essa.

Outro ponto ausente na teoria das mediações é a emergência da **cultura da urgência** nas redes sociais. O discurso do programa Alerta Celular, com suas mensagens de "ação urgente" e "não perca tempo", contribui para a construção de uma sociedade imediatista, onde soluções rápidas são priorizadas em detrimento de discussões mais profundas sobre os impactos de políticas públicas, como segurança e privacidade. A teoria das mediações não aborda como esse imediatismo digital pode moldar comportamentos sociais, impactando não só as políticas públicas, mas a própria percepção coletiva de segurança.

O discurso das postagens oficiais do Estado não levanta questões sobre a efetividade do Programa, omitindo falhas ou possíveis impactos negativos, como a falsa sensação de segurança ou vulnerabilidade de dados pessoais. A teoria das mediações, ao focar em como as mensagens moldam a percepção da realidade, não explora suficientemente a forma como certos discursos podem silenciar críticas essenciais sobre a eficácia das políticas. Nesse contexto, a cultura da urgência, evidenciada nas mensagens das redes sociais digitais que envolvem o Programa Alerta Celular, reflete um mecanismo de controle social que Foucault (1979; 1987) descreve como parte de uma sociedade disciplinar. A exigência de ações imediatas não apenas reforça a vigilância constante, mas também naturaliza a ideia de que soluções rápidas são suficientes para lidar com problemas complexos, como a segurança pública.

A narrativa de **controle social e vigilância** emerge do programa Alerta Celular ao incentivar os cidadãos a se tornarem colaboradores ativos na vigilância digital, a plataforma reforça um papel ativo do Estado na regulação e controle social, utilizando a tecnologia como ferramenta de disciplinamento social. Esse aspecto, embora claro nas postagens, não encontra eco nas análises tradicionais das mediações, que se concentram mais nas interações culturais e políticas mediadas pelos meios de comunicação.

A crescente interação com mídias sociais, como o TikTok e o Twitter, revela uma nova dinâmica na qual os indivíduos não estão apenas consumindo informações, mas ativamente moldando sua imagem e **performance digital**. Esse fenômeno de construção de identidade, onde os indivíduos buscam se posicionar estrategicamente no mundo digital, muitas vezes com um público amplo, é uma área que precisa ser mais explorada por estudiosos da teoria das mediações. A forma como as pessoas criam e mantêm sua autoimagem e como isso influencia

a percepção de temas como segurança e cidadania digital representa um aspecto fundamental que não é suficientemente abordado pelos estudiosos da teoria das mediações. Nesse contexto, a construção de identidades digitais nas redes sociais, como o TikTok, pode ser entendida à luz das teorias Goffman (2011) e Butler (2018). Enquanto Goffman propõe que a identidade é uma performance social, Butler argumenta que a performatividade é um ato contínuo de construção e reconstrução de normas sociais. No contexto do Programa Alerta Celular, os usuários desempenham papéis de cidadãos engajados, mas também de críticos, refletindo a complexidade das interações digitais contemporâneas.

A **dinâmica da desinformação** e a **manipulação digital** são outro ponto a ser analisado, uma vez que as mensagens analisadas nas postagens muitas vezes refletem uma aceitação passiva das tecnologias, como evidenciado em expressões como "isso é progresso" ou "isso é ótimo", sem um exame crítico sobre os impactos dessas inovações. A teoria das mediações não se aprofunda na maneira como as tecnologias de comunicação podem ser usadas para propagar desinformação, ou como elas podem induzir uma adesão acrítica às narrativas promovidas por instituições e programas, sem questionamento sobre as implicações de segurança, privacidade e controle social. Nesse sentido, a desinformação representa um fenômeno que se alimenta da rápida disseminação de informações nas redes sociais (Lazer *et al.*, 2018). Assim, a falta de questionamento crítico sobre as mensagens institucionais pode levar à aceitação acrítica de soluções tecnológicas, sem uma avaliação adequada de seus impactos na privacidade e na segurança.

A teoria das mediações não aborda a maneira como a segurança e a privacidade se inter-relacionam nas práticas digitais de vigilância. A **normalização da vigilância**, por meio de tecnologias como câmeras de reconhecimento facial e câmeras corporais, sugere um processo de "normalização" da vigilância pública, em que o consentimento para a monitorização é conduzido de maneira sutil. A teoria das mediações não explora como esse consentimento é gerado e como ele pode ser internalizado de forma não reflexiva, especialmente em contextos onde as mensagens institucionais são difundidas sem questionamento crítico sobre as consequências para a liberdade e privacidade individuais. Nesse ambiente, o imaginário coletivo da vigilância, como proposto por Bauman (2013), é construído a partir de uma sensação de segurança que se confunde com a perda de liberdade. Assim, a constante monitorização cria uma percepção de que a segurança só é possível por meio da vigilância, reforçando um estado de controle social permanente.

Os proponentes da teoria das mediações também não consideram a forma como as plataformas digitais estão sendo usadas para maximizar a monetização e o engajamento. Embora a teoria enfoque a análise da relação entre mídia e sociedade, ela não explora como as plataformas, como o TikTok e o YouTube, estão se tornando ferramentas de monetização por meio da coleta de dados dos usuários e do engajamento digital. A promoção de programas de segurança pública através dessas plataformas pode ser vista como uma estratégia de mobilização social, mas também serve a interesses de mercado, transformando a interatividade e o compartilhamento de conteúdo em capital econômico, o que precisa ser mais bem compreendido na análise das mediações digitais.

Embora a teoria das mediações faça referência ao conceito de imaginários coletivos, ela não explora como as tecnologias de vigilância afetam o imaginário social. A utilização de câmeras de reconhecimento facial e câmeras corporais pode criar uma percepção coletiva de segurança absoluta, mas também molda um imaginário de constante monitoramento. Essa vigilância contínua pode gerar uma sensação de desconfiança e perda de liberdade, ao mesmo tempo em que solidifica um estado de vigilância permanente, o que influencia a percepção dos cidadãos sobre a segurança e sua relação com as autoridades.

A análise das categorias emergentes identificadas nas informações pesquisadas indica a necessidade de uma ampliação do referencial teórico utilizado, especialmente no que se refere à aplicação da teoria das mediações de Jesús Martín-Barbero no contexto das dinâmicas digitais contemporâneas. Embora a teoria das mediações forneça uma base sólida para compreender as interações entre mídia, cultura e sociedade, ela pode não abranger questões emergentes associadas às novas tecnologias de gestão na segurança pública, particularmente nas mídias sociais digitais.

Aspectos como a cultura da urgência, a construção de identidades digitais, a desinformação, a normalização da vigilância e a monetização das plataformas digitais apresentam novos desafios que exigem uma análise mais aprofundada. Além disso, os discursos institucionais, especialmente no campo da segurança pública, desempenham um papel crucial na formação de práticas sociais e na consolidação de narrativas de controle, influenciando os imaginários coletivos de maneira que não é suficientemente explorada pela teoria das mediações.

Temas como gênero e diversidade, assim como a intersecção entre vigilância e privacidade, também são áreas que demandam maior atenção. A insuficiência na exploração desses tópicos

limita a compreensão das dinâmicas de inclusão e exclusão social no ambiente digital. Portanto, para uma análise mais completa e contextualizada das transformações provocadas pelas tecnologias digitais e seu impacto na sociedade contemporânea, torna-se necessário integrar aportes teóricos adicionais.

As categorias emergentes identificadas no estudo, como participação social, mediações tecnológicas e resistência nas mídias sociais, estão diretamente associadas à governança da segurança pública. A participação social é um elemento central para a legitimidade e eficácia das políticas de segurança, conforme destacado por autores como Graham, Plumptre e Amos (2003), que defendem a importância da inclusão dos cidadãos no processo de formulação e implementação de políticas públicas. O estudo demonstra como as mídias sociais digitais se configuram como espaços informais de participação, onde os cidadãos podem expressar suas críticas e sugestões, influenciando as decisões governamentais.

As mediações tecnológicas, conforme discutido por Jesús Martín-Barbero (2009), referem-se ao papel das tecnologias na reconfiguração das relações sociais e políticas. A tese explora como as novas tecnologias de gestão, como o Programa Alerta Celular, atuam como dispositivos técnicos que não apenas operacionalizam as políticas públicas, mas também criam campos de disputa e resistência. Essa perspectiva é alinhada com a teoria de Martín-Barbero, que enfatiza a importância de compreender as mediações culturais e tecnológicas na construção de significados sociais.

A **resistência nas mídias sociais** é outra categoria emergente que reflete as tensões entre o controle estatal e a liberdade individual. Autores como Zuboff (2019) e Canclini (2021) discutem como as tecnologias digitais podem ser utilizadas tanto para promover a transparência e a participação, quanto para reforçar práticas de vigilância e controle. A tese demonstra como as mídias sociais se tornam espaços de contrapoder, onde os cidadãos questionam e resistem às políticas de segurança, evidenciando a complexidade das interações entre Estado e sociedade na era digital.

5.8. Limitações do Estudo

Embora a entrevista com a Ascom da PCPE tenha fornecido *insights* sobre as estratégias de comunicação digital e sua relação com o Programa Alerta Celular, a ausência de entrevistas com outras assessorias de comunicação, como as da Polícia Militar de Pernambuco (PMPE) ou da Secretaria de Defesa Social (SDS), configura uma limitação do estudo. A inclusão dessas

assessorias poderia ter enriquecido a pesquisa, permitindo uma análise comparativa das práticas de comunicação entre diferentes instituições envolvidas na segurança pública. Além disso, teria sido possível identificar possíveis sinergias ou divergências no que tange às estratégias adotadas, bem como compreender como as diferentes instituições lidam com desafios comuns, como a necessidade de transparência, engajamento e resposta rápida às demandas da população.

A decisão de focar exclusivamente na Ascom da PCPE foi tomada com base na relevância dessa assessoria para a gestão do perfil do Instagram e para a divulgação do Programa Alerta Celular. No entanto, a inclusão de outras assessorias poderia ter ampliado o escopo da pesquisa, proporcionando uma visão mais abrangente e integrada das práticas de comunicação no âmbito da segurança pública. Essa limitação sugere a necessidade de futuros estudos que explorem as dinâmicas de comunicação em diferentes instituições, de modo a permitir uma compreensão completa do papel das redes sociais digitais na governança da segurança pública.

O foco no Programa Alerta Celular de Pernambuco, embora permita uma análise detalhada e contextualizada, limita a generalização dos resultados para outros contextos geográficos e culturais. Embora o estudo ofereça insights sobre a implementação e a resistência às tecnologias de gestão na segurança pública, é necessário replicar a pesquisa em outras regiões para verificar a aplicabilidade das conclusões em diferentes realidades socioeconômicas e culturais. A diversidade de contextos brasileiros, marcada por desigualdades regionais e distintas dinâmicas de criminalidade, sugere que os resultados obtidos em Pernambuco podem não ser transferíveis para outros estados ou municípios. Assim, futuros estudos podem expandir o escopo geográfico da pesquisa, abrangendo diferentes unidades federativas, a fim de serem identificados padrões comuns e particularidades locais no uso de tecnologias de gestão na segurança pública.

A análise qualitativa, embora rica em detalhes e capaz de capturar nuances e complexidades das interações sociais e discursivas, pode ser complementada com métodos quantitativos para fornecer uma ampla visão dos impactos das tecnologias de gestão. A incorporação de abordagens quantitativas, como levantamentos estatísticos ou análises de dados secundários, pode evidenciar os efeitos dessas tecnologias em indicadores de criminalidade, eficiência policial e percepção pública da segurança. Essa triangulação metodológica pode fortalecer a robustez das conclusões e oferecer uma base empírica para a formulação de políticas públicas.

Outra limitação identificada refere-se à escassez de estudos empíricos sobre a adoção de tecnologias como reconhecimento facial no Brasil. A tese sugere a necessidade de mais

pesquisas para avaliar os efeitos dessas tecnologias no comportamento policial e na percepção pública da segurança. Portanto, futuras investigações podem se dedicar a explorar como essa tecnologia é recebida e operacionalizada no Brasil, considerando as particularidades do sistema de segurança pública e as dinâmicas sociais locais.

Por fim, embora este estudo apresente contribuições relevantes para o campo da segurança pública e da administração pública, suas limitações apontam para a necessidade de ampliar o escopo geográfico, adotar abordagens metodológicas complementares e aprofundar a investigação sobre tecnologias emergentes. Esses avanços podem não apenas validar os achados da pesquisa, mas também fornecer subsídios mais robustos para a formulação de políticas públicas mais eficazes e adaptadas às diferentes realidades brasileiras.

CONCLUSÕES

Neste estudo, buscamos compreender a forma como as novas tecnologias de gestão são resistidas e debatidas nas mídias sociais digitais no contexto da governança da segurança pública, sob a ótica dos estudos culturais latino-americanos, com ênfase no mapa das mediações culturais de Jesús Martín-Barbero. O locus da investigação foram os Planos de Segurança Pública *Pacto Pela Vida* (2007-2022) e *Juntos Pela Segurança* (a partir de 2023), com destaque para a atuação do Programa *Alerta Celular* e as discussões que emergem nas redes sociais digitais em torno dessas políticas.

A análise foi conduzida por meio de métodos qualitativos, envolvendo análise documental e análise do discurso, com o objetivo de identificar a maneira como essas tecnologias são percebidas, debatidas e resistidas pelos cidadãos, especialmente no ambiente digital. Com base no mapa das mediações de Martín-Barbero (2017), exploramos os eixos de *temporalidades*, *espacialidades*, *sensorialidades* e *tecnicidades*, bem como as mediações de *narrativas* e *redes*, para compreender as dinâmicas entre a sociedade e o poder público na formulação e execução dessas políticas.

A partir da perspectiva teórica das mediações, identificam-se resistências significativas às tecnologias de gestão no âmbito da segurança pública, particularmente no uso de dados estatísticos no programa Alerta Celular. As redes sociais digitais, como espaços de contestação e debate público, ilustram essa tensão entre a tecnicidade e a participação social. Contudo, a participação efetiva da sociedade permanece limitada à fase inicial de formulação das políticas, com pouca continuidade durante sua execução. Tal constatação ressalta a necessidade de uma

governança que transcenda a mera tecnicidade, promovendo uma interação dialógica e contínua, capaz de incorporar as demandas sociais ao longo de todo o processo político.

As conclusões deste estudo promovem reflexão crítica sobre o papel das novas tecnologias de gestão pautados na governança da segurança pública, não apenas como ferramentas de controle e eficiência estatal, mas como mediadoras de tensões e disputas de poder. A partir da teoria das mediações de Jesús Martín-Barbero, as tecnologias digitais são interpretadas não apenas como instrumentos técnicos, mas como espaços de reconfiguração das relações entre o Estado e a sociedade. As interações nas mídias sociais digitais revelam uma dinâmica complexa e que, apesar do potencial para maior engajamento e participação cidadã, prevalecem limitações impostas por estruturas institucionais que ainda resistem à democratização efetiva da governança. Assim, o estudo não apenas identifica as resistências, mas também aponta para a necessidade urgente de um modelo de governança que integre as demandas sociais e promova uma participação contínua e dialógica, capaz de transformar as práticas institucionais de forma inclusiva e participativa.

O uso da tecnicidade no Programa Alerta Celular insere-se em uma estrutura de governança que busca reconfigurar a cultura da segurança pública, moldando comportamentos individuais e coletivos em torno da vigilância e da prevenção. Ao utilizar a tecnologia como meio de controle e prevenção do crime, o programa influencia diretamente as práticas culturais da sociedade. O registro voluntário de celulares torna-se não apenas uma ação de autoproteção, mas uma prática culturalmente incentivada e legitimada pelas instituições estatais. Esse fenômeno reflete o que Martín-Barbero descreve como mediações tecnológicas, nas quais as novas formas de comunicação e interação, moldadas pelas tecnologias, reorganizam os tempos e espaços sociais e influenciam as formas de subjetividade e pertencimento. No contexto do Programa Alerta Celular, os cidadãos que aderem a essa iniciativa não estão apenas adotando uma tecnologia do Estado como meio de proteger seus interesses pessoais. Eles, de forma indireta, reforçam a narrativa oficial de que a solução tecnológica é eficaz e confiável. O simples ato de registrar o celular, portanto, torna-se uma prática cultural legitimada, contribuindo para a modificação das relações sociais e o fortalecimento do discurso hegemônico da segurança pública mediada pela tecnologia.

O discurso de sucesso em torno do Programa Alerta Celular, amplamente disseminado nas mídias sociais digitais, é construído e mantido por diversos atores, desde o Estado até os próprios cidadãos. Postagens oficiais no Instagram, Facebook e YouTube frequentemente

exibem estatísticas e relatos de celulares recuperados, criando uma narrativa que apresenta o Programa Alerta Celular como uma solução eficaz. Esses conteúdos são reforçados por comentários de usuários que compartilham experiências positivas ou expressam confiança na iniciativa. Essa dinâmica revela uma relação de poder em que o Estado, ao utilizar as plataformas digitais, não apenas comunica suas políticas de segurança, mas também influencia e molda a percepção pública. Os cidadãos, ao relatar suas experiências e reforçar a narrativa estatal, tornam-se coautores de um discurso que legitima e perpetua as políticas do Estado.

A teoria das mediações, proposta por Jesús Martín-Barbero, oferece uma lente para compreender como as tecnologias de comunicação digital se inserem nas dinâmicas sociais e culturais contemporâneas. Em sua perspectiva, a comunicação não deve ser reduzida à transmissão de mensagens, tampouco as tecnologias devem ser vistas como instrumentos neutros. O conceito de mediação desloca a análise do aparato técnico para os processos culturais nos quais os meios de comunicação ganham sentido, destacando as articulações entre técnicas, saberes, temporalidades e usos cotidianos. Nesse sentido, a tecnicidade não está apenas associada à inovação ou ao avanço técnico, mas se refere às formas como os dispositivos tecnológicos são apropriados, resignificados e integrados às práticas sociais. As tecnologias, nesse contexto, operam dentro de um campo de disputas simbólicas e relações de poder, onde o Estado, os meios de comunicação e os cidadãos produzem sentidos concorrentes sobre temas como segurança, cidadania e ordem social.

Ao tomar como exemplo o Programa Alerta Celular, é possível observar como uma iniciativa de segurança pública que utiliza tecnologias digitais se insere no processo de mediação. Mais do que uma ferramenta funcional, o Programa atua como espaço de negociação simbólica entre o Estado e os cidadãos, participando da construção discursiva da segurança. A eficácia do programa, nesse contexto, não se mede apenas por dados técnicos, mas pela maneira como os sujeitos se reconhecem — ou não — nas narrativas produzidas e compartilhadas nas plataformas digitais. Assim, a teoria das mediações nos convida a compreender que o uso das mídias digitais em políticas públicas não é uma ação neutra ou meramente instrumental, mas um processo imbricado nas lógicas culturais que moldam a recepção, a interpretação e a circulação dessas iniciativas no tecido social.

As mídias sociais se configuram como espaços de resistência, onde os cidadãos expressam suas críticas e dúvidas em relação à eficácia e aos objetivos do Programa. Embora muitos usuários comentem positivamente sobre suas experiências com o Alerta Celular, há também um

contingente significativo de críticas e resistências. Algumas postagens no X e no Facebook, por exemplo, contestam a narrativa oficial, apontando falhas no sistema, como a lentidão no processo de recuperação de aparelhos, a falta de segurança para evitar que celulares roubados sejam vendidos no mercado paralelo, ou ainda a desconfiança quanto ao verdadeiro impacto do programa na redução dos índices de roubo. Essa resistência é multifacetada. Para alguns, o Alerta Celular representa uma ferramenta de controle estatal que limita as liberdades individuais, expondo os cidadãos a uma maior vigilância. Algumas postagens questionam a real eficácia do Programa, argumentando que o simples registro de um celular não garante sua recuperação e que o Estado deveria focar em políticas amplas de prevenção ao crime, em vez de depender de soluções tecnológicas. Essa crítica reflete uma desconfiança estrutural com respeito às iniciativas tecnológicas do Estado, particularmente em contextos onde a violência urbana e a desigualdade social são questões prementes e onde os sujeitos historicamente excluídos têm razões para duvidar da capacidade do Estado de garantir sua segurança.

A resistência também ocorre em formas sutis, como na indiferença ou no não uso do Programa. Nas redes sociais, a ausência de relatos de certos grupos sociais é interpretada como uma forma de resistência passiva, onde a não adoção da tecnologia é uma resposta à percepção de que ela não resolve os problemas estruturais de segurança pública. Para esses grupos, a tecnicidade representada pelo Alerta Celular pode ser vista como uma solução superficial que desvia a atenção de questões mais profundas, como a ineficácia do sistema judiciário ou a desigualdade social.

O discurso do Estado em relação à adoção de novas tecnologias de gestão, como o Programa Alerta Celular, carrega uma memória discursiva ligada à modernização tecnológica na segurança pública. Essa memória se manifesta na ideia de que a implementação de tecnologias é, de modo recorrente, apresentada como uma solução positiva, associada ao progresso e à eficiência. Essa narrativa tem suas raízes em discursos passados que exaltam a modernização como um caminho natural para a superação de problemas estruturais na segurança pública.

Sob a ótica da AD, percebe-se que o Estado, ao emitir mensagens publicitárias e institucionais, reforça a visão de que a tecnologia é uma resposta adequada e ideal para enfrentar os desafios contemporâneos, como o combate ao roubo de celulares. Nesse processo, a memória discursiva de políticas tecnológicas anteriores é acionada, evocando a confiança no progresso científico e técnico como algo incontestável. No entanto, ao analisar essas comunicações pelo prisma da teoria das mediações de Jesús Martín-Barbero, verifica-se que a emissão de publicidade estatal

e a promoção dessas tecnologias nas mídias sociais digitais possuem implicações que vão além da simples aceitação por parte da sociedade.

As mensagens veiculadas não apenas informam, mas também moldam a percepção coletiva, gerando uma resistência social à medida que cidadãos questionam a eficácia real dessas soluções tecnológicas. Essa resistência pode ser identificada nas interações, comentários e debates que emergem nas redes sociais, locais onde as vozes da sociedade se fazem ouvir, contestando, negociando e, por vezes, aceitando os discursos governamentais. No contexto descrito, o Estado constrói uma narrativa ideológica que se apoia na promessa de modernização para legitimar suas ações. Por meio da memória discursiva, as vozes do passado se mesclam com as do presente, criando uma continuidade que naturaliza a adoção da tecnologia de prevenção de segurança pública como um bem inquestionável. Ao mesmo tempo, a teoria das mediações revela como essa emissão de discursos é recebida, contestada e ressignificada no campo social, destacando as tensões entre o discurso estatal e as percepções populares sobre o uso da tecnologia na segurança pública. Essa análise aponta para uma dinâmica em que a tecnologia, longe de ser neutra, é mediada por discursos históricos e sociais que a posicionam como uma solução desejável, enquanto a sociedade, de forma ativa, resiste e reinterpreta essas tentativas de controle e gestão, revelando uma complexa interação entre poder, tecnologia e resistência social.

Este estudo evidencia a ausência de participação contínua da sociedade na formulação e avaliação de políticas de segurança pública que incorporam novas tecnologias de gestão. Essa lacuna sugere que a falta de canais formais para uma interação efetiva com essas políticas pode levar parte da população a recorrer a outros espaços, como as mídias sociais digitais, para expressar suas demandas, opiniões e resistências. Nesse contexto, a governança da segurança pública no estado de Pernambuco tem sido promovida pela criação de conselhos consultivos e deliberativos, como o Conselho Estadual de Segurança Pública e Defesa Social de Pernambuco (CESPDS). Contudo, apesar de representarem uma tentativa de incluir setores variados da sociedade no processo de formulação de políticas públicas, esses conselhos parecem operar dentro de um paradigma limitado, em que o Estado mantém uma posição hegemônica, com escassa abertura para uma participação cidadã efetiva e contínua. A análise desses espaços sob a ótica dos estudos culturais latino-americanos, especialmente por meio da teoria das mediações de Jesús Martín-Barbero, permite uma reflexão crítica sobre as limitações e contradições presentes nesse modelo de governança.

O caso do CESPDS ilustra um desafio comum na governança contemporânea: a tensão entre a promessa de participação democrática e a realidade da hegemonia institucional. Apesar da presença formal de representantes de diferentes setores, a efetividade da representatividade muitas vezes se dilui diante da predominância dos atores estatais. Esse fenômeno não é isolado, mas revela uma questão estrutural sobre como as instituições públicas lidam com a inclusão e a diversidade de vozes em processos deliberativos. Ao ampliarmos o olhar para além do CESPDS, é possível observar que essa dinâmica reflete uma tendência ampla em que os espaços de participação popular, como conselhos municipais e fóruns de debate, frequentemente enfrentam limitações institucionais e operacionais. Esses espaços, idealizados como instrumentos de democratização e descentralização do poder, acabam reproduzindo as hierarquias e as lógicas de poder tradicionais.

A relação entre o público e o privado, o institucional e o popular é fundamental para compreender essas dinâmicas. O Estado, enquanto representante do público e do institucional, frequentemente exerce uma posição dominante, enquanto a sociedade civil, representando o privado e o popular, luta por espaço para expressar suas demandas e influenciar as políticas públicas. Essa assimetria de poder não apenas limita a participação efetiva, mas também perpetua um modelo de governança onde as decisões são centralizadas e pouco permeáveis às necessidades diversas da população. Superar essa barreira requer não apenas mudanças estruturais, mas uma transformação cultural que valorize e integre efetivamente as vozes populares nas instâncias de decisão. Nesse sentido, a análise nos convida a uma reflexão crítica sobre os limites e possibilidades das práticas participativas na administração pública. A teoria das mediações de Martín-Barbero nos oferece uma lente para entender como as práticas institucionais não são apenas estruturadas por regras e normas, mas também por processos culturais e sociais que moldam as interações entre o Estado e a sociedade. Assim, a busca por uma participação efetiva requer não apenas mudanças estruturais, mas também transformação das práticas culturais que sustentam a relação entre o público e o privado, o institucional e o popular.

No contexto de Pernambuco, por exemplo, a Lei Estadual nº 16.282/2018, que reestrutura o CESPDS, insere o Conselho em uma lógica predominantemente consultiva e orientada pela necessidade de conformidade com requisitos burocráticos de acesso a fundos de segurança, priorizando o cumprimento formal em detrimento da efetivação de uma participação social significativa e duradoura. Dessa maneira, a análise com base no mapa das mediações de Martín-Barbero permite observar que a relação entre o poder público e a sociedade civil, no âmbito da

segurança pública, requer mecanismos que integrem as vivências e necessidades das comunidades na formulação de políticas. A representação social nos conselhos deve transcender o espaço formal e alcançar a prática, de forma que as discussões e propostas efetivamente orientem políticas públicas comprometidas com a diversidade de experiências da sociedade.

A inclusão dos cidadãos no processo de elaboração e implementação das políticas de segurança pública não apenas legitima as ações do governo, mas também garante que as medidas adotadas sejam justas e sensíveis às necessidades da população. Dessa maneira, a governança deve ser compreendida não como um simples modelo de gestão, mas como uma plataforma de diálogo e cooperação entre Estado e sociedade, na qual as políticas públicas são co-construídas e ajustadas conforme as demandas sociais emergentes.

Essa reflexão reforça a tese de que, embora haja uma participação social no momento de criação das políticas de segurança, tal envolvimento tende a ser transitório, limitado ao período de planejamento. A legitimidade inicial das políticas está, em parte, associada a esse envolvimento social, mas para que as políticas sejam efetivas ao longo do tempo, é necessário que essa participação seja contínua, acompanhando as mudanças sociais e culturais que afetam diretamente a implementação dessas políticas. O pensamento de Stuart Hall ressalta que nada permanece estático, uma vez que cultura, tecnologia e política estão em constante transformação. Novas formas de comunicação por meio das mídias sociais, como o TikTok, ou a exclusão temporária de outras, como o X (antigo Twitter), são exemplos dessas mudanças. Essas transformações comunicacionais e metodológicas, originadas pelos movimentos sociais e dinâmicas culturais contemporâneas, são pilares centrais para a compreensão da governança e da segurança pública.

A governança da segurança é permeada por dinâmicas culturais que afetam a percepção social das políticas implementadas. É por meio da cultura que as lutas pelo poder se tornam simbólicas, onde o significado das ações e narrativas é negociado e estabelecido. Nesse cenário, os discursos predominantes não são simplesmente selecionados de forma consciente pelos atores políticos para reforçar uma ideologia dominante. Eles refletem um campo de significados em disputa, do qual os sujeitos fazem escolhas simbólicas, muitas vezes de forma inconsciente. Isso faz com que a narrativa estatal dominante seja composta por múltiplos discursos, e não apenas por um reflexo direto de intenções ideológicas. A influência desses discursos na seleção

de conteúdo ocorre, frequentemente, de forma velada, obscurecida pela intervenção de ideologias profissionais.

O estudo das políticas públicas que incorporam tecnologias digitais de gestão revela uma tensão recorrente entre a promessa de participação cidadã e a limitação efetiva dessa participação nos processos decisórios. Embora mecanismos como fóruns, consultas públicas e enquetes online possam ser utilizados nas fases iniciais de formulação das políticas, observa-se que, na prática, a participação dos cidadãos tende a ser restrita ou mesmo simbólica. Na fase de implementação e monitoramento das ações, a sociedade civil frequentemente é afastada, resultando em uma lógica verticalizada de gestão que contradiz os princípios democráticos da governança participativa. Esse fenômeno evidencia uma lacuna entre o discurso da inclusão e a efetividade das práticas institucionais, especialmente quando as tecnologias são apresentadas como soluções neutras para problemas sociais complexos. A mediação tecnológica, nesse contexto, não garante automaticamente um maior envolvimento social; ao contrário, pode reforçar dinâmicas de exclusão quando utilizada sem mecanismos contínuos de escuta, diálogo e controle social. Nesse sentido, refletir sobre o uso de tecnologias em políticas públicas exige uma abordagem crítica e universal, que reconheça a importância da participação cidadã em todas as etapas do processo político e a necessidade de dispositivos institucionais que assegurem que a mediação digital não substitua, mas amplifique, as vozes sociais.

Com a ausência de uma participação social institucionalizada nas fases de implementação dessas políticas, os sujeitos sociais buscam nas mídias sociais digitais um espaço alternativo para debater e resistir às políticas que lhes foram impostas. Assim, as redes sociais como Instagram, X, Facebook e YouTube tornam-se arenas de mediação e resistência, nas quais as políticas de segurança pública, especialmente as que envolvem tecnologias de gestão, são debatidas. A resistência ocorre de forma multifacetada, seja por meio de comentários escritos, vídeos ou até o uso de emojis como formas de expressão política e social.

As narrativas oficiais do Estado, disseminadas pelas mídias digitais, representam um ato político tanto quanto as resistências que emergem nessas plataformas. A comunicação oficial é parte da ação política do Estado ao promover o uso de novas tecnologias como soluções objetivas para a segurança pública. Entretanto, essas tecnologias, ao serem contestadas nas mídias sociais, também passam a ser alvo de uma ação política de resistência. Assim, as mídias sociais digitais desempenham papel crucial com relação a participação da sociedade ao dar voz aos cidadãos que, diante da ausência de participação direta na implementação das políticas,

encontram nelas um espaço de reivindicação e debate, transformando a resistência digital em um ato político ativo e significativo.

A análise das categorias emergentes revela a complexidade intrínseca dos processos comunicacionais que permeiam a formulação e a recepção das políticas de segurança pública. A presença do feminismo, embora não explicitamente integrada à teoria das mediações, exerce uma influência nas práticas institucionais e nas interações digitais, configurando-se como um elemento central na luta por visibilidade e reconhecimento em instituições historicamente dominadas por uma perspectiva masculina. Essa dinâmica é particularmente evidente na resistência e na aceitação observadas diante da crescente presença de mulheres na comunicação institucional e em cargos de liderança nas forças policiais, especialmente no contexto da Polícia Civil de Pernambuco. Tal fenômeno sugere uma transformação gradual nas relações de poder e na construção de novas representações dentro da esfera pública.

As tensões discursivas associadas ao Programa Alerta Celular evidenciam não apenas contradições locais, mas apontam para dilemas estruturais mais amplos que atravessam as políticas públicas de segurança na contemporaneidade. A transferência da responsabilidade do Estado para o cidadão, por meio da exigência de ações individuais como o cadastro e o rastreamento de aparelhos, revela um modelo de gestão que privilegia a vigilância descentralizada, mas que, ao mesmo tempo, esvazia a presença do poder público na garantia efetiva de direitos. A frustração dos usuários e a naturalização de práticas como o roubo expõem os limites das soluções tecnológicas quando estas não são acompanhadas por transformações estruturais e por uma escuta ativa das demandas sociais. Conclui-se, assim, que a eficácia de programas tecnológicos em segurança pública depende menos de sua inovação técnica e mais da sua capacidade de dialogar com os contextos sociais, políticos e culturais onde são implementados.

A cultura da urgência, fomentada pelas redes sociais, molda a percepção da segurança e influencia as interações dos cidadãos com programas como o Alerta Celular. Essa realidade evidencia lacunas na abordagem teórica vigente, sugerindo a necessidade de uma ampliação das mediações para incluir as implicações da tecnologia na governança da segurança pública. Isso porque as dinâmicas digitais não apenas aceleram a circulação de informações, mas também reconfiguram os vínculos entre Estado e sociedade, criando novas formas de participação, vigilância e responsabilização. Ignorar essas transformações significa manter uma visão limitada dos processos de mediação, desconsiderando o papel ativo dos cidadãos na

construção das narrativas de segurança e o impacto dos ambientes digitais na legitimação ou questionamento das políticas públicas.

A análise das categorias emergentes demonstra que a comunicação institucional e a mediação tecnológica não são fenômenos neutros; pelo contrário, são atravessados por disputas simbólicas e estruturais que moldam a forma como as políticas públicas são percebidas e apropriadas pela sociedade. A visibilidade feminina e o impacto das soluções tecnológicas no campo da segurança pública ilustram como os discursos oficiais podem simultaneamente reforçar estruturas preexistentes e abrir espaço para novas formas de agência. Esses elementos indicam que, para uma compreensão abrangente dos efeitos das políticas de comunicação na segurança pública, é imprescindível considerar tanto as dinâmicas institucionais, quanto os processos sociais que as permeiam. Essa abordagem crítica não apenas enriquece o debate acadêmico sobre comunicação e segurança pública, mas também aponta para a urgência de repensar estratégias que promovam uma inclusão efetiva e uma resposta mais equitativa às demandas sociais contemporâneas.

Um dos principais achados deste estudo consiste na relevância da participação social como mediação essencial para a efetividade da governança. O *Programa Governo Presente*, com sua metodologia de escuta ativa por meio de reuniões mensais em territórios específicos, se destaca como uma prática que busca integrar as demandas da sociedade. No entanto, a continuidade e a permanência dessa participação se mostram imprescindíveis para resultados consistentes. Modelos tradicionais, como conselhos deliberativos e audiências públicas, apresentam baixa efetividade, evidenciando uma desconexão entre as dinâmicas temporais e espaciais das demandas sociais e os canais formais de participação. Nesse contexto, as mídias sociais digitais emergem como espaços mais adequados para contemplar essas novas configurações sociais, permitindo interações em tempos e espaços distintos e funcionando como arenas de resistência e expressão.

A crítica à narrativa dos programas de segurança pública, como o *Pacto Pela Vida* e o *Juntos Pela Segurança*, pode ser ancorada na constatação de que esses modelos operam sob uma racionalidade tecnocrática de curto prazo, ancorada na lógica da eficácia estatística e na gestão por metas. Embora tais programas tenham apresentado, inicialmente, resultados positivos na contenção da violência – como a queda nos homicídios nos primeiros anos do *Pacto Pela Vida* após sua implementação em 2007 –, sua limitação estrutural reside na ausência de um projeto político que priorize a construção de cidadania e o fortalecimento da autonomia dos sujeitos

sociais. A concepção de segurança aí mobilizada tende a reduzir o papel do cidadão ao de colaborador instrumentalizado, desconsiderando sua agência e capacidade de participar ativamente da formulação e acompanhamento das políticas públicas. Essa constatação se torna evidente a partir de 2014, quando os índices de violência voltaram a crescer, revelando a fragilidade dos resultados alcançados e a falta de enraizamento das transformações prometidas. Em vez de promover uma cultura de paz sustentada na inclusão social e na justiça redistributiva, os programas acabaram reforçando o ciclo de dependência de ações emergenciais e repressivas.

O discurso de sucesso vinculado aos Programas de segurança pública de Pernambuco oculta o fato de que, sem uma abordagem sistêmica que envolva políticas de educação, saúde, trabalho e reforma institucional, não é possível consolidar uma segurança cidadã. A emancipação do sujeito, aqui compreendida como a capacidade de interferir politicamente em sua realidade e de romper com as condições que perpetuam a violência, permanece como um horizonte não alcançado – e, muitas vezes, sequer pretendido – por políticas que priorizam o controle em detrimento da transformação social.

Quanto ao Juntos Pela Segurança, lançado no final de 2023, apesar de suas intenções de promover uma abordagem integrada e comunitária, enfrenta desafios semelhantes. A falta de redução significativa da violência em quase um ano de implementação pode ser vista como um indicativo de que as estruturas e práticas existentes ainda são insuficientes para abordar as dinâmicas complexas que geram insegurança. Isso sugere que, sem uma reforma que empodere os cidadãos e reformule as relações de poder dentro das comunidades, os programas de segurança pública podem falhar em criar um ambiente verdadeiramente seguro e pacífico. A crítica que se faz a esse tipo de narrativa se concentra na insustentabilidade de políticas que não alteram as condições estruturais que permitem a violência e a criminalidade. Políticas eficazes de segurança pública exigem não apenas a participação e cooperação entre diferentes setores do governo e a sociedade civil, mas também devem promover a emancipação do sujeito, permitindo que as comunidades tenham voz ativa na formulação e na gestão da segurança pública. Essa abordagem transformadora requer um investimento em capital social, educação, oportunidades econômicas e reforma institucional, que vá além das medidas reativas típicas dos programas de segurança.

Destacamos, por meio do quadro 22, contribuições teóricas, metodológicas e práticas, enquanto resultados obtidos que expandem a compreensão da comunicação e das mídias digitais na governança da segurança pública sob a luz da teoria das mediações.

Quadro 23 - Contribuições do Estudo

Categoria	Contribuições
Governança da Segurança Pública	- Participação social: Demonstra como as mídias sociais digitais emergem como espaços de contrapoder, permitindo que a sociedade civil participe ativamente na discussão de políticas públicas de segurança.
	- Impacto das tecnologias de gestão: Evidencia como tecnologias como o Programa Alerta Celular e as câmeras corporais influenciam a eficácia e a transparência das ações de segurança pública.
	- Resistência e aceitação: Explora as tensões entre a promessa de maior eficiência estatal e as percepções de controle e exclusão social, destacando a importância de mecanismos formais de participação.
	- Integração de atores: Analisa como a governança da segurança pública envolve múltiplos atores, incluindo o Estado, a sociedade civil e as forças policiais, e como essa integração pode ser melhorada.
Teoria das Mediações	- Aplicação da teoria de Martín-Barbero: Utiliza o mapa das mediações para analisar como as novas tecnologias de gestão são mediadas pelas práticas culturais e discursivas, especialmente nas redes sociais.
	- Mediações tecnológicas: Destaca como as tecnologias de gestão funcionam como dispositivos técnicos que articulam e fazem circular políticas públicas, ao mesmo tempo em que criam campos de disputas discursivas.
	- Temporalidades e espacialidades: Explora como as mediações tecnológicas reconfiguram as relações entre tempo, espaço e poder na governança da segurança pública.
Contribuição Acadêmica	- Interdisciplinaridade: Integra abordagens dos Estudos Culturais, Análise do Discurso e Teoria das Mediações, oferecendo uma perspectiva inovadora para a compreensão das dinâmicas sociais e culturais na segurança pública.
	- Lacuna científica: Preenche uma lacuna na literatura ao explorar como as novas tecnologias de gestão são debatidas e resistidas na sociedade contemporânea, especialmente em um contexto de governança digital.
	- Metodologia inovadora: Propõe uma abordagem metodológica que combina análise de discurso, pesquisa documental e análise de redes sociais, oferecendo um modelo replicável para estudos futuros.
Impacto nas Políticas Públicas	- Formulação de políticas: Fornece insights para a formulação de políticas públicas mais eficazes, participativas e alinhadas com as necessidades da população, especialmente no contexto latino-americano.
	- Transparência e accountability: Destaca a importância da transparência e da prestação de contas na implementação de tecnologias de gestão, sugerindo mecanismos para melhorar a confiança pública nas instituições de segurança.
	- Adaptação às demandas sociais: Propõe que as políticas de segurança pública sejam continuamente ajustadas para refletir as demandas sociais emergentes, especialmente em um contexto de rápida transformação tecnológica.
Cultura e Sociedade	- Resistência cultural: Analisa como as práticas culturais e as representações simbólicas influenciam a aceitação ou resistência às novas tecnologias de gestão, destacando a importância de considerar o contexto cultural na implementação de políticas.
	- Mídias sociais como espaço de disputa: Explora como as mídias sociais digitais se configuram como arenas de disputa simbólica, onde diferentes vozes e perspectivas se manifestam, influenciando a percepção pública das políticas de segurança.
Inovação Tecnológica	- Adoção de tecnologias emergentes: Analisa os desafios e oportunidades da adoção de tecnologias como inteligência artificial, big data e reconhecimento facial na segurança pública, destacando a necessidade de uma abordagem equilibrada entre eficiência e ética.
	- Impacto nas práticas policiais: Explora como as novas tecnologias de gestão transformam as práticas policiais, desde a prevenção de crimes até a interação com a comunidade, sugerindo caminhos para uma implementação mais eficaz.

Fonte: elaboração própria.

A primeira contribuição deste estudo, apresentada no quadro 23, reside na participação social dos cidadãos nas redes sociais digitais, as quais emergem como um espaço crítico e fundamental para a avaliação das políticas públicas, notadamente em áreas como a segurança pública, onde as novas tecnologias de gestão se fazem presentes. Embora a interação nas redes sociais não possua o reconhecimento formal de um canal oficial de *feedback*, ela opera como uma plataforma espontânea de avaliação contínua das iniciativas governamentais. Por meio de postagens, comentários e interações digitais, os cidadãos oferecem uma visão imediata e sem filtros sobre a eficácia, falhas e os impactos de programas como o Alerta Celular. Esse fenômeno cria um tipo de "monitoramento paralelo", onde a sociedade, de maneira crítica, aponta problemas, falhas de execução e até mesmo as expectativas não atendidas. Tal dinâmica encontra eco na teoria da sociedade em rede de *Manuel Castells*, que enfatiza como as redes digitais possibilitam novas formas de organização social e participação política, e se alinha com os estudos sobre governança democrática, que defendem a necessidade de ampliar os espaços de participação cidadã nas políticas públicas. Além disso, o arcabouço teórico de Jesús Martín-Barbero lança luz sobre a relevância da cultura e das mediações tecnológicas nesse processo, destacando como as tecnologias não são neutras, mas moldadas por práticas culturais e discursivas que influenciam a percepção e a avaliação das políticas de segurança pública.

Para melhorar as políticas públicas, o governo deve considerar essas interações nas redes sociais como um ponto de partida para a criação de um espaço formal de diálogo com a sociedade. Isso não apenas daria aos cidadãos um meio para expressar suas preocupações, mas também permitiria ao governo realizar ajustes nas políticas de forma mais ágil e responsiva. Esse espaço poderia assumir a forma de fóruns de discussão online, consultas públicas virtuais ou mesmo plataformas de participação direta onde os cidadãos poderiam relatar suas experiências, sugerir melhorias e monitorar as respostas do governo em tempo real. Além disso, essa interação constante ajudaria a tornar as políticas públicas mais dinâmicas e alinhadas às necessidades reais da população, criando um ciclo de avaliação e adaptação contínuos, essencial para o aprimoramento das políticas de segurança pública no cenário contemporâneo.

A participação nas redes sociais, embora informal, tem se mostrado um elemento crucial para a construção de políticas públicas de segurança mais inclusivas e eficazes. Essas plataformas digitais oferecem um espaço dinâmico onde cidadãos podem compartilhar suas experiências, preocupações e percepções de segurança de maneira imediata e acessível, ampliando o alcance da esfera pública.

Para os formuladores de políticas de segurança pública, é essencial reconhecer que as redes sociais não funcionam apenas como canais de comunicação, mas também como arenas de interação social, onde diferentes narrativas e perspectivas se encontram. No entanto, as redes sociais apresentam desafios estruturais, como desigualdades no acesso digital e a manipulação algorítmica do conteúdo, que podem distorcer o alcance e a representatividade das vozes envolvidas. Nesse sentido, é imprescindível integrar as contribuições das redes sociais, o que requer uma abordagem estratégica e crítica. Não é suficiente apenas monitorar o que é discutido; é necessário criar mecanismos de interação que possibilitem a verdadeira integração dessas vozes no processo de formulação de políticas. Isso envolve responder ativamente às preocupações levantadas e incorporar insights significativos na construção de estratégias de segurança pública. Nesse contexto, as redes sociais podem se tornar ferramentas de gestão participativa, promovendo maior transparência e fortalecendo a confiança entre a população e as instituições de segurança pública. Contudo, para que esse potencial seja plenamente alcançado, é fundamental que os formuladores de políticas abordem as limitações inerentes às plataformas digitais, garantindo que a inclusão e a equidade sejam pilares centrais na utilização dessas ferramentas.

A governança centralizada, característica das políticas de segurança pública em Pernambuco, se apresenta como um elemento estrutural relevante. Estruturada sob diretrizes da Secretaria de Defesa Social, essa governança demonstra eficiência na implementação de programas como o *Pacto Pela Vida*, mas mantém uma comunicação predominantemente unilateral. Essa estrutura não contempla plenamente mecanismos de escuta e inclusão social contínuos. Embora existam esforços para integrar diferentes setores da sociedade, como escolas e a imprensa, esses não garantem canais formais e efetivos de participação, reforçando a percepção de uma governança distante e pouco transparente. As redes sociais, nesse cenário, desempenham um papel central como espaços de disputa discursiva. Mais do que ferramentas de divulgação, elas se configuram como arenas para a construção de significados, negociações simbólicas e conflitos ideológicos. Interações públicas revelam contradições, como a promoção de programas governamentais simultaneamente à manifestação de desconfiança em relação ao governo. Esse fenômeno, analisado sob a perspectiva de Pêcheux, evidencia resistências discursivas que indicam conflitos ideológicos e reforçam a necessidade de uma comunicação mais dialógica e horizontal.

O estudo oferece contribuições teóricas e práticas relevantes para diferentes atores envolvidos na administração pública e na segurança pública. Para professores e pesquisadores, o estudo

proporciona uma base teórica sólida, baseada nos estudos culturais e na teoria das mediações, que pode ser utilizada para analisar outras políticas públicas e tecnologias de gestão. A abordagem qualitativa e a análise do discurso adotadas na pesquisa servem como um modelo metodológico que pode ser aplicado em estudos futuros, especialmente aqueles que buscam compreender as dinâmicas de resistência e aceitação de novas tecnologias.

A articulação conceitual e empírica que integra os mecanismos de governança da segurança pública com o mapa das mediações contribui para o campo científico, uma vez que oferece uma análise contextualizada e multidimensional desse movimento institucional. Ao incorporar aspectos como as mudanças temporais na transparência (temporalidades), as disputas de significados em espaços digitais (espacialidades) e a comunicação com a sociedade (narrativas), o estudo da governança de segurança pública pode ser ampliado, oferecendo uma compreensão rica e crítica a respeito das dinâmicas sociais e tecnológicas que moldam as políticas de segurança.

Para gestores públicos, esse estudo oferece insights práticos sobre como implementar tecnologias de gestão de forma mais eficaz, considerando as percepções e resistências da sociedade. O estudo do Programa Alerta Celular, por exemplo, demonstra a importância de envolver a população no processo de cadastramento e monitoramento de dispositivos móveis, destacando a necessidade de campanhas de comunicação eficazes e de mecanismos de participação cidadã.

Para formuladores de políticas públicas, o estudo fornece uma visão crítica sobre os desafios éticos e sociais associados ao uso de tecnologias de gestão, como a privacidade dos dados e a potencial discriminação algorítmica. Ao destacar a importância de uma abordagem equilibrada que considere tanto os benefícios quanto os riscos dessas tecnologias, o estudo contribui para a formulação de políticas mais responsáveis e alinhadas com os direitos humanos. Além disso, a tese sugere a necessidade de maior integração entre diferentes níveis de governo e setores da sociedade, promovendo uma governança mais colaborativa e participativa.

Este estudo destaca como os processos comunicacionais podem atuar como espaços de reconfiguração do poder entre o Estado e a sociedade. Em vez de se limitarem a instrumentos de controle institucional, as práticas comunicativas podem abrir caminho para transformações e formas de resistência dentro das políticas públicas. No caso da Secretaria de Defesa Social (SDS), por exemplo, percebe-se uma tensão entre a rigidez das estruturas institucionais e a

dinâmica cultural da sociedade, que tende a favorecer formas mais participativas e abertas de diálogo. Essa tensão revela a possibilidade de uma governança da segurança mais horizontal, na qual a relação entre polícia e população seja mediada por interações dialógicas e menos hierarquizadas. Assim, essa perspectiva se coaduna com a abordagem de Martín-Barbero, que entende as mediações como espaços onde se confrontam lógicas institucionais e práticas culturais, abrindo brechas para novas formas de participação e ressignificação do poder

O estudo contribui para a compreensão das dinâmicas entre governança da segurança pública, tecnologias de gestão e participação social, apontando perspectivas para trabalhos futuros. Dentre elas, se destaca a necessidade de aprofundar o papel das redes sociais como espaços legítimos de governança participativa, explorando como podem ir além da comunicação unilateral para promover diálogos contínuos entre Estado e sociedade. Outra perspectiva relevante é o desenvolvimento de estratégias de acessibilidade comunicacional que traduzam os discursos institucionais para uma linguagem mais compreensível e inclusiva. Além disso, estudos comparativos entre governanças de diferentes estados ou países, sob a ótica das mediações, podem identificar boas práticas de integração da participação social e uso de tecnologias. Por fim, o estudo sugere a análise das narrativas digitais na formação de redes e tecnicidades e a proposição de novos modelos participativos que superem os limites dos conselhos e audiências públicas tradicionais, considerando as novas espacialidades e temporalidades da sociedade contemporânea.

Este estudo contribui para o campo dos estudos culturais e da governança da segurança pública ao integrar a teoria das mediações de Jesús Martín-Barbero com a análise das dinâmicas que envolvem a resistência e participação social nas mídias sociais digitais. Ao investigar como as tecnologias de gestão, como o Programa Alerta Celular, são debatidas e contestadas nas redes sociais, o trabalho revela a complexidade das interações entre Estado e sociedade no contexto da governança da segurança pública. A abordagem teórica adotada permite compreender as tecnologias não apenas como ferramentas técnicas, mas como mediadoras de relações de poder e disputas simbólicas, ampliando o entendimento sobre como as práticas culturais e sociais influenciam a implementação e a recepção de políticas públicas. Nesse contexto, esta tese traz contribuições para o avanço das pesquisas em administração pública, especialmente no que diz respeito à integração de novas tecnologias de gestão no contexto da governança da segurança pública. Ao adotar uma abordagem interdisciplinar, que combina estudos culturais, análise do discurso e a teoria das mediações de Jesús Martín-Barbero, o estudo oferece uma perspectiva inovadora para compreender como as tecnologias de gestão são debatidas, resistidas e

implementadas na sociedade contemporânea. Essa abordagem permite uma análise das dinâmicas sociais e culturais que influenciam a aceitação e a resistência às políticas públicas de segurança, contribuindo para a construção de um conhecimento mais contextualizado e aplicável à realidade brasileira. Além disso, a tese preenche uma lacuna na literatura acadêmica ao explorar a interseção entre tecnologia, segurança pública e participação social, especialmente no contexto latino-americano. Ao focar no Programa Alerta Celular de Pernambuco, o estudo oferece um caso prático que pode ser replicado e adaptado em outras regiões, fornecendo insights para a formulação de políticas públicas mais efetivas e inclusivas. A pesquisa também destaca a importância das mídias sociais digitais como espaços de resistência e participação cidadã, ampliando o entendimento sobre como as tecnologias de gestão podem ser utilizadas para promover maior transparência e engajamento público.

A análise das mediações culturais no contexto das políticas de segurança pública em Pernambuco demonstra que as mídias sociais digitais funcionam como espaços de resistência e reconfiguração das relações de poder. A identificação de tensões entre a tecnicidade das soluções tecnológicas e as demandas por participação social evidencia a necessidade de uma governança dialógica e inclusiva. Essa constatação contribui para o debate acadêmico ao destacar a importância de incorporar as vozes da sociedade de forma contínua, não apenas na fase de formulação, mas também na execução e avaliação das políticas. Além disso, o estudo aponta para a relevância de se considerar as transformações culturais e tecnológicas na construção de modelos de governança que respondam às demandas contemporâneas.

Por fim, o estudo oferece reflexão crítica sobre os limites das abordagens tradicionais de participação social, como conselhos e audiências públicas, e propõe a integração das mídias digitais como ferramentas complementares para a governança participativa. Ao destacar o potencial das redes sociais como espaços de monitoramento e *feedback*, o estudo sugere caminhos para a construção de políticas públicas responsivas e inclusivas. Essa contribuição é relevante em contexto global marcado pela crescente digitalização das interações sociais e pela necessidade de repensar as práticas institucionais à luz das transformações culturais e tecnológicas.

6. REFERÊNCIAS

A. FERRANDINO, J. An integrated theory for the practical application of “governance-based policing”. **Policing: An International Journal of Police Strategies & Management**, [s. l.], v. 37, n. 1, p. 52–69, 2014.

AIELLO, M. F. Policing through social networking: Testing the linkage between digital and physical police practices. **Police Journal**, [s. l.], v. 91, n. 1, p. 89–101, 2018.

AIZENBERG, E.; VAN DEN HOVEN, J. Designing for human rights in AI. **BIG DATA & SOCIETY**, 2455 TELLER RD, THOUSAND OAKS, CA 91320 USA, v. 7, n. 2, 2020.

AL DHANHANI, M. A.; AL NAQBI, S. Identifying Enablers and Obstacles for Knowledge Management in a Police Organization: Case Study of Abu Dhabi Police. **Policing (Oxford)**, [s. l.], v. 16, n. 2, p. 270–281, 2022a.

AL SULAIMANI, A. H. A.; OZUEM, W. Understanding the role of transparency, participation, and collaboration for achieving open digital government goals in Oman. **Transforming Government: People, Process and Policy**, [s. l.], v. 16, n. 4, p. 595–612, 2022.

ALAKAVUKLAR, O. *et al.* Critical management studies. **Critical Management Studies. Routledge Handbook of Psychoanalytic Political Theory**, [s. l.], p. 93–109, 2019.

ALCADIPANI, R. *et al.* Olhar dos Estudos Organizacionais para se pensar a reforma das organizações policiais no Brasil. **Cadernos Gestão Pública e Cidadania**, [s. l.], v. 29, p. e88374, 2024.

ALEPE, A. L. D. P. **Deputada critica ‘desconvite’ a reunião do Juntos pela Segurança**. [S. l.], 2024. Disponível em: <https://www.alepe.pe.gov.br/2024/06/10/plenario-deputada-critica-desconvite-a-alepe-em-reuniao-do-juntos-pela-seguranca/>. Acesso em: 26 jan. 2025.

ALEPE, A. L. D. P. **Juntos pela Segurança motiva elogios e questionamentos em Plenário**. [S. l.], 2023. Disponível em: <https://www.alepe.pe.gov.br/audioalepe/juntos-pela-seguranca-motiva-elogios-e-questionamentos-em-plenario/>. Acesso em: 26 jan. 2025.

ÁLVARES, E.; GUSSO, E. **Governança corporativa: um modelo brasileiro**. [S. l.]: Elsevier, 2008.

ALVES, D. **Estado e sociedade na Era da Informação: a relação entre as transformações sociais e as novas tecnologias da informação na contemporaneidade**. 2016. [S. l.: s. n.], 2021.

AMARAL, T. B. do; VARGAS, D.; PRATES, F. **Segurança pública na era do Big data**. [S. l.]: FGV Direito Rio, 2023.

ANDRADE, J. A. B. *et al.* Análise de resíduo de tiro coletado de sobancelha de atirador usando microanálise em microscopia eletrônica de varredura: um estudo de controle de tempo de persistência. **Revista Brasileira de Criminalística**, [s. l.], v. 13, n. 1, p. 7–16, 2024.

ANDRIKOPOULOS, V. P.; IFANTI, A. A. New Public Management and Governance: Quo Vadis?. **Journal of public administration and governance**, [s. l.], v. 10, n. 3, 2020.

ANDRONICEANU, A. Transparency in public administration as a challenge for a good democratic governance. **Revista» Administratie si Management Public «(RAMP)**, [s. l.], n. 36, p. 149–164, 2021.

ANG, I. On cultural studies, again. **International Journal of Cultural Studies**, [s. l.], v. 23, n. 3, p. 285–291, 2020.

ANSELL, C.; TORFING, J. Introduction to the Handbook on Theories of Governance. *In*: **HANDBOOK ON THEORIES OF GOVERNANCE**. [S. l.]: Edward Elgar Publishing, 2022. p. 1–16.

ANTUNES, G. M. On limits and possibilities of civil society participation in public security policy – Pacto Pela Vida | Sobre limites e possibilidades da participação da sociedade civil na política de segurança pública – Pacto pela Vida. **Revista Brasileira de Segurança Publica**, [s. l.], v. 13, n. 1, p. 215–233, 2019.

ARAÚJO, T. de F.; NARDINI, T. Metodologias de planejamento estratégico e o processo participativo de construção de estratégias. **XIII SIMPEP**, Bauru - São Paulo, 2006. Disponível em: https://simpep.feb.unesp.br/anais/anais_13/artigos/793.pdf. Acesso em: 5 abr. 2024.

ARFUCH, L. **Crítica cultural entre política y poética**. [S. l.]: Fondo de Cultura Económica Argentina, 2022.

ATEHORTÚA CRUZ, A. L.; ROJAS RIVERA, D. M. El narcotráfico en Colombia. Pioneros y capos. **Historia y espacio**, [s. l.], v. 4, n. 31, p. 169–207, 2008.

AUTIO, E.; MUDAMBI, R.; YOO, Y. Digitalization and globalization in a turbulent world: Centrifugal and centripetal forces. **Global Strategy Journal**, [s. l.], v. 11, n. 1, p. 3–16, 2021.

AZEVEDO, F. P. de. O conceito de cultura em Raymond Williams. **Revista Interdisciplinar em Cultura e Sociedade**, [s. l.], p. 205–224, 2017a.

BALBE, R. da S. Uso de tecnologias de informação e comunicação na gestão pública: exemplos no governo federal. [s. l.], 2010.

BARKER, M. Analysing discourse. **Research methods for cultural studies**, [s. l.], p. 150–172, 2008.

BARKER, C. The Sage dictionary of cultural studies. **The SAGE Dictionary of Cultural Studies**, [s. l.], p. 1–240, 2004.

BARRETO, A. M. Informação e conhecimento na era digital. **Transinformação**, [s. l.], v. 17, p. 111–122, 2005.

BARROS, L. M. Recepção, mediação e mediatização: conexões entre teorias europeias e latino-americanas. **Mediação e mediatização**. Salvador: EDUFBA, [s. l.], 2012.

BARTHES, R. Mythologies. New York: Hill and Wang.. 1981. **Camera Lucida: Reflections on Photography**, [s. l.], 1972.

BAUMAN, Z. Liquid surveillance: A conversation. **Polity**, [s. l.], 2013.

- BAUMAN, Z. **Tempos líquidos**. [S. l.]: Editora Schwarcz-Companhia das Letras, 2007.
- BEETHAM, D. **The legitimization of power**. [S. l.]: Bloomsbury Publishing, 2013.
- BENNETT MOSES, L.; CHAN, J. Algorithmic prediction in policing: assumptions, evaluation, and accountability. **Policing and society**, [s. l.], v. 28, n. 7, p. 806–822, 2018a.
- BERNIER, D. Les caméras corporelles fournissent-elles un point de vue objectif d’une intervention policière où une force modérée est utilisée? [s. l.], 2022.
- BEVIR, Mark. “Decentring Security Governance. *In*: GLOBAL CRIME. [S. l.: s. n.], 2016a. p. 227–239.
- BEVIR, M. The SAGE handbook of governance. **The SAGE Handbook of Governance**, [s. l.], p. 1–592, 2010a.
- BID, B. I. do D. **Prêmio Anual de 2015 "Gestão por Resultados" - Programa Pacto Pela Vida (PPV)**. [S. l.], 2015. Disponível em: https://www.acervo.pe.gov.br/uploads/r/arquivo-publico-estadual-jordao-emerenciano/5/a/e/5ae563014e38577c9c2b568b178f262bf42c711f1c89c5a80bdf44efe093108b/15b6bfc3-b03f-4fe6-acec-494c81c564c2-premio_anual_da_copla_-_gprd_do_bid_ppv_1_.pdf. Acesso em: 27 jul. 2023.
- BILLI, M.; MASCAREÑO, A.; EDWARDS, J. Governing sustainability or sustainable governance? Semantic constellations on the sustainability-governance intersection in academic literature. **Journal of cleaner production**, [s. l.], v. 279, p. 123523, 2021.
- BINGHAM, L. B. Collaborative governance. **The SAGE handbook of governance**, [s. l.], p. 386–401, 2011a.
- BLANCHARD, P.; VEYRAT-MASSON, I. **Les guerres de mémoires: La France et son histoire**. [S. l.]: la Découverte, 2014.
- BLUM, W. H.; XAVIER, M. Policiamento e tecnologia sob o enfoque do uso do videomonitoramento em ações ostensivas. **Brazilian Journal of Development**, [s. l.], v. 9, n. 3, p. 10032–10048, 2023.
- BLUNDELL, V.; SHEPHERD, J.; TAYLOR, I. **Relocating cultural studies: Developments in theory and research**. [S. l.]: Psychology Press, 1993.
- BOIVIN, R.; D’ELIA, M. Évaluation du projet pilote des caméras corporelles du Service de police de la Ville de Montréal. **Criminologie**, [s. l.], v. 53, n. 1, p. 344–366, 2020.
- BONIN, J. A. Inter-relations among cultures, technicity and citizenship in the work of Jesús Martín-Barberoa. **MATRIZES**, [s. l.], v. 13, n. 2, 2019.
- BOTELHO, I. Dimensões da cultura e políticas públicas. **São Paulo em perspectiva**, [s. l.], v. 15, p. 73–83, 2001.

BOVAIRD, T.; LÖFFLER, E. **Public management and governance**. [S. l.]: Routledge, 2015.

BRAGA, A. A.; BOND, B. J. Policing crime and disorder hot spots: A randomized controlled trial. **Criminology**, [s. l.], v. 46, n. 3, p. 577–607, 2008.

BRAND, P.; DÁVILA, J. D. Mobility innovation at the urban margins: Medellín's Metrocables. **City**, [s. l.], v. 15, n. 6, p. 647–661, 2011.

BÜCHNER, S.; HERGESELL, J.; KALLINIKOS, J. Digital transformation (s): on the entanglement of long-term processes and digital social change; an introduction. **Historical Social Research**, [s. l.], v. 47, n. 3, p. 7–39, 2022.

BUTLER, J. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. [S. l.]: Editora José Olympio, 2018.

CALIANDRO, A.; GANDINI, A. **Qualitative research in digital environments: A research toolkit**. [S. l.]: Routledge, 2016.

CÂMARA, K. M. C.; NUNES, I. M. A gestão do conhecimento no setor público: uma análise bibliométrica. **Research, Society and Development**, [s. l.], v. 10, n. 1, p. e8410111386–e8410111386, 2021.

CAMPBELL, R. *et al.* Risking safety and rights: online sex work, crimes and 'blended safety repertoires'. **BRITISH JOURNAL OF SOCIOLOGY**, 111 RIVER ST, HOBOKEN 07030-5774, NJ USA, v. 70, n. 4, p. 1539–1560, 2019.

CANCLINI, N. G. **A globalização imaginada**. [S. l.]: Editora Iluminuras Ltda, 2003a.

CANCLINI, N. G. **Culturas híbridas**. [S. l.]: Debolsillo, 2012.

CANCLINI, N. G. **CULTURAS HÍBRIDAS: ESTRATÉGIAS PARA ENTRAR E SAIR DA MODERNIDADE**. 4ª Edição, ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2019.

CANCLINI, N. G. **Demokratie im digitalen Kapitalismus: Wie Bürger* innen durch Algorithmen ersetzt werden**. [S. l.]: transcript Verlag, 2021.

CARAH, N.; SHAUL, M. Brands and Instagram: Point, tap, swipe, glance. **Mobile Media & Communication**, [s. l.], v. 4, n. 1, p. 69–84, 2016.

CARVALHO, M. M. de. Emoções e disputa narrativa nas eleições de 2022: o antagonismo político no X durante o debate presidencial. [s. l.], 2024.

CASTELLS, M. A Sociedade em Rede, vol. 1, A era da informação: Economia. **Sociedade e Cultura**. São Paulo: Paz e Terra, [s. l.], 1999.

CASTELLS, M. **Networks of outrage and hope: Social movements in the Internet age**. [S. l.]: John Wiley & Sons, 2015.

CASTELLS, M. **Redes de indignação e esperança: movimentos sociais na era da internet**. [S. l.]: Editora Schwarcz-Companhia das Letras, 2017.

CASTLEBERRY, A.; NOLEN, A. Thematic analysis of qualitative research data: Is it as easy as it sounds?. **Currents in pharmacy teaching and learning**, [s. l.], v. 10, n. 6, p. 807–815, 2018.

CASTORIADIS, C.; REYNAUD, G.; FORTES, L. R. A instituição imaginária da sociedade. *In: A INSTITUIÇÃO IMAGINÁRIA DA SOCIEDADE*. [S. l.: s. n.], 1982. p. 418.

CASTRO, R. B. de; PEDRO, R. M. L. R. Experiências da vigilância: subjetividade e sociabilidade articuladas ao monitoramento urbano. **Psicologia & Sociedade**, [s. l.], v. 25, p. 353–361, 2013.

CATLETT, C. *et al.* Spatio-temporal crime predictions in smart cities: A data-driven approach and experiments. **Pervasive and Mobile Computing**, [s. l.], v. 53, p. 62–74, 2019.

CENEVIVA, R. Accountability: novos fatos e novos argumentos—uma revisão da literatura recente. **Anais do Encontro de Administração Pública e Governança da Associação Nacional de PósGraduação e Pesquisa em Administração**, [s. l.], p. 1–17, 2006.

CERDÁ, M. *et al.* Reducing violence by transforming neighborhoods: a natural experiment in Medellín, Colombia. **American journal of epidemiology**, [s. l.], v. 175, n. 10, p. 1045–1053, 2012a.

CERQUEIRA, C.; TABORDA, C.; PEREIRA, A. S. # MeToo em Portugal: Uma análise temática do movimento através de artigos de opinião. **Cuadernos. info**, [s. l.], n. 55, p. 1–21, 2023.

CERTEAU, M. de. **A invenção do cotidiano**. [S. l.]: Vozes, 1994.

CEVASCO, M. E. Questões de Teoria: o materialismo cultural. _____. **Para ler Raymond Williams**. São Paulo: Paz e Terra, [s. l.], p. 115–180, 2001.

CHAMBERLAIN, K.; LYNCH, M. Designing Qualitative Research with Instagram. *In: THE SAGE HANDBOOK OF QUALITATIVE RESEARCH DESIGN*. [S. l.: s. n.], 2020. p. 965–978.

CHAMBERS, R. The origins and practice of participatory rural appraisal. **World development**, [s. l.], v. 22, n. 7, p. 953–969, 1994.

CHAUÍ, M. de S. Conformismo e resistência: aspectos da cultura popular no Brasil. [s. l.], 1986.

CHAUÍ, M. S. Cultura e democracia: o discurso competente e outras falas. *In: CULTURA E DEMOCRACIA: O DISCURSO COMPETENTE E OUTRAS FALAS*. [S. l.: s. n.], 2000. p. 309-p.

CHRISTENSEN, C. M. **The innovator's dilemma: when new technologies cause great firms to fail**. [S. l.]: Harvard Business Review Press, 2013a.

CHRISTENSEN, C. M. **The innovator's dilemma: when new technologies cause great firms to fail.** [S. l.]: Harvard Business Review Press, 2015.

COLVIN, C. A.; GOH, A. Validation of the technology acceptance model for police. **Journal of Criminal Justice**, [s. l.], v. 33, n. 1, p. 89–95, 2005.

COSTA, W. Y. A. Desinformação, fake news e redes sociais digitais: uma análise das checagens do Projeto Comprova na eleição presidencial brasileira de 2022. [s. l.], 2023.

COSTA, A. T. M. Estado, governança e segurança pública no Brasil: Uma análise das secretarias estaduais de Segurança Pública. **Dilemas-Revista de Estudos de Conflito e Controle Social**, [s. l.], v. 8, n. 4, p. 607–632, 2015.

COSTA, G. dos S. O papel dos mecanismos de governança na formulação dos planos estaduais de segurança pública. [s. l.], 2022.

COSTA, A. T. M. **Segurança pública, redes e governança.** [S. l.]: Editora UnB, 2023.

COSTA, J. H. Stuart Hall e o modelo “encoding and decoding”: por uma compreensão plural da recepção. **Revista Espaço Acadêmico**, [s. l.], v. 12, n. 136, p. 111–121, 2012.

COSTA, N. M.; GUARALDO, P. D. O Movimento# Metoo: As Repercussões Do Movimento Nos Estados Unidos E Na África. [s. l.], 2020. Disponível em: <https://portalintercom.org.br/anais/nacional2020/resumos/R15-0004-1.pdf>. Acesso em: 9 jan. 2025.

COULDRY, N. Cultural studies Can we / should we reinvent it?. **International Journal of Cultural Studies**, [s. l.], v. 23, n. 3, p. 292–297, 2020.

CRESWELL, J. W. **A concise introduction to mixed methods research.** [S. l.]: SAGE publications, 2021.

CRESWELL, J. W.; CRESWELL, J. D. **Projeto de pesquisa-: Métodos qualitativo, quantitativo e misto.** [S. l.]: Penso Editora, 2021.

CRESWELL, J. W.; POTH, C. N. **Qualitative inquiry and research design: Choosing among five approaches.** [S. l.]: Sage publications, 2016.

CRUZ, T. M. F. da. Mídia e Segurança Pública: a influência da mídia na percepção da violência. **Lumina**, [s. l.], v. 2, n. 2, 2008.

CUNHA, M. D. O. N. IMPACTO DAS REDES DIGITAIS NAS RELAÇÕES SOCIAIS E ECONÔMICAS. **Revista CREatividade**, [s. l.], v. 2023, n. 1, 2022.

CUNHA RODRIGUES, F.; SILVEIRA, M. A.; MACEDO, M. A CONTRIBUIÇÃO DA GESTÃO DO CONHECIMENTO NO MÉTODO DE POLICIAMENTO ORIENTADO PELA INTELIGÊNCIA POLICIAL. In: , 2021. **Anais do Congresso Internacional de Conhecimento e Inovação–ciki.** [S. l.: s. n.], 2021.

DA MOTA SILVEIRA NETO, R. *et al.* POLÍTICAS PÚBLICAS E REDUÇÃO DA CRIMINALIDADE: UMA AVALIAÇÃO DO PROGRAMA PACTO PELA VIDA DO ESTADO DE PERNAMBUCO. **Economia Aplicada**, [s. l.], v. 26, n. 2, p. 175–202, 2022.

DA SILVA, J. L.; EMMENDOERFER, M. L.; DA SILVA CUNHA, N. R. Análise documental ilustrada em administração pública: uma Proposta operacional (re) aplicável. **Teoria e Prática em Administração**, [s. l.], v. 10, n. 2, p. 23–41, 2020.

DANYALGIL JUNIOR, R. G.; BERENGUER PEREIRA, C. H.; DE PAIVA JUNIOR, F. G. Competências Empreendedoras de Dirigentes que Atuam em Empresas Intensivas em Tecnologia. **GESTÃO. Org: Revista Eletrônica de Gestão Organizacional**, [s. l.], v. 18, n. 2, 2020.

DAVENPORT, T. H.; RONANKI, R. Artificial intelligence for the real world. **Harvard business review**, [s. l.], v. 96, n. 1, p. 108–116, 2018.

DE ANDRADE, S. R. *et al.* Pact for life: From management to practice in health care and nursing - narrative review | Pacto pela vida: Da gestão à prática do cuidado em saúde e enfermagem - revisão narrativa. **Revista Enfermagem**, [s. l.], v. 20, n. 2, p. 254–259, 2012.

DE ARAÚJO, M. L. *et al.* Afinal, Quem Faz Acontecer? Habilidades de Líderes como Fator Para Implementação de Políticas de Gestão de Pessoas. **Administração Pública e Gestão Social**, [s. l.], v. 15, n. 1, 2023.

DE ARNOUX, E. N. **Análisis del discurso: modos de abordar materiales de archivo**. [S. l.]: Santiago Arcos Editor, 2006. v. 4

DE ASSIS BASTOS, M. T. Do sentido da mediação: às margens do pensamento de Jesús Martín-Barbero. **Revista Famecos**, [s. l.], v. 15, n. 35, p. 86–89, 2008.

BARROS GOMES, C. P. de. A EXCLUSÃO DIGITAL COMO FORMA DE VIOLAÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS. **Revista Sapiência: sociedade, saberes e práticas educacionais (2238-3565)**, [s. l.], v. 12, n. 4, p. 337–350, 2023.

DE BENEDICTO, S. C. *et al.* Governança corporativa: uma análise da aplicabilidade dos seus conceitos na administração pública. **Organizações Rurais & Agroindustriais**, [s. l.], v. 15, n. 2, p. 286–300, 2013.

DE LARA, J. R. T.; JÚNIOR, C. K.; DE MATOS PEREIRA, J. Uso de câmeras corporais por Policiais Militares. **Brazilian Journal of Development**, [s. l.], v. 9, n. 12, p. 31706–31720, 2023.

DE LIMA, R. S. *et al.* Câmeras na farda reduzem a letalidade policial?. **GV-EXECUTIVO**, [s. l.], v. 21, n. 2, 2022.

DE LIMA VAZ, H. C. **Antropologia filosófica**. [S. l.]: BOD GmbH DE, 2020.

DE LOPES, M. I. V. Mediação e recepção. Algumas conexões teóricas e metodológicas nos estudos latino-americanos de comunicação. **Matrizes**, [s. l.], v. 8, n. 1, p. 65–80, 2014.

DE ZAN, M. E. El discurso social. Los límites históricos de lo pensable y lo decible. **De Signos y Sentidos**, [s. l.], n. 13, p. 155–159, 2012.

DEMAILLARD, J. Police Organizations and the Rise of New Public Management: Performance Regimes in Paris and London | Diffusion des logiques néo-managériales et organisations policières Les régimes de performance à Paris et Londres | Difusión de las nuevas lógicas de ges. **Revue Francaise de Sociologie**, [s. l.], v. 61, n. 1, p. 109–134, 2020.

DEMIR, F. **Innovation in the Public Sector: Smarter States, Services and Citizens**. [S. l.]: Springer Nature, 2022. v. 39

DENADAY, J. P. Elizabeth Jelin. La lucha por el pasado. Cómo construimos la memoria social. Buenos Aires: Siglo XXI, 2017, 304 pp. **PolHis. Revista Bibliográfica del Programa Interuniversitario de Historia Política**, [s. l.], n. 20, p. 317–319, 2020.

DENZIN, N. K.; LINCOLN, Y. S. **The Sage handbook of qualitative research**. [S. l.]: sage, 2011a.

DIÁRIO DE PERNAMBUCO, J. **Pacto pela Vida completa 10 anos sob muitas críticas**. [S. l.], 2017. Disponível em: <https://blogs.diariodepernambuco.com.br/segurancapublica/?paged=10>. Acesso em: 26 jan. 2025.

DOE-PE, D. O. do E. de P. **Ouvir para Mudar consolida diálogo entre Governo do Estado e a população**. [S. l.: s. n.], 2023.

DOMINIQUE, M. Discurso e Análise do Discurso. **São Paulo: Parábola**, [s. l.], 2015a.

DOS SANTOS, M. S. **Memória colectiva e teoria social**. [S. l.]: Imprensa da Universidade de Coimbra/Coimbra University Press, 2012.

DOYLE, C. ‘Orthodox’ and ‘alternative’ explanations for the reduction of urban violence in Medellín, Colombia. **Urban Research & Practice**, [s. l.], v. 12, n. 3, p. 211–229, 2019.

DPPE, D. P. de P. **Tecnologia de reconhecimento facial não será implantada pela Prefeitura do Recife e pelo Governo do Estado de Pernambuco**. [S. l.], 2023. Disponível em: <https://www.defensoria.pe.def.br/tecnologia-de-reconhecimento-facial-nao-sera-implantada-pela-prefeitura-do-recife-e-pelo-governo-do-estado-de-pernambuco/>. Acesso em: 5 fev. 2024.

DRYZEK, J. S. **Deliberative democracy and beyond: Liberals, critics, contestations**. [S. l.]: OUP Oxford, 2002.

DUPONT, B.; GRABOSKY, P.; SHEARING, C. The governance of security in weak and failing states. **Criminal justice**, [s. l.], v. 3, n. 4, p. 331–349, 2003.

DUPONT, B.; WOOD, J. Urban security, from nodes to networks: On the value of connecting disciplines. **Canadian Journal of Law and Society/La Revue Canadienne Droit et Société**, [s. l.], v. 22, n. 2, p. 95–112, 2007a.

EAGLETON, T. **Culture**. [S. l.]: Yale University Press, 2016.

ELLIOTT, O. V. **The tools of government: A guide to the new governance**. [S. l.]: OUP Us, 2002.

ENGEL, C. L. Diagnóstico dos homicídios no Brasil: subsídios para o Pacto Nacional pela Redução de Homicídios. **Ministério da Justiça**, [s. l.], p. 271, 2015. Disponível em: http://www.justica.gov.br/sua-seguranca/seguranca-publica/analise-e-pesquisa/acervo/publicacoes%5Cnhttp://www.justica.gov.br/sua-seguranca/seguranca-publica/analise-e-pesquisa/download/estudos_diversos/1diagnostico-homicidios.pdf.

ERIC IKERD, T. Beyond “flavor of the month” Institutionalizing problem-oriented policing (POP) in the CMPD. **Policing: An International Journal of Police Strategies & Management**, [s. l.], v. 33, n. 1, p. 179–202, 2010.

ESCOSTEGUY, A. C. D. **Cartografias dos estudos culturais: uma versão latino-americana**. [S. l.]: Distribuidora Autentica LTDA, 2013a. v. 8

FBSP, F. B. de S. Publica. **17º Anuário Brasileiro de Segurança Pública [livro eletrônico]**. 17. ed. São Paulo: [s. n.], 2023. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2023/07/anuario-2023.pdf>.

FBSP, F. B. de S. P. Anuário Brasileiro do Fórum Brasileiro de Segurança Pública. [s. l.], 2024. Disponível em: <file:///Users/admin/Downloads/Anu%C3%A1rio%20Brasileiro%20de%20Seguran%C3%A7a%20P%C3%BAblica%202024.pdf>. Acesso em: 6 mar. 2025.

FEENBERG, A. **Questioning technology**. [S. l.]: Routledge, 2012.

FEENBERG, A. **Transforming technology: A critical theory revisited**. [S. l.]: Oxford University Press, 2002.

FERNANDES, N. C. M. *et al.* Inovação e colaboração on-line na criação de. **RAE-Revista de Administração de Empresas**, [s. l.], v. 62, p. 1–21, 2022.

FERNANDES, O. L. C. *et al.* The political logic of E-Government and the Discourses of Innovation in the Public Sector in Cape Verde. **Public Organization Review**, [s. l.], 2022.

FERRARI, P. **Como sair das bolhas**. [S. l.]: EDUC–Editora da PUC-SP, 2021. v. 4

FERREIRA, M. J. C. da S. A relação mediata do tráfico de drogas com a prática do homicídio em Caruaru-PE. [s. l.], 2016.

FERREIRA, C. C. *et al.* A tecnologia a serviço da segurança pública: caso PMSC mobile. **Revista Direito GV**, [s. l.], v. 16, p. e1947, 2020.

FERREIRA, M. C. L. Análise do discurso e suas interfaces: o lugar do sujeito na trama do discurso. **Organon**, [s. l.], v. 24, n. 48, 2010.

FERREIRA, E. L. T.; DAMÁZIO, I. N.; AGUIAR, J. M. de. Fatores estimuladores da sensação de insegurança e a valorização midiática. **Revista Ordem Pública**, [s. l.], v. 4, n. 1/2, p. 121–130, 2011.

FERREIRA, D. L. de S.; NOVAES, S. M. de; MACEDO, F. G. L. Cidades inteligentes e inovação: a videovigilância na Segurança Pública de Recife, Brasil. **Cadernos Metrópole**, [s. l.], v. 25, n. 58, p. 1095–1122, 2023.

FITZDUFF, M. **Public policy in a divided society: Lessons from northern Ireland**. [S. l.: s. n.], 2019.

FLICK, U. **The SAGE Handbook of Qualitative Research Design**. [S. l.]: sage, 2022a.

FLICK, U. **Triangulation in data collection**. [S. l.]: The SAGE handbook of qualitative data collection, 2018.

FLINDERS, M.; HUGGINS, C. Modes of state governance, populist pressures and public sector reform. In: PUBLIC VALUE MANAGEMENT, GOVERNANCE AND REFORM IN BRITAIN. [S. l.]: Springer, 2021. p. 87–114.

FONTES FILHO, J. R.; PICOLIN, L. M. Governança corporativa em empresas estatais: avanços, propostas e limitações. **Revista de Administração Pública**, [s. l.], v. 42, p. 1163–1188, 2008.

FOUCAULT, M. Microfísica do poder (R. Machado, trad.). **Rio de Janeiro: Graal**, [s. l.], 1979.

FOUCAULT, M. Vigiar e punir: nascimento da prisão. **Tradução Raquel Ramallete**, [s. l.], v. 42, 1987.

FRANÇA PAZ, E. V. de; FRANÇA PAZ, R. Y. A. de A. de. Breve histórico da segurança pública brasileira, com ênfase no estado de pernambuco. **Revista Ibero- Americana de Humanidades, Ciências e Educação- REASE**, [s. l.], v. 8, n. 03, 2022. Disponível em: <https://www.periodicorease.pro.br/rease/article/download/4717/1829>.

FUNG, A. Thinking about Empowered Participatory Governance Archon Fung and Erik Olin Wright. **Deepening democracy: Institutional innovations in empowered participatory governance**, [s. l.], v. 4, n. 3, 2003.

FUSSEY, P.; DAVIES, B.; INNES, M. ‘Assisted’ facial recognition and the reinvention of suspicion and discretion in digital policing. **The British Journal of Criminology**, [s. l.], v. 61, n. 2, p. 325–344, 2021.

G1PE, P. G. de P. **Câmeras de reconhecimento facial podem identificar cerca de 15 mil criminosos no carnaval, diz governo**. [S. l.], 2024. Disponível em: <https://g1.globo.com/pe/pernambuco/carnaval/2024/noticia/2024/01/30/cameras-de-reconhecimento-facial-podem-identificar-criminosos-no-carnaval-diz-governo.ghtml>. Acesso em: 5 fev. 2024.

GEERTZ, C. **A interpretação das culturas**. [S. l.: s. n.], 2008.

GOV. ESPÍRITO SANTO, G. D. E. D. E. S. **CADASTRO o seu patrimônio cadastrando-o no banco de dados da Polícia.** [S. l.], 2020. Disponível em: <https://cadastrointeligente.es.gov.br/>. Acesso em: 6 out. 2024.

GOV. ESPÍRITO SANTO, G. D. E. D. E. S. **Governo lança projeto para recuperar celulares roubados e furtados no Espírito Santo.** [S. l.], 2024. Disponível em: <https://pc.es.gov.br/Not%C3%ADcia/governo-lanca-projeto-para-recuperar-celulares-roubados-e-furtados-no-espírito-santo>. Acesso em: 6 out. 2024.

GOV. PARÁ, G. D. E. D. P. **Ajude-nos a devolver o seu celular.** [S. l.], 2018. Disponível em: <https://alertacelular.pa.gov.br/>. Acesso em: 6 out. 2024.

GOV. PARAÍBA, G. D. E. D. P. **Celular Seguro: aplicativo do Governo do Estado combate roubo e furto de celulares na Paraíba.** [S. l.], 2025. Disponível em: <https://codata.pb.gov.br/noticias/celular-seguro-aplicativo-do-governo-do-estado-combate-roubo-e-furto-de-celulares-na-paraiba>. Acesso em: 6 out. 2024.

GOV. PERNAMBUCO, G. D. E. D. P. SDS recebe visita de subsecretários de segurança pública do Distrito Federal. [s. l.], 2023. Disponível em: <https://www.sds.pe.gov.br/noticias/11846-sds-recebe-visita-de-subsecretarios-de-seguranca-publica-do-distrito-federal>. Acesso em: 4 out. 2024.

GOV. PIAUÍ, G. D. E. D. P. **Iniciativa do Piauí será integrada ao Programa Celular Seguro do Governo Federal e levada para todo o Brasil.** [S. l.], 2024. Disponível em: <https://www.pi.gov.br/noticia/iniciativa-do-piaui-sera-integrada-ao-programa-celular-seguro-do-governo-federal-e-levada-para-todo-o-brasil>. Acesso em: 4 out. 2024.

GOVPE, G. de P. **Juntos Pela Segurança.** Recife: [s. n.], 2024. Disponível em: <https://www.seplag.pe.gov.br/prioridades/43-prioridades/41-juntos-pela-seguranca>. Acesso em: 30 mar. 2024.

GOVPE, G. de P. **O Modelo de Gestão por Resultados do Programa Pacto pela Vida.** [S. l.], 2016a. Disponível em: <https://www.acervo.arquivopublico.pe.gov.br/index.php/eventos-e-premiacoes>. Acesso em: 27 jul. 2023.

GOVPE, G. de P. **O Modelo de Gestão por Resultados do Programa Pacto pela Vida.** [S. l.], 2016b. Disponível em: <https://www.acervo.arquivopublico.pe.gov.br/index.php/eventos-e-premiacoes>. Acesso em: 26 jul. 2023.

GOVPE, G. D. P. **Ouvir para Mudar consolida diálogo entre Governo do Estado e a população.** [S. l.: s. n.], 2023.

GRAHAM, J.; PLUMPTRE, T. W.; AMOS, B. **Principles for good governance in the 21st century.** [S. l.]: Institute on governance Ottawa, 2003. v. 15

GRAMAGILA, J. A.; PHILLIPS, S. W. Police officers' perceptions of body-worn cameras in Buffalo and Rochester. **American Journal of Criminal Justice**, [S. l.], v. 43, n. 2, p. 313–328, 2018a.

GRIGGS, S.; HOWARTH, D. Discourse theory. *In: HANDBOOK ON THEORIES OF GOVERNANCE*. [S. l.]: Edward Elgar Publishing, 2022.

GUIMARÃES, J. A. C. *et al.* A dimensão cultural da organização do conhecimento: uma análise de comunidades epistêmicas no contexto internacional da Ciência da Informação. **Scire: representación y organización del conocimiento**, [s. l.], v. 25, n. 1, p. 25–36, 2019.

GUIMARÃES, A. V. *et al.* Inovação e colaboração governamental para recuperar veículos roubados e furtados. **Administração Pública e Gestão Social**, [s. l.], 2021.

GUIMARÃES, R. R. C.; RIBEIRO, S. G. A introdução do juiz das garantias no Brasil e o inquérito policial eletrônico. **Revista Brasileira de Direito Processual Penal**, [s. l.], v. 6, n. 1, p. 147–174, 2020.

GUY PETERS, B. Meta-Governance and Public Management. **The New Public Governance?: Emerging Perspectives on the Theory and Practice of Public Governance**, [s. l.], p. 36–51, 2010.

HABERMAS, J. **The theory of communicative action: Volume 1: Reason and the rationalization of society**. [S. l.]: Beacon press, 1985. v. 1

HALBWACHS, M. Espacio y memoria colectiva. **Estudios sobre las culturas contemporáneas**, [s. l.], v. 3, n. 9, p. 11–40, 1990.

HALL, S. A centralidade da cultura: notas sobre as revoluções culturais do nosso tempo. **Educação & realidade**, [s. l.], v. 22, n. 2, 1997a.

HALL, S. **A identidade cultural na pós-modernidade**. [S. l.]: Lamparina, 2023.

HALL, S. Codificar y decodificar. **Cultura, media y lenguaje**, [s. l.], p. 129–139, 1980.

HALL, S. **CULTURA E REPRESENTAÇÃO**. Rio de Janeiro, Brasil.: [s. n.], 2016a.

HALL, S. Culture, the media and the ideological effect. [s. l.], 1977.

HALL, S. Da diáspora. **Belo horizonte: UFMG**, [s. l.], p. 36, 2003.

HANDFORD, M.; GEE, J. P. **The Routledge handbook of discourse analysis**. [S. l.]: routledge, 2023.

HANELT, A. *et al.* A systematic review of the literature on digital transformation: Insights and implications for strategy and organizational change. **Journal of management studies**, [s. l.], v. 58, n. 5, p. 1159–1197, 2021.

HANNA, N. K. Transforming government and building the information society: Challenges and opportunities for the developing world. [s. l.], 2010.

HANSEN LÖFSTRAND, C.; BACKMAN, C. Organizational legitimation of body-worn camera use in the Swedish private security industry. **Qualitative Research in Organizations and Management: An International Journal**, [s. l.], v. 17, n. 5, p. 64–77, 2022.

HARRISON, J. R.; CARROLL, G. R. Culture and demography in organizations. *In: CULTURE AND DEMOGRAPHY IN ORGANIZATIONS*. [S. l.]: Princeton University Press, 2021.

HARVEY, D. **El enigma del capital: y las crisis del capitalismo**. [S. l.]: Ediciones Akal, 2020. v. 68

HATHAZY, P. Crafting public security: demilitarisation, penal state reform and security policy-making in post-authoritarian Chile. **Global Crime**, [s. l.], v. 19, n. 3–4, p. 271–295, 2018.

HAYNES, M.-L. Qualifying Violence: Visible Data, Invisible Lives in Recife, Brazil. **Journal of Latin American and Caribbean Anthropology**, [s. l.], v. 26, n. 3–4, p. 468–487, 2021.

HAYWARD, K. J.; MAAS, M. M. Artificial intelligence and crime: A primer for criminologists. **Crime, Media, Culture**, [s. l.], v. 17, n. 2, p. 209–233, 2021.

HENMAN, P. Improving public services using artificial intelligence: possibilities, pitfalls, governance. **Asia Pacific Journal of Public Administration**, [s. l.], v. 42, n. 4, p. 209–221, 2020a.

HENNINK, M. M.; KAISER, B. N.; WEBER, M. B. What influences saturation? Estimating sample sizes in focus group research. **Qualitative health research**, [s. l.], v. 29, n. 10, p. 1483–1496, 2019.

HERMES, P. H.; GESTA LEAL, R. INTELIGENCIA ARTIFICIAL, POLÍTICAS PÚBLICAS E SEGURANÇA PÚBLICA: APROXIMAÇÕES E SINERGIAS PARA A TUTELA DE DIREITOS FUNDAMENTAIS. **Direito UNIFACS–Debate Virtual-Qualis A2 em Direito**, [s. l.], n. 298, 2025.

HIGHFIELD, T.; LEAVER, T. A methodology for mapping Instagram hashtags. **First Monday**, [s. l.], v. 20, n. 1, p. 1–11, 2015.

HIRSCHFIELD, P. Policing the police: US and European models. **J. Democracy**, [s. l.], v. 31, p. 166, 2020.

HOOD, C.; HEALD, D. **Transparency: The key to better governance?** [S. l.]: Oxford University Press for The British Academy, 2006. v. 135

HOUT, W. **The politics of aid selectivity: Good governance criteria in World Bank, US and Dutch development assistance**. [S. l.]: Routledge, 2007.

HUFF, J.; KATZ, C. M.; WEBB, V. J. Understanding police officer resistance to body-worn cameras. **POLICING-AN INTERNATIONAL JOURNAL OF POLICE STRATEGIES & MANAGEMENT**, HOWARD HOUSE, WAGON LANE, BINGLEY BD16 1WA, W YORKSHIRE, ENGLAND, v. 41, n. 4, SI, p. 482–495, 2018a.

HUTCHEON, L. **Irony's edge: The theory and politics of irony**. [S. l.]: Routledge, 2003.

IDREES, H.; SHAH, M.; SURETTE, R. Enhancing camera surveillance using computer vision: a research note. **POLICING-AN INTERNATIONAL JOURNAL OF POLICE STRATEGIES \& MANAGEMENT**, HOWARD HOUSE, WAGON LANE, BINGLEY BD16 1WA, W YORKSHIRE, ENGLAND, v. 41, n. 2, p. 292–307, 2018.

JACKS, N. **Mapas barberianos em mutação**. [S. l.], 2020. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=dRE-RZrwxhg>. Acesso em: 6 mar. 2024.

JACKS, N. Repensando os estudos de recepção: dois mapas para orientar o debate. **Ilha Revista de Antropologia**, [s. l.], v. 10, n. 2, p. 17–35, 2008.

JACKSON, A. Y.; MAZZEI, L. **Thinking with theory in qualitative research: Viewing data across multiple perspectives**. [S. l.]: Routledge, 2011.

JAMESON, F.; CEVASCO, M. E. **Pós-modernismo: a lógica cultural do capitalismo tardio**. [S. l.]: Ática São Paulo, 1996.

JCNE10. **Do rádio de pilha a apitos; veja itens proibidos pela polícia nos estádios de Pernambuco**. [S. l.], 2022. Disponível em: <https://jc.ne10.uol.com.br/blogs/torcedor/2022/04/15000459-do-radio-de-pilho-a-apitos-veja-itens-proibidos-pela-policia-nos-estadios-de-pernambuco.html>. Acesso em: 27 jan. 2024.

JCPE, J. do C. de P. **Especialistas criticam uso de reconhecimento facial no Carnaval do Recife e Olinda**. [S. l.], 2024. Disponível em: <https://jc.ne10.uol.com.br/colunas/seguranca/2024/01/15664658-especialistas-criticam-uso-de-reconhecimento-facial-no-carnaval-do-recife-e-olinda.html>. Acesso em: 5 fev. 2024.

JENKINS, H. **Cultura da convergência**. São Paulo: Eleph, 2009. [S. l.]: LEMOS, André. Ciber-Socialidade: tecnologia e vida social na cultura ..., 2006.

JESÚS, M.-B. **Oficio de cartógrafo. Travesías latinoamericanas de la comunicación en la cultura**. [S. l.]: Santiago, Fondo de Cultura Económica, 2002.

JIA, N.; HUANG, K. G.; MAN ZHANG, C. Public governance, corporate governance, and firm innovation: An examination of state-owned enterprises. **Academy of Management Journal**, [s. l.], v. 62, n. 1, p. 220–247, 2019.

JOYCE, N. M.; RAMSEY, C. H.; STEWART, J. K. Commentary on smart policing. **Police quarterly**, [s. l.], v. 16, n. 3, p. 358–368, 2013.

JUNIOR, I. O.; DOS SANTOS, F. C. C. INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL E POLICIAMENTO PREDITIVO: possibilidades de inovação tecnológica para a Polícia Militar do Paraná no enfrentamento aos crimes violentos contra o patrimônio com emprego de explosivos. **Brazilian Journal of Technology**, [s. l.], v. 5, n. 1, p. 30–62, 2022.

KEAST, R. Network governance. In: **HANDBOOK ON THEORIES OF GOVERNANCE**. [S. l.]: Edward Elgar Publishing, 2022.

KENNEDY, L. W.; VAN BRUNSCHOT, E. G. **The risk in crime**. [S. l.]: Rowman & Littlefield Publishers, 2009.

KISSLER, L.; HEIDEMANN, F. G. Governança pública: novo modelo regulatório para as relações entre Estado, mercado e sociedade?. **Revista de Administração Pública**, [s. l.], v. 40, p. 479–499, 2006.

KITCHIN, R. **The data revolution: Big data, open data, data infrastructures and their consequences**. [S. l.]: Sage, 2014.

KITSIOS, F.; KAMARIOTOU, M.; MAVROMATIS, A. Drivers and Outcomes of Digital Transformation: The Case of Public Sector Services. **Information**, [s. l.], v. 14, n. 1, p. 43, 2023.

KLIJN, E.-H.; KOPPENJAN, J. Governance network theory: past, present and future. **Policy & Politics**, [s. l.], v. 40, n. 4, p. 587–606, 2012.

KOLBJØRNSRUD, V.; AMICO, R.; THOMAS, R. J. How artificial intelligence will redefine management. **Harvard business review**, [s. l.], v. 2, n. 1, p. 3–10, 2016.

KOOIMAN, J. Governing as governance. **Governing as governance**, [s. l.], p. 1–264, 2002.

KOPPENJAN, J. F. M. **Managing complex networks: strategies for the public sector**. [S. l.]: Sage Publications, 1997.

KOSACK, S.; FUNG, A. Does transparency improve governance?. **Annual review of political science**, [s. l.], v. 17, 2014.

KUHLMANN, S.; WOLLMANN, H. **Introduction to comparative public administration: Administrative systems and reforms in Europe**. [S. l.]: Edward Elgar Publishing, 2019.

KVIETINSKI, E. M.; MASTELLA, M. Impacto da gestão nos indicadores de criminalidade:: aplicação do método ‘SIGA’ de tecnologia embarcada em áreas de maior ocorrência de delitos. **Revista Brasileira de Segurança Pública**, [s. l.], v. 15, n. 1, p. 92–111, 2021.

LAK, B.; REZAEENOUR, J. MATURITY ASSESSMENT OF SOCIAL CUSTOMER KNOWLEDGE MANAGEMENT (SCKM) USING FUZZY EXPERT SYSTEM. **JOURNAL OF BUSINESS ECONOMICS AND MANAGEMENT**, SAULETEKIO AL 11, VILNIUS, LT-10223, LITHUANIA, v. 19, n. 1, p. 192–212, 2018.

LATOUR, B. On actor-network theory: A few clarifications. **Soziale welt**, [s. l.], p. 369–381, 1996.

LATOUR, B. **Reassembling the social: An introduction to actor-network-theory**. [S. l.]: Oup Oxford, 2007.

LAZER, D. M. J. *et al.* The science of fake news. **Science**, [s. l.], v. 359, n. 6380, p. 1094–1096, 2018.

LEITNER, C.; STIEFMUELLER, C. M. **Disruptive Technologies and the Public Sector: The Changing Dynamics of Governance**. Singapore: Springer Singapore, 2019.

LE MOS, A. Cultura da mobilidade. **Revista Famecos**, [s. l.], v. 16, n. 40, p. 28–35, 2009.

LÉVY, P. **Cibercultura**. [S. l.]: Editora 34, 2010.

LIMA, R. S. *et al.* Câmeras na farda reduzem a letalidade policial?. **GV-EXECUTIVO**, [s. l.], v. 21, n. 2, 2022.

LIMA, L. M. *et al.* Limites éticos da inteligência artificial e os riscos aos direitos fundamentais: desafios jurídicos da regulamentação da IA e respeito aos direitos fundamentais. **CONTRIBUCIONES A LAS CIENCIAS SOCIALES**, [s. l.], v. 18, n. 1, p. e14702, 2025. Disponível em: <https://ojs.revistacontribuciones.com/ojs/index.php/clcs/article/view/14702>.

LIMA, E. P. *et al.* Tecnologias na Segurança Pública: prospecção sobre o uso de inteligências artificiais e outros dispositivos. **Cadernos de Prospecção**, [s. l.], v. 13, n. 5, p. 1367, 2020.

LIMA SILVA, B.; DA COSTA LIMEIRA, M. L. As novas tecnologias e a segurança pública: um casamento complexo e promissor. **Pro Lege Vigilanda**, [s. l.], v. 2, n. 2, 2023.

LOLLIA, F. Caméras corporelles sur les policiers français: ce que nous apprend l'expérience des États-Unis et du Canada. [s. l.], 2021.

LOPES, M. I. V. de. A teoria barberiana da comunicação. **MATRIZES**, [s. l.], v. 12, n. 1, p. 39–63, 2018a.

LOPES, M. I. V. de. Jesús Martín-Barbero e os mapas essenciais para compreender a comunicação. **Intexto**, [s. l.], p. 14–23, 2018b.

LOPES, M. I. V. de. Uma cartografia para a pesquisa comunicacional e os mapas das mediações. **Comunicação e mediações: novas perspectivas**, [s. l.], 2021.

LUM, C. *et al.* Research on body-worn cameras: What we know, what we need to know. **Criminology and Public Policy**, [s. l.], v. 18, n. 1, p. 93–118, 2019a.

LUM, Cynthia *et al.* The rapid diffusion of license plate readers in US law enforcement agencies. **POLICING-AN INTERNATIONAL JOURNAL OF POLICE STRATEGIES & MANAGEMENT**, HOWARD HOUSE, WAGON LANE, BINGLEY BD16 1WA, W YORKSHIRE, ENGLAND, v. 42, n. 3, p. 376–393, 2019.

MACEDO BOUSQUET, H. *et al.* Proposição de diretrizes para a implementação de novas tecnologias na Polícia Técnico-Científica de Goiás. **Revista de Gestão e Secretariado**, [s. l.], v. 14, n. 12, p. 20777–20797, 2023.

MACKLEM, P.; ROACH, K.; DANIELS, R. J. **The security of freedom: Essays on Canada's anti-terrorism bill**. [S. l.]: University of Toronto Press, 2001.

MACLEAN, K. **Social urbanism and the politics of violence: the Medellín miracle**. [S. l.]: Springer, 2015.

MALTEZ, J. C. “Perdeu, passa o celular”: um estudo sobre vitimização por roubo de celulares e seus desdobramentos. [s. l.], 2023.

MANNING, P. K. Information technologies and the police. **Crime and justice**, [s. l.], v. 15, p. 349–398, 1992.

MARCO ZERO, por J. C. **Especialistas Analisam o Juntos Pela Segurança do Governo Raquel**. [S. l.], 2023. Disponível em: <https://marcozero.org/especialistas-analisam-o-juntos-pela-seguranca-do-governo-raquel/>. Acesso em: 21 abr. 2024.

MARQUES, A. P.; MOREIRA, R.; SILVA, M. C. **Governança e territorialidades: lógicas e práticas na administração local**. [S. l.]: Edições Húmus, 2012.

MARSH, D.; RHODES, R. A. W. **Policy networks in British government**. [S. l.]: Clarendon Press, 1992a.

MARSHALL, T. H. Citizenship and social class. **Cambridge University Class**, [s. l.], 1950.

MARTÍN, M. B. **Pre-textos: conversaciones sobre la comunicación y sus contextos**. [S. l.]: Ediciones Universidad del Valle, 1995.

MARTÍN-BARBERO, J. De los medios a las mediaciones. **Barcelona: Anthropos**, [s. l.], 2010.

MARTÍN-BARBERO, J. De los medios a las mediaciones: Comunicación. **Cultura y Hegemonía. Barcelona: Gustavo Gili**, [s. l.], 1987.

MARTÍN-BARBERO, J. **De los medios a las mediaciones: comunicación, cultura y hegemonía**. [S. l.]: Convenio Andrés Bello, 1998.

MARTÍN-BARBERO, J. **De los medios a las mediaciones: comunicación, cultura y hegemonía**. [S. l.]: Instituto Nacional para Ciegos-INCI, 2021.

MARTÍN-BARBERO, J. Dos meios às mediações: 3 introduções. **Matrizes**, [s. l.], v. 12, n. 1, p. 9–31, 2018.

MARTÍN-BARBERO, J. Dos meios às mediações: comunicação, cultura e hegemonia. In: **DOS MEIOS ÀS MEDIAÇÕES: COMUNICAÇÃO, CULTURA E HEGEMONIA**. [S. l.: s. n.], 2008a. p. 356.

MARTÍN-BARBERO, J. Jesús Martín-Barbero: As formas mestiças da mídia. **Entrevista realizada por Mariluce Moura. São Paulo: Pesquisa FAPESP**, [s. l.], 2009. Disponível em: <https://revistapesquisa.fapesp.br/as-formas-mesticas-da-midia/>. Acesso em: 7 mar. 2024.

MARTÍN-BARBERO, J. Pensar la sociedad desde la comunicación. Un lugar estratégico para el debate a la modernidad. **Diálogos de la Comunicación**, [s. l.], v. 32, p. 1–8, 1992.

MARTÍN-BARBERO, J. Uma aventura epistemológica. **Matrizes**, [s. l.], v. 2, n. 2, p. 143–162, 2009.

MARTIN-BARBERO, J.; FOX, E.; WHITE, R. A. **Communication, culture and hegemony: From the media to the mediations**. [S. l.]: University of Toronto Press, 1994.

MARTÍN-BARBERO, J.; MARTÍN, M. B. **De los medios a las mediaciones: comunicación, cultura y hegemonía**. [S. l.]: Convenio Andrés Bello, 1998.

MARTÍN-BARBERO, J.; MUÑOZ, S. Televisión y melodrama. **Bogotá: Tercer Mundo**, [s. l.], 1992.

MARTÍN-BARBERO, J.; RINCON, O. Mapa insomne 2017: Ensayos sobre el sensorium contemporáneo. Un mapa para investigar la mutación cultural. **RÍNCON, Omar; JACKS, Nilda.; SCHMITZ, Daniela; WOTTRICH, Laura. Un nuevo mapa para investigar la mutación cultural: diálogo con la propuesta de Jesús Martín-Barbero**. Quito: CIESPAL, [s. l.], 2019.

MATARAZZO, G.; FERNANDES, A.; ALCADIPANI, R. Organizações policiais frente à pandemia: sensemaking, liderança e discricionariedade. **Revista de Administração Pública**, [s. l.], v. 54, n. 4, p. 898–908, 2020.

MATUS, C. Política, planejamento e governo 3. ed. **Brasília, DF: Ipea**, [s. l.], 1997.

MCLUHAN, M. **Os meios de comunicação: como extensões do homem**. [S. l.]: Editora Cultrix, 1974.

MEDEIROS, M.; MAINIERI, T. COMUNICAÇÃO PÚBLICA E CIDADANIA: EXPERIÊNCIAS E PRÁTICAS INOVADORAS. [s. l.], 2022.

MERGEL, I.; EDELMANN, N.; HAUG, N. Defining digital transformation: Results from expert interviews. **Government information quarterly**, [s. l.], v. 36, n. 4, p. 101385, 2019.

MEULEMAN, L. The cultural dimension of metagovernance: Why governance doctrines may fail. **Public Organization Review**, [s. l.], v. 10, n. 1, p. 49–70, 2010.

MICHEL, P. Sur les contextes épistémologiques de l'analyse de discours/Michel Pêcheux. **Mots, Octobre**, [s. l.], n. 9, p. 7–17, 1984.

MILES, M. B.; HUBERMAN, A. M.; SALDAÑA, J. **Qualitative data analysis: A methods sourcebook**. 3rd. [S. l.]: Thousand Oaks, CA: Sage, 2014.

MILLER, D. *et al.* **Como o mundo mudou as mídias sociais**. [S. l.]: UCL Press, 2019.

MONTEIRO, J. *et al.* Avaliação do impacto do uso de câmeras corporais pela Polícia Militar do Estado de São Paulo. [s. l.], 2022.

MONTEIRO, L.; RODRIGUES, D.; JÚNIOR, J. E. D. S. O modelo dos múltiplos fluxos de Kingdon e as políticas de Segurança Pública: o caso do programa “Pacto pela Vida” de

Pernambuco (2007-2013). **Revista Brasileira de Segurança Pública**, [s. l.], v. 12, n. 2, p. 91–111, 2018.

MORAGAS, M.; TERRÓN, J. L.; RINCÓN, O. De los medios a las mediaciones de Jesús Martín Barbero, 30 años después. **Barcelona: InCom-UAB Publicacions**, [s. l.], p. 37–48, 2017.

MORAIS, M. C. A. *et al.* Determinantes socioeconômicos do microempreendedor individual (MEI). **REGEPE Entrepreneurship and Small Business Journal**, [s. l.], v. 11, n. 3, p. e2070–e2070, 2022.

MORÇÖL, G. **Complex Governance Networks: Foundational Concepts and Practical Implications**. [S. l.]: Taylor & Francis, 2023.

MORESCO, M. C.; RIBEIRO, R. O conceito de identidade nos estudos culturais britânicos e latino-americanos: um resgate teórico. **Animus. Revista Interamericana de Comunicação Midiática**, [s. l.], v. 14, n. 27, 2015.

MORLEY, D.; HALL, S. **Essential Essays, Volume 1: Foundations of Cultural Studies**. [S. l.]: Duke University Press, 2019.

MOSER, C. O. N.; MCILWAINE, C. **New frontiers in twenty-first century urban conflict and violence**. [S. l.]: SAGE Publications Sage UK: London, England, 2014.

MPPE, M. P. D. P. **Em audiência pública promovida pelo MPPE, Estado e Prefeitura informam que ferramenta não será adotada antes de um debate amplo**. [S. l.], 2023. Disponível em: <https://portal.mppe.mp.br/w/em-audiencia-publica-promovida-pelo-mppe-estado-e-prefeitura-informam-que-ferramenta-nao-sera-adotada-antes-de-um-debate-amplo>. Acesso em: 5 fev. 2024.

MULLIGAN, D. K.; BAMBERGER, K. A. Saving Governance-By-Design. **CALIFORNIA LAW REVIEW**, BOAT HALL, 588 SIMON HALL, BERKELEY, CA 94720-7200 USA, v. 106, n. 3, p. 697–784, 2018a.

MURRAY, S. Postdigital cultural studies. **International Journal of Cultural Studies**, [s. l.], v. 23, n. 4, p. 441–450, 2020.

MUSSALIM, F. Análise do discurso. **Introdução à linguística: domínios e fronteiras**, [s. l.], v. 2, n. 2, p. 101–142, 2001.

@NANENANDA. **Cadastrem seu IMEI e compartilhem! Vamos espalhar a notícia!**. [S. l.], 2024. Disponível em: https://www.instagram.com/p/C9zVijlutB_/. Acesso em: 1 ago. 2024.

NETO, J. A. F.; MAIA, F. M. L. JUNTOS PELA SEGURANÇA – PROJETO DE SEGURANÇA CIDADÃ. **Revista Técnica CNM**, [s. l.], 2016. Disponível em: <https://www.cnm.org.br/storage/biblioteca/Juntos%20pela%20seguran%C3%A7a%20%E2%80%93%20Projeto%20de%20Seguran%C3%A7a%20Cidad%C3%A3.pdf>. Acesso em: 31 mar. 2024.

NIX, J.; TODAK, N.; TREGLE, B. Understanding body-worn camera diffusion in US policing. **Police Quarterly**, [s. l.], v. 23, n. 3, p. 396–422, 2020a.

NOBRE, M.; REPA, L. **Habermas e a reconstrução: sobre a categoria central da teoria crítica habermasiana**. [S. l.]: Papirus Editora, 2020.

NORA, P. Between Memory and History: Les Lieux de Memoire. **Special Issue: Memory and Counter-Memory/Spring**, [s. l.], 1989.

NOVECK, B. S. **Smart citizens, smarter state: The technologies of expertise and the future of governing**. [S. l.]: Harvard University Press, 2015a.

NOVECK, B. S. The Innovative State. **Dædalus**, [s. l.], v. 150, n. 3, p. 121–142, 2021a.

NOWACKIA, J. S.; WILLITS, D. Adoption of body cameras by United States police agencies: an organisational analysis. **POLICING & SOCIETY**, 2-4 PARK SQUARE, MILTON PARK, ABINGDON OX14 4RN, OXON, ENGLAND, v. 28, n. 7, p. 841–853, 2018.

NUNES, C. F. O. *et al.* Inovação em segurança pública: um estudo bibliométrico. **Em Questão**, [s. l.], v. 29, p. e-124482, 2023.

OAKLEY, P. **Projects with people: The practice of participation in rural development**. [S. l.]: International Labour Organization, 1991.

O'CONNOR, C. D. The police on Twitter: image management, community building, and implications for policing in Canada. **POLICING & SOCIETY**, 2-4 PARK SQUARE, MILTON PARK, ABINGDON OX14 4RN, OXON, ENGLAND, v. 27, n. 8, p. 899–912, 2017.

OLIVEIRA, J. S. de; DAVEL, E. P. B. **Impacto simbólico da pesquisa**. [S. l.]: SciELO Brasil, 2021.

OLIVEIRA, P. F.; FÁVERO, W. C. A Polícia Militar do Paraná e as novas tecnologias: o emprego das aeronaves remotamente pilotadas (drones): The Military Police of Paraná and new technologies: the use of remote piloted aircraft (drones). **Brazilian Journal of Development**, [s. l.], v. 8, n. 9, p. 63064–63090, 2022.

OLIVEIRA, E. R. DE; PAIVA JÚNIOR, F. G. de. A tecnologia como propulsora na mudança de cultura em segurança pública: o caso do programa alerta celular. **REVISTA DOS MESTRADOS PROFISSIONAIS**, [s. l.], v. 11, p. 96–117, 2022. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/RMP/article/view/252745/41539>.

OLIVEIRA, E. R. DE; PAIVA JÚNIOR, F. G. de. A tecnologia como propulsora na mudança de cultura em segurança pública: o caso do programa alerta celular. **REVISTA DOS MESTRADOS PROFISSIONAIS**, [s. l.], v. 11, p. 96–117, 2022.

OLIVEIRA, E. R.; PAIVA JÚNIOR, F. G.; SOARES, I. C. D. S. O Uso de Tecnologias de Gestão por Instituições de Segurança Pública e Defesa Social: Análise Bibliométrica de Tendências, Temas e Padrões de Colaboração. **Administração Pública e Gestão Social** –

APGS, [s. l.], 2024. Disponível em: <https://periodicos.ufv.br/apgs/article/view/15989>. Acesso em: 2 out. 2024.

ÖNDER, M.; ZENGİN, Ü. N. A framework for comparative analysis: Public administration across the globe. *In: THE PALGRAVE HANDBOOK OF COMPARATIVE PUBLIC ADMINISTRATION: CONCEPTS AND CASES*. [S. l.]: Springer, 2022. p. 51–76.

ONU. **United Nations Public Service Forum, Day and Awards Ceremony. Departamento de Asuntos Económicos y Sociales Instituciones Públicas**. [S. l.], 2012. Disponível em: <https://publicadministration.un.org/es/2012unpsa>. Acesso em: 27 jul. 2023.

ONUDC, U. N. O. O. D. A. C. **Brasil tem segunda maior taxa de homicídios da América do Sul, diz relatório da ONU**. [S. l.], 2019. Disponível em: <https://www.unodc.org/lpo-brazil/pt/frontpage/2019/07/brasil-tem-segunda-maior-taxa-de-homicidios-da-amrica-do-sul--diz-relatrio-da-onu.html>. Acesso em: 28 jul. 2023.

ORLANDI, E. P. **Análise de discurso: princípios & procedimentos**. [S. l.]: Pontes, 2012a.

ORLANDI, E. P. Michel Pêcheux e a Análise de Discurso (Michel Pêcheux et l'Analyse de Discours). **Estudos da Língua (gem)**, [s. l.], v. 1, n. 1, p. 9–13, 2005a.

ORLANDI, E. P. **Quais os métodos em análise do discurso - ENI ORLANDI**. [S. l.], 2022. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=MW38iDU6UBY>. Acesso em: 13 out. 2023.

ORLANDI, E. P. Texto e discurso. **Organon**, [s. l.], v. 9, n. 23, 1995.

OROZCO, G. De las mediaciones a los medios. Contribuciones de la obra de Martín-Barbero al estudio de los medios y sus procesos de recepción. **Mapas nocturnos. Diálogos con la obra de Jesús Martín-Barbero**. Bogotá: Siglo del Hombre Editores/DIUC. Recuperado de <http://bit.ly/9dmgX8>, [s. l.], 1998.

ORTEGÓN, E.; PACHECO, J. F.; PRIETO, A. **Metodología del marco lógico para la planificación, el seguimiento y la evaluación de proyectos y programas**. [S. l.]: Cepal, 2005.

OSBORNE, S. P. **The new public governance? 1**. [S. l.]: Taylor & Francis, 2006.

OSBORNE, S. P. **The New Public Governance?: Emerging perspectives on the theory and practice of public governance**. [S. l.: s. n.], 2010.

PASCARELLI FILHO, M. **A nova administração pública: profissionalização, eficiência e governança**. [S. l.]: DVS Editora, 2013.

PATEMAN, C. **Participation and democratic theory**. [S. l.]: Cambridge University Press, 1975.

PÊCHEUX, M. Analyse automatique du discours. Paris: Dunod. Trad. bras. parcial. **Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux**. Campinas: Unicamp, [s. l.], p. 59–158, 1969.

PÊCHEUX, M. O Discurso: estrutura ou acontecimento, Michel Pêcheux; tradução Eni P. Orlandi—5ª Edição, Campinas, SP: Pontes Editores, [s. l.], 2008.

PEDROZO, S. Drones policiers en Suisse: une redéfinition du regard aérien. [s. l.], 2023.

PENG, Y.; TAO, C. Can digital transformation promote enterprise performance?—From the perspective of public policy and innovation. **Journal of Innovation & Knowledge**, [s. l.], v. 7, n. 3, p. 100198, 2022.

PEREIRA, M. S. A utilização da matriz lógica em projetos sociais. **Revista Pesquisas e Práticas Psicossociais**, [s. l.], v. 10, n. 2, p. 327–339, 2015.

PERFIL FACEBOOK - SDSPE, S. D. D. S. D. P. **COLOQUE SEU CELULAR NO RADAR DA SDS**. [s. l.], 2019. Disponível em: <https://www.facebook.com/photo/?fbid=351365585791776&set=a.297363661191969>. Acesso em: 13 ago. 2024.

PERFIL FACEBOOK SDSPE, S. de D. S. de P. **AO VERDADEIRO DONO**. [s. l.], 2020.

PERFIL FACEBOOK SDSPE, S. de D. S. de P. **CADASTRE SEU CELULAR AINDA EM 2019**. [s. l.], 2019. Disponível em: <https://www.facebook.com/photo/?fbid=458638955064438&set=a.297363661191969>. Acesso em: 13 ago. 2024.

PERON, A. E. dos R.; ALVAREZ, M. C. O governo da segurança: modelos securitários transnacionais e tecnologias de vigilância na cidade de São Paulo. **Lua Nova: Revista de Cultura e Política**, [s. l.], p. 175–212, 2022.

PERTIERRA, A. C.; SALAZAR, J. F. **Media cultures in Latin America: key concepts and new debates**. [s. l.]: Routledge, 2019.

PETERS, B. G.; PIERRE, J. Governance without government? Rethinking public administration. **Journal of public administration research and theory**, [s. l.], v. 8, n. 2, p. 223–243, 1998.

PHILLIPS, N.; LAWRENCE, T. B.; HARDY, C. Discourse and institutions. **Academy of management review**, [s. l.], v. 29, n. 4, p. 635–652, 2004.

PICKERING, J. C. Officers' perceptions regarding the unexpected effects of body-worn cameras. **POLICING-AN INTERNATIONAL JOURNAL OF POLICE STRATEGIES & MANAGEMENT**, HOWARD HOUSE, WAGON LANE, BINGLEY BD16 1WA, W YORKSHIRE, ENGLAND, v. 43, n. 2, p. 390–402, 2020.

PIENIZ, M. B. Tecnicidade como mediação empírica: a reconfiguração da recepção de telenovela a partir do Twitter. [s. l.], 2013.

PIENIZ, M. B.; CENCI, M. P. Tecnicidades de las mediaciones comunicativas de la cultura a las mutaciones culturales. **Un nuevo mapa para investigar la mutación cultural**, [s. l.], p. 138–160, 2019.

PINTO, Á. V. O conceito de tecnologia. [s. l.], 2005.

POOLE, R. Memory, history and the claims of the past. **Memory studies**, [s. l.], v. 1, n. 2, p. 149–166, 2008.

PORTO, M. S. G. Mídia, segurança pública e representações sociais. **Tempo social**, [s. l.], v. 21, p. 211–233, 2009.

POZEN, D. E. Seeing transparency more clearly. **Public administration review**, [s. l.], v. 80, n. 2, p. 326–331, 2020.

QUEIROZ, R. A.; TEIXEIRA JR, J. R.; KNOERR, F. G. Controle e Vigilância do Cidadão Através do Poder Público. Um Diálogo com Michel Foucault e Hans Jonas sobre Programas de Governo. **Revista Juridica**, [s. l.], v. 4, n. 37, p. 413–443, 2014.

RABELO, L. L.; RATTON JÚNIOR, J. L. de A. Avaliação do Pacto Pela Vida em Pernambuco. [s. l.], p. 1–7, 2013.

RADFAHRER, L. O meio é a mediação: uma visão pós-fenomenológica da mediação datacrática. **MATRIZES**, [s. l.], v. 12, n. 1, p. 131–153, 2018.

RÁDIO JORNAL PERNAMBUCO. **Após pressão, Polícia Militar revela nova ação sobre uso de rádio de pilha em estádios de Pernambuco**. [S. l.], 2022. Disponível em: <https://radiojornal.ne10.uol.com.br/esportes/2022/04/15000828-apos-pressao-policia-militar-revela-nova-acao-sobre-uso-de-radio-de-pilha-em-estadios-de-pernambuco-confira.html>. Acesso em: 27 jan. 2024.

RATCLIFFE, J. H. *et al.* The Philadelphia predictive policing experiment. **Journal of Experimental Criminology**, [s. l.], v. 17, n. 1, p. 15–41, 2021.

RATTON, J. L. **Pacto pela Vida morreu, diz mentor do programa**. [S. l.], 2016a. Disponível em: <https://jc.ne10.uol.com.br/canal/politica/pernambuco/noticia/2016/09/24/pacto-pela-vida-morreu-diz-mentor-do-programa-254101.php>. Acesso em: 21 ago. 2023.

RATTON, J. L. **Pacto pela Vida morreu, diz mentor do programa**. [S. l.], 2016b. Disponível em: <https://jc.ne10.uol.com.br/canal/politica/pernambuco/noticia/2016/09/24/pacto-pela-vida-morreu-diz-mentor-do-programa-254101.php>. Acesso em: 20 ago. 2023.

RATTON, J. L. Segurança pública, possibilidades e desafios: o caso do Pacto pela Vida [Memo]. [s. l.], 2013.

RATTON, J. L.; DAUDELIN, J. Construction and deconstruction of a homicide reduction policy: the case of pact for life in Pernambuco, Brazil. **International Journal of Criminology and Sociology**, [s. l.], v. 7, p. 173–183, 2018.

RATTON, J. L.; GALVÃO, C.; FERNANDEZ, M. O pacto pela vida e a redução de homicídios em Pernambuco. **Tornando as cidades brasileiras mais seguras: edição especial dos diálogos de segurança cidadã**. Instituto Igarapé: Rio de Janeiro, [s. l.], 2014.

RATTON, J. L.; GALVÃO, C.; FERNANDEZ, M. Pact for life and the reduction of homicides in the State of Pernambuco. **Stability**, [s. l.], v. 3, n. 1, 2014.

RAZMJOO, A. *et al.* Effective policies to overcome barriers in the development of smart cities. **Energy Research & Social Science**, [s. l.], v. 79, p. 102175, 2021.

RESSETTI, F. *et al.* Organizações Policiais e Tecnologias: proposta de uma agenda de pesquisas para os Estudos Organizacionais. **Revista Eletrônica de Ciência Administrativa**, [s. l.], p. 11–36, 2022a.

RHEINGOLD, H. **The virtual community, revised edition: Homesteading on the electronic frontier**. [S. l.]: MIT press, 2000a.

RHODES, R. A. W. The new governance: governing without government. **Political studies**, [s. l.], v. 44, n. 4, p. 652–667, 1996.

RHODES, R. A. W. **Understanding governance: Policy networks, governance, reflexivity and accountability**. [S. l.]: Open University, 1997a.

RIBEIRO, L. M. L.; LOPES, A. G. Public safety policy in the state of Minas Gerais (2003–2016): Agenda problems and path dependence. **International Journal of Criminology and Sociology**, [s. l.], v. 7, p. 121–134, 2018.

RICOEUR, P. **Time and narrative, Volume 3**. [S. l.]: University of Chicago press, 1984. v. 3

RIEFF, D. **In praise of forgetting: Historical memory and its ironies**. [S. l.]: Yale University Press, 2016.

RINCÓN, O. Entrevista com Jesús Martín-Barbero. **Revista Eletrônica Internacional de Economia Política da Informação, da Comunicação e da Cultura**, [s. l.], v. 21, n. 2, p. 73–80, 2017.

RINCÓN, O. Entrevista com Jesús Martín-Barbero. **Revista Eletrônica Internacional de Economia Política da Informação, da Comunicação e da Cultura-Eptic**, [s. l.], v. 21, n. 2, p. 73–80, 2019.

RINCÓN, O. Una conversa con el autor De los medios a las. **De los medios a las mediaciones**, [s. l.], p. 96,

RODGERS, D. Haussmannization in the tropics: Abject urbanism and infrastructural violence in Nicaragua. **Ethnography**, [s. l.], v. 13, n. 4, p. 413–438, 2012.

ROGERS, C. Researching sensitive topics for the police – insights from the UK. **Journal of Criminological Research, Policy and Practice**, [s. l.], v. 4, n. 2, p. 89–100, 2018.

ROGERS, C.; FREVEL, B. **Higher education and police: An international view**. [S. l.: s. n.], 2018a.

RONSINI, V. V. M. A Perspectiva das mediações de Jesús Martín Barbero. **Comunicação e Estudos culturais**. Salvador: UFBA, [s. l.], 2011.

ROSENBLOOM, D. H.; KRAVCHUK, R. S.; CLERKIN, R. M. **Public administration: Understanding management, politics, and law in the public sector**. [S. l.]: Routledge, 2022.

SANCHES, G. F. Entre redes sociais: apoio, anúncios (d) e resistência nas manifestações da fragmentação socioespacial através das redes sociais virtuais, em periferias de Presidente Prudente-SP e Chapecó-SC. [s. l.], 2023.

SANDERS, C. B.; HENDERSON, S. Police ‘empires’ and information technologies: uncovering material and organisational barriers to information sharing in Canadian police services. **Policing and society**, [s. l.], v. 23, n. 2, p. 243–260, 2013.

SANDERS, C B; LANGAN, D. New public management and the extension of police control: community safety and security networks in Canada. **Policing and Society**, [s. l.], v. 29, n. 5, p. 566–578, 2019. Disponível em: <https://www.scopus.com/inward/record.uri?eid=2-s2.0-85041167581&doi=10.1080%2F10439463.2018.1427744&partnerID=40&md5=ee003ccc9415e128ef05c4ec9b3a10b5>.

SANDERS, Carrie B; LANGAN, D. New public management and the extension of police control: community safety and security networks in Canada. **POLICING & SOCIETY**, 2-4 PARK SQUARE, MILTON PARK, ABINGDON OX14 4RN, OXON, ENGLAND, v. 29, n. 5, p. 566–578, 2019a.

SANTOS, M. S. T.; DO NASCIMENTO, M. R. Desvendando o mapa noturno: análise da perspectiva das mediações nos estudos de recepção. **Novos olhares**, [s. l.], p. 4–11, 2000.

SANTOS OLIVEIRA, V. **Nosso pacto é pela vida? Violência de Estado, encarceramento em massa e a política de segurança pública cidadã**. 2023. [s. l.], 2023. Disponível em: <https://ponte.org/wp-content/uploads/2024/06/DISSERTACAO-Victor-Santos-Oliveira.pdf>. Acesso em: 26 jan. 2025.

SAPORI, L. F. **Segurança pública no Brasil: desafios e perspectivas**. [S. l.]: FGV editora, 2007.

SCANNELL, P. Regenerating Stuart Hall. **Critical Studies in Media Communication**, [s. l.], v. 33, n. 5, p. 468–472, 2016.

SCHAIBLE, L. M.; SHEFFIELD, J. Intelligence-led policing and change in state law enforcement agencies. **Policing: An International Journal of Police Strategies & Management**, [s. l.], v. 35, n. 4, p. 761–784, 2012.

SCHNEIDER, C. J. Police presentational strategies on Twitter in Canada. **Policing and society**, [s. l.], v. 26, n. 2, p. 129–147, 2016.

SCHWAB, K. **A quarta revolução industrial**. [S. l.]: Edipro, 2019.

SDS, S. de D. S. **ACTO PELA VIDA COMPLETA 14 ANOS DE ÊXITO NA REDUÇÃO DA VIOLÊNCIA EM PE**. [S. l.], 2021. Disponível em: <https://www.sds.pe.gov.br/noticias/11337-pacto-pela-vida-completa-14-anos-de-exitos-na-reducao-da-violencia-em-pernambuco>. Acesso em: 6 ago. 2022.

SDS/GACE, S. de D. S.-G. de A. C. e E. **DADOS DE CRIMES VIOLENTOS LETAIS E INTENCIONAIS – (CVLI) EM PERNAMBUCO NO PERÍODO DE 2017 À ABR2022**. Recife: [s. n.], 2022a.

SDSPE, S. de D. S. de P. **BALANÇO DO PACTO PELA VIDA 2013 É APRESENTADO PELO GOVERNO DE PERNAMBUCO**. [S. l.], 2013a. Disponível em: <https://www.sds.pe.gov.br/noticias/77-geral/7684-balanco-do-pacto-pela-vida-2013-e-apresentado-pelo-governo-de-pernambuco>. Acesso em: 30 jul. 2023.

SDSPE, S. de D. S. de P. **BALANÇO DO PACTO PELA VIDA 2013 É APRESENTADO PELO GOVERNO DE PERNAMBUCO**. [S. l.], 2013b. Disponível em: <https://www.sds.pe.gov.br/noticias/77-geral/7684-balanco-do-pacto-pela-vida-2013-e-apresentado-pelo-governo-de-pernambuco>. Acesso em: 29 jul. 2023.

SDSPE, S. D. D. S. D. P. **Relatório do Pacto Pela Vida. Slides da apresentação do PPV com metas e resultados do modelo de gestão adotado**. [S. l.], 2012. Disponível em: https://www.sds.pe.gov.br/images/media/arquivos/seminario_de_analise_criminal/Resumo_PPV_Dr_%20Alessandro_Sec_Exe_PE.pdf. Acesso em: 18 mar. 2024.

SDSPE, S. de D. S. de P. **SDS ANUNCIA BODYCAMs NO CARNAVAL DE 2024**. [S. l.], 2024a. Disponível em: <https://www.sds.pe.gov.br/noticias/10-noticias/11826-sds-anuncia-bodycams-no-carnaval-de-2024>. Acesso em: 5 fev. 2024.

SDSPE, S. de D. S. de P. **SDS ANUNCIA TECNOLOGIA DE PONTA PARA A SEGURANÇA NO CARNAVAL 2024**. [S. l.], 2024b. Disponível em: <https://www.sds.pe.gov.br/noticias/11829-sds-anuncia-tecnologia-de-ponta-para-a-seguranca-no-carnaval-2024#:~:text=As%20c%C3%A2meras%20de%20Reconhecimento%20Facial,criminosos%20de%20uma%20maneira%20geral>. Acesso em: 5 fev. 2024.

SENDER, K.; DECHERNEY, P. Stuart Hall lives: cultural studies in an age of digital media. **Critical Studies in Media Communication**, [s. l.], v. 33, n. 5, p. 381–384, 2016.

SEPLAG-PE, S. de P. e G. de P. **Pacto Pela Vida**. [S. l.], 2023. Disponível em: <https://www.seplag.pe.gov.br/pactos>. Acesso em: 27 jul. 2023.

SEPLAG-PE, S. de P. e G. de P. **Todos por Pernambuco**. [S. l.], 2019. Disponível em: <https://www.seplag.pe.gov.br/todos-por-pernambuco>. .

SERPA, S. A.; CANÇADO, A. C. O USO DO APLICATIVO MUDAMOS+ COMO FERRAMENTA DE APOIO NA APRENDIZAGEM DA GESTÃO SOCIAL. **NAU Social**, [s. l.], v. 13, n. 25, p. 1222–1228, 2022.

SERVA, M.; DIAS, T.; ALPERSTEDT, G. D. Paradigma da complexidade e teoria das organizações: uma reflexão epistemológica. **Revista de Administração de Empresas**, [s. l.], v. 50, p. 276–287, 2010.

SHAH, S. A. *et al.* The Rising Role of Big Data Analytics and IoT in Disaster Management: Recent Advances, Taxonomy and Prospects. **IEEE ACCESS**, 445 HOES LANE, PISCATAWAY, NJ 08855-4141 USA, v. 7, p. 54595–54614, 2019.

SHERMAN, L. W. The rise of evidence-based policing: Targeting, testing, and tracking. **Crime and justice**, [s. l.], v. 42, n. 1, p. 377–451, 2013a.

SHORE, J. Singled out or Drawn In? Social Polices and Lone Mothers' Political Engagement. **Politics and Gender**, [s. l.], v. 16, n. 2, p. 471–497, 2020.

SIGNATES, L. Estudo sobre o conceito de mediação e sua validade como categoria de análise para os estudos de comunicação. **Novos Olhares**, [s. l.], p. 4–19, 2003.

SILVA, J. L. da; EMMENDOERFER, M. L.; SILVEIRA CUNHA, N. R. da. Análise documental ilustrada em administração pública: uma Proposta operacional (re) aplicável. **Teoria e Prática em Administração**, [s. l.], v. 10, n. 2, p. 23–41, 2020.

SILVA, L. V. N.; GONÇALVES, C. F. PERSPECTIVAS SOBRE RACISMO ESTRUTURAL E TRÁFICO DE DROGAS: A POLÍTICA DE FILTRAGEM RACIAL NA ATUAÇÃO POLICIAL DO ESTADO DE PERNAMBUCO. **RJLB**, [s. l.], v. 6, p. 1321–1360, 2022.

SILVEIRA NETO, R. da M. *et al.* Avaliação de política pública para redução da violência: o caso do programa pacto pela vida do Estado de Pernambuco. **Encontro Nacional de Economia**, [s. l.], v. 41, p. 1–17, 2013.

SIM, J.; WATERFIELD, J. Focus group methodology: some ethical challenges. **Quality & quantity**, [s. l.], v. 53, n. 6, p. 3003–3022, 2019.

SIMON, J. Governing through crime. *In*: CRIME, INEQUALITY AND THE STATE. [S. l.]: Routledge, 2020a. p. 589–595.

SKOGAN, W. G.; HARTNETT, S. M. Community policing. **Police innovation: Contrasting perspectives**, [s. l.], p. 27–44, 2019.

SOARES, L. E. **A política nacional de Segurança Pública: histórico, dilemas e perspectivas. 2007.** [S. l.: s. n.], 2014.

SOARES, L. E. Novas políticas de segurança pública. **Estudos avançados**, [s. l.], v. 17, p. 75–96, 2003.

SOUZA, M. M. P. de; PAULA, A. P. P. de. Por uma teoria crítica das tecnologias de gestão: a ambivalência da tecnologia, a moldura Feenbergiana e a possibilidade da racionalização subversiva. **Cadernos EBAPE. BR**, [s. l.], v. 20, p. 50–61, 2022.

SOUZA RAMANHO, T. *et al.* Internet das Coisas a Serviço da Defesa: proposição de um sistema de rastreamento de armamentos. **Revista de administração, sociedade e inovação**, [s. l.], v. 6, n. 1, p. 43–59, 2020.

STATISTA. **Social Media usage in Brazil - Statistics & Facts**. [S. l.], 2024. Disponível em: <https://www.statista.com/topics/6949/social-media-usage-in-brazil/#topicOverview>. Acesso em: 30 jul. 2024.

SWIFT, A. *The SAGE Handbook of Qualitative Research Design*. [s. l.], 2022.

TCU, T. de C. da U. **LEVANTAMENTO DE GOVERNANÇA DE SEGURANÇA PÚBLICA**. [S. l.: s. n.], 2017. Disponível em: <https://portal.tcu.gov.br/lumis/portal/file/fileDownload.jsp?fileId=8A81881E77B688F80177B6D286422330>. Acesso em: 29 mar. 2024.

TEIXEIRA, A. F.; GOMES, R. C. Governança pública: uma revisão conceitual. **Revista do Serviço Público**, [s. l.], v. 70, n. 4, p. 519–550, 2019a.

THIRY-CHERQUES, H. R. Pierre Bourdieu: a teoria na prática. **Revista de Administração Pública**, [s. l.], v. 40, p. 27–53, 2006.

THOMPSON, J. B. **The media and modernity: A social theory of the media**. [S. l.]: Stanford University Press, 1995.

TILLEY, N.; SIDEBOTTOM, A. Theory for crime prevention. *In*: **HANDBOOK OF CRIME PREVENTION AND COMMUNITY SAFETY**. [S. l.]: Routledge, 2017. p. 3–21.

TILLY, C.; WOOD, L. J. **Social Movements, 1768-2012**. [S. l.]: Routledge, 2015.

TODAK, N.; GAUB, J. E. Predictors of police body-worn camera acceptance: digging deeper into officers' perceptions. **POLICING-AN INTERNATIONAL JOURNAL OF POLICE STRATEGIES & MANAGEMENT**, HOWARD HOUSE, WAGON LANE, BINGLEY BD16 1WA, W YORKSHIRE, ENGLAND, v. 43, n. 2, p. 299–313, 2020.

TODAK, N.; GAUB, J. E.; WHITE, M. D. The importance of external stakeholders for police body-worn camera diffusion. **POLICING-AN INTERNATIONAL JOURNAL OF POLICE STRATEGIES & MANAGEMENT**, HOWARD HOUSE, WAGON LANE, BINGLEY BD16 1WA, W YORKSHIRE, ENGLAND, v. 41, n. 4, SI, p. 448–464, 2018a.

TRANTAFILLOU, P. Governmentality and the measuring of governance. *In*: **HANDBOOK ON MEASURING GOVERNANCE**. [S. l.]: Edward Elgar Publishing, 2024. p. 125–136.

TRINDADE, A. Estado, governança e segurança pública no Brasil: Uma análise das secretarias estaduais de Segurança Pública. **Dilemas-Revista de Estudos de Conflito e Controle Social**, [s. l.], v. 8, n. 4, p. 607–632, 2015.

UNITED NATIONS. **Public governance indicators: A literature review**. New York: [s. n.], 2007.

USUÁRIOS INSTAGRAM @GOVPE E SDSPEOFICIAL. **Cadastre o seu aparelho no #AlertaCelular antes do Carnaval!** 📱. [S. l.], 2023. Disponível em: <https://www.instagram.com/p/CosFZi6Oxws/>. Acesso em: 4 set. 2024.

VAN DIJK, T. A. What is political discourse analysis. **Belgian journal of linguistics**, [S. l.], v. 11, n. 1, p. 11–52, 1997.

VERMESAN, O.; FRIESS, P. **Digitising the Industry Internet of Things Connecting the Physical, Digital and Virtual Worlds**. [S. l.]: CRC Press, 2022.

VIZER, E. A.; MARTÍN-BARBERO, J. La trama (in) visible de la vida social: comunicación, sentido y realidad. [S. l.], 2003.

WAISBORD, S. **Watchdog journalism in South America: News, accountability, and democracy**. [S. l.]: Columbia university press, 2000.

WALSH, J. P. Social media and border security: Twitter use by migration policing agencies. **Policing and Society**, [S. l.], v. 30, n. 10, p. 1138–1156, 2020.

WANG, C.; TEO, T. S. H. Online service quality and perceived value in mobile government success: An empirical study of mobile police in China. **INTERNATIONAL JOURNAL OF INFORMATION MANAGEMENT**, THE BOULEVARD, LANGFORD LANE, KIDLINGTON, OXFORD OX5 1GB, OXON, ENGLAND, v. 52, 2020.

WEISBURD, D. *et al.* Reforming to preserve: Compstat and strategic problem solving in American policing. **Criminology & Public Policy**, [S. l.], v. 2, n. 3, p. 421–456, 2003.

WEISBURD, D.; BRAGA, A. A. **Police innovation: Contrasting perspectives**. [S. l.]: Cambridge University Press, 2019.

WELSH, B. C.; FARRINGTON, D. P. Evidence-based crime policy. **The Oxford handbook of crime and criminal justice**, [S. l.], p. 60–92, 2011.

WHITE, M D; TODAK, N.; GAUB, J. E. Examining Body-Worn Camera Integration and Acceptance Among Police Officers, Citizens, and External Stakeholders. **Criminology and Public Policy**, [S. l.], v. 17, n. 3, p. 649–677, 2018.

WHITE, Michael D; TODAK, N.; GAUB, J. E. Examining Body-Worn Camera Integration and Acceptance Among Police Officers, Citizens, and External Stakeholders. **CRIMINOLOGY & PUBLIC POLICY**, 111 RIVER ST, HOBOKEN 07030-5774, NJ USA, v. 17, n. 3, p. 649–677, 2018a.

WILLIAMS, R. **Culture and society, 1780-1950**. [S. l.]: Columbia University Press, 1983.

WILLIAMS, R. Culture is ordinary (1958). **Cultural theory: An anthology**, [S. l.], v. 5359, 2011.

WILLIAMS, R. Palavras-chave: um vocabulário de cultura e sociedade. *In*: PALAVRAS-CHAVE: UM VOCABULÁRIO DE CULTURA E SOCIEDADE. [S. l.: s. n.], 2007a. p. 460.

WILLIAMS, R. Palavras-chave: um vocabulário de cultura e sociedade. *In: PALAVRAS-CHAVE: UM VOCABULÁRIO DE CULTURA E SOCIEDADE*. [S. l.: s. n.], 2007b. p. 460.

WILLIS, J. J. *et al.* **Compstat and organizational change in the Lowell Police Department: Challenges and opportunities**. [S. l.]: Police Foundation Washington, DC, 2003.

WILLIS, J. J.; KOPER, C.; LUM, C. The adaptation of license-plate readers for investigative purposes: Police technology and innovation re-invention. **Justice quarterly**, [s. l.], v. 35, n. 4, p. 614–638, 2018.

WILSON-KOVACS, D. Digital media investigators: challenges and opportunities in the use of digital forensics in police investigations in England and Wales. **POLICING-AN INTERNATIONAL JOURNAL OF POLICE STRATEGIES \& MANAGEMENT**, HOWARD HOUSE, WAGON LANE, BINGLEY BD16 1WA, W YORKSHIRE, ENGLAND, v. 44, n. 4, SI, p. 669–682, 2021.

WOOD, J.; DUPONT, B. **Democracy, society and the governance of security**. [S. l.]: Cambridge University Press, 2006.

WOOD, J.; SHEARING, C. **Imagining security**. [S. l.]: Willan, 2013.

XU, C. *et al.* Recent Research Progress of Unmanned Aerial Vehicle Regulation Policies and Technologies in Urban Low Altitude. **IEEE ACCESS**, 445 HOES LANE, PISCATAWAY, NJ 08855-4141 USA, v. 8, p. 74175–74194, 2020.

YOUNG, J. T. N.; READY, J. T. A longitudinal analysis of the relationship between administrative policy, technological preferences, and body-worn camera activation among police officers. **Policing: A Journal of Policy and Practice**, [s. l.], v. 12, n. 1, p. 27–42, 2018.

ZHANG, J.; ZHANG, C. Public security big data application and public safety governance. *In: , 2021. 2021 International Conference on Public Management and Intelligent Society (PMIS)*. [S. l.]: IEEE, 2021. p. 28–32.

ZUBOFF, S. *et al.* Surveillance capitalism: an interview with Shoshana Zuboff. **Surveillance & Society**, [s. l.], v. 17, n. 1/2, p. 257–266, 2019.

ZUBOFF, S. Surveillance capitalism and the challenge of collective action. *In: , 2019. New labor forum*. [S. l.]: SAGE Publications Sage CA: Los Angeles, CA, 2019. p. 10–29.

ZUBOFF, S. The age of surveillance capitalism. *In: SOCIAL THEORY RE-WIRED*. [S. l.]: Routledge, 2023. p. 203–213.

7. ANEXO

7.1. ANEXO A – Protocolo de entrevista semiestruturada para grupo focal

Quadro 24 - Protocolo de entrevista semiestruturada para grupo focal

Pergunta	Objetivo	Cobertura Temática Teoria das Mediações de Jesús Martín-Barbero
A escolha de fixar as publicações com mulheres foi intencional para promover a igualdade de gênero ou uma coincidência?	Explorar a intencionalidade das escolhas comunicacionais e a presença de uma política de gênero.	Narrativas entre temporalidades e tecnicidades; Sensorialidades; Espacialidades
Como surgem as pautas de golpes para as postagens?	Entender o processo de seleção e produção de conteúdo com foco em golpes e prevenção de crimes.	Temporalidades; Redes entre tecnicidades e espacialidades
Existe liberdade para publicar o que desejarem no Instagram da Polícia Civil?	Investigar a autonomia na produção de conteúdo e a influência institucional nas publicações.	Redes entre tecnicidades e espacialidades; Temporalidades
Qual é a relação entre o Instagram da Polícia Civil e a imprensa na divulgação de pautas?	Examinar a interação entre as redes sociais e a mídia tradicional na amplificação das mensagens institucionais.	Redes entre tecnicidades e espacialidades; Sensorialidades
Como ocorre a aproximação com parlamentares e outras instituições para divulgação de ações?	Explorar a relação entre diferentes poderes e entidades na colaboração para divulgação e infraestrutura.	Espacialidades; Temporalidades
Quais são os retornos sobre o Alerta Celular e Alerta Bike nas postagens?	Investigar o impacto percebido e a adesão da população aos programas de segurança.	Sensorialidades; Temporalidades
Pode falar sobre a recente doação de drones e o uso de tecnologia na Polícia Civil?	Entender como a polícia investe em tecnologias para otimizar investigações e melhorar a segurança.	Tecnologias; Temporalidades
A utilização dos drones e outras tecnologias pode ser vista como uma resposta aos desafios impostos por grupos criminosos mais organizados?	Analisar o papel da tecnologia no enfrentamento de ameaças de grupos criminosos com alto poder aquisitivo.	Tecnicidades; Sensorialidades
Como se dão as parcerias com instituições educacionais e outras entidades para projetos e programas da Polícia Civil?	Compreender a dinâmica de parcerias para troca de conhecimento e desenvolvimento de projetos.	Redes entre tecnicidades e espacialidades; Espacialidades
As publicações permanentes sobre o Alerta Celular são mantidas para aumentar a adesão ao programa e demonstrar sua efetividade?	Analisar a estratégia de fixação de conteúdos para fomentar engajamento social em políticas de segurança pública.	Narrativas entre temporalidade e tecnicidades; Sensorialidades; Redes entre tecnicidades e espacialidades

Fonte: elaboração própria.

7.2. ANEXO B – Roteiro de entrevista semiestruturada para grupo focal com tema do Programa Alerta Celular

Quadro 25 - Protocolo de entrevista semiestruturada para grupo focal direcionado ao Programa Alerta Celular

Pergunta	Objetivo	Cobertura Temática Mapa das Mediações de Jesús Martín-Barbero	
		Eixo	Mediação
Como você percebe a eficácia do programa Alerta Celular no combate ao roubo de dispositivos móveis?	Analisar a percepção de eficácia do programa e os resultados obtidos na segurança pública.	Tecnologias	Narrativas
Em sua opinião, como a população tem reagido ao programa Alerta Celular? Você percebe apoio, resistência ou indiferença?	Compreender as reações sociais e os sentimentos de apoio ou resistência nas redes sociais.	Sensorialidades	Redes
Quais são as principais dificuldades encontradas para implementar o programa Alerta Celular de forma eficaz?	Identificar os desafios práticos e operacionais enfrentados no programa.	Temporalidades	Narrativas
Você acredita que o uso de dados do programa Alerta Celular influencia o planejamento estratégico de segurança pública?	Explorar como os dados influenciam as decisões e justificativas das políticas públicas.	Tecnologias	Narrativas

Fonte: elaboração própria.